



Vico Dênis Sousa de Melo

A TEORIA TEM ROSTO E LUGAR:
a cooperação Brasil-Moçambique na área da saúde
e o descentramento da agenda teórica em Relações Internacionais

Tese de Doutoramento em Pós-colonialismos e Cidadania Global,
orientada pelo Professor Doutor José Manuel Pureza,
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Setembro 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Vico Dênis Sousa de Melo

**A TEORIA TEM ROSTO E LUGAR:
a cooperação Brasil-Moçambique na área da saúde
e o descentramento da agenda teórica em Relações Internacionais**

Tese de Doutoramento em Pós-colonialismos e Cidadania Global,
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
para a obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Professor Doutor José Manuel Pureza.

Coimbra, 2016

*À minha avó Esther e em memória ao meu avô Nestor,
que nunca tiveram a oportunidade de terem, sequer,
recebido uma educação formal ou, até mesmo,
sentado em um banco de escola,
mas souberam, mais do que ninguém,
aprender e transferir os diversos conhecimentos
adquiridos através da prática da vida a todos os seus netos.*

Agradecimentos

Agradeço à minha querida esposa Giovanna Macêdo, por todo o apoio, incentivo e pressão (daquela que incentiva) nesse longo período de construção da tese. Você foi essencial para mim!

Aos meus pais que me deram toda uma visão de responsabilidade social, que me incentivaram fortemente a fazer o doutorado e me ajudaram quando tudo parecia difícil. Sem esse apoio, não teria conseguido seguir em frente.

Ao meu orientador, professor doutor José Manuel Pureza, que esteve ao longo desses últimos quatro anos dando todo o suporte necessário para a conclusão da tese. Meus sinceros agradecimentos por sua dedicação!

Ao meu tutor e amigo, Marcos Costa Lima, que me deu grandes ensinamentos sobre ser um profissional ético e de ter uma visão humanista, na vida e na academia.

Aos meus amigos Fabrício Rocha e Maurício Hashizume, por terem tornado minha estadia mais leve e fraterna, além de terem contribuído sobremaneira na construção de minha tese, através de discussões teóricas e trocas de experiências vividas no dia a dia.

À minha grande amiga Roberta Gondim (Robertinha), por ter me dado todo o apoio necessário quando estive no Rio de Janeiro, além de ter aberto as portas da Fiocruz para o meu trabalho de campo. Seu apoio foi essencial!

Ao meu grande amigo Delton Muianga, que me abriu diversas portas em Moçambique e que tive a honra de conhecer sua bela família.

Ao meu amigo-irmão Dunga (formalmente conhecido como João Vembane) por ter me acolhido e aberto portas quando estive em Moçambique. Sem as nossas longas conversas e discussões, adentrando a madrugada, essa tese não teria chegado a esse estágio. Para sempre terá a minha gratidão.

Ao Centro de Estudos Sociais e aos meus professores ao longo do doutoramento, em especial as professoras doutoras Maria Paula Meneses e Catarina Gomes, e os professores doutores António Sousa Ribeiro, Bruno Sena Martins e Manuel Mendes. Grande parte do meu crescimento acadêmico e pessoal foram frutos dessas aulas e de conversas extraclasse.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que ao longo de três anos deu todo o suporte financeiro para a conclusão desta tese.

Às minhas grandes amigas Juliana (Ju) e Manuella (Manu), que estão nessa caminhada acadêmica há anos e que partilhamos das alegrias e sofrências. Vocês sempre ajudaram a manter essa minha caminhada mais leve e alegre.

Às minhas amigas do ALICE, Sara, Élide, Rita, Aline, Tereza e ao Cristiano pela amizade e aos profundos debates epistemológicos. Vocês me fizeram sentir como um membro do ALICE (que honra!).

A tod@s amig@s que compartilharam comigo o doutoramento, Luis, Esther(zita), Cristina, Inês(ita), Fabrício e Maurício. A amizade de vocês é algo que levarei para sempre comigo!

Aos inúmeros amigos que fiz ao longo de minha residência em Coimbra, Erick, Júlia, Caetano, Pedro, Jonas, dentre tant@s outr@s que tornaram a minha vivência mais plural.

E a tod@s aquel@s que não tive a oportunidade de citar aqui. Saibam que tod@s que estiveram próximos de mim nesses últimos anos, levarei comigo a clara concepção de que a vida é mais bela quanto mais plural!

Financiamento:

Esse projeto foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Conheço o Meu Lugar

Belchior

O que é que pode fazer o homem comum
Neste presente instante senão sangrar?
Tentar inaugurar
A vida comovida
Inteiramente livre e triunfante?

O que é que eu posso fazer
Com a minha juventude
Quando a máxima saúde hoje
É pretender usar a voz?

O que é que eu posso fazer
Um simples cantador das coisas do porão?
Deus fez os cães da rua pra morder vocês
Que sob a luz da lua
Os tratam como gente - é claro! - aos pontapés

Era uma vez um homem e o seu tempo
Botas de sangue nas roupas de Lorca
Olho de frente a cara do presente e sei
Que vou ouvir a mesma história porca
Não há motivo para festa: Ora esta!
Eu não sei rir à toa!

Fique você com a mente positiva
Que eu quero é a voz ativa (ela é que é uma boa!)
Pois sou uma pessoa.
Esta é minha canoa: Eu nela embarco.
Eu sou pessoa!
A palavra "pessoa" hoje não soa bem
Pouco me importa!

Não! Você não me impediu de ser feliz!
Nunca jamais bateu a porta em meu nariz!
Ninguém é gente!
Nordeste é uma ficção! Nordeste nunca houve!

Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!
Não sou da nação dos condenados!
Não sou do sertão dos ofendidos!
Você sabe bem: Conheço o meu lugar!

Resumo

A tese de Doutorado *A Teoria tem Rosto e Lugar: a cooperação Brasil-Moçambique na área da saúde e o descentramento da agenda teórica em Relações Internacionais* debate sobre o processo de invisibilização das epistemologias do Sul pelas teorias tradicionais hegemônicas, utilizando-se de uma perspectiva descolonial e de um pensamento heterárquico, em que a multiplicidade de saberes e práticas são visibilizadas. A tese teve como objetivo o resgate da História do Sul global nas relações internacionais, com intuito de possibilitar entendimento da construção dos Estados pós-coloniais e o desenvolvimento das relações Sul-Sul, através da denúncia do colonialismo e suas novas formas de ação nessas sociedades. Uma maior evidência da História do Sul global não é só uma questão de justiça histórica, mas de (re)localizar a discussão sobre o Estado nas relações internacionais, de que suas estruturas são preponderantemente heterogêneas com ações muitas vezes difusas. A lógica de homogeneidade estrutural que é imposta na disciplina de Relações Internacionais está mais próxima de uma construção imaginária que sustentada na realidade. Para além dessa heterogeneidade, o Estado e, conseqüentemente, a política (de cooperação) internacional promovida por ele, sofrem ingerências tanto internas quanto externas, a exemplo do neocolonialismo e do colonialismo interno, que perduram mesmo após o fim do colonialismo formal. Para se chegar a tal compreensão, foi utilizada uma metodologia plural, realizando-se entrevistas, “conversações” e observação participante. Um dos resultados auferidos dessa pesquisa foi o desvirtuamento dos ideais acordados na construção da Fábrica de Antirretrovirais – conhecido agora como Sociedade Moçambicana de Medicamentos – promovida entre o Brasil e Moçambique, a partir de interesses de segmentos políticos e econômicos moçambicanos, assim como por desinteresses de segmentos da elite política e econômica brasileira. Esses (des)interesses se baseiam numa possível privatização da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, pensada, em ser uma fábrica de produção de antirretrovirais 100% pública e voltada ao atendimento exclusivo da população local, num primeiro momento, afetada pelo HIV/AIDS. Portanto, a tese buscou analisar a partir de uma visão/ação descolonial, como tal projeto acabou sendo cooptado por interesses de grupos hegemônicos, internos e externos, utilizando-se de uma perspectiva heterárquica de reconhecimento da diversidade histórico-social e política.

Palavras-chave: Relações Internacionais, Cooperação, Pós-Colonialismos, Estado Heterogêneo, Colonialismo Interno.

Abstract

The PhD thesis *The Theory has a face and a place: Brazil- Moçambique cooperation in the health area and the decentering of theoretical agenda in International Relations* aims to debate the invisibilization of epistemologies of the South regarding the hegemonic theories, considering a decolonial perspective and a heterarchical thought, whereas there is a practice transparency and a multiple knowlegde. The main goal was to rescue the global south history on the international relations, in order to enable how was the construction of the post-colonial states and the development of the South-South relations, exposing the colonialism and its new *modus operandi* in these societies. The highlight on the history of the global south its not only a matter of historical justice, but implies on the (re)location of the discussion about the State on international relations, understanding that its structures are mostly heterogeneous and with diffuse actions. The logical of homogeneity structure imposed by the International Relations studies is closer from an imaginary construction than a reality on its own. In addition to this heterogeneity, the State, and consequently the international (cooperation) policy promoted by the State are affected by both internal and external disturbs, such as the neocolonialism and domestic colonialism that still present even after the end of the formal colonialism. To achieve this conclusion, this work uses a plural methodology, including interviews, informal conversations and participative observation. One of the results of the research was the distortion of the ideals which were previously agreed on the construction of the Antiretroviral Fabric – known as Sociedade Moçambicana de Medicamentos – promoted between Brazil and Mozambique, from interests of Mozambican political and economic groups, in addition to the lack of interest from the Brazilian political and economic elite. This (lack of) interest is based on a possible privatization of the Sociedade Moçambicana de Medicamentos, thought to be a 100% public anti-retroviral production center with an exclusive focus on the local population, on a first moment, affected by HIV/AIDS. Therefore, this thesis aimed to analyze, from a decolonial perspective, how this Project was co-opted by hegemonic groups of interest – both intern and extern – using a heterarchical perspective to recognize the political and social-historical diversity.

Key words: International Relations, Cooperation, Post-Colonialisms, Heterogeneous State, Domestic Colonialism.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

BM – Banco Mundial

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CNCS – Conselho Nacional de Combate ao SIDA (Moçambique)

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSS – Cooperação Sul-Sul

CT – Cooperação Técnica

CTH – Cooperação Técnica Horizontal

CTSS – Cooperação Técnica Sul-Sul

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

IBAS – Índia, Brasil e África do Sul

IED – Investimento Externo Direto

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MISAU – Ministério da Saúde (Moçambique)

MRE – Ministério das Relações Exteriores (Brasil)

NAIMA – Network of NGOs working on HIV and Health in Mozambique

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

ONUSIDA – Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/SIDA

OUA – Organização da Unidade Africana

PAELP – Países Africanos no Espaço da Língua Portuguesa

PD – Países Desenvolvidos

PEB – Política Externa Brasileira

PED – Países em Desenvolvimento

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

RENSIDA – Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e SIDA

RI – Relações Internacionais

RSS – Relações Sul-Sul

SADC – Southern African Development Community

SMM – Sociedade Moçambicana de Medicamentos

TRI – Teorias de Relações Internacionais

UA – União Africana

UNAC – União Nacional de Camponeses

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
Em busca de um Estado da Arte: as teorias tradicionais e saberes outros silenciados	11
Metodologia de Trabalho.....	39
Objetivos.....	44
Plano da tese	45
CAPÍTULO I: UTOPIA VERSUS REALIDADE? O VAZIO TEÓRICO-HISTÓRICO E AS ALTERNATIVAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	49
I.I - A Europa como Periferia dos Sistemas-Mundos: do insulamento ao “eu conquisto”	51
I.II – Legitimar para Oprimir: o penso, logo conquisto no pensamento moderno ocidental e nas Relações Internacionais.....	58
I.III – Para além da monocultura do saber: possibilidades descoloniais e epistemologias do Sul	82
CAPÍTULO II: VEJAM, OS SUBALTERNOS ESTÃO SE ORGANIZANDO! ASCENSÃO, CRISE E RETOMADA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL	97
II.I – O Desenvolvimento como Etapas: entre o debate neocolonial e o pensamento periférico alternativo.....	100
II.II – De Bandung a Washington: da solidariedade Sul-Sul a imposição Norte-Sul	115
II.III – Renascimento do Espírito de Bandung? As Relações Sul-Sul no Século XXI	128
CAPÍTULO III: O ESTADO DIFUSO: REPENSAR O ESTADO PARA ALÉM DA MODERNIDADE OCIDENTAL	143
III.I – Estado: entre a homogeneidade hierárquica/racionalizante e as “classes perigosas”.....	145
III.II – O Estado difuso e as suas relações-contradições	157
III.III – O Estado difuso na cooperação Brasil-Moçambique: os casos da saúde e da agricultura	164

CAPÍTULO IV: ENTRE O NEOCOLONIALISMO E O COLONIALISMO INTERNO: SAÚDE GLOBAL E A COOPERAÇÃO BRASIL-MOÇAMBIQUE NA SAÚDE.....	181
IV.I – Entre a Saúde Global e o Negligenciamento do Sul global	183
IV.II – Banco Mundial e as Organizações Internacionais: neocolonialismo e o não-direito à produção de medicamentos.....	192
IV. III – Colonialismo Interno e a Sociedade Moçambicana de Medicamentos	205
Considerações Finais	217
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	223

INTRODUÇÃO

Essa tese se desenvolveu a partir da profunda análise das teorias críticas e pós/descoloniais, se utilizando das Ciências Sociais e das Relações Internacionais de uma forma interdisciplinar, em que a teoria molda e é moldada a partir da realidade e da prática. Mas tal empreitada só pode ocorrer por dois pontos principais: o primeiro, ocorreu a partir da percepção de que a perspectiva de análise se baseia em visões de mundo inerentes aos contextos em que o pesquisador vivencia; e, em segundo, por perceber a invisibilização imposta pelo pensamento moderno ocidental a outras formas de saber e experiências produzidas para além do contexto eurocêntrico – euro-anglo-americano –, ou pela reprodução de um modo de pensar que se crê universal. O primeiro e o segundo ponto se interagem a todo o momento, levando o pesquisador a questionar e desenvolver sua análise teórica e prática.

Percebendo a lacuna existente e a necessidade em compreender outras formas de políticas de cooperação promovidas entre os países da periferia – assim como os níveis de complexidade inerentes à própria cooperação – há uma necessidade em resgatar as contribuições das teorias críticas e as possibilidades de alternativas pelas perspectivas des/pós-coloniais para as relações internacionais, como forma de suprir essa lacuna.

Boaventura de Sousa Santos (2002: 238) adverte que

A experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. [...] esta riqueza social está a ser desperdiçada. É deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim e outras semelhantes.

Como bem afirmou Boaventura, a lógica do pensamento moderno ocidental se consolidou pela negação e invisibilização de outros modos de produção, que não estivessem fundamentados na ideia eurocêntrica de “cientificidade”, universalidade e

unicidade. Percebendo essa falha conceitual e prática que busco analisar e responder as seguintes questões: até que ponto pode-se afirmar que as políticas de cooperação Sul-Sul se destoam da cooperação Norte-Sul? As cooperações Sul-Sul reproduzem as lógicas da cooperação Norte-Sul? Até que ponto as políticas de cooperação Sul-Sul tem a possibilidade de modificar o *status quo* da política internacional, dominada pelo Norte global? A partir desses questionamentos busco desenvolver uma análise aprofundada acerca da cooperação Sul-Sul, baseando-me no caso entre Brasil e Moçambique, acerca das suas propostas, seus problemas e suas possibilidades de ação nas relações internacionais.

A execução das políticas de cooperação técnica promovidas pelo Brasil ocorrem por múltiplos atores institucionais, do qual o Ministério das Relações Exteriores (MRE) tem uma presença central¹. A cooperação técnica promovida pelo Brasil também se encontra intrinsecamente ligada aos pressupostos da cooperação Sul-Sul, retomada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva e continuada, com suas devidas particularidades, no governo Dilma Rousseff². Esta política, apesar de se caracterizar como desvinculada de interesses econômico-comerciais e financeiros nos documentos oficiais, serve também como instrumentalização de estratégias brasileiras na política internacional, nas relações comerciais e de investimentos externos, visando outras formas de afirmação no cenário mundial³.

As políticas de cooperação podem ser de vários tipos: financeira, humanitária, técnica, científica e tecnológica, militar etc. A cooperação técnica destaca-se na condução

¹ A Agência Brasileira de Cooperação está integrada à estrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

² O governo atual é dirigido por Dilma Vana Rousseff, apoiada então pelo ex-presidente Lula da Silva, eleita em 2010 e reeleita em 2014 para o cargo de Presidente da República.

³ Como exemplos, cito as eleições de José Graziano para diretoria-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em 2011, e de Roberto Azevêdo como diretor geral na Organização Mundial do Comércio (OMC), com amplo apoio dos países do Sul global. Os diversos pressupostos visados pelo Brasil estão apresentados na própria Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Disponível em: <http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestada.asp>. Acessado em: 12/11/2012.

da política externa brasileira, principalmente no que se refere aos países africanos no espaço da língua portuguesa – sendo Moçambique o destaque central deste trabalho. Parte da tecnocracia brasileira, assim como que por pressão de segmentos da sociedade civil⁴, atém-se a realidade econômico-social dessas nações e entende que no processo de reaproximação não pode imiscuir-se ou resignar-se dos graves problemas existentes entre as partes – desprovendo-se na assinatura dos tratados oficiais de cooperação técnica qualquer interferência ou condicionalidades.

Tendo em vista a aproximação entre Brasil e Moçambique, os diversos interesses envolvidos entre as partes e suas peculiaridades e experiências na temática em questão, é importante expor alguns dados para que se compreenda melhor o que está em causa. Moçambique teve no processo colonial Portugal como potência colonizadora, após meados do século XIX, apresentando uma característica distinta da vivenciada por Angola – outra colônia portuguesa em África colonizada desde o século XVI. Angola teve um processo de colonização efetiva – tráfico de escravos, projetos de alocação de colonos e modo de produção capitalista –, servindo como entreposto e colônia de apoio a outra colônia portuguesa, o Brasil.

Outro ponto a ser exposto da diferença entre Angola e Moçambique, foi da proximidade e participação da última, ao longo dos séculos no comércio intrarregional, feito entre os diversos povos da região do leste africano, e do comércio triangular índico com o Médio Oriente e a região Sul Asiática – em vista da sua localização na costa oriental da África e banhada pelo Oceano Índico –, promovendo a absorção de diversas expressões políticas, culturais e econômicas. Esse quadro é importante para se compreender das

⁴ O trabalho tem a clara percepção de que o Estado, assim como sua formação ao longo da história, é composto por uma heterogeneidade de atores no seu aparelho estatal. O trabalho rejeita a visão realista e weberiana de que o Estado seja uma entidade exterior (até mesmo metafísico) aos meandros da sociedade, assim como haja uma forma homogênea de “interesse nacional”. Esse ponto será melhor desenvolvido ao longo da tese. Para maior aprofundamento, ver: Santos (2003; 2006b).

diferenças com a região do Atlântico Sul, dominada há séculos pelo comércio e pela imposição da matriz colonial de ocupação e exploração.

Atualmente, Moçambique vem atuando de forma ativa com os países da África Austral, levando a cabo o processo de interação promovido pela “Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral” (SADC), além de uma aproximação mais estreitas com dois grandes atores internacionais: China e Índia. Moçambique vem se utilizando, na política internacional, de ações de aproximação com a China e a Índia como forma de diminuir sua dependência econômica com os países centrais, principalmente naquilo que tange a área de cooperação internacional (Castel-Branco, 2011).

De acordo com o discurso oficial brasileiro para a cooperação, as formas de aproximação de Moçambique com o Brasil estão fundamentadas na ideia de não condicionalidade e não indiferença. A não indiferença foi um dos princípios norteadores da política internacional do Brasil, a qual perpassou de uma lógica unicamente centrada no neodesenvolvimentismo⁵ para uma dinâmica de reconhecimento das necessidades e direitos de grupos sociais e Estados além de suas fronteiras. Essa atuação brasileira pôde ser vista em diversos discursos oficiais do representante máximo do executivo e do Itamaraty e em ações na Venezuela, Haiti, Bolívia e nas políticas de cooperação com os países periféricos – principalmente comandada por Lula da Silva e Celso Amorim entre 2003 e 2010.

⁵ A concepção do (neo) novo-desenvolvimentismo vem sendo cunhado por Luiz Carlos Bresser-Pereira, ao qual a lógica do desenvolvimento tem de separar dos preceitos (neo)liberais exportados dos países ricos. Ao mesmo tempo, propõe-se a aprimorar questões em aberto do “velho” desenvolvimentismo, como crescimento econômico a partir de poupança interna, o Estado como estratégico ou indutor econômico, complementando os investimentos privados – sem concorrer com estes. Na gestão Dilma Rousseff viu-se um aprofundamento deste modelo de desenvolvimento. Não é intuito desta tese aprofundar-se nessa temática, mas para maior entendimento: Bresser-Pereira (2010) e Bresser-Pereira e Paulo Gala (2010).

As políticas de cooperação brasileira para os países do Sul global tem o intuito de se diferenciar daquelas comumente utilizadas no contexto global⁶, reproduzindo nos discursos e documentos oficiais nenhuma obrigação por parte dos países recipiendários com o “assistente”⁷. A atuação do Brasil na política internacional sempre se pautou pelas críticas às práticas intervencionistas utilizadas pelos países do Norte global e pelas Organizações Internacionais multilaterais – governamentais ou não – obrigando os países da periferia a adotarem os receituários produzidos no Norte. Os discursos proferidos pelos chefes de estados brasileiros buscavam se afastar dessa prática, de modo que, caso reproduzisse os mesmos discursos e métodos adotados pelos países centrais, pudesse ser visto como incoerente pelos países periféricos (Seitenfus, 2007).

A política de inserção internacional adotada pelo Brasil para os países em desenvolvimento faz parte da perspectiva de uma nova agenda brasileira para as relações internacionais, conhecida como “presença soberana”. A presença soberana parte de quatro grandes pressupostos:

perspectiva humanista da ação externa, afirmação nacional, reconstrução da autoestima do povo e recuperação da função indutora do Estado no desenvolvimento econômico, em especial, no progresso social e na diminuição das desigualdades (Puente, 2010: 220-221).

Utilizando-se da perspectiva humanista para a ação externa, a política de cooperação estaria desassociada de atribuições econômicas e/ou financeiras, deixando-a livre de propósitos comerciais, diferentemente das afirmadas entre os países centrais e a periferia. Esse caráter não comercial tem o intuito de permitir uma maior “liberdade” decisória ao país segundo, participante do tratado, das condicionalidades normalmente

⁶ Deixa-se claro que essa percepção é vista ao que tange os tratados assinados entre o Brasil e Moçambique na área da saúde, já se mostrando diferenciado dos tratados assinados entre países desenvolvidos e em desenvolvimento na cooperação internacional.

⁷ Reforço que a não obrigação está ausente nos acordos firmados e no discurso oficial entre as partes, ao que tange a cooperação na área da saúde entre Brasil-Moçambique. Ao longo da tese será exposta a realidade da prática, a partir dos processos de interação, cooptação e discordância entre os acordos assinados e o processo de implementação de tais acordos.

existentes na cooperação Norte-Sul – a exemplo das condicionalidades comerciais, econômicas e administrativas, que em sua maioria exigem reformas estruturais no âmbito doméstico do país receptor de “ajuda/assistência”.

Entre as ações do Brasil no contexto internacional, verificaram-se até 2013, entre os governos Lula e Dilma, o perdão e renegociação de dívidas aos países do Sul global no valor de US\$ 1,727 bilhão. Foi no continente africano em que houve os maiores impactos dessa política. Entre 2003 e 2010 foram renegociadas ou perdoadas dívidas de outros países do Sul no valor de US\$ 931,8 milhões⁸ e, em 2013, mais um pacote foi aprovado, no valor de US\$ 795,4 milhões⁹. Desde 2003, foram perdoadas as dívidas de Cabo Verde (US\$ 2,7 milhões), Moçambique (US\$ 331 milhões), a exemplo dos PAELP¹⁰, além de Tanzânia (US\$ 237 milhões) e Congo (US\$ 278 milhões).

É nessa perspectiva que se torna importante compreender o princípio da não indiferença, princípio que esteve bastante atrelado durante os mandatos no governo Lula da Silva e presente na carta constitutiva da União Africana. O princípio da não indiferença foi elaborado no continente africano, trazendo em seu escopo a possibilidade de promover mudanças de percepções e atuações nas políticas promovidas entre os Estados africanos. Posteriormente, foi absorvido por outros países do Sul global, modificando formas de promoção da cooperação internacional, onde um “desenvolvimento ‘ilhado’ já não seria mais possível” (Seitenfus *et al*, 2007: 08).

Em relação ao caso brasileiro, os chefes de Estado buscavam enfatizar o princípio da não indiferença como o norteador das políticas de cooperação técnica com os países em desenvolvimento, a exemplo do discurso do então embaixador Celso Amorim em 2008:

⁸ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/administracao/reportagens/index.php?id01=2762&lay=apu>.

⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/08/1324813-perdao-a-paises-africanos-impulsiona-empresas-brasileiras.shtml>

¹⁰ Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2004/09/15092004/29479.pdf>.

a nossa política – que continua a ser, como sempre foi, uma política de não-intervenção –, com o passar do tempo, dado o próprio crescimento da influência do Brasil, teve de ver nessa não-intervenção um tempero novo. E o tempero novo, que não altera o princípio, é a não-indiferença. Nós agimos de maneira não-indiferente quando criamos o Grupo de Amigos da Venezuela. Nós agimos de maneira não-indiferente quando participamos, da maneira que temos participado, na tentativa de reconstituição não só da ordem pública, mas do desenvolvimento e da prosperidade no Haiti. E nós agimos de maneira não-indiferente quando atendemos a um apelo da Bolívia – e vamos participar juntos, nesse caso, com a Argentina e a Colômbia – do Grupo de Amigos que procura uma solução, pelo diálogo, para esse nosso país vizinho.¹¹

Os discursos proferidos por Celso Amorim, à época, demonstravam possibilidades de ação política por outras vias, para além daquelas ditas “normais” nas relações internacionais, praticadas pelas potências ocidentais para os países da periferia, comumente chamadas de relações verticais. O termo foi cunhado para além do sentido cartográfico eurocêntrico, representando uma crítica às inúmeras condicionalidades impostas pelos países centrais aos países receptores da assistência internacional¹². Parte dessa ação política vertical promovida pelos países do Norte global advém da forte articulação entre as relações de poder econômico e político e de um pensamento hegemônico nas relações internacionais, caracterizado pela aceitação acrítica de receituários com aplicações universais como verdades irrefutáveis.

O princípio da não indiferença foi fundamentado na ideia de solidariedade entre os povos, buscando fugir tanto das concepções ocidentais de maximização dos ganhos individuais, quanto o da essência egoística dos Estados – reproduzindo a lógica da busca incessante de ganhos (relativos ou absolutos, nas teorias tradicionais). O princípio da não indiferença parte do pressuposto de que as sociedades e as nações não podem se resignar dos problemas alheios em sua região, como: a fome, os crimes contra a humanidade, os

¹¹ Discurso do ex-Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em cerimônia de formatura da turma 2005-2007 do Instituto Rio Branco. Disponível em: <http://mundorama.net/2008/04/29/discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaxador-celso-amorim-na-cerimonia-de-formatura-da-turma-2005-2007-do-instituto-rio-branco-brasilia-df-29042008-2/>. Acessado em: 10/05/2012.

¹² Este ponto será mais bem analisado no tópico a seguir, referente ao Estado da Arte.

genocídios e as guerras civis¹³. Tal princípio rejeita em sua essência as concepções do direito de ingerência – utilizado principalmente pelas grandes potências para imporem seus interesses através da força – e do direito a não interferência absoluto – utilizado por líderes e chefes de Estado com intuito de se ausentarem de qualquer problema ou culpabilidade por interferências implícitas cometidas em outros contextos.

Em relação ao caso brasileiro, percebe-se que o princípio da não indiferença está muito mais presente no âmbito dos discursos oficiais que na prática em si – devido a própria característica heterogênea das áreas firmadas como das políticas de cooperação. Todavia, houveram alguns movimentos de atuação brasileira no contexto internacional, para além dos discursos oficiais, como afirmou Seitenfus *et al* (2007: 20)

Acontece aqui um ajustamento particular, em que as práticas de cooperação antecedem a sustentação em diferentes foros do discurso da solidariedade. Se se tiver em consideração, por exemplo, o que aconteceu durante as décadas de 60 e 70, em que apesar dos discursos e documentos internacionais firmados, pouco se conseguiu fazer de efetivo para melhorar as condições de vida das populações dos países subdesenvolvidos, percebe-se a diferença da dinâmica que vem se desenvolvendo em termos de Política Internacional sob o atual governo. Essa dinâmica é, sem dúvida, nova, e os valores que a inspiram compõem o arcabouço que dá sustentação àquele que vem se definindo como *Princípio da Não-Indiferença*.

Certas políticas de cooperação Sul-Sul tem demonstrado importância nas relações internacionais e nas formas de inserção do Sul global, devido as suas políticas de privilegiar e promover a transferência de conhecimentos, a capacitação de recursos humanos e o emprego dos residentes locais, reconhecendo as especificidades de cada sociedade, assim como suas demandas. Fundamentado nessas perspectivas, o Brasil, entre 2003 e 2010, juntamente com Moçambique promoveram uma forte aproximação bilateral, através da assinatura de diversos acordos de cooperação, principalmente nas áreas da saúde e agricultura.

¹³ Encontra-se no art. 4º, “h” da Carta da União Africana. Disponível em: http://www.au.int/en/about/constitutive_act.

O acordo assinado entre os dois países, referente à área da saúde, se pautou na lógica da troca de conhecimentos, com destaque para o combate ao HIV/SIDA, tendo como eixos principais: i) a transferência de experiências e conhecimentos para o tratamento de pessoas atingidas; ii) construção conjunta de uma fábrica pública em Moçambique; e, iii) repasses de tecnologia farmacêutica para a produção de medicamentos antirretrovirais¹⁴. Prevaleceu nos acordos firmados a participação exclusiva dos poderes públicos a partir das experiências das políticas públicas existentes nos dois contextos domésticos.

Já aquele concernente a área da agricultura, mais especificamente o “Programa de Desenvolvimento da Savana Moçambicana” (ProSAVANA) se pautou, principalmente, no desenvolvimento da agricultura de alto rendimento, o agronegócio, destacando-se as culturas de soja, algodão, arroz dentre outras que possam ser integradas. Foi também elencado no programa, o desenvolvimento de culturas agrícolas de subsistência como mandioca e milho, mas de forma marginal¹⁵. Nesse acordo, prevaleceu fortemente a cooperação de empresas privadas brasileiras e japonesas, onde o capital privado interage diretamente com o poder público no processo de implementação do programa.

Tendo em vista a problemática levantada aqui entre dois acordos de cooperação de nível Sul-Sul, mas com diferentes escopos e modos de atuação pelos Estados assinantes, se mostra necessário alargar a discussão teórica em Relações Internacionais, para que se possa compreender com maior fidedignidade a diversidade existente. Como as teorias tradicionais poderiam responder as diferentes políticas implementadas por um mesmo Estado, se mostrando em certos momentos contraditórias suas políticas de cooperação – na

¹⁴ Os acordos estão disponíveis no sítio do MRE. Para maior compreensão, ver: www.itamaraty.gov.br.

¹⁵ Disponível no Resumo Executivo do ProSAVANA-TEC: Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala em Moçambique.

área da saúde não há a participação do capital na formatação do programa, enquanto no segundo está claramente aberto à participação do grande capital, amainando o discurso da horizontalidade.

Para isso, há que se compreender que as relações internacionais são muito mais heterogêneas, diversas e contraditórias do que as teorias tradicionais tentam impor, com suas lógicas de homogeneidade, universalidade e unicidade – o Estado do tipo westfaliano seria o exemplo claro do mito criado pelo pensamento moderno ocidental. É nesse sentido que o realismo e o liberalismo enxergam o mundo como um conjunto de fatos, fundamentados numa ideia comum de racionalidade e num modo de pensamento a-histórico. Suas perspectivas teóricas creem e conceituam sobre a existência de uma “natureza humana” predeterminada – egoística –, que leva a imutabilidade da ação humana e sistêmica para além de sua natureza (Cox, 1986).

Suas análises teóricas estão relacionadas à resolução de problemas (*problem-solving*), que buscam solucionar os desequilíbrios e bloqueamentos que possam comprometer o desempenho do sistema, no intuito de que as instituições e as relações entre os atores continuem a trabalhar sem “problemas”. Assim, as teorias de resolução de problemas acabam por serem indiferentes às possibilidades de emancipação humana (Cox, 1986; Devetak, 2005; Nogueira e Messari, 2005; Silva, 2005; Pureza, 2009; 2005; 2011).

Para se compreender a limitação do pensamento moderno ocidental na disciplina de Relações Internacionais, há que se debruçar no seu processo de formação histórico-teórico disciplinar, assim como os processos de invisibilização de outras histórias e outros saberes para além do ocidente. Para isso, em um primeiro momento analisarei os pressupostos teóricos das teorias hegemônicas, a partir de seu funcionamento, sua forma de interagir e

de suplantando outros modos de conhecimentos que não estejam no espaço-tempo euro-anglo-americano.

Em busca de um Estado da Arte: as teorias tradicionais e saberes outros silenciados

O estudo e a consolidação das relações internacionais passou a ter grande relevância no início do século XX, com a criação das primeiras academias universitárias. Até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o seu estudo estivera sempre a cargo de historiadores, juristas e diplomatas. Após a Primeira Guerra as potências envolvidas perceberam a necessidade da criação de instituições – de ensino e de investigação – que entendessem a política internacional e os motivos que levam os países à guerra ou a paz.

Tinham como pressuposto a necessidade em agregar questões para além do Direito Internacional, da História, da Diplomacia e da Economia Internacional, cuja disciplina de Relações Internacionais sempre se encontrou entrelaçada com as Ciências Sociais, recebendo diversas contribuições teóricas. Apesar de sua variedade disciplinar, acabou tendo como fator analítico predominante os conceitos de grandes poderes, hegemonias e a economia política internacional ocidental, fundados dentro da lógica estadocêntrica, da racionalidade estratégica e da unicidade dos estados no espaço-tempo histórico.

Esse predomínio na produção teórica pode ser compreendido pela colonialidade do poder na política internacional, estabelecida com a modernidade/colonialidade¹⁶ a partir da expansão europeia dos séculos XV em diante. A ascensão do modelo político, econômico, social, ideológico e cultural eurocêntrico se deu pela estruturação mundial das

¹⁶ Aqui há uma junção em modernidade e colonialidade, baseado nas conceituações dos autores decoloniais de que há uma relação direta entre uma e outra. Para maior aprofundamento, ver: Quijano (2010), Santos (2007), Mignolo (2003).

relações hierárquicas de poder e pelo epistemicídio¹⁷ (Fonseca e Jerrems, 2012). Desse processo despontaram o processo colonial e toda sua violência, tanto física quanto cultural, que acabou por reverberar nas áreas do conhecimento.

A hegemonia desse modelo se faz tão presente nas academias que o próprio estudo sobre o colonialismo e seus impactos nas relações internacionais ainda são invisibilizados pela colonialidade do poder. Isto se percebe pela própria localização da produção do conhecimento e suas “principais” academias universitárias, sendo o primeiro curso de Relações Internacionais criado no Reino Unido, em 1919, na Universidade de Gales (Aberyswyth).

Entre os primeiros teóricos da academia em RI, que teve grande destaque à época da “Grande Guerra”, Norman Angell (1872-1967) foi um defensor da corrente liberal/idealista conhecida como “pacifista”. Mesmo tendo como característica a oposição à guerra, Angell não fugia de sua condição ideológica e do pensamento moderno ocidental acerca das disputas imperiais antecedentes ao conflito, ao qual afirmava:

Nenhuma nação poderia derivar uma vantagem prática da conquista das colônias britânicas, e de seu lado a Grã-Bretanha não sofreria qualquer prejuízo material se as perdesse, por lamentável que fosse essa perda no aspecto sentimental e por mais que afetasse a cooperação social entre povos afins e as respectivas vantagens. O próprio exemplo da palavra "perda" é enganoso. Com efeito, a Grã-Bretanha não "possui" suas colônias. Na realidade, elas são países independentes, aliados da Mãe Pátria, e para esta não representam uma fonte de tributos ou de ganhos econômicos (exceto na medida em que qualquer nação estrangeira poderia sê-lo), pois as relações econômicas recíprocas não são determinadas pela Mãe Pátria, mas pelas colônias (Angell, 2002: 83).

Angell se sustentava na crença do liberalismo econômico fundamentado na concepção de que a competição no mercado, tanto de produtores quanto de consumidores promove uma harmonia entre seus interesses, superando qualquer conflito temporário. Dessa forma os liberais não aceitam a conexão tanto entre eventos políticos como os da

¹⁷ O epistemicídio passa pela negação, submissão e genocídio a qualquer outra forma de conhecimento que não a europeia, das quais são consideradas impróprias, irrealis e não factíveis. Para melhor entendimento, ver: Meneses e Santos (2010).

guerra e do imperialismo, pois “o comércio e o intercâmbio econômico constituem uma fonte de relações pacíficas entre as nações, porque os benefícios recíprocos (...) tenderão a promover entre elas relações cooperativas.” (Gilpin, 2002: 49).

Outro ponto importante é a visão que predominou ao longo da primeira metade do século XX, no qual o colonialismo era visto como um processo civilizador e modernizante aos outros povos considerados atrasados. Assim, a possível perda das colônias pela Inglaterra, como elencado por Angell, traria consequências muito mais negativas aos povos colonizados que aos colonizadores, pois os primeiros perderiam a possibilidade de se desenvolverem a partir da “cooperação social”, enquanto os países considerados “avançados” se veriam livres do “fardo civilizatório”. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2004: 07)

Esta violência nunca foi incluída na auto-representação da modernidade ocidental porque o colonialismo foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo, um historicismo que envolve tanto a teoria política liberal como o marxismo.

Foi seguindo essas concepções que as construções teóricas – de primeira e segunda geração¹⁸ – nas relações internacionais se fundamentaram. Ao longo das décadas o liberalismo foi modificando suas esferas de análise, saindo de uma visão essencialmente pacifista para estudos da cooperação entre os Estados, a democracia e o liberalismo econômico, desenvolvendo sobre a importância do comércio e a interdependência no contexto internacional. A Escola Liberal, uma das teorias hegemônicas do pensamento ocidental e receptora direta da tradição iluminista/idealista, tem tido,

um profundo impacto na forma de todas as modernas sociedades industriais. Tem defendido um governo limitado e a racionalidade científica, acreditando que os

¹⁸ Os debates teóricos das Relações Internacionais estão divididos em três grandes debates interparadigmáticos: o primeiro, entre o idealismo e realismo; o segundo entre os tradicionalistas e *behavioristas*; e, o último e mais atual entre os positivistas e pós-positivistas. Halliday (2007) afirma que este último debate também estaria representado o materialismo histórico do marxismo, também pouco retratado na disciplina de RI.

indivíduos devem ser livres da arbitrariedade do poder estatal, de perseguição e superstição. Tem defendido a liberdade política, a democracia e os direitos constitucionais garantidos, privilegiando a liberdade individual e a igualdade perante a lei. O Liberalismo também defende a competição individual na sociedade civil e afirma que o capitalismo de mercado promove melhor o bem-estar de todos através da atribuição de recursos escassos de modo mais eficiente no seio da sociedade (Burchill, 2008: 55).

Como já tratado, o liberalismo tem como agente principal o “homem econômico/racional” – o “penso, logo existo” na esfera econômica –, da qual a teoria liberal das Relações Internacionais eleva tal concepção para o nível internacional. Nesta perspectiva, visa assegurar condições necessárias para o progresso contínuo e inevitável das sociedades humanas, além de crer que a razão humana leva a formulação de princípios que desembocam na autorregulação e no equilíbrio – econômico, social e político – da sociedade.

Os liberais acreditam que o compartilhamento de valores e normas existentes entre Estados induz a construção de organizações – governamentais e não governamentais – internacionais que promovam o equilíbrio do sistema internacional. (Nogueira e Messari, 2005). Equilíbrio baseado em uma autorregulação e não em imposições regulatórias dos Estados, pois qualquer forma de intervenção na liberdade individual é visto como um ato transgressor ao progresso humano – e, conseqüentemente, do próprio Estado.

Como pilar teórico o liberalismo intenta uma combinação entre a natureza normativa com uma vocação científica, a partir de comprovações empíricas. Sua vertente mais atual se baseia fortemente nos preceitos da microeconomia – elevada ao nível estatal –, dos quais os Estados tem uma racionalidade em estabelecer formas mais efetivas e eficientes para atingir seus interesses, assim como a utilização da teoria dos jogos no entendimento da ação dos atores no meio internacional. Sua estrutura de análise está voltada e centrada nos países centrais – Europa ocidental e Estados Unidos –, não podendo

refletir diretamente às características e especificidades dos países periféricos, vide suas problemáticas e diferenças sociais, políticas e econômicas.

A segunda grande Escola das Relações Internacionais a surgir no início do século XX, que ganhou força e preponderância após a Segunda Guerra Mundial, foi o realismo. A posição preponderante da escola realista dentro da academia, atualmente, é demonstrada nas próprias afirmações de alguns autores de que seria “apenas um ligeiro exagero dizer que o estudo das relações internacionais é um debate sobre o realismo” (Wohlforth, 2010: 131).

Soma-se a isso a sua localização espacial bem definida nos Estados Unidos, advindo do intuito em estudar a política internacional e a ascensão estadunidense como (super)potência mundial, após a II Guerra Mundial, do qual o país saiu vitorioso e sem ter sofrido perdas relevantes em seu próprio território – contrastando com a União Soviética, que mesmo vencedora viu sua economia, território e população profundamente afetados pela guerra. Os realistas buscaram, a partir desses acontecimentos, formatar e entender esse novo período na política dos Estados Unidos e o seu desenrolar até os dias atuais.

O realismo tem seus fundamentos baseados na análise da “realidade vivenciada”, negando qualquer conceituação para além dos “fatos reais”, tendo como pilar basilar o positivismo. De acordo com Edward Carr (2001: 14), a teoria realista

No campo do pensamento, coloca sua ênfase na aceitação dos fatos e na análise de suas causas e consequências. Tende a depreciar o papel do objetivo, e a sustentar, explícita ou implicitamente, que a função do pensamento é estudar a sequência dos eventos que ele não tem o poder de influenciar ou alterar. No campo da ação, o realismo tende a enfatizar o poder irresistível das forças existentes e o caráter inevitável das tendências existentes, e a insistir em que a mais alta sabedoria reside em aceitar essas forças e tendências, e adaptar-se a elas.

A partir da crença na impossibilidade de mudanças nas forças e estruturas a nível global, o realismo promoveu um silenciamento acerca do processo colonial e de suas problemáticas nas relações internacionais, da qual repito as palavras de Carr (2001:14) de

que “a mais alta sabedoria reside em aceitar essas forças e tendências, e adaptar-se a elas”. Em vista disso que o colonialismo acabou por se tornar um sujeito oculto ou de terceira classe nas análises realistas de relações internacionais.

Assim, a Escola Realista das Relações Internacionais é caracterizada por três níveis principais em sua análise, de acordo com Robert Cox (1986). O primeiro se utiliza de conceitos baseados na visão hobbesiana¹⁹ da natureza humana pelo desejo perpétuo e inquieto pelo poder, o que tenderia a uma situação de anarquia no estado de natureza – onde o homem é o lobo do homem. O segundo está fundado na análise da natureza do Estado, dos quais esses atores são dotados de uma racionalidade em sua unidade, caracterizado como interesse nacional, e guia supremo em suas ações. E, por último, a natureza do Sistema de Estados é essencialmente anárquico por não haver uma entidade reguladora que possa impor restrições racionais sobre as ações dos Estados na esfera internacional. A teoria realista transfere, dessa forma, a análise da natureza humana para o nível estatal e internacional.

O Estado, para os realistas, é o ator e agente principal nas relações internacionais, tendo duas funções principais: manter a paz internamente e garantir segurança aos seus cidadãos de agressões externas. O receio a agressões externas ocorre pela existência de uma estrutura anárquica irreversível no sistema internacional. Essa anarquia se dá através da busca pelo poder e de objetivos egoístas dos Estados, sustentado na inexistência de um poder central que constranja essas ações belicosas. Nesse sentido, remete-se ao pressuposto hobbesiano, anteriormente tratado, ao nível estatal, em que os Estado vivem numa situação permanente de guerra.

¹⁹ A visão hobbesiana se pauta na obra clássica do filósofo político do século XVII, Thomas Hobbes, em “O Leviatã”.

O realismo se tornou a abordagem dominante durante a Guerra Fria, em vista de sua explicação sobre a guerra e o poder, além de como os Estados Unidos deveriam ver e compreender o sistema internacional. De acordo com os realistas estruturais – uma das vertentes atuais do realismo clássico –, na visão de Barry Buzan (1996: 50)

encontra-se na estrutura anárquica do sistema internacional, o que eles vêem como uma força vital e historicamente duradoura que molda o comportamento e a construção de Estados. Na base destas continuidades, realistas vêem a insegurança, e a insegurança especialmente militar, como o problema central, e o poder como a principal motivação ou força motriz de toda a vida política.

A discussão dos realistas ao longo das décadas encontrou-se em harmonia com o senso comum nos países centrais, em vista da disputa pelo poder e pelas “mentes” entre os blocos capitalista e comunista, entre o Leste-Oeste. Todavia, essa abordagem acabava por ocultar outro embate/debate existente entre as décadas de 1960 a 1980 e reativado no início do século XXI: a clivagem Norte-Sul promovida pelo Movimento dos Não-Alinhados, Grupo dos 77 e, atualmente, pelo G20 comercial, travando as rodadas Doha de liberalização do comércio, e outras coalizões Sul-Sul.

Os realistas enfatizam, ainda, que no sistema internacional há uma estrutura anárquica irreversível, onde objetivos egoístas dos Estados – baseados numa busca incessante pelos ganhos individuais – e a falta de um poder central levam os mesmos a uma situação permanente de guerra e, conseqüentemente, de anarquia²⁰. Os realistas tendem a não problematizar questões centrais de seu próprio debate, como a própria ideia de Estado. Para esses teóricos o Estado é uno e idêntico desde as cidades-estados da antiguidade clássica às itálicas do período medieval até o modelo westfaliano moderno. Em suas análises são desconsideradas a contextualização dos modos de atuação dessas entidades e a percepção pelas comunidades políticas em relação a constituição do aparato

²⁰ Anarquia no sentido hobbesiano de guerra de todos contra todos.

estatal e seu modo de funcionamento, invisibilizando a heterogeneidade do Estado ao longo do espaço-tempo-histórico.

Tanto as escolas liberais e realistas – com suas ramificações e diversidades – têm, como particularidades teóricas, a crença no modelo westfaliano visto como preponderante nas relações internacionais – baseado no conceito de um Estado com monopólio da violência, territórios delimitados, soberania, politicamente organizado e responsável pelo controle social. Sua forma de estrutura “nacional” foi exportada para além do contexto Europeu, sendo incorporado nas regiões das ex-colônias e responsável pela formação dos Estados-nações modernos.

As duas teorias conceituam sobre a atuação dos atores estatais no âmbito internacional, em uma busca incessante de ganhos – relativos e absolutos – e do egoísmo nas relações entre os Estados. Todavia, analisando a atuação dos países periféricos desde período das descolonizações até os dias atuais, com a formação de coalizões Sul-Sul, embates contra hegemônicos entre Norte/Sul e buscas de transformações na ordem internacional, percebe-se uma incapacidade das teorias tradicionais das relações internacionais, aqui analisadas, em conseguir compreender e responder adequadamente esses processos para além do egoísmo estatal e da busca incessante de ganhos na arena global, fechando-se assim na reprodução interestatal de matriz europeia.

Para além disso, ainda há mais três questões importantes a serem levantadas acerca das teorias realistas e liberais nas Relações Internacionais, das quais tomo emprestado três pontos principais levantados por Pureza (1999)²¹, sendo essas: “a pobreza teórica”; “a ocultação da intencionalidade ideológica”; e, “a apologia ao eterno presente”. A primeira se refere à tentativa de simplificar toda a heterogeneidade da vida num processo

²¹ Apesar do autor retratar exclusivamente sobre o realismo, alargo essa percepção para as duas teorias tradicionais, pois são partes integrantes do pensamento moderno ocidental.

homogeneizador de suspeição entre as diversas entidades existentes. Em segundo lugar, a tentativa das teorias tradicionais em se passarem como ciências neutras e imparciais, afastadas de qualquer “contaminação” ideológica. E, por último, a incapacidade do pensamento hegemônico em transformar a realidade internacional²². Tendo em vista a forte presença de um ideal eurocêntrico, se faz necessário resgatar as tentativas de alargamento teórico da disciplina de RI, assim como aquelas abordagens que surgem nos contextos da periferia, como forma de responder as suas próprias problemáticas.

Para além das teorias de resolução de problemas das Relações Internacionais

Dada a incapacidade de resposta das teorias de resolução de problemas (*problem-solving*), as teorias críticas internacionais – o materialismo histórico, a Escola de Frankfurt e os feminismos – surgem como contraposição aos preceitos dominantes nas ciências sociais. As teorias tradicionais se baseiam em uma metodologia estritamente positivista e numa tendência para a legitimação das estruturas sociais e políticas prevalecentes. Para os teóricos críticos é impossível separar a consciência humana do mundo existente, o conhecimento objetivo dos valores e das realidades sociais, assim como as interações desiguais existentes, sua reprodução e construção histórica na sociedade.

Uma das correntes teóricas de grande importância nas relações internacionais, mas que não tem um lugar de destaque nas teorias de relações internacionais é o marxismo. A construção da crítica marxista, em especial, ao modo de produção capitalista, pode ser percebida em três momentos especiais:

primeira, a constituição do materialismo histórico nos finais do século XIX, como um produto da hibridação marxo-positivista, no tardio Engels e nos teóricos da Social-Democracia europeia, especialmente alemã (...). Segunda, a canonização da

²² Para uma melhor compreensão acerca da temática trabalhada pelo autor, ver: Pureza, José Manuel (1999), “O príncipe e o pobre: o estudo das Relações Internacionais entre a tradição e a reinvenção”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1999, n. 52/53.

versão chamada marxismo-leninismo, imposta pelo despotismo burocrático estabelecido sob o estalinismo a partir de meados dos anos 20. Finalmente, a nova hibridação desse materialismo histórico com o estruturalismo, especialmente francês, depois da Segunda Guerra Mundial (Quijano, 2010: 101).

O marxismo teve como característica principal expor críticas ao sistema existente e sua promoção das desigualdades, tanto em âmbito doméstico como exterior, assim como contribuiu para inserção da teoria crítica da Escola de Frankfurt, teoria da dependência e do sistema mundo²³. Fred Halliday (2007: 64-65) afirmou que o marxismo é

“utópico” ao postular uma forma alternativa de ordenar a política e ao introduzir preocupações éticas no conjunto da análise e é “realista” em sua ênfase sobre os interesses materiais por trás da ação humana, sobre a hipocrisia, a falsidade e o cinismo da vida política.

O marxismo teve forte relevância para o aprofundamento da agenda teórica das Relações Internacionais, a partir da inclusão da concepção de história como um processo cheio de contradições e antagonismos; a análise sobre o capitalismo, temática de suma importância e que não pode estar desassociada do estudo sobre a constituição das relações internacionais; e o estudo sobre o sistema de Estados como “uma forma particular de organizar comunidades políticas com base na ideia de nação e no princípio da territorialidade, e não como uma manifestação de laços culturais baseados em traços naturais comuns como a raça ou a etnia” (Nogueira e Messari, 2005: 106)

O marxismo tem como um dos fundamentos centrais o materialismo histórico, como critério de análise dos eventos políticos, econômicos e sociais. O materialismo histórico pode ser entendido em quatro pontos principais, de acordo com Fred Halliday (2007): o primeiro, a partir dos conceitos gerais dos modos de produção e o da formação social, analisado a partir da atividade humana – ou seja, as relações humanas são mais importantes, para o marxismo, que as relações entre os Estados; o segundo, que está diretamente ligado ao primeiro, é que a origem e o lugar das sociedades são centrais,

²³ Essas escolas teóricas serão mais bem desenvolvidas ao longo do projeto.

devendo compreender os seus contextos; a terceira, e mais conhecida, a da centralidade das classes nas relações domésticas e internacional; por último, estaria a questão do conflito e o da revolução.

O marxismo, através da análise das forças produtivas do capitalismo, acabou por romper com o conceito estadocêntrico nas Relações Internacionais, a partir da primazia da luta de classes. A luta de classes se daria no âmago do processo transformativo do sistema capitalista, em que o seu desenvolvimento nas sociedades avançadas era também o aumento das contradições do próprio sistema, aquilo que Marx chamava de destruição criativa. Para Marx (1984), a destruição criativa nada mais era que a concentração e a centralização dos meios de produção nas mãos de poucos magnatas e a socialização das perdas para a sociedade, em que em um dado momento o nível de concentração nas mãos de poucos se tornaria incompatível ao próprio capitalismo, levando a um processo de fratura social e de intensa luta de classes. Nas palavras de Marx (1984), esse seria o momento em que os expropriadores seriam expropriados²⁴.

O marxismo também acabou por teorizar sobre a questão das rivalidades interestatais no sistema internacional, a partir do conceito de imperialismo no início do século XX. Esse tipo de abordagem deu uma nova forma de análise às relações internacionais, enfatizando o papel das relações econômicas na formação de hierarquias e de hegemonias no sistema, colocando em xeque a análise tradicional estadocêntrica. A hegemonia na ordem global – conceito trabalhado por Antonio Gramsci²⁵ – se baseia em

²⁴ Para uma análise mais aprofundada acerca do pensamento de Marx e a questão do desenvolvimento do capitalismo e a luta de classes, ver: MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

²⁵ O conceito de hegemonia para Gramsci foi trabalhado de modo comparativo e analítico abordando a formação do Estado fascista italiano – sob julgo de Mussolini (1922-1944) – com os países avançados da Europa, a partir da ideia das classes que se encontram no poder. Hegemonia ocorreria, como a exemplo da burguesia nos países “avançados” da Europa, a partir do consenso de seus ideias para as classes submissas na sociedade. Enquanto há consenso, há hegemonia. Em vista dessa abordagem teórica que os teóricos das

um consenso na formação e regulação de uma estrutura econômica, social e política, tendo de ser aceitas por completude (Cox, 2007; Halliday, 2007).

A conformação de uma hegemonia mundial se concretiza com a implementação de Organizações Internacionais (OI), com regras específicas que: legitimam as normas e ideologias existentes, reproduzem o ordenamento internacional desigual, cooptam as elites dos países periféricos e absorvem as ideias contra hegemônicas (Cox, 2007). Essas ações ocorrem quando uma hegemonia nacional consegue transbordar seus ideais políticos, econômicos, culturais e sociais para o exterior, tornando-se modelos para os demais (Cox, 2007). Para além disso, contribuiu com a abordagem emancipatória, da qual o homem passava a ser o agente transformador da história e não mais um agente passivo das forças naturais, vistos à época como uma entidade passiva de um controle “metafísico” (Nogueira e Messari, 2005).

A teoria crítica da Escola de Frankfurt teve em sua base formativa grande aporte do materialismo histórico, que ao longo do século XX se distinguiu em três grandes vertentes. A primeira se preocupou em definir-se como teoria de oposição às outras teorias filosóficas e sociais centrais nas academias. A segunda buscou articular uma visão mais “estética” à teoria crítica, enquanto a última vem atuando a partir da concepção da ação comunicativa. Tiveram como grandes articuladores nos dois primeiros momentos da Escola, autores como Horkheimer, Marcuse e Adorno (Rush, 2008)²⁶.

Um dos pressupostos da Teoria Crítica de Relações Internacionais é a sua abordagem acerca da sociedade, criticando fortemente a centralidade do debate imposto pelas teorias tradicionais ao que se refere ao Estado, configurado em abordagens

relações internacionais a utilizam para compreender os períodos históricos e atual no sistema internacional. Para maior aprofundamento, ver: Stephen Gill (2007) e Halliday (2007).

²⁶ Para maior aprofundamento acerca da temática, ver: Adorno e Horkheimer (1985), Marcuse (2007), Horkheimer (2003) e Habermas (2012).

estadocêntricas. Essa mudança analítica teve, como importância, a possibilidade de compreender outros mecanismos inerentes às relações internacionais, como as relações sociais, a cultura e os meios de produção, que são comumente invisibilizados pelo pensamento moderno ocidental. É nesse sentido que a teoria crítica tenta agregar a concepção entre compromisso político e teoria, uma junção que possa levar a um processo transformativo e emancipatório.

As relações internacionais são, para a teoria crítica internacional, condicionadas pela influência social, política e ideológica. A intenção da teoria crítica internacional – com base na Escola de Frankfurt de primeira geração – é analisar os efeitos dessas condicionantes, fornecendo os mecanismos de imposição das desigualdades, além de buscar a transformação da ordem internacional como a conhecemos. De acordo com Devetak (2005: 153), objetiva analisar o

potencial para transformações estruturais na ordem mundial e examinar as forças emancipatórias "contra-hegemônicas". Forças contra-hegemônicas podem ser Estados, como uma coalizão de estados do 'Terceiro Mundo', que se esforça para desfazer o domínio dos países "centrais", ou a "aliança contra-hegemônica de forças em escala mundial".

Os alicerces da teoria crítica podem ser, portanto, relacionadas em quatro principais bases: “a relação entre o sujeito cognitivo e o seu objeto de estudo; a influência de interesses e valores sobre a teoria; a mutabilidade da realidade social; e os modos de teoria que surgem” (Silva, 2005: 256). Isso quer dizer que a razão – entidade máxima do pensamento moderno ocidental – tem os seus limites, no sentido do que podemos saber diante da heterogeneidade social, sendo a teoria sempre relativa aos contextos históricos e não havendo a possibilidade de uma verdade universal (Nogueira e Messari, 2005).

Os pressupostos da teoria crítica focam na crítica ao conhecimento dominante e na promoção da reflexividade teórica, assim como as possibilidades de emancipação na modernidade global, ou seja, “é uma forma de instigar a mudança social, fornecendo um

conhecimento das forças da desigualdade social que pode, por sua vez, orientar a ação política que visa a emancipação” (Rush, 2008: 35). Dessa forma, a teoria crítica é essencialmente normativa, diferenciando-se sobremaneira das teorias tradicionais que se auto intitulam neutras e se preocupam com a regularidade e a descoberta de fatos preexistentes (Messari e Nogueira, 2005; Silva, 2005).

O feminismo é outro segmento que não encontra reverberação leituras tradicionais dominantes nas Relações Internacionais, devido ao seu próprio caráter de crítica ao atual debate teórico. Sua importância tem ascendido ao longo dos últimos trinta anos. Teve, em um primeiro momento, maior destaque nas ciências sociais, mas, até meados da década de 1980, esteve ausente nas relações internacionais. Entre os problemas apresentados pelos debates feministas, dentro da academia de Relações Internacionais, estão a tentativa em superar a invisibilidade imposta às questões de gênero pelas teorias tradicionais, assim como colocar na agenda disciplinar o feminismo como objeto de estudo relevante para o alargamento teórico das Relações Internacionais.

A ausência da questão de gênero na produção teórica em Relações Internacionais foi sempre considerado um tema “não-tema”, baseado na pressuposição de que as relações de gênero não estariam presentes nas diversas esferas das relações internacionais. Essa concepção adotada pelas teorias tradicionais remete à ideia de que os processos históricos a níveis globais são tidos como neutros em relação a gênero, não tendo nenhum efeito sobre a posição e o papel das mulheres na sociedade, na política ou na economia. (Halliday, 2007).

Isso pode ser explicado pela importância que a própria disciplina de RI dá a “alta política”, referentes aos estudos sobre o Estado, sobre poder e sobrevivência, fundamentadas no positivismo, em que tais estudos e a entidade estatal seriam livres de

questões ideológicas ou de gênero, retratando uma estrutura supostamente imparcial e neutra (Messari e Nogueira, 2005). O crescimento da corrente feminista nas Ciências Sociais produziu contribuições para a teoria das Relações Internacionais, baseadas na crítica ao poder e sua representação hierárquica em termos de gênero, algo longamente invisibilizado pela academia positivista.

Entretanto, dentro dos estudos feministas, o “grupo feminismo” das relações internacionais é constituído por uma heterogeneidade de visões de mundo. A corrente de gênero é composta e classificada entre diversas particularidades, como: “feminismo liberal; feminismo crítico; construtivismo feminista; pós-estruturalismo feminista; e feminismo pós-colonial” (Tickner e Sjoberg, 2007). A partir de toda sua diversidade teórica, o feminismo conseguiu trazer contribuições ímpares ao debate teórico, indo das questões político-econômicas à da segurança internacional, expondo a falácia das teorias tradicionais acerca da neutralidade sobre gênero – Kenneth Waltz afirma claramente em seu livro, “Teoria das Relações Internacionais”, a neutralidade da TRI em relação a gênero –, em que na realidade há uma imposição silenciosa das relações de gênero como um sujeito oculto nas RI.

Os pressupostos teóricos tratados neste tópico visaram demonstrar que existem outras teorias para além do debate dominante acerca das relações internacionais, assim como foram responsáveis no processo de aprofundamento crítico e permitindo desembocar no desenvolvimento das teorias pós/descoloniais. Elas se pautam na perspectiva de que os paradigmas em RI são muito mais heterogêneos do que as teorias tradicionais afirmam, além de propor temas de extrema importância e que continuam a ser ocultos, como as críticas e produções epistemológicas outras, do sujeito como agente ativo e do gênero como ator presente na política internacional. Todavia, tais críticas ainda mantinham uma

temática silenciosa, sem dar a sua devida importância nas relações internacionais: o colonialismo e as relações desiguais provocadas por essa estrutura hierárquica. Para essas teorias do Sul global, não era (e ainda não é) possível falar de relações internacionais sem compreender o que foi o processo colonial que impôs a periferia – responsável por dois terços das nações e da população mundial – a um tipo de sistema baseado na violência, apropriação e invisibilização de suas culturas, modos de vida e de produção em detrimento a sistema mundo moderno/colonial que ia se formatando no bojo do desenvolvimento capitalista/colonial europeu.

Das contribuições teóricas dependentistas às pós-coloniais do Sul: uma visão do princípio da não indiferença para o caso brasileiro-moçambicano

À época dos grandes debates entre as teorias tradicionais – tidas como universais – e as teorias críticas, a periferia do sistema internacional também produziu abordagens teóricas e práticas de ação – a exemplo da formação de coalizões Sul-Sul – como contrapartida ao *status quo* imposto pelos países do Norte global. Entre essas produções, podemos destacar duas principais que surgiram no contexto latino americano: a escola cepalina e a teoria da dependência. A primeira visava denunciar as trocas desiguais no mercado internacional e propor modelos de desenvolvimento próprio com o intuito de diminuir o processo de trocas desiguais. Os principais nomes dessa escola foram Raul Prebisch e Celso Furtado²⁷. Mesmo após um processo de elevada industrialização de alguns países da região latina, os cientistas sociais da CEPAL produziram críticas e autocríticas aos limites de um desenvolvimento realmente autônomo e nacional, o que veio

²⁷ Para uma análise mais detalhadas das obras desses autores, ver: Furtado, Celso (1978), *Criatividade e Dependência*. São Paulo: Paz e Terra; e, Prebisch, Raul (1949), “O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas”. *Revista Brasileira de Economia*, ano 03, nº 03, pp. 47-111.

a resultar numa segunda escola teórica, surgida no bojo da escola cepalina, a teoria da dependência (Dos Santos, 2000).

Já a segunda, a teoria da dependência, teve maior importância acerca dos contributos às teorias críticas, fundamentada na denúncia das desigualdades nas relações internacionais, caracterizada numa clivagem entre centro e periferia²⁸ imposta pelo processo colonial, mesmo após as independências políticas alcançadas em princípios do século XIX pelos países latino americanos. Essa dependência econômica e política na ordem mundial se deu pela imposição de uma estrutura hierárquica de dependência, do qual os países centrais não permitiam a ascensão dos países periféricos²⁹.

É nesse sentido que se formavam nos contextos latino americano e africano, grupos de pensadores que contestavam o receituário do pensamento político e econômico vigentes nas Ciências Sociais/Relações Internacionais. Autores como Raul Prebisch, Celso Furtado, Kwame Nkrumah e Walter Rodney em um primeiro momento do pensamento crítico nas periferias e, num segundo momento, autores como Theotônio dos Santos, Gunder Frank, Samir Amin e Mauro Marini – preservando sempre suas peculiaridades e especificidades – analisaram o processo desigual das relações entre as nações, o desenvolvimento capitalista que gerava em seu bojo o subdesenvolvimento e o movimento neocolonial de apoderamento econômico, social, político e cultural pelas antigas e grandes potências as recém-nações independentes. Essa “onda” crítica conectava-se numa nova perspectiva de

²⁸ Ao longo do percurso da teoria da dependência, foi acrescentada às suas bases analíticas a conceituação de “semiperiferia”, ou seja, países que apresentaram certo grau de industrialização e desenvolvimento econômico, com maior margem de manobra no meio internacional. Todavia, esses países não perderiam os grilhões que caracterizariam a dependência econômica.

²⁹ A exemplo dos países da América Latina que obtiveram elevadas taxas de crescimento em meados do século XX, mas que não se reverteu em desenvolvimento econômico e social, nem com a quebra da dependência externa – muito pelo contrário, acabou por aumentar a dependência externa, vivenciadas ao longo das décadas de 1980 e 1990.

descentrar a produção do conhecimento, assim como expor às críticas os processos de hierarquização da ordem mundial.

Para tentar analisar os diferentes processos de acumulação, produção e crescimento entre Norte/Sul, esses autores partiam das diferentes realidades sociais, econômicas e culturais existentes em seus próprios contextos. Baseados nisso, perceberam a importância em resgatar a história do colonialismo como um dos fatores de promoção da desigualdade das sociedades, caracterizadas pelo pensamento hegemônico como nações “subdesenvolvidas”. Gunder Frank ressaltou a importância de que

Nós não podemos formular adequadamente uma teoria e uma política para a maioria da população mundial que sofre de subdesenvolvimento sem primeiro aprender como seu passado econômico e sua história social deram lugar ao subdesenvolvimento presente. (Frank, 1996: 1149).

A teoria da dependência foi uma das grandes responsáveis no desenvolvimento dos pensamentos pós/descoloniais, em vista de sua preocupação em resgatar a história, dos contextos de onde se fala e produz e, em trazer à luz do debate o colonialismo e as problemáticas produzidas nas antigas colônias. Todavia, ainda havia uma necessidade e um desafio de romper com a monocultura dominante nas Relações Internacionais, a partir de uma “negociação, absorção e diálogo” entre diferentes saberes e conhecimentos – dentro e fora da disciplina –, no intuito de criar possibilidades além do monopólio do saber (Meneses, 2009: 230). Para Bhabha (1998: 239)

As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das "minorias" dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma "normalidade" hegemônica ao desenvolvimento irregular e as histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das "racionalizações" da modernidade. (Bhabha, 1998: 239).

É nesse sentido que os pensamentos pós/descoloniais trouxeram em seu escopo uma forte crítica ao pensamento moderno ocidental e toda sua carga colonial. Não era

necessário simplesmente retratar os problemas que o colonialismo infligiu a essas sociedades, mas compreender nos níveis epistemológico, cultural e econômico como a lógica do sistema mundo moderno/colonial conseguiu se impor nessas áreas. Por isso, se faz necessário trazer ao debate os projetos descoloniais: primeiro como necessidade de descolonizar conhecimentos e termos capturados pelo pensamento moderno ocidental; segundo, trazer à luz do debate conhecimentos e saberes até então invisibilizados pelas teorias tradicionais; e, por último, divulgar e propor diferentes tipos de práticas e disciplinas possíveis. Boaventura de Sousa Santos (2002: 246), resume no sentido de:

Começar por um procedimento que designo por *sociologia das ausências*. Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças (Santos, 2002: 246).

Nessa perspectiva há que se mover o estudo para além da forma predominante do capital na economia, do Estado e da teoria nas relações internacionais, sendo estas uma construção histórica da modernidade europeia e não global, como se pretende o eurocentrismo (Chakrabarty, 2008; Escobar, 2010). O próprio historicismo e suas particularidades encontram-se “contaminados” pelo universalismo abstrato³⁰ do pensamento moderno ocidental, ao qual “o vendedor de rua no Rio, o mineiro sul africano, a família Landak no Himalaia e os Kikuyu tornam-se um e iguais: pobres e subdesenvolvidos” (Abrahamsen, 2000: 18)³¹. Neutralizam-se e cancelam-se as diferentes contingências entre as sociedades com o intuito de homogeneizar a pluralidade e impor os preceitos dominantes do pensamento moderno ocidental.

³⁰ Universalismo abstrato está fundamentado em dois princípios básicos. Primeiro que é fundado numa abstração espaço-temporal do conhecimento e, em segundo lugar, o sujeito da enunciação é desprovido de rosto e geografia, um vazio cartográfico e corporal. Para melhor compreensão, ver: Grosfoguel (2007).

³¹ Traduzido a partir do fragmento: “the street vendor in Rio, the South African miner, the Landak family in the Himalayas, and the Kikuyu in Kenya become one and the same: poor and underdeveloped”.

Outro ponto a ser posto em efetividade é a “sociologia das emergências”, que visa expor a falha da crença do tempo linear da ciência moderna e do futuro, visto como um mar de possibilidades ou de incertezas . Segundo Santos (2002: 254),

a sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro (...) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das actividades de cuidado.

É nesse sentido que os pensamentos pós/descoloniais buscam promover autoquestionamentos e possibilidades na criação de contextos favoráveis àquelas sociedades marginalizadas, fundando-se na construção e produção de saberes não abissais, que respondam aos problemas intrínsecos as realidades sociais, culturais e econômicas dos contextos a serem analisados. Tal pensamento exige uma crítica de várias perspectivas sobre a hegemonia de um conhecimento baseado na ideia do capital, desenvolvimento, modernidade e de um modo de ser, estar e agir na política internacional – boa governança exigida pela “comunidade internacional”, ou seja, aquela exigida pelos países ocidentais.

As teorias pós/descoloniais também estão intrinsecamente ligadas às relações internacionais, tendo como escopo a percepção da grande relevância da periferia na produção de conhecimento, no estudo de autonomias regionais e na análise de política internacional. A variedade teórica advinda do “Sul” mostra-se deveras relevante e efetiva, ao qual o conhecimento não se resume a uma verdade única e excludente, mas sim a uma gama de contribuições para o entendimento dos grupos sociais, Estados e da política internacional. É nesse sentido que se faz necessário um “movimento [que] pressupõe a redescoberta da solidariedade social e da confiança em um potencial para a criatividade coletiva sustentada, inspirada por um compromisso de equidade social, de reconhecimento recíproco das diferenças culturais e civilizatórias, de sobrevivência biosférica e métodos não violentos de lidar com o conflito” (Cox, 2002: 94).

Compreender a diversidade: Estado heterogêneo, colonialismo interno e o tempo na cooperação internacional

É importante trazer à luz do debate temas-chaves como o Estado, o colonialismo (interno) e o tempo³² nas relações internacionais, que normalmente são capturadas pelo pensamento moderno ocidental na sua lógica de unicidade e de tempo estático. Como já levantado ao longo da “Introdução” e do “Estado da Arte”, há que se analisar as problemáticas existentes nos processos de cooperação internacional, mais especificamente acerca da cooperação Sul-Sul e da complexidade inerente a essas relações, em que as diversas estruturas existentes nesses processos, acabam por interagir, constranger ou cooptar as políticas promovidas entre tais atores³³.

A visão de um Estado Westfaliano, assim como a racionalidade econômica do mercado são exemplos de mitos construídos e que não encontram bases em diversas nações, a exemplo de África e América Latina – onde o estudo de caso se focará entre Brasil e Moçambique. De acordo com Karen Smith, o pensamento pós-colonial pode influenciar a partir da “confrontação da posição hegemônica do ideário estadocêntrico, através de uma conceptualização menos submissa e mais inclusiva” dos diversos atores envolvidos (SMITH, 2008: 12). A autora sul-africana também interpela sobre as possíveis contribuições dos povos e nações periféricas nos debates acadêmicos e teóricos da disciplina, mas que acabam sendo silenciados pela hegemonia teórica do Norte global, em

³² Apesar de nesse tópico trabalhar acerca da questão do tempo, ele não será tema principal no desenvolvimento desta tese, diferentemente da problemática acerca do Estado e do colonialismo interno, que serão centrais. Todavia, não posso me furtar em trabalhar, mesmo que de forma introdutória, a questão do tempo para a história e a teoria em Relações Internacionais. Creio que tal temática tem muito a ser trabalhada, ainda, pelos acadêmicos, em vista da sua completa invisibilização e desconsideração pela própria academia da disciplina de Relações Internacionais. Para aqueles que desejam uma análise mais detalhada, ver: Kosseleck (2006), Chatterjee (2008) e Fabian (2013).

³³ As lógicas estruturais serão trabalhadas de forma específica nos capítulos primeiro e terceiro desta tese, a partir de um paradigma heterárquico para as relações internacionais.

que retratam o Sul global como objeto a ser compreendido e não como um sujeito de sua própria história.

O realismo e o liberalismo veem o Estado como um agente promotor de um interesse nacional/racional e como uma entidade unitário-homogênea. Na realidade, ora os Estados e suas esferas administrativas são constituídos por uma heterogeneidade de atores, de sujeitos, sejam os que estão enraizados nos movimentos sociais até aqueles constituídos no grande capital. Tudo isso num dado momento histórico de crise, onde a concentração de riqueza e de poder das grandes potências, mesmo fragilizadas, são ampliadas³⁴, haja visto os movimentos e mobilizações sociais em todos os grandes centros mundiais, periféricos ou não, que reivindicam redução das desigualdades de renda, emprego e políticas sociais inclusivas. Por outro lado, no tocante à cooperação Sul-Sul, há um forte vínculo entre movimentos sociais de diversos países que promovem cooperação sem passar pelo crivo dos aparelhos estatais de seus respectivos países³⁵, a exemplo da V Conferência Internacional da Via Campesina ocorrida em Maputo, Moçambique, entre 16 a 23 de outubro de 2008³⁶.

Esses encontros resultam na troca de conhecimentos e experiências de vida vivenciadas pelos movimentos sociais em suas regiões, expondo possibilidades e problemáticas envolvidas em projetos de cooperação a níveis estatais, levando a processos de interação, cooptação e/ou negação³⁷. Para além disso, percebe-se a heterogeneidade do Estado tanto no plano doméstico quanto no plano internacional, a exemplo dos discursos e

³⁴ Stiglitz, Joseph E (2013). *The price of inequality*. New York: W.W.Norton & Company

³⁵ Tendo em vista a complexidade da temática, também há apoios de certos aparelhos estatais para o desenvolvimento de cooperação paraestatais. Exemplo disso é a proximidade que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem com os movimentos sociais ligados a terra. Isso, pois o MDA é um ministério voltado a questões de reforma agrária e agricultura familiar. Por isso a importância de levarmos em conta o pensamento heterárquico, de que as estruturas e as ações políticas são muito mais complexas e heterogêneas que o debate tradicional a partir de binarismos – bom/ruim, certo/errado – tenta nos impor.

³⁶ Disponível em: http://www.cna.pt/comunicados/viacampesina/14_vconferenciamaputo15out08.pdf

³⁷ Esses tipos de processos que ocorrem nas estruturas sociais serão mais bem detalhados no primeiro capítulo e no terceiro, referente a essa temática.

práticas entre os ministérios da agricultura e do desenvolvimento agrário, tocante ao plano doméstico brasileiro, e entre a área da saúde e a da agricultura, tocante a sua atuação no plano internacional. Essas diferenças acabam por influenciar de forma contundente as ações dos Estados, tanto a níveis domésticos – em relação às políticas públicas – quanto a nível internacional – políticas externas e de cooperação, por exemplo.

Essas diferenças, ao que tange o caso brasileiro se deve ao fato de que o Ministério da Saúde foi criado e formatado a partir da participação e do debate popular, à época da redemocratização e da Constituição de 1988³⁸, o que acabou por contribuir fortemente nas formulações de políticas públicas de caráter universal e inclusivo a toda a sociedade brasileira. Em relação ao Ministério da Agricultura, este foi formulado para acomodar os interesses dos grandes proprietários de terra, se encontrando completamente aparelhado pelo agronegócio e representando o grande capital agrícola em detrimento das pequenas propriedades³⁹.

A partir desses dois exemplos, pode-se constatar as diferentes formas de atuação a níveis domésticos e externos, assim como a recepção da população e da sociedade civil brasileira e moçambicana das políticas implementadas e assinadas entre as duas nações. Dentre os casos a serem analisados na cooperação bilateral entre Brasil e Moçambique, será analisada as diferenças existentes entre a cooperação na área da saúde, com a

³⁸ Isso se reflete no artigo 196, da Constituição Federal de 1988: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

³⁹ No próprio sítio institucional do Ministério da Agricultura tem-se que “é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. (...) visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional”. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>.

assinatura de acordos no fortalecimento institucional e construção da fábrica de antirretrovirais, e a cooperação área da agricultura, referente ao ProSAVANA⁴⁰.

Esses dois curtos exemplos demonstram que não há como tratar as relações internacionais como sendo desenvolvidas por entidades homogêneas (Estados) e constituídas domesticamente por um único interesse – o discurso do “interesse nacional”⁴¹. O dito “interesse nacional” ocorre, na verdade, por cooptações, interações e choques de perspectivas entre diversos grupos de interesses, sejam eles infraestatais ou supraestatais que acabam por operar dentro da própria burocracia estatal, implementando suas lógicas operacionais com certa autonomia no nível doméstico – assim como ao nível internacional (Santos, 2006b).

Há que se levar em consideração a necessidade de inclusão da diversidade de atores e agentes nos níveis doméstico e internacional, dentre os quais os não estatais, os subestatais, os paraestatais e os infraestatais como alternativas de análise para além da homogeneidade teórica dominante. Para isso há que se alargar o entendimento das entidades como unidades homogêneas para uma compreensão mais heterogênea da análise teórica e prática, percebendo as estruturas complexas e diversas inerentes ao Estado.

É importante para o estudo das relações internacionais, compreender a heterogeneidade temporal, para além do pensamento dominante de linearidade – o tempo como uma linha contínua, escalar e unívoca – ideologizado pelo capitalismo e pela

⁴⁰ Essa análise será mais bem detalhada nos últimos capítulos da tese, a partir de entrevistas e conversações com representantes oficiais e parte da sociedade civil, buscando demonstrar as diferenças e reproduções daquilo que se convencionou relações verticais.

⁴¹ Como exemplo, podemos constatar a completa divergência entre o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário no Brasil, do qual o primeiro serve aos interesses do agronegócio – com base na exploração, concentração de terras e exportação da produção –, enquanto o segundo está baseado na distribuição de renda e verbas para a pequena propriedade, de base familiar, produção interna nacional e subsistência familiar – soma-se ainda a exigência de reforma agrária deste órgão ministerial. Outro ponto que possa demonstrar a heterogeneidade de atores e das influências no aparato estatal está em sociedades pós-coloniais onde há instâncias comunitárias com autonomia de decisões jurídicas, políticas e econômicas em relação ao poder central ou até mesmo as novas constituições aprovadas em Bolívia e Equador, que trazem na constituição o reconhecimento e a valorização da heterogeneidade através do Estado plurinacional.

modernidade ocidental como um “espaço tempo homogêneo e vazio” (Chatterjee, 2008). De acordo com Chatterjee (2008: 62) esse pensamento linear “conecta o passado, o presente e o futuro e se converte em condição de possibilidade para as imaginações historicistas da identidade, da nacionalidade, do progresso, etc. (...)”, assim como unifica em uma continuidade irreversível e unidirecional a história (Hutchings, 2007).

Entretanto, esse tempo homogêneo e vazio que a modernidade ocidental imagina e impõe às sociedades ao redor do globo – como tendo uma história contínua e progressiva – não é real, pois “o tempo é heterogêneo, dispersamente denso” (Chatterjee, 2008: 62). Assim como a própria concepção de modernidade é modificada, adaptada e cooptada nos diferentes contextos, o tempo também o é. Não podemos pensar toda a diversidade social ao redor do globo a partir de uma lógica linear do tempo, pois é a partir dessa lógica que se impôs escalas de desenvolvimento entre as diversas sociedades no mundo: primitivos/avançados, selvagens/civilizados, desenvolvidos/subdesenvolvidos.

O tempo, como uma construção ideológica do pensamento moderno ocidental, teve na sua constituição ideacional três características principais, de acordo com Johannes Fabian (2013: 57-59): “tempo físico”, “tempo mundano” e “tempo tipológico”. O tempo físico estaria baseado numa concepção sociocultural evolucionista, que se desenvolve ao longo de períodos históricos, dando uma conotação objetiva e neutra usada para medir mudanças demográficas, ecológicas ou eventos sociais (econômicos, rituais, etc.). Já o “tempo mundano” não se fundamenta numa cronologização do tempo, como o físico, mas sim com a periodização em grande escala – como a concessão de eras e estágios, mantendo distanciamento em relação aos outros tempos. Por último, o “tempo tipológico” é utilizado em termos de eventos significativos ou intervalos entre tais eventos, a partir de um ponto

de vista sociocultural, a exemplo da “escrita versus letrado” e “tradicional versus moderno” (Fabian, 2013: 59).

Há que se ter em consideração que o “tempo” é também uma dimensão constitutiva da realidade social, que o seu processo de desenvolvimento teórico acabou por servir a certos interesses, num primeiro momento com o colonialismo através da separação por etapas entre as diversas sociedades humanas, assim como a sua objetividade e neutralidade atual que serve a outros interesses, como o do capital – como Chatterjee (2008) explicou, é um “espaço tempo vazio homogêneo”, do qual age de forma indiscriminada, linear e universalmente em qualquer contexto social. Fabian problematizou o tempo como uma constituição da realidade social, afirmando que

as sequências evolutivas e sua concomitante prática política do colonialismo e do imperialismo podem *parecer* incorporativas; afinal, elas criam um quadro de referência universal capaz de acomodar todas as sociedades. Mas, sendo baseadas na episteme da história natural, elas se fundamentam no distanciamento e na separação. Não haveria *raison d'être* para o método comparativo se não fosse a classificação de entidades ou traços que primeiro têm que ser separados e diferenciados antes que se possa utilizar suas semelhanças para estabelecer taxonomias e sequências de desenvolvimento. Para expressar isso de modo mais concreto: o que torna o selvagem significativo para o Tempo do evolucionista é o fato de ele viver em outro Tempo. Pouco precisa ser dito, eu assumo, sobre a separação ideológica a partir do pensamento iluminista e do posterior evolucionismo (Fabian, 2013: 62-62).

Além da problematização da centralidade e homogeneidade dos Estados e do questionamento da noção de tempo, o colonialismo interno é outro debate ainda pouco problematizado e pouco visado nas relações internacionais – e nas ciências sociais como um todo –, mas com possibilidades de alargamento teórico e analítico para a disciplina, principalmente nos contextos periféricos. Colonialismo interno é a aplicação a nível nacional do “modus operandi” do colonialismo pelas elites domésticas, a partir da exclusão por classe, raça, cor e sexo tanto na infraestrutura quanto na superestrutura. De acordo com Gonzalez Casanova (2006, p. 410),

A definição do colonialismo interno está originalmente ligado a fenômenos de conquista, em que as populações de nativos não são exterminadas e formam parte,

primeiro, do Estado colonizador e, depois, do Estado que adquire uma independência formal (...). Os povos, minorias ou nações colonizadas pelo Estado-nação sofrem condições semelhantes aos que os caracterizam no colonialismo e o neocolonialismo a nível internacional: habitam em um território sem governo próprio; se encontram em situação de desigualdade frente as elites das etnias dominantes e das classes que as integram; sua administração e responsabilidade jurídico-política concernem as etnias dominantes, as burguesias e oligarquias do governo central ou aos aliados e subordinados do mesmo.

As elites nacionais agem, dessa forma, por meio da opressão e exclusão das “minorias” – que em muitos casos são a maioria – por uma busca incessante de ganhos político-econômicos na esfera doméstica. Mesmo com mudanças de governos, percebe-se o aparelhamento estatal por esses grupos, impondo seus interesses e coagindo a máquina burocrática, além do apoio existente nos meios de comunicação ao serviço das elites nacionais.

Além disso, busco analisar e expor o paradigma heterárquico, demonstrando as possibilidades de promover mudanças na interação política internacional e possibilitando abrir uma visão crítica as dificuldades existentes nas diversas estruturas de análise⁴². Percebendo a problemática existente acerca da análise da cooperação nas relações internacionais, proponho a necessidade de um paradigma heterárquico para além do princípio da não indiferença⁴³. Não com vistas de substituição deste pelo outro, mas como complementação nas avaliações e ações políticas. O paradigma heterárquico tem como princípio a intenção de substituir a lógica eurocêntrica de análise das estruturas sociais e políticas, herdadas do século XIX, como sistemas fechados.

O paradigma está ligado a percepção de que as estruturas políticas e sociais

São estruturas complexas das quais não existe um nível básico que governe sobre os demais, mas que todos os níveis exercem algum grau de influência mútua em diferentes aspectos particulares e atendendo a conjunturas históricas específicas.

⁴² As estruturas que trabalharei no primeiro capítulo são cinco: local; quase local; doméstica; regional; e, global.

⁴³ Essa complexidade não é exclusiva a abordagem da cooperação, mas as relações internacionais como um todo, tendo em vista os níveis de complexidade abrangidos nas análises da economia, da política, da cultura, do Estado, entre tantas outras temáticas.

Adicionar esse paradigma é ter em mente acerca das complexidades a níveis sociais e políticos que existem nos processos de cooperação – como também nas relações internacionais –, como levantado anteriormente e que será trabalhado de forma mais aprofundada a posteriori, acerca das estruturas presentes nos Estados e sociedades, assim como na própria temporalidade.

Agregar tal paradigma leva a perceber que a lógica da unicidade/homogeneidade das ciências sociais eurocentradas não encontram reverberação nas realidades sociais e políticas do Sul global – assim como no próprio Norte global. O pensamento moderno ocidental é ele mesmo uma utopia, baseado na crença de si mesmo como verdade universal ou o seu pedaço de espelho como o todo, completo. Tentar impor essa visão de mundo é invisibilizar outros modos de produção e práticas existentes, assim como as complexidades e heterogeneidades dos mecanismos de opressão e lutas contra o *status quo* e a “normalidade” da vida.

A periferia⁴⁴ pode, a partir das suas práticas, oferecer importantes contribuições teóricas para as Relações Internacionais sobre temas como: o Estado, suas estruturas doméstica e externa; a economia para além da economia política ocidental e seus impactos na sociedade; colonialidade e as funcionalidades da violência nas relações internacionais; questões de raça, gênero e classe; formas de cooperação estatais e não estatais na política internacional.

Portanto, esta tese entende como necessário resgatar essa variedade teórica em vista da dificuldade das teorias tradicionais de responderem a problemática da atuação e das políticas de cooperação implementadas pelos países semiperiféricos e/ou periféricos na política internacional, assim como às suas formas de inserção internacional. Para tanto, não

⁴⁴ Periferia não no sentido estritamente econômico, mas cultural, político e acadêmico, baseada nas fundamentações teóricas de Bhabha (1998), Robert Cox (2002), Devetak (2005), assim como os de Gunder Frank (1996), Samir Amin (2004), entre outros.

me furtarei de aprofundar sobre a temática em questão ao longo da tese, com intuito de responder aos problemas levantados.

Metodologia de Trabalho

Faz-se necessário clarificar os métodos utilizados por esta investigação, uma vez determinado o problema de pesquisa, considerando meus propósitos e objetivos. Os tipos de pesquisa podem ser exemplificados em três categorias principais: bibliográfica, descritiva e interpretativa. Para melhor entendimento desta tese, vejo como relevante ressaltar as principais características entre as três, que serão utilizadas ao longo da tese, descritas na “Tabela 1”.

Tabela 1 – Classificação de Tipos de Pesquisa

Tipos de Pesquisa	O que pretende	Finalidade
Pesquisa Documental/bibliográfica	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão de literatura, a partir de livros, artigos, documentos, entre outros. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Problematização de uma temática; ▪ Leitura crítica dos materiais analisados.
Pesquisa descritiva	<ul style="list-style-type: none"> • Busca observar, registrar, analisar, descrever e correlacionar fatos e acontecimentos ocorridos; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entender, a partir de sua contextualização, como um acontecimento se relaciona com as ações implementadas.
Pesquisa Interpretativa	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos de casos baseados em: <ul style="list-style-type: none"> ○ Entrevistas; ○ Conversações 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compreender com os envolvidos, diretos e indiretos na ação, as possibilidades e limites da horizontalidade.

Fonte: Gil (2008).

Tomado por essa base, esta pesquisa conformou-se como exploratória e descritiva. A exemplo de um levantamento bibliográfico realizou-se uma revisão e análise da literatura especializada nas temáticas em questão. Já na pesquisa interpretativa, ela esteve focada em entrevistas e em conversações. Gostaria de deixar claro que essa pesquisa não intenta utilizar os métodos científicos da ciência social moderna, baseada numa ideia de que o observador é uma entidade independente do seu objeto de estudo.

Pelo contrário, proponho que o objeto de estudo é fruto de uma decisão pessoal do pesquisador, onde se encontram suas visões de mundo e sentimentos, que o pensamento moderno ocidental tenta negar a partir de uma crença de que o observador se encontra num “ponto zero” espaço-temporal, não podendo ser influenciado e nem influenciar o seu objeto de análise. Todavia, no processo de pesquisa e trabalho de campo há influências, trocas de percepções e conceitos entre os sujeitos e objetos, além das diferenças sociais, culturais, linguísticas, raciais e de gênero que possam existir, com possibilidades de modificarem suas formas de agir, pensar e ser em determinados contextos.

Isso não implica menor rigor ou impossibilidade de analisar e problematizar os problemas existentes, mas sim um maior rigor, pois permite levar em consideração que na investigação e na pesquisa existem diversas variáveis que influenciam e constituem o trabalho. A minha função é tentar captá-las e utilizá-las da melhor forma possível, a partir das experiências vivenciadas no trabalho de campo, percebendo que aquilo que propus analisar e aquilo que recebi se constituíram de forma coetânea, como uma avenida em mão dupla. Acreditar que um trabalho de investigação está livre de tais influências é cair no próprio mito que a ciência moderna ocidental se propôs em solapar.

Nesse sentido que as entrevistas foram feitas de forma pessoal, entre o pesquisador e o entrevistado, baseados em questionários flexíveis. A entrevista teve como alvo de

aplicação os implementadores e organizadores da cooperação na área da saúde entre Brasil e Moçambique, assim como com representantes da população local, com enfoque sobre a construção e funcionamento da fábrica de antirretrovirais em Matola, capital da província de Maputo – Moçambique – assim como seus impactos. Também foi utilizado o recurso da entrevista relacionada a pessoas próximas com a cooperação na área da agricultura.

Em segundo lugar, a conversação é uma forma de metodologia feita o pesquisador e a segunda pessoa, buscando interação de forma a dar liberdade da fala a segunda pessoa. Essa metodologia tem a possibilidade de reconhecimento e respeito entre os envolvidos onde os participantes influenciam uns aos outros. De acordo com Miranda, Vasconcelos e Santiago (2006),

“A subversão que a conversação propõe encontra-se no conteúdo do que se vai falar. Não é solicitado um saber já sabido, predeterminado, pois a fala é a própria de cada sujeito. Pauta, conteúdo definido, roteiro pré-determinado não se consubstancia em uma conversação, pois o que se busca é um falar dos próprios sujeitos que dela participam e ensinam a quem conversa com eles. (...) A surpresa está nessas conversas, no sem sentido que surge delas, mas que pode fazer sentido a algum participante, e por isso a aposta das conversações é fazer emergir o real que toca a cada um. É esse real que pode ser contornado por meio das palavras. A surpresa nos diz que se tocou em algo novo. A palavra o contorna pois o real nos escapa sempre. São essas as surpresas que advêm da multiplicidade de sentidos dados que vão surgindo oportunizando conhecer algumas identificações manifestas”.

Esse tipo de metodologia será utilizada para identificar os possíveis impactos (positivos ou negativos) provocados pela construção da fábrica de antirretrovirais – que está dentro do acordo firmado da cooperação técnica entre Brasil e Moçambique – com pessoas da sociedade civil e atuantes em ONGs, que estiveram envolvidas (direta ou indiretamente) ou tem conhecimento do projeto, se possível. De forma secundária foi também utilizada para o campo da cooperação na agricultura, especificamente em relação ao ProSAVANA.

A realização da pesquisa em questão deve, assim, articular de forma objetiva e subjetiva – de acordo com suas peculiaridades – coerentemente aos objetivos traçados.

Para isso, a escolha dessa metodologia esteve baseada ao tipo de estudo que se pretende realizar, necessitando estar fundamentado na natureza do problema a ser investigado. Assim, são apresentados na “Tabela 2” os principais métodos de investigação e as técnicas de dados em relação aos tipos de metodologias empregadas por este trabalho.

Tabela 2 – Métodos e técnicas de produção de dados

Metodologia	Métodos	Produção de análise
Qualitativa	<ul style="list-style-type: none"> • Bibliografias específicas na área de Relações Internacionais e Pós-coloniais, para além das teorias tradicionais; • Levantamento dos tratados firmados – mais especificamente entre o Brasil e Moçambique – na área da saúde; • Estudos de casos sobre os (possíveis) impactos (positivos ou negativos) provocados pela cooperação técnica na área da saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise de obras e documentos acerca das formas de inserção internacional do Brasil, com maior enfoque às teorias críticas e pós-coloniais. ▪ Análise dos acordos firmados entre Brasil e Moçambique na área da saúde, com destaque a horizontalidade.

Em vista de que as teorias das Relações Internacionais devem ser examinadas em um contexto mais amplo da política internacional, não se pode deixar de fazer um levantamento de nível qualitativo neste trabalho. Realizou-se uma análise da literatura especializada na temática em questão, retratada em três partes: a primeira, a partir de uma bibliografia teórica geral de relações internacionais e as teorias tradicionais; a segunda, através de livros e artigos sobre as teorias críticas pós-coloniais; e, por último, buscando conhecimentos “outros” produzidos a partir do Sul e para o Sul.

Hipóteses

Faz-se necessário ressaltar que em uma pesquisa é de extrema relevância a necessidade de construir hipóteses, com vistas a ajudar no desenvolvimento do trabalho, assim como determinar sua validade. O investigador quando inicia sua tarefa em um campo específico possui alguma(s) hipótese(s) sobre a realidade que intenta conhecer e explicar. Isto se dá, ao tomar por base a reflexão sobre algumas ideias norteadoras e primeiras sobre o objeto, sobre como estas são contraditas e se reafirmam num estágio superior. Nesta dinâmica algumas de suas possíveis causas aparecerão com maior clareza (Cervera, 2001).

A hipótese é um dos caminhos a se testar nossos conhecimentos, através do processo de testes empíricos. Gil (2008: 41) nos explica mais elaboradamente que “hipótese é uma suposta resposta ao problema a ser investigado. É uma proposição que se forma e que será aceita ou rejeitada somente depois de devidamente testada”.

O papel fundamental da hipótese na pesquisa é sugerir explicações para os fatos. Essas sugestões podem ser a solução para o problema. Seguindo estas indicativas, o respetivo trabalho viu como necessário uma averiguação a partir de duas hipóteses que são complementares:

- Hipótese 1: A experiência das relações bilaterais na área da saúde entre Brasil e Moçambique – principalmente a partir do governo Lula da Silva e de Celso Amorim no comando do MRE no Brasil e do governo Joaquim Chissano, em Moçambique – permitiu aportes concretos e diferenciados para o debate sobre o "descentramento das relações internacionais".
- Hipótese 2: A política de cooperação entre Brasil e Moçambique, ainda que concretos e diferenciados nos discursos e na ação política internacional, com suas possibilidades de

renovação nas relações internacionais, tendem a ser constantemente "minados" pelos diversos interesses nacionais de grupos – econômicos, políticos ou sociais – nos âmbitos domésticos e global.

Objetivos

Este trabalho contempla um objetivo geral: i) Entender a formação e consolidação das bases do saber colonial no pensamento teórico das relações internacionais, expondo e analisando as alternativas críticas e pós-coloniais à política internacional, tendo como foco a política de cooperação na saúde entre Brasil e Moçambique.

Dessa forma, o objetivo geral só pode ser satisfatoriamente entendido pela consecução de quatro objetivos específicos, dos quais serão:

- i) Entender e criticar o processo de ascensão e hegemonia das teorias tradicionais das relações internacionais e suas incapacidades em dar respostas às sociedades semiperiféricas e periféricas;
- ii) Analisar as estruturas heterogêneas que permeiam as relações econômicas, políticas, sociais e culturais a partir das perspectivas pós/descoloniais;
- iii) Compreender a complexidade de análise da cooperação internacional – Norte-Sul e Sul-Sul – para além do pensamento moderno ocidental;
- iv) Analisar as possíveis utilizações práticas das epistemologias do Sul – a exemplo do paradigma heterárquico e as possibilidades descoloniais – na política de cooperação, na área da saúde, brasileiro-moçambicana.

Como objetivos específicos, estes advêm com o intuito de darem maiores seguimentos e contribuições acerca do objetivo geral, definindo-os como etapas para se chegar a um entendimento melhor e mais didático do respetivo trabalho.

Plano da tese

O primeiro capítulo desta tese visa um debate acerca da invisibilidade histórico-teórica do Sul global pelo pensamento moderno ocidental e fortemente utilizado na academia de Relações Internacionais. Para isso, utilizei uma gama de autores que trazem à luz do debate os intensos sistemas mundos existentes, anterior ao processo de expansão europeia e de seu processo colonial, demonstrando que tal invisibilidade da academia segue um padrão de universalização e abstração da história europeia como uma história universal. Num segundo momento, analiso a construção teórica do pensamento moderno ocidental e todo o seu processo de construção coetânea da lógica entre o “eu penso” e o “eu conquisto”. Por fim, proponho um paradigma que compreenda de forma não linear e não hierárquica, a complexidade inerente as relações sociais e as relações internacionais, chamada de paradigma heterárquico.

O segundo capítulo da tese se baseou numa necessidade em se resgatar a História do Sul global, como modo de compreender como se constituíram os processos da cooperação Sul-Sul. Para isso, utilizei de um debate acerca da problemática da ideia de desenvolvimento que se desenvolve a partir da década de 1950 e se torna mantra para os países periféricos. O intuito do desenvolvimento, pensado por autores liberais estadunidenses era a modernização das sociedades do Terceiro Mundo, consideradas “subdesenvolvidas”. É também nesse período que surgiram vozes dissonantes no Sul

global, contestando o ideal de desenvolvimento e o *modus operandi* da cooperação internacional, trazendo novas formas de pensar e ação na política internacional.

No terceiro capítulo adentro nos debates acerca do Estado e qual a sua forma de ação no nível doméstico e internacional, quebrando com a lógica do pensamento tradicional em Relações Internacionais, que considera o Estado um ator unitário, centralizado e racional. Para quebrar tal lógica, parto do pressuposto de que a concepção de unicidade aplicada ao Estado está ligada muito mais a uma utopia do pensamento moderno ocidental de homogeneização da diversidade, baseando-me através de um estudo comparativo entre duas estruturas ministeriais do Estado brasileiro – Ministério da Agricultura e o Ministério da Saúde – somado a entrevistas com pessoas que se encontram desde o topo até a base da pirâmide estatal. Esse estudo de caso demonstrou como o Estado age, muitas vezes, internamente e externamente de modo difuso, devido as frações de grupos e interesses na estrutura do Estado.

No último capítulo, tentou se compreender o caso concreto da cooperação na área da saúde entre Brasil e Moçambique, especificamente a construção da fábrica de antirretrovirais em Maputo, Moçambique. Nesse caso, foi feita uma análise sobre até que ponto a cooperação Sul-Sul, afirmada como horizontal e sem condicionalidades, de fato apresenta tais características e, no caso de não ocorrer, quais foram as causas que desvirtuaram tais discursos. Para compreender os desvirtuamentos no processo da construção da fábrica, foram utilizados recursos de entrevistas e conversações com pessoas ligadas ao governo moçambicano, à fábrica de antirretrovirais e à sociedade civil moçambicana e internacional, das quais acabou se constatando a imposição de mecanismos de neocolonialismo e colonialismo interno no projeto/processo da instalação da fábrica.

Portanto, a tese visou uma análise histórico-teórica aprofundada sobre a realidade na promoção da cooperação Sul-Sul, com vistas a compreender as possibilidades e os estrangulamentos existentes entre tais políticas de cooperação. Subtende-se que a complexidade faz parte do mundo social, sendo responsabilidade do pesquisador ter isso em mente, e de que as respostas para os problemas não advém de uma simplificação totalizadora da realidade. É através de uma lógica descolonial e de pensamento heterárquico que se pode resgatar e reconhecer a diversidade epistemológica-histórica nas Relações Internacionais.

CAPÍTULO I: UTOPIA VERSUS REALIDADE? O VAZIO TEÓRICO-HISTÓRICO E AS ALTERNATIVAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações:
aprender que existe o Sul;
aprender a ir para o Sul;
aprender a partir do Sul e com o Sul.
(Boventura de Sousa Santos)

Ao longo deste primeiro capítulo busco analisar a construção de uma lógica hegemônica no debate teórico em Relações Internacionais, responsável pela maior parte das pesquisas e publicações na área disciplinar, referendado entre liberalismo (utopia) e realismo (realidade)⁴⁵. Em relação a essas duas escolas teóricas, convencioná-las-ei por pensamento moderno ocidental, devido às suas raízes filosóficas na teoria política ocidental.

Para tanto, na primeira parte deste capítulo focarei a problemática da construção da Europa – o Ocidente – como “centro”, sob a forma de história universal, aniquiladora dos sistemas mundos pré-coloniais na formação do sistema mundo moderno/colonial baseada no *ego conquiro* (eu conquisto). Tal empreitada só foi possível com a formatação de uma nova forma de pensamento, da qual a ciência – as Ciências Sociais e Direito – seria a fonte legitimadora e legalizadora do *ego conquiro*, fundamentada no projeto do pensamento moderno ocidental de separação entre povos dotados de razão e os “não-rationais”. Esse processo se constituiu de modo coetâneo, em que o aprofundamento de um gerava o aprofundamento do outro e vice-versa.

As raízes filosóficas do pensamento moderno ocidental são as que dão sustentação às duas teorias tradicionais das relações internacionais, que acabam ocultando outras abordagens fora da perspectiva eurocêntrica. A discussão entre as duas correntes

⁴⁵ Utilizo esses dois conceitos baseado no debate inicial em relações internacionais, em que se dividiam os liberais, considerados nesse momento como utópicos, e os realistas, relacionados a lógica de que se baseavam em fatos concretos. Para compreender melhor o debate, ver: Angell (2002); Carr (2002); Halliday (2007).

hegemônicas, atualmente referenciadas pelo debate neorrealista-neoliberal, está ao nível da superfície – ou daquilo que se pretende que se veja. Dessa forma, a segunda parte deste capítulo visa resgatar as bases filosóficas com intuito de visibilizar as similaridades intrínsecas as suas estruturas teóricas, seguindo assim a advertência de Cox (1986) de que “toda teoria tem algum propósito”. É o que convenciono chamar de “diferenças visíveis e peculiaridades veladas”.

O pensamento moderno ocidental busca visibilizar pontos que nos faz crer como centrais, mas que na realidade diz-nos pouco sobre suas reais perspectivas teóricas. Nesse sentido, a parte final dedica-se à necessidade de se descentrar a discussão teórica em Relações Internacionais e a propor um paradigma/pensamento heterárquico. Descentrar, no sentido de movermos o centro para diversos polos de saberes (Ngugi, 1993), numa perspectiva “descolonial de um mundo policêntrico, da qual nenhuma civilização é imposta sobre todo o resto” (Mignolo, 2011: 28). Propor um pensamento heterárquico é compreender toda a heterogeneidade das estruturas sociais em que nos encontramos e, a partir disso, concatenar possibilidades descoloniais e plurais no âmbito das ciências sociais⁴⁶, com especial ênfase nas Relações Internacionais.

Compreender o projeto moderno/colonial do pensamento ocidental baseado no racionalismo, universalismo, cientificismo e colonialismo é essencial para que se possa compreender, expor e discutir, de forma clara, as peculiaridades existentes nas teorias tradicionais de RI. Acresce, ainda, à possibilidade de contrapor e agregar ao debate

⁴⁶ As ciências sociais aqui retratadas não dizem respeito a estrutura institucional ou sua formação histórica como disciplina, mas como área que abarca diversas disciplinas, a exemplo das Relações Internacionais, da Ciência Política, da Sociologia e da História. Dessa forma, quando remeto as ciências sociais ao longo desse capítulo, também estou me referindo as diversas disciplinas que fazem parte dessa área e que são fortemente embebidos pelas tradições do pensamento moderno. Portanto, falar de Relações Internacionais sem ter em mente a relevância do pensamento moderno ocidental na constituição teórico-metodológica da grande área das ciências sociais, seria silenciar sobre os grandes debates em voga e que ainda utilizam ideais dos pensadores modernos dos séculos XVI em diante.

disciplinar tradicional os pensamentos descoloniais, baseados nas epistemologias do Sul e enfatizando o paradigma heterárquico, reconhecendo, respeitando e propondo possibilidades diversas na produção de conhecimentos ao redor do globo.

I.I - A Europa como Periferia dos Sistemas-Mundos: do insulamento ao “eu conquistado”

Compreender a História é essencial para que consigamos descolonizar narrativas hegemônicas que tendem à invisibilização de outros processos históricos para além do ocidente. Nesse sentido, se faz necessário resgatar o contexto histórico vivenciado pela Europa Ocidental entre o período anterior ao século XV, baseado nos sistemas mundos afro-árabe-asiático e o período referente à expansão marítima/capitalista/colonial para outras regiões do globo, buscando visibilizar as diversas contextualidades existentes à época.

As ciências sociais e, mais especificamente, as Relações Internacionais tendem a retratar a História centrando-a no contexto da Europa Ocidental – com um forte deslocamento para a academia estadunidense no pós-Segunda Guerra Mundial. Torna-se clara a problemática pelo simples fato de as disciplinas de História e de Teoria das Relações Internacionais estarem completamente cooptadas pelas chamadas grandes narrativas: Vestefália, Viena, Berlim, I e II Guerra Mundial, Guerra Fria, pós-Guerra Fria e 11/9, no caso da HRI; e nas obras canônicas em TRI, autores como Tucídides, Maquiavel, Hobbes, Kant, Hegel, Marx, Morgenthau, etc. Nessa perspectiva levanto um

questionamento já feito por Gunder Frank e Barry Gills (1996): a história mundial tem quinhentos ou cinco mil anos⁴⁷?

O eurocentrismo, presente tanto no nível simbólico quanto no estudo das relações internacionais, nos induz a crer que anteriormente à expansão colonial europeia havia um vazio geográfico, epistemológico e populacional para além da Europa. O conceito que perdurou – e ainda perdura nos debates – sobre a era das trevas (*The Dark Ages*) na Idade Média, acabou por ser estendido a todo o contexto global, na lógica universalizante do pensamento moderno ocidental – que é parte integrante do sistema mundo moderno, através das conquistas coloniais⁴⁸. De acordo com Dussel (1993: 32) “a Europa é ‘centro’ da história desde Adão e Eva, os quais também são considerados europeus, ou, pelo menos é considerado como um mito originário da ‘europeidade’, com exclusão de outras culturas”.

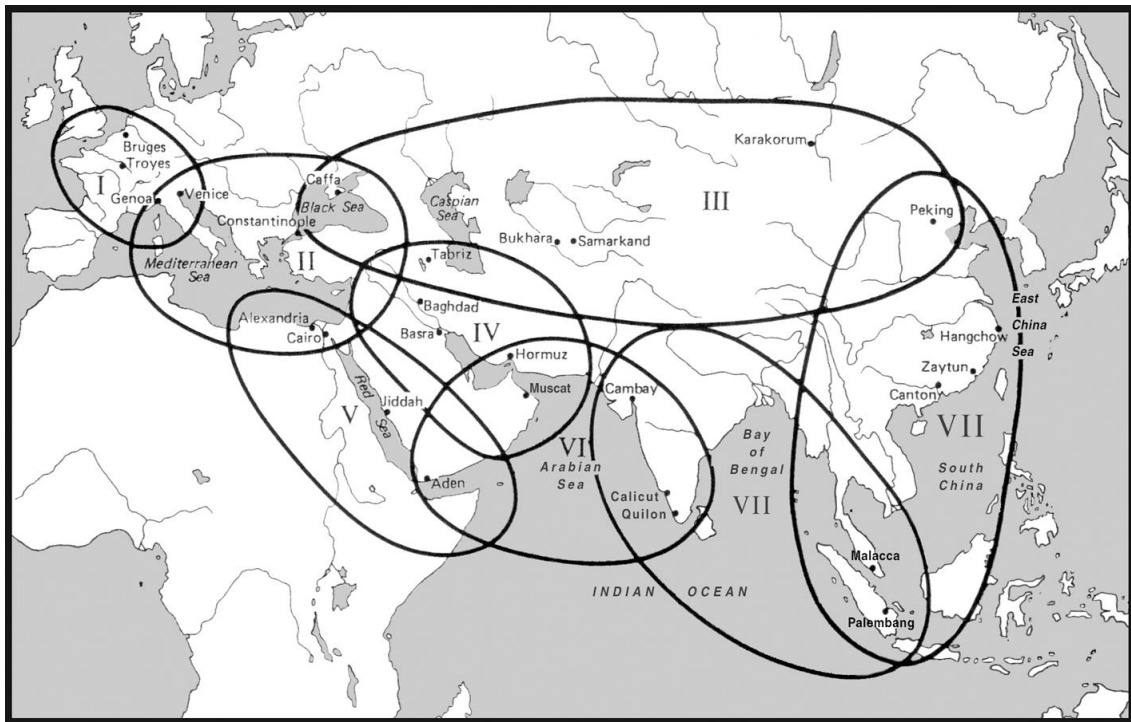
Todavia, tal percepção se encontra ainda obscurecida nos debates atuais sobre as relações intra/extraeuropeias, em relação aos séculos anteriores ao XVI. Durante tal período, o continente europeu encontrava-se insulado pelo mundo turco-mulçumano – geograficamente, politicamente e economicamente – tendo as Cruzadas sido uma das tentativas da Europa em se impor no Mediterrâneo oriental (Dussel, 2005), buscando obter as rotas privilegiadas do comércio entre Ásia e Europa. O Mediterrâneo oriental, o subcontinente indiano e a China, à época, eram os centros com grande atividade de trocas comerciais e culturais nos sistemas mundos antecedentes à expansão colonial europeia

⁴⁷ Meu questionamento se refere a obra de: Frank, Andre Gunder; Gills, Barry K. (Ed) (1996), *The World System: Five hundred years or five Thousand?* Nova Iorque: Routledge. Esse questionamento ajuda no aguçamento de um senso crítico acerca da disciplina de Relações Internacionais e seus campos ocultos, além de visibilizar contextos, até então, considerados não relevantes.

⁴⁸ A própria tentativa de consolidar a lógica de que a Idade Média foi uma época de “trevas”, demonstra a necessidade de construção de uma meta-narrativa, pelo pensamento moderno ocidental, entre o passado dominado pelo obscurantismo eclesástico e o presente e o futuro sendo clarificados pelo pensamento racional/progressivo, de onde desembocará a perspectiva do “Século das Luzes”. Ao longo deste primeiro capítulo discutirei acerca dos contrastes e desenvolvimento do pensamento moderno ocidental.

(Abu-Lughod, 1993). De acordo com a Figura 1, consegue-se ter uma compreensão maior acerca das intensas trocas político-econômico-culturais entre as diversas matrizes – hindu, chinesa, árabe-mulçumana-turca, europeia, dentre outras.

Figura 1: O Sistema Mundo pré-Século XV



Fonte: Abu-Lughod (1993: 79).

De acordo com a Figura 1, existiriam oito subsistemas de trocas no contexto euro-afro-asiático, dos quais, afirma Abu-Lughod (1993: 78), três grandes sistemas se destacam

O primeiro era a Europa ocidental que dominava a costa atlântica e muitas partes do Mediterrâneo. A segunda era o Oriente Médio que dominava tanto a ponte terrestre e marítima ao longo das estepes da Ásia central, intervindo com uma pequena rota terrestre entre o Mediterrâneo oriental e o Oceano Índico. E finalmente, a terceira foi o circuito de comércio do Extremo Oriente que conectou o subcontinente indiano com o sudeste asiático, a China e além.

O(s) sistema(s) mundo(s), até os anos 1500, era(m) formado(s) por relações policêntricas, onde não existia uma força hegemônica capaz de impor seu modo de vida e

produção sobre todos os demais sistemas. É necessário adicionar, para além desse contexto, outros três subsistemas dentro do sistema mundo pré-Colonialismo: o Asteca, estabelecido na região do atual México; o Inca, predominante na região sul americana, desde o Equador até o sul do Chile/Argentina (Mignolo, 2005); e o triangular índico, entre a costa da África oriental – desde o Chifre da África a Sofala, em Moçambique –, o Oriente Médio e o subcontinente indiano (Oliveira, 2003).

Esses movimentos de intercâmbio cultural e comercial entre as diversas regiões do globo expõem a intensa atividade entre diversas sociedades, apesar da tentativa de invisibilização histórica operada pela disciplina de Relações Internacionais. Desde o século XII até à época da entrada dos portugueses na região da costa oriental da África, Oriente Médio e Sul Asiático, os três sistemas mundos apresentavam um intenso tráfego comercial de especiarias, pedras preciosas (ouro e cobre), tecidos de algodão, arroz e cavalos persas (Oliveira, 2003; Devisse, 2010). Parte dos produtos tinha como direção o continente europeu, abastecendo os portos de Veneza com tecidos e especiarias.

A região do sul asiático apresentava também um intenso movimento nos mares, entre a Índia, China, Japão, a região atualmente compreendida por Vietnã e Camboja e a costa da Malásia (Abu-Lughod, 1993; Subrahmanyam, 1997; Oliveira, 2003). Chamo a atenção para a importância do império chinês nas relações comerciais, devido ao seu processo de centralização do poder político após a reconquista dos territórios do império Mongol, no século XIV, e sua frota marítima “capaz de resistir a qualquer ataque e capaz de aterrorizar oponentes com a submissão por armas de lança-chamas e mísseis a pólvora, que eram equivalentes aos canhões posteriores europeus” (Abu-Lughod, 1993: 84).

Mesmo com a presença da poderosa frota naval chinesa de grande porte – mas que não representava uma hegemonia indiscutível –, o contexto dos mares asiáticos era de um

sistema de relativa tolerância e coexistência entre as partes, predominando a pacificidade na região. Todavia, o sistema mundo policêntrico de então teve seu processo de subposição⁴⁹ pelo sistema mundo moderno/colonial⁵⁰, devido a inúmeros fatores ocorridos entre as principais sociedades comerciais, com destaque para: rebeliões na China e o colapso da marinha chinesa; a peste negra que atingiu as maiores capitais comerciais; diminuição do fluxo entre os sistemas mundos, devido à peste; a inundação de metais preciosos no mercado mundial, devido à exploração colonial na América; e a imposição de um novo *modus operandi* europeu através dos portugueses no Oceano Índico, em um primeiro momento (Abu-Lughod, 1993; Oliveira, 2003; Chatterjee, 2005).

Existia na Europa, após contatos com as caravanas comerciais na região do Oriente Médio através das Cruzadas, a necessidade de se expandir o comércio, assim como por uma crença ideológico-religiosa acerca de reinos cristãos para além da Europa. Chatterjee (2008: 24) relata um dos porquês das empreitadas marítimas promovidas pelos ibéricos ao sul asiático, as “lendas e rumores acerca de um certo Arcipreste João, governante cristão

⁴⁹ A lógica de declínio não segue uma lógica linear, como nos faz crer o pensamento moderno ocidental. O processo de declínio ocorre de forma mais complexa e diferente de região para região e nos seus diferentes contextos. As manufaturas de têxteis na Índia eram mais elaboradas que aquelas produzidas na Inglaterra no período da Revolução Industrial inglesa, por exemplo (Hobsbawm, 2009). Além disso, a ideia de declínio não pode nos fazer crer que a Europa detinha de forma hegemônica todos os meios de produção e militares da época, pois levamos em conta a importância do império Otomano na região da Europa do leste até o Médio Oriente, do Império Etíope na África Oriental, da China – mesmo com processo de fechamento de suas fronteiras – no processo de formatação econômico e político da região e do Japão que viria a promover desenvolvimento de suas capacidades produtivas e militares, após as intervenções europeias. Como afirma Chatterjee (2005), “o tempo é heterogêneo, dispersamente denso”. E tal declínio não nos remete automaticamente a ideia de que, caso não tivessem ocorrido os problemas responsáveis pelo declínio, as nações localizadas nos sistemas mundos afro-árabe-asiático não seguiriam os mesmos desígnios do capitalismo europeu. O que havia nesses sistemas mundos era diferente do que havia na Europa, ao que concernem os contextos sociais, econômicos e políticos. Ver: Abu-Lughod (1993).

⁵⁰ Sistema mundo moderno/colonial, pois tal sistema que se ia constituindo representava aquilo que se construía no imaginário europeu. De que o todo era a Europa, que representava a tudo e a todos de acordo com suas prerrogativas. Sistema mundo que se ia formatando, se creia homogêneo e único, mesmo que sua estrutura fosse sustentada por uma diversidade social. O Sistema mundo moderno/colonial era a imposição de um modo de pensar, um modo de produzir e um modo de ser baseado no capitalismo que se desenvolvia em seu bojo, trazendo consigo o processo colonial e a modernidade, dois produtos que são correlatos em que um não poderia ter se desenvolvido sem o outro. Para maior aprofundamento sobre a temática, ver: Frank e Gills (1996); Wallerstein (2000).

que alegadamente viveria em algum lugar do Oriente, do qual se dizia que estava ávido de unir suas forças com os reis da Europa em sua cruzada contra o Islã”.

Como já relatado, a Europa latina passava por um processo de conquista dos territórios mouros em Portugal e Espanha, convergindo na centralização política, criando uma necessidade de expandir a fé cristã para além dos mundos árabe-mulçumanos, assim como suas relações comerciais. Foi buscando esses interesses que Portugal, primeiramente, e Espanha se lançaram às conquistas desde o início do século XV⁵¹ e à busca por uma rota alternativa para os mares asiáticos – devido aos custos tarifários impostos pelo Império Turco-Otomano após a tomada de Constantinopla e à hegemonia veneziana no comércio mediterrâneo – rota alcançada por Vasco da Gama em 1498, em Calcutá, Índia; e uma nova rota que seria aberta pelo “descobrimento” de Colombo ao chegar no “Novo Mundo”, em 1492.

Esses dois atos tiveram importância ímpar no decurso da história, devido à interligação entre os sistemas mundos euro-afro-asiáticos e os sistemas mundos do continente americano, até então separados pelo Atlântico e Pacífico (Mignolo, 2005; Dussel, 2005; Quijano, 2007). O capitalismo teve o seu processo de desenvolvimento e de diferenciação dos diversos modelos econômicos até então existentes, a partir de uma superacumulação de capital. O colonialismo promovido pela Europa Ocidental nos territórios além-mar foi um dos responsáveis por essa nova forma de relação econômica, política, cultural, social, sexual e racial em um sistema mundo hegemônico que ia se formatando.

⁵¹ Desde 1415 Portugal vinha ocupando territórios além-mar. Essa política visava tanto o enfrentamento e cristianização do mundo árabe-mulçumano, assim como ocupação, conquista e exploração econômica desses “novos” territórios. Em 1415 invadiu Ceuta, no Norte da África, em 1437 fracassou na tentativa de ocupação do Tânger, em 1456 fez a ocupação de Cabo Verde, entre outros.

A superacumulação de capital se deu principalmente pela superexploração dos recursos naturais nos territórios agora ocupados, a utilização massiva de mão de obra escrava ameríndia e africana e a destruição de qualquer meio produtivo que concorresse com a metrópole. A lógica da expansão ocidental se deu “principalmente devido à colonização (da América e então de todo o globo) e contingentemente para o caráter periférico do feudalismo ocidental” (Amin, 1996: 255), da qual “nenhuma análise das relações internacionais é possível sem referência ao capitalismo, às formações sociais por ele geradas e ao sistema mundial” (Halliday, 2007: 75).

A colonização foi a necessidade da civilização ocidental em certo momento de sua história – concatenado entre movimentos endógenos e exógenos–, de estender as suas economias, seus valores, normas e culturas a um patamar em escala mundial. Para o funcionamento do sistema colonial, haveria a necessidade de manter a periferia em um nível de opressão e medo a partir de mecanismos como a violência e a apropriação⁵² (Quijano, 2010; Santos, 2010). É nesse sentido que não posso me furtar em analisar o processo de imposição capitalista como correlato do colonialismo, pois seus mecanismos e pressupostos se construíram conjuntamente, que Dussel (1993 e 2005) retratou como *ego conquiro* (eu conquisto), dada pela imposição de hierarquias a níveis econômicos, raciais, epistemológicos e sexuais.

O projeto do *ego conquiro* foi possível a partir da construção de uma conceptualização de legitimação por diversos pensadores europeus, desde o pensamento

⁵² Violência e apropriação baseado nas análises de Boaventura de Sousa Santos (2010: 38), das quais “a apropriação vai desde o uso de habitantes locais como guias e de mitos e cerimônias locais como instrumentos de conversão, à pilhagem de conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade, enquanto a violência é exercida através da proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, da adoção forçada de nomes cristãos, da conversão e destruição de símbolos e lugares de culto, e de todas as formas de discriminação cultural e racial”. Para maior aprofundamento, ver Santos (2007; 2010).

clerical até a consolidação do *ego cogito* (eu penso). No entanto, o entendimento de Dussel (2005: 28) é de que

O *ego cogito* moderno foi antecedido em mais de um século pelo *ego conquiro* (eu conquisto) prático do luso-hispano que impôs sua vontade (a primeira vontade-de-poder moderna) sobre o índio americano. A conquista do México foi o primeiro âmbito do *ego* moderno.

A formação do pensamento moderno ocidental, o *cogito, ergo conquiro* (penso, logo conquisto), que aqui defendo é o ponto fulcral da essência filosófica de tal pensamento. Nesse sentido, o “eu penso” não foi anterior ou posterior ao “eu conquisto”, como afirmou Dussel (2005), logo acima, mas foram constituídos de forma coetânea, de modo que um só se desenvolve e se consolida através do outro e vice-versa.

O pensamento moderno ocidental tem como característica a adoção de perspectivas de mundo cristãs – etnocentrismo –, intercalando de forma inovadora a concepção baseada na razão. O homem deixava de ser um mero espectador do mundo da vida e, a partir da capacidade de pensar, teria possibilidades de modificar o meio em que vivia e transitava. O contexto europeu teve uma imensa produção epistemológica fundamentado nessas bases, legitimando o processo colonial que ocorria de forma coetânea em seu bojo, do qual me atarei de forma mais aprofundada no próximo tópico, sobre as faces do *ego conquiro* e do *ego cogito*, que visio a compreender de forma heterogênea, como duas faces que se co-constituíram, convencendo-se naquilo que designei como *cogito, ergo conquiro*.

I.II – Legitimar para Oprimir: o penso, logo conquisto no pensamento moderno ocidental e nas Relações Internacionais

Com o processo de ascensão do sistema mundo capitalista europeu através do processo colonial e a exploração da América, davam-se recursos para o desenvolvimento de um conhecimento que se impunha em detrimento das experiências e saberes ao redor do

globo⁵³. Constituía-se o pensamento moderno ocidental, calcado na racionalidade do ser, substituindo uma visão orgânica do mundo por um controle sobre a natureza e tudo aquilo que fosse correlacionado, negando toda e qualquer forma de deslumbramento do desconhecido. (Adorno e Horkheimer, 1986; Castro-Gómez, 2005 e 2007). A formatação dessa nova forma de “pensar” estava ligada às raízes filosóficas judaico-cristãs, onde existia uma entidade metafísica – nesse caso a providência divina – que detinha os desígnios do desenvolvimento da humanidade. Tal concepção só veio a ser modificado em meados do século XVIII e XIX, quando o *cogito* será alçado à categoria da providência divina, com fins de acabar com os mitos e o desconhecido, mas tornando-se ele mesmo uma fábula, que paira sobre todos os pontos de vista de forma analítica, imparcial e neutra (Adorno e Horkheimer, 1986; Castro-Gomez, 2005 e 2007; Grosfoguel, 2007).

Castro-Gomez (2007: 83) chama a esse novo método de “húbris do ponto zero”, ou seja, “a ciência moderna se situa fora do mundo (no ponto zero) para observar o mundo, mas, à diferença de Deus, não consegue obter uma visão orgânica sobre o mundo, mas somente uma visão analítica”. Nesse sentido, o pensamento moderno ocidental deu prosseguimento às raízes do pensamento eclesiástico, com seu cunho etnocêntrico⁵⁴, na tentativa de impor uma teoria geral que sirva a todo o mundo, a partir de suas próprias particularidades (Meneses e Santos, 2009).

Para compreender o processo co-constitutivo e coetâneo entre o *ego conquiro* e o *ego cogito*, me propus a resgatar os debates epistemológicos existentes no mundo europeu

⁵³ Essa imposição é tratada por Boaventura de Sousa Santos (2007) como “epistemicídio”, ou seja, quando os saberes não eurocêntricos são invisibilizados ou aniquilados por serem considerados inválidos, ilegais e/ou irracionais pela monocultura do pensamento moderno ocidental.

⁵⁴ Reforço esse ponto, que se torna um dos pontos centrais na construção de minha tese. Mesmo com a mudança do pensamento europeu de uma divindade metafísica responsável pelos desígnios do mundo para um projeto de desencantamento do mundo baseado na racionalidade (Adorno e Horkheimer, 1986), houve o prosseguimento de um ponto central no pensamento moderno ocidental: o etnocentrismo. O etnocentrismo busca ver o diferente a partir de suas particularidades e invisibilizando as perspectivas do outro. O *ego cogito* tem, na sua essência, a mesma lógica do pensamento eclesiástico (eu catequizo), com a diferença da razão sendo a entidade suprema.

do período imediatamente pré/pós-invasões coloniais. Tendo em consideração o debate anteriormente levantado nesta tese – acerca dos sistemas mundos precedentes a Colombo – destaco o debate que existiu na Igreja Católica e que deu legitimação ao colonialismo e à escravização de outros povos e, posteriormente, entre a capacidade mental dos povos não europeus em serem catequizados e convertidos ao cristianismo (racionalidade divina). Num segundo momento, emergiu a construção de um conhecimento baseado na razão – descorporizado e descontextualizado no “penso, logo existo”, propugnado por Descartes – mas ainda sustentado numa superioridade divina e, em meados do século XIX, pela substituição de um ser metafísico pela ciência moderna sustentada no racionalismo.

A Igreja Católica Romana impôs seus preceitos como únicos válidos, a partir da ascensão do cristianismo no continente europeu, sustentado pelo declínio do Império Romano nos primeiros séculos do milênio até fins do século XVI e meados do XVII. Os paradigmas eram consolidados no saber eclesiástico, o qual estabelecia a existência de uma providência divina e a sua preponderância na condução da política e da vida na terra. Dessa forma, a Igreja detinha os desígnios da história baseados no livro sagrado, restando ao Tempo – passado, presente e futuro – poucas possibilidades de livre-arbítrio. Essa impossibilidade de imaginar um futuro de expectativas se dava em relação à escatologia bíblica, em que o amanhã estava sempre próximo do fim (o fim dos tempos). Esse foi um dos principais pontos em que o pensamento moderno buscou romper com a tradição eclesiástica.

Tal preponderância da Igreja na política e no mundo da vida pôde ser vista em fins do século XV, mais exatamente em 1493, quando o Papa Alexandre VI propôs a Bula Inter Coetera, base fundamental do Tratado de Tordesilhas de 1494, dividindo o continente americano em duas partes, com vistas a apaziguar as disputas entre as duas potências

coloniais da época, Espanha e Portugal, após a chegada ao “Novo Mundo”. Tal feito só se pôde dar através da crença num poder divino transmitido ao Papa, o detentor dos desígnios da Igreja Católica Ocidental, demonstrando que além das almas, “Deus tem o conhecimento baseado na legalidade da decisão e Ele está também no controle das regras e dos atos do conhecimento” (Mignolo, 2010: 79).

No processo de expansão europeia aos territórios além-mar, se destacaram diversos debates ocorridos dentro da própria Igreja, assim como no contexto da Europa ocidental, de apoio e contestação ao pensamento eclesiástico local. Necessitava-se, à época, debater quais as ações necessárias que as ascendentes potências europeias deveriam tomar no novo contexto colonial, acerca das conquistas, das guerras e da escravização dos povos não europeus. De entre esses debates cabe um destaque especial para o ocorrido entre dois clérigos, Juan Ginés Sepúlveda e Bartolomé de las Casas, no que se convencionou chamar “Controvérsia de Valladolid” sobre o direito à escravização do indígena no “Novo Mundo”.

O debate entre os dois escolásticos surgiu no momento da intensificação da pilhagem espanhola em territórios americanos, com o genocídio de povos, culturas e meio ambiente. Intentava-se discutir de forma religiosa/racional concepções como: “os índios seriam seres livres ou escravos naturais? Seriam seres dotados de razão?”. A preocupação da Igreja e dos colonizadores não se remetia aos crimes ou à supressão dos direitos dos povos autóctones que vinham ocorrendo nas colônias, mas à necessidade de legalizar e legitimar o *modus operandi* colonial⁵⁵, a cujo respeito Dussel (1993: 59-60) se manifestou:

Agora Deus era o fundamento (*Grund*) do planejado. Assim como Hegel afirmava que a ‘religião é o fundamento do Estado’, quer dizer, Deus é a última justificação

⁵⁵ Apesar da tônica humanista relacionada a Bartolomeu de las Casas, acerca da bondade do índio, este trazia consigo a outra lógica da violência cultural: a evangelização. A evangelização é uma das várias formas de imposição da lógica colonial, a exemplo da retórica da civilização, fardo do homem branco, modernização, etc. Para uma visão mais detalhada, ver: Lander (2005) e Dussel (2005).

de uma ação pretensamente secular ou secularizada da Modernidade. Depois de ‘descoberto’ o espaço (como geografia), e ‘conquistados’ os corpos, diria Foucault (como geopolítica), era necessário agora controlar o imaginário a partir de uma nova compreensão religiosa do mundo da vida. Deste modo o círculo podia se fechar e o índio ficar completamente incorporado ao novo sistema estabelecido: a Modernidade mercantil-capitalista nascente – sendo, todavia sua ‘outra-face’, a face explorada, dominada, encoberta’.

Para o processo colonial e sua legitimação, houve todo um projeto construído entre os diversos pensadores europeus e a própria Igreja. Enquanto o capitalismo usava o colonialismo como meio para a acumulação de capital, a Igreja via a expansão colonial como uma possibilidade de alargar suas fronteiras e impor seus dogmas. Os pensadores eurocentrados se encontravam completamente imbuídos na lógica contextual de então, reproduzindo e refinando suas concepções, com vista a aprofundar o processo colonial europeu. Isso foi convencionado chamar-se de “a marcha para a modernidade”, ou o processo de desenvolvimento civilizacional pelo qual passava a Europa, que reverberava em suas margens. Era a marcha da história. E para o processo de formação do sistema mundo moderno/colonial, era uma marcha sem freio e inevitável.

Conhecer para descaracterizar: legitimação e legalização para a opressão

Para não haver dissensos em relação aos projetos coloniais, foi necessário construir imaginários e estereótipos acerca dos povos não ocidentais, como meios de legitimar a conquista. O *ego conquiro* e o *ego cogito* estiveram diretamente correlacionados nesse processo, do qual o colonialismo, perpetrado dos séculos XV ao XX, esteve peremptoriamente baseado na expulsão, escravização e tomada de terras dos colonizados, no assassinato e na instituição de hierarquias – colonizador/colonizado – nas sociedades não europeias. Instituiu-se a diferenciação e a classificação entre os civilizados e o

“Outro”, onde o Outro é o não-Eu ou o não humano, fruto da desumanização e animalização⁵⁶ dos subalternos (Fanon, 2005 [1961]; Sartre, 2005 [1961]; Miguel, 2009).

O projeto colonial foi também uma expressão e um método de transmissão de relações de poder, através da coerção estatal, da dominação e da dialética entre a inclusão e a exclusão⁵⁷ do sistema internacional. O colonialismo, para além do mais, foi um conjunto de práticas e ordenamentos com o intuito de transformar os povos subalternos em Outro, aqueles que não reconhecemos como iguais. A conquista de novos territórios no continente americano marcou o processo inaugural do capitalismo global, conjugando a modernidade e a colonialidade global, que se constituíram dentro de um enquadramento “colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário” (Lander, 2005: 10). Para o colonizador não havia nada de errado com a subjugação e a destruição do Outro, pois o próprio Ocidente era visto como berço da civilização, seu defensor e o bem-feitor de seus preceitos, ou seja,

a Europa e os europeus eram o momento e o nível mais avançados no caminho linear, unidirecional e contínuo da espécie. Consolidou-se assim, juntamente com essa idéia, outro dos núcleos principais da colonialidade/modernidade eurocêntrica: uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos (Quijano, 2007: 95).

De acordo com Césaire (2006: 17), “a colonização é o ápice da barbárie em uma civilização, da qual pode chegar a qualquer momento à pura e simples negação da

⁵⁶ Sartre afirmava que um dos objetivos da violência colonial era a de controlar os colonizados através da sua “desumanização” e “animalização”, ou seja, torna-lo um não humano. Acerca do processo colonial, Sartre (1961) afirmava que “Nada será poupado para liquidar suas tradições, para substituir sua cultura sem dar-lhes a nossa; nós os transformaremos em brutos pela fadiga. Desnutridos, doentes, se resistirem ainda, o medo terminará o trabalho: apontam-se fuzis para o camponês; vêm civis que se instalam na sua terra e o obrigam com o chicote a cultivá-la para eles. Se ele resiste, os soldados atiram, é um homem morto; se ele cede, degrada-se, não é mais um homem; a vergonha e o temor vão fissurar o seu caráter, desintegrar a sua pessoa”. Prefácio de Jean-Paul Sartre (1961), em: FANON, Frantz. (2005), *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

⁵⁷ Essa dialética se deu pela esquizofrenia das relações de poder na formação do sistema-mundo moderno ocidental. A inclusão no sistema-mundo moderno das sociedades oprimidas/colonizadas, política e economicamente, se deu através das relações coloniais de produção, de “divisão” internacional do trabalho e da imposição do “modus operandis” eurocêntrico. Sua exclusão se deu pela hierarquização civilizacional, invisibilização e desumanização do outro como pessoa, retirando-os da dotação de qualquer direito e autodeterminação.

civilização”.⁵⁸ Nesse sentido, a situação colonial provocou uma separação entre o “real e o imaginário”, o “legal e o ilegal” e o “verdadeiro e o falso”, na qual a linha divisória se dava entre o ocidente moderno e as sociedades não-ocidentais, provocando uma localização territorial – antes não localizada – de hierarquias e subjugação (Santos, 2010). Esse foi o contexto em que emergiu, houve uma construção epistemológico-estereotipada acerca da condição do “Outro” não europeu, por pensadores que até hoje são canônicos no pensamento moderno ocidental e espelhos para as ciências sociais e as Relações Internacionais, sobre quais me debruçarei seguidamente, autores como Francis Bacon (1561-1626), René Descartes (1596-1650), Emmer de Vattel (1714-1767), Kant (1724-1804) e Friedrich Hegel (1770-1831)⁵⁹.

Na obra “Nova Atlântida” (2008 [1624]), Bacon buscava expor uma possibilidade de renovar o conhecimento e o método por uma nova forma de fazer ciência. A “Nova Atlântida” tinha como referência uma ilha imaginária e refletia sobre a mais pura necessidade humana: a busca incessante pelo conhecimento verdadeiro. Mesmo almejando um conhecimento válido e universal, Bacon não se sentia inibido em demonstrar o seu desprezo acerca dos povos não ocidentais, mais especificamente àqueles “encontrados” no continente americano, sobre os quais afirmava que

não vos espanteis com a magra população da América, nem com a rudeza e ignorância das suas gentes; pois deveis tomar em consideração que os vossos habitantes da América são um povo jovem; são pelo menos mais jovens em mil anos do que o resto do mundo; pois foi quanto tempo passou entre o dilúvio universal e a sua inundação particular (Bacon, 2008: 71).

⁵⁸ Para uma análise mais detalhada, ver: CÉSAIRE, Aimé. (2006), *Discurso sobre El Colonialismo*. Madrid: Akal.

⁵⁹ A escolha desses cinco autores se justifica pela importância e o impacto que tiveram na promoção do pensamento moderno ocidental e na lógica positivista do conhecimento, tido então como científico, assim como pela estereotipação de povos não europeus e sua invisibilização. Falar em ciências sociais, principalmente em contextos e academias eurocentradas, é ter de se remeter a esses autores. A própria teoria de relações internacionais está completamente embebida nas obras e conceituações levantadas por tais autores. Falar em liberalismo e realismo sem esmiuçar as raízes filosóficas que os antecedem é invisibilizar a essência dessas duas correntes que estão ligadas ao pensamento moderno ocidental.

Em tal passagem, o autor revela um forte entrelaçamento entre a busca por um conhecimento científico e os preceitos bíblicos – a citação ao dilúvio como fato histórico –, ainda dominantes à época. Foi se conformando, também, a lógica do pensamento moderno entre progresso e atraso, moderno e passado, no quadro do qual os povos ameríndios encontravam-se em uma linha imaginária do desenvolvimento humano anterior/inferior aos europeus. Bacon (2008:71) segue o seu relato

O pobre resto de semente humana que resistiu nas montanhas repovoou o país lentamente e aos poucos; e tratando-se de gente simples e selvagem (não como Noé e seus filhos, que constituíam a principal família da terra), não foram capazes de deixar letras, artes e civilidade à sua posteridade.

Percebe-se, nesse registro, a tentativa de demarcar o não-lugar desses povos, sua incapacidade de produzirem e reproduzirem conhecimentos, saberes e memórias que possam ficar para a história, assim como a necessidade de se desumanizar, animalizando-se tais sociedades na expectativa de se possibilitarem as conquistas territoriais e o epistemicídio pelo colonialismo. As artes e a escrita eram consideradas fatores de valoração cultural de uma sociedade, determinando o grau de civilização em que se encontravam, sempre baseadas nos conceitos eurocêntricos do que seria “moderno”. Correlacionam-se aqui, de forma integrada, o etnocentrismo religioso cristão e a modernidade calcada no *ego cogito*.

Descartes, considerado o pai do método científico racional, criador do “penso, logo existo” (*cogito, ergo sum*), era um dos inúmeros expositores da lógica eurocêntrica de separação entre civilizados e selvagens trabalhada no seu “Discurso do Método” (2001 [1637]), considerado uma das obras primas do pensamento moderno. A separação conceitual civilizado/selvagem se dava numa perspectiva de se classificar o outro numa escala de desenvolvimento humano, do qual o intelecto (pensamento racional) seria o medidor. Descartes (2001: 16) afirma

Assim, imaginei que o povos que, tendo sido outrora semi-selvagens e tendo-se civilizado apenas pouco a pouco, foram fazendo suas lei somente à medida que a incomodidade dos crimes e das querelas a isso os forçou não poderiam ser tão bem policiados como aqueles que, desde o momento em que se reuniram, observaram as constituições de algum prudente legislador.

Em tal passagem, o autor situa a problemática do semisselvagem, ou seja, algo acima daqueles povos considerados selvagens e abaixo de outros considerados civilizados – a Europa, alegadamente detentora de um modo de produção, cultura e conhecimento acima de todos os outros. A humanidade, nesse sentido, seguiria etapas no seu processo de desenvolvimento, desde a forma selvagem passando pelo modo “semisselvagem” e chegando ao nível civilizacional que o autor acreditava viver. Tal concepção de desenvolvimento estava ainda a ser formatada nessa época, vindo a ser realmente estabelecida, de forma contundente, com Hegel no século XIX.

Essa premissa foi ainda aprofundada por Kant, na sua tentativa de analisar o pensamento humano como fonte de uma progressão infinita, em que nenhum ser poderia escapar aos desígnios da ciência (Adorno e Horkheimer, 1986). Todavia, essa concepção não se aplicava ao todo, mas ao particular da sociedade civilizada europeia, sobre o que Kant (2001: 501-502) afirmava que

ninguém pode pensar uma negação de uma maneira determinada sem ter por fundamento a afirmação oposta. O cego de nascença não pode ter a menor representação da escuridão, porque não tem nenhuma da luz; nem o selvagem pode conceber a pobreza porque não conhece a prosperidade.

Como o cego não teve nunca o contato com a claridade ou a luz ou qualquer outro objeto que seja visível, ele jamais poderia compreender o sentido de tais prerrogativas. O mesmo se aplica aos selvagens que eram caracterizados como sociedades em uma escala inferior no desenvolvimento humano, principalmente aquelas populações autóctones na América e em África. Esses nunca poderiam conceber o significado de pobreza, pois nunca experimentaram o nível mais alto da sociedade europeia: o capitalismo e a acumulação de riquezas.

Para além da filosofia política, outras importantes obras acabaram por reafirmar a ideia do Outro fora do contexto europeu. A própria filosofia do direito foi utilizada com vista a legalizar os atos coloniais e a impor hierarquias dentro das sociedades não ocidentais. Emer de Vattel, considerado até os dias atuais como um dos primeiros formuladores do direito internacional público pensou-o, sobretudo, como um direito sobre as obrigações e necessidades das nações e de seus cidadãos, em relação aos territórios e à temática da guerra, ocupação e colonialismo. Nesse esforço de elaboração sistemática sobre o Direito Internacional, Vattel se utilizou de obras da filosofia política europeia, principalmente de Hobbes e Locke⁶⁰, absorvendo a teoria contratualista como o ponto central na formação das sociedades modernas europeias. Mas, para ele, tal contrato social não se aplicava aos povos não ocidentais, caracterizados como selvagens desprovidos de organização política e de racionalidade. Fundamentado nesses ideais, Vattel (2004: 142) buscou legitimar o processo colonial, alegando que

tendo o gênero humano se multiplicado bastante, a terra deixou de ser capaz de fornecer-lhe, por si própria e sem cultivo, a manutenção de seus habitantes por muito tempo; e ela não poderia receber cultivo conveniente de povos errantes aos quais ela também pertence. Tomou-se, pois, necessário que esses povos se assentassem em algum lugar e que se apropriassem de porções de terra, a fim de que, não sendo perturbados em seu trabalho, nem frustrados dos frutos de seu trabalho, se dedicassem a torná-las férteis e produtivas. Eis o que deve ter dado origem aos direitos de *propriedade* e de *domínio*.

A afirmação do autor leva a uma tentativa de legitimação do processo de expansão colonial e capitalista da Europa ocidental para a América, em que, tendo ocorrido o desenvolvimento de forças endógenas e o crescimento populacional na Europa, esta se

⁶⁰ Thomas Hobbes e John Locke foram os pais da filosofia política do contrato social, dos quais afirmavam que a sociedade passava de um nível de estado de natureza regido pelo direito natural e passavam para um sociedade política, adotando um contrato social por consenso. Os dois autores vão se diferenciar acerca do modelo correto, do qual Hobbes acreditava ser regido por um soberano que regulasse a vida política da sociedade e Locke a partir do modelo parlamentar. Todavia, Locke propôs um princípio que até hoje perdura nas sociedades liberais: a propriedade. A partir desse princípio que as potências coloniais se utilizaram nos processos de conquista e ocupação, assim como o direito internacional buscou se embasar. Todavia, não é meu intuito discorrer e aprofundar acerca dessa temática. Para melhor compreensão, ver: Locke (1998); Hobbes (2006).

guiou pela necessidade de se expandir e se estabelecer em outros territórios. O estabelecimento dos povos europeus em territórios estrangeiros, era também o processo de desenvolvimento desses territórios e das sociedades subjugadas, na concepção colonial. Tal empreitada levaria a um problema: o choque entre populações autóctones e os colonizadores.

Vattel entendia que os povos ameríndios não detinham direito de ocupar terras tão vastas e férteis, devido à incapacidade desses povos em produzir dentro da lógica capitalista. A não adequação ao modo de produção capitalista era visto como prova de um grau inferior de desenvolvimento humano, relativamente ao qual Vattel (2004: 144-145) observava que o simples

fato de habitarem de modo nômade essas vastas regiões não pode ser entendido como uma verdadeira e legítima tomada de posse e quando os povos da Europa, amplamente limitados entre eles mesmos, encontram um território de que os selvagens não têm necessidade especial e dele não têm feito uso contínuo e efetivo, eles podem legitimamente tomar posse dele e nele estabelecer colônias (...) Não nos afastamos, pois, das intenções da natureza, ao circunscrever os selvagens a limites mais estreitos.

Ou seja, havia uma convicção de que “circunscrever os selvagens a limites mais estreitos” (Vattel, 2004: 145), nada mais era do que promover os desígnios naturais que os povos ameríndios estavam predeterminados a ocupar na escala humana. Partia-se de uma concepção de que o modo de produção capitalista eurocêntrico era o único modelo civilizado para a exploração dos recursos humanos e naturais. Dando seguimento a tal problemática, Vattel legitimou os direitos da nação invasora sobre suas colônias, entendendo que

Quando uma Nação se apodera de um país distante e nele estabelece uma colônia, esse país, embora separado do estabelecimento principal, faz parte naturalmente do Estado assim como as antigas possessões. Todas as vezes, pois, que a distinção não é feita entre leis políticas e tratados, tudo o que é dito sobre o território da Nação deve ser interpretado como também extensivo às colônias (Vattel, 2004: 145).

Estabelecia-se assim uma situação de completo silenciamento dos ameríndios no processo constitutivo do Direito Internacional. A construção de tais paradigmas vinha a reforçar os estigmas em relação aos povos colonizados, inferiorizando-os e reforçando a visão hierárquica civilizados/selvagens entre diferentes contextos. Os ameríndios, por não integrarem o estatuto de seres dotados de razão e por terem um modo de vida e produção completamente diferentes dos europeus, eram automaticamente considerados seres não dotados de personalidade jurídica, sendo-lhes imposta a jurisdição do colonizador.

Hegel, em sua obra “A Razão na História” (2001 [1837]), demonstrou claramente a centralidade das leis e do direito como características de sociedades avançadas e pacíficas, cabendo ao Estado garantir o seu cumprimento e execução. Para Hegel, o estado de natureza era caracterizado erroneamente por alguns pensadores como um tipo ideal de liberdade que foi findada pela formação da propriedade privada⁶¹. Para ele

A liberdade como ideal de natureza original não existe como original e natural. Ela deve ser adquirida e conquistada e isso apenas é possível através de um processo infinito da disciplina do conhecimento e da força de vontade. Portanto, o estado natural é antes um estado de injustiça, violência, de impulsos naturais bravios, de feitos emoções bárbaros. É verdade que há um limite imposto pela sociedade e o Estado, mas é o limite das emoções irracionais e dos instintos naturais e também, em um estágio mais adiantado de cultura, do capricho e da paixão conscientes. Esta restrição é parte do processo através do qual se obtêm a consciência e o desejo de liberdade em sua forma verdadeira, ou seja, racional e ideal (...) a sociedade e o Estado são exatamente as condições em que a liberdade se realiza (Hegel, 2001: 92-93).

Este posicionamento enquadra-se claramente na afirmação do projeto moderno/colonial desenvolvido pelo pensamento ocidental e na sua busca da razão esclarecida como fonte de transformação do caos – a natureza e os povos não europeus como uma matéria orgânica caótica – em uma civilização racional e lógica. Para tal

⁶¹ Hegel se refere diretamente a Jean Jaques Rousseau, do qual Rousseau acreditava que a constituição da propriedade que havia corrompido a sociedade. O estado de natureza seria um tipo de sociedade sem conflitos, para Rousseau. Para tais autores, o estado de natureza poderia ser representado pelas sociedades ameríndias, tidas como selvagens e numa escala anterior ao desenvolvimento civilizacional para tais autores. Sobre o debate desenvolvido por Rousseau, ver: Rousseau. Jean-Jaques. *O Contrato Social*. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/contrato.pdf>>

empreitada, necessitava-se construir a imagem do Outro a partir de particularidades e estereótipos, utilizando-se, para isso, o direito e a filosofia com o intuito de legitimar a opressão. No que constitui uma releitura de Hegel, Adorno e Horkheimer (1986: 27) retrataram bem que “a venda sobre os olhos da Justiça não significa apenas que não se deve interferir no direito, mas que ele não nasceu da liberdade”, ou seja, o direito servia como arma de legitimação dos opressores contra os oprimidos.

Caracterizados os “povos selvagens” como incapazes de ter uma “racionalidade crítica” e, conseqüentemente, de poderem evoluir para uma sociedade civil, consumou-se dessa forma a possibilidade de subjugação dos povos não europeus pela civilização europeia detentora da razão. Boaventura de Sousa Santos (2010: 36) sugere que

O colonial constitui o grau zero a partir do qual são construídas as modernas concepções de conhecimento e direito. As teorias do contrato social dos séculos XVII e XVIII são tão importantes pelo que dizem como pelo que silenciam. O que dizem é que os indivíduos modernos, ou seja, os homens metropolitanos, entram no contrato social abandonando o estado de natureza para formarem a sociedade civil. O que silenciam é que, desta forma, se cria uma vasta região do mundo em estado de natureza (...) a que são condenados milhões de seres humanos sem quaisquer possibilidades de escaparem por via da criação de uma sociedade civil.

Foi a partir de tais constatações que entendi a necessidade de uma análise crítica da construção desses imaginários e da preponderância que ainda detêm nos dias atuais nos debates teórico-disciplinares de Relações Internacionais. Dar continuidade aos debates preponderantes na academia sem analisá-los criticamente é consentir com a imposição de um *status quo* dominante e a invisibilização de conhecimentos alternativos. Grande parte da construção do pensamento eurocêntrico se deu no sentido de querer conhecer o Outro a partir de si mesmo, como forma de legitimar a opressão no “resto do mundo”. Edward Said, em uma de suas grandes obras, “Orientalismo” (1990 [1978]), afirmou que “ter um tal conhecimento de uma coisa como essa é dominá-la, ter autoridade sobre ela. E, neste caso, autoridade quer dizer que ‘nós’ negamos autonomia para ele (...) posto que o conhecemos e que ele existe, em certo sentido, *como* o conhecemos” (Said, 1990: 43).

Portanto, se faz necessário compreender a constituição “científica” das ciências sociais e das Relações Internacionais em especial, como ciências eurocêntricas e coloniais. Face a isto, é necessário descentrar e descolonizar a agenda teórica visando um debate horizontal, em que o “eu” não negue a autonomia e as possibilidades de produção de conhecimento do outro. O “outro” é sujeito ativo de sua própria história e é através de um processo descolonial que haverá a possibilidade de alargar outros modos de produção.

Construção do modelo “científico” e as Relações Internacionais: eurocentrismo e colonialidade do saber

As ciências sociais atuais – no que tange à geocultura e à institucionalidade – das quais as disciplinas das Relações Internacionais⁶², da Sociologia, da Economia e da Filosofia fazem parte, são frutos da construção eurocêntrica dos saberes e do sistema mundo moderno/colonial, com intuito de ensinar quais os princípios que gerem a política, a sociedade, a economia e a própria história, tendo como entidade imprescindível o Estado, como definidor de políticas baseadas em normas “cientificamente legitimadas” (Castro-Gomez, 2005). Esse processo constitutivo se deu através da imposição colonial dos saberes europeus, dentro de um contexto específico de cinco países liberais – Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos (Wallerstein, 1996). De acordo com Lander (2005: 13), as ciências sociais foram fundadas em quatro cosmovisões:

- 1) a visão universal da história associada à ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a ‘naturalização’ tanto das relações sociais como da ‘natureza humana’ da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; 4) a necessária

⁶² Apesar da disciplina de Relações Internacionais tentar se colocar como uma ciência independente, ou seja, uma disciplina autônoma, ela se encontra dentro da área das ciências sociais, do qual todo o seu arcabouço teórico advém dos pensadores europeus que formataram as diversas disciplinas das ciências sociais. Não é para menos que a primeira instituição de RI nasceu no Reino Unido – à época *hegemon*, mesmo que em decadência – se propondo a estudar temas considerados de “alto valor”, como as questões da guerra e da paz e o que levam os Estados a isso.

superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz ('ciência') em relação a todos os outros conhecimentos.

As ciências sociais foram formatadas dentro da lógica do racionalismo, universalismo, orientalismo e progresso, fundadoras da modernidade ocidental, que era a “tentativa fáustica de submeter a vida inteira ao controle absoluto do homem sob a direção segura do conhecimento” (Castro-Gomez, 2005: 80). Para aprofundar tal problemática, resgatarei mais uma vez as obras dos autores citados e trabalhados anteriormente neste capítulo, para evidenciar a universalidade que tais obras foram tomando no constructo das agendas teóricas de tais disciplinas, assim como da sua centralidade até os dias atuais. O conhecimento científico eurocentrado pretende fazer-se “um ponto de vista sobre todos os demais pontos de vista, mas sem que esse ponto de vista possa ter um ponto de vista” (Castro-Gomez, 2007: 83).

Dentro de uma perspectiva da procura da modernidade, Bacon propunha nos seus ensaios a separação entre natureza e conhecimento humano, a partir da desqualificação da natureza em virtude de sua caoticidade orgânica. Bacon (2008: 21) afirmava que “antes de podermos atingir as regiões mais remotas e ocultas da natureza é necessário introduzir um uso e aplicação mais perfeitos da mente e intelecto”, demonstrando a necessidade de um projeto de desencantamento do mundo da vida pela razão. E acrescentava que

Em seguida, quanto à massa e composição da história natural que proponho, pretendo que seja uma história não só da natureza livre e irrestrita (quando é entregue ao seu andamento e faz o seu trabalho do modo que lhe é próprio), (...) mas, sobretudo, que seja a história da natureza constrangida e vexada; o que vale por dizer, da natureza quando é forçada pela arte e mão do homem a sair do seu estado natural, e é pressionada e moldada (Bacon, 2008: 21).

O pensamento moderno ocidental que foi se formatando nas obras de Bacon era uma tentativa de reabilitar o homem como o detentor de sua própria história, produto-fonte de modificação da realidade natural. Através da razão, o homem tinha a possibilidade de dominar a natureza e impor o seu reino na terra. Esse movimento de separação entre

homem e natureza foi também necessário para o aprofundamento do projeto capitalista de acumulação de capital, baseado na intensa exploração dos recursos naturais e humanos na América e África, não sendo mais a natureza influenciada pela assimilação e sim pela dominação do capital – dominar para explorar.

Para o controle da natureza se fazia necessário um método racional e eficiente para a empreitada. Para isso houve um processo de importação dos conceitos das ciências naturais, a exemplo da matemática, feitas pelos pensadores moderno ocidentais e que foi se estabelecendo como conceitos-chave nas ciências sociais a posteriori. O pensamento moderno ocidental acreditava que a matemática era o melhor método para a busca de uma verdade universal. Foi nessa perspectiva que Kant (2001: 67) afirmou

Pois que uma parte desses conhecimentos, [como sejam os de] a matemática, há muito que é do domínio da certeza, dando assim favorável esperança para os outros, embora estes últimos possam ser de natureza completamente diferente (...) A matemática oferece-nos um exemplo brilhante de quanto se pode ir longe no conhecimento a priori, independente da experiência.

Kant, em suas obras, buscou propor um conhecimento tendo como centro o sujeito transcendental – aquele que detém as condições e faculdades que tornem possíveis as realizações de um conhecimento progressivo. Seu pensamento se baseou numa relação entre o empirismo – advindo da teoria newtoniana e do filósofo David Hume, do qual a experiência precede o conhecimento – e o racionalismo – fruto do cartesianismo e fundamentada na ideia de que os sentidos se tornam vazios quando não são resultados do “eu penso” –, do qual pudesse achar a fonte de um conhecimento verdadeiro e universalmente válido.

Para consolidar a ideia de superioridade das teorias do conhecimento no contexto europeu, era necessário criar uma concepção que determinasse tal hierarquia. É nesse sentido que Friedrich Hegel desenvolveu vários princípios sobre o lugar da filosofia e o processo histórico de consolidação da ciência filosófica. Para isso, se utilizou do conceito

de “desenvolvimento”, para demonstrar que a filosofia seguia um ritmo ou um percurso de ampliação de suas capacidades analíticas. De acordo com Hegel (1995: 64)

Podemos resumir aquilo que aqui se aborda numa única determinação: <<desenvolvimento>>. Quando este se nos torna nítido, tudo o mais resultará e seguirá por si. (...) os feitos da História da Filosofia não são aventuras nenhuma (...), mas no movimento do espírito pensante há essencialmente conexão. As coisas passam-se racionalmente.

A filosofia e a ideia de uma ciência válida se deslocavam baseadas num modelo de desenvolvimento histórico, da Ásia para a Europa, sendo a Inglaterra, a França e a Alemanha os centros da filosofia verdadeira, a racional e de nível mais elevado – ou como convencionado, o “coração da Europa” (Dussel, 1993; Mignolo, 2011). O progresso era cumulativo e passava por diversas fases nessa construção, tendo primeiro advindo do modo de pensar asiático – e de produção, da qual Marx trabalhou em seu pensamento na lógica do desenvolvimento linear do capitalismo – e, por fim, estabelecendo-se na Europa⁶³.

Na concepção hegeliana e mantra do pensamento eurocêntrico, mesmo existindo diversas e variadas formas de saberes filosóficos e modos de produção na história mundial, só haveria a possibilidade de existir uma única filosofia verdadeira. Todas as outras formas de conhecimento seriam divagações ou opiniões sem fundamentos racionais “de que a verdade não será conhecida no perceber imediato, no intuir (...) (pois toda a intuição é, como intuição, sensível), mas apenas pelas canseiras [*Mühe*] do pensar” (Hegel, 1995: 60). Ou seja, o desenvolvimento/progresso da filosofia só se dava com o aprofundamento do *ego cogito* e das inquietações intelectuais, princípio máximo do pensamento moderno ocidental.

⁶³ De acordo com Mignolo (2011: 07), existiram três fases cumulativas, tanto na esfera epistemológica quanto produtiva, no sistema mundo moderno/colonial: a primeira era “a face católica e ibérica, liderada por Espanha e Portugal (1500-1750, aproximadamente); a intermediária era a do “coração da Europa” (Hegel), liderada por Inglaterra, França e Alemanha (1750-1945); e a derradeira face era estadunidense, liderada pelos Estados Unidos (1945-2000)”. Mignolo ainda sugere que o mundo vive, no momento atual, numa estrutura policêntrica dentro de um mesmo sistema mundo moderno/colonial. É importante frisar que a análise feita por Mignolo acaba por cair na lógica do pensamento moderno ocidental, em que as fases seguem uma lógica linear temporal, ou seja, uma só se iniciaria com o esgotamento da última.

No quadro de afirmação de um conhecimento único verdadeiro, uma das linhas desenvolvidas pelo pensamento moderno ocidental foi o processo de estabelecimento do princípio da imparcialidade/neutralidade nas ciências sociais. Tal princípio se fundamenta na ideia da separação entre sujeito – o observador – e objeto – aquele que é observado –, em que ambos não podem se influenciar, convenciona na crença de que a análise científica não seja contaminada por “valores” exteriores, que possam vir a deslegitimar o estudo.

O observador tem o dever de não estar embebido de sentimentos – como citado por Hegel – ou valores que possam transpor seus desejos ou vontades e que possam interferir no seu objeto de estudo, estando o observador em um “não-lugar” e em um “não-tempo”. Bacon (2008: 35), explicitava

que é certo tal como um espelho irregular distorce os raios, objetos segundo sua própria figura e forma, também não se pode confiar no testemunho verídico da mente quando recebe impressões dos objetos através dos sentidos, visto que na formação das suas noções mistura a sua própria natureza com a natureza das coisas.

Criar algum tipo de vínculo, ter algum tipo de sentimento, valor ou imaginário acerca do objeto invalidaria uma análise científica e imparcial, prejudicando o resultado da observação. A ciência moderna buscava se localizar fora do espaço-temporal terreno, a partir de um ponto de observação extraterreno, sendo que a razão nunca poderia ser contaminada por qualquer tipo de sentimento que o mundo da vida pudesse provocar. Era a tentativa de propor um conhecimento universal abstrato – a abstração de tudo o que é terreno. Hegel (1995: 58) afirmava que a

Convicção própria é, de facto, o último, o absolutamente essencial, que a razão, que a filosofia têm que exigir ao conhecimento, pelo lado da subjectividade; mas elas estabelecem a diferença entre se a convicção repousa sobre a particularidade do sujeito, sobre fundamentos subjectivos, em sentimento, pressentimentos, intuições, etc., ou se decorre do pensamento e da penetração no conceito e na natureza das coisas. Ora, naquele primeiro modo, a convicção é a opinião.

Mesmo tendo havido uma larga produção epistemológica na Europa, com o intuito de transformar o meio natural pela força humana e modificar o estudo da ciência, tais transformações não tinham como fim último a emancipação da humanidade em relação a qualquer opressão no meio social e internacional. Os câmbios almejados eram direcionados ao homem europeu – homem branco, heterossexual e cristão – excluindo-se todo o “resto” que não se encaixasse nessas prerrogativas, assim como da própria ciência em que o intuito era simplesmente a resolução de problemas. A quebra desse *status quo* e emancipação do conhecimento e dos meios era impraticável, da qual Descartes (2001: 18) tentava exemplificar

Com esse exemplo me persuadi de que não teria cabimento um particular propor-se a reformar um Estado mudando-lhe tudo desde os alicerces e derrubando-o para reergue-lo; nem mesmo, também, a reformar o corpo das ciências ou a ordem estabelecida nas escolas para ensinar (Descartes, 2001: 18).

O pensamento moderno que se ia estabelecendo nos corpos das ciências sociais, não tinha como meta a possibilidade de emancipação para além do ocidente. A emancipação só poderia ser alcançada a partir do pensar e do raciocinar. Como os não europeus eram considerados seres irracionais, não haveria a possibilidade para o ato de libertação, o que demonstrou toda a normalidade em relação à escravidão, ao colonialismo e à exploração dos recursos naturais nas sociedades não europeias. Nesse sentido, é que a própria disciplina de Relações Internacionais acaba por reproduzir a problemática, fundada e formatada dentro da lógica do pensamento moderno ocidental.

Como já evidenciei na introdução, a tradição teórica em Relações Internacionais é produto direto da formação da ciência moderna, calcada no universalismo abstrato, no colonialismo, na “húbris do ponto zero” e no etnocentrismo. De acordo com Pureza (1999; 2005), as teorias tradicionais em Relações Internacionais se consagraram a partir de três padrões de “ciência normal”: o estadocentrismo, a “ocultação de intencionalidade

ideológica" e o positivismo – a utilização dos métodos matemáticos, como a Teoria dos Jogos e a escolha racional.

Norman Angell, considerado um dos grandes autores da tradição teórica das Relações Internacionais, considerava que o racionalismo era a grande via para a “paz” e libertação da mente dos homens, afirmando ter

razões para deduzir que, assim como o progresso do racionalismo permitiu que os grupos religiosos vivam em contato, sem entrar em conflito material, e assim como não se manifestou nesse campo o pretense dilema entre o domínio universal e a luta indefinida, do mesmo modo os progressos do racionalismo terminarão por influir nas relações entre os vários grupos políticos (Angell, : 176-177).

Soma-se a essa passagem a crença numa concepção universal e na ideia de progresso que não pode ser interrompido, que levaria à possibilidade de mudanças de perspectivas e hábitos a partir do racionalismo. Outros autores como Robert Keohane e Joseph Nye, introduziram os conceitos de interdependência complexa e *soft power*, que estão fortemente interligados ao pensamento moderno ocidental. A tentativa de propor uma teoria geral de Relações Internacionais focou-se em grande parte na utilização dos métodos matemáticos, como da Teoria dos Jogos e da escolha racional, além de continuarem silenciando sobre o contexto do Sul global⁶⁴.

A Teoria dos Jogos visa a responder as escolhas tomadas por um ou dois atores, a partir de um método de isolamento deles. Esse método intenta demonstrar as potenciais opções que cada ator pode tomar a partir da escolha racional, transferindo tais perspectivas teóricas e metodológicas para as relações internacionais. Dentre os principais métodos têm-se o dilema do prisioneiro, em que, hipoteticamente, dois prisioneiros são levados a

⁶⁴ A utilização de métodos estatísticos e matemáticos se tornou corrente nos debates neorrealistas e neoliberais a partir da teoria dos jogos. A teoria dos jogos busca analisar nas relações internacionais, as formas estratégicas de comportamento que os atores almejam no cenário internacional, tanto a nível econômico quanto político e cooperativo. É a tentativa de tornar ações subjetivas numa certeza infalível. Ver: Waltz (1979[2002]); Keohane (1984); Powell (1991); Nye (2001); Wendt (2014).

cooperarem ou a buscarem a maximização de seus ganhos de forma individual; e o “jogo da galinha”, em que o primeiro jogador que desistir da competição perde tudo⁶⁵.

Keohane em sua obra “After Hegemony”, buscou analisar sobre o que podem levar os atores internacionais, nesse caso específico os Estados, a cooperarem baseado na escolha racional. Para Keohane (1984: 13), “teoria da escolha racional nos permite demonstrar que as conclusões pessimistas sobre cooperação, geralmente associada com o Realismo, não são necessariamente válidas, até se nós aceitarmos a hipótese do egoísmo racional”, ou seja, que apesar do próprio (neo)realismo utilizar tal perspectiva, o (neo)liberalismo tenderia a uma outra percepção acerca de tal visão.

A tradição teórica das Relações Internacionais se mostrava embebidos nos pressupostos filosóficos dos pensadores da modernidade ocidental. As teorias tradicionais acreditam na ciência moderna como a única forma de produção de conhecimento válido, assim como a introdução das ciências exatas na disciplina, a exemplo da crença em leis que regem a vida política e a natureza humana. Nesse sentido, Morgenthau (2002: 04-05) afirmava que “o realismo político acredita que a política, como aliás a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana”, demonstrando que “por acreditar na objetividade das leis da política, tem de admitir igualmente a possibilidade de desenvolver-se uma teoria racional que reflita essas leis objetivas, mesmo que de modo imperfeito e desequilibrado” (Morgenthau, 2002: 05). Ou seja, a razão seria o fruto de tal produção, a partir de leis que são imutáveis no espaço-tempo da política e da história.

Essa construção científica de uma ciência política objetiva, válida e universal seguiu e continua rendendo diversas publicações dentro dessa linha teórica. Kenneth

⁶⁵ Não é função desta tese discorrer de maneira aprofundada sobre as diversas formas utilizadas pela teoria dos jogos. Para uma compreensão geral, ver: Binmore, Ken (2007). *Game Theory: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Waltz, buscou em sua obra “Teoria da Política Internacional” propor o que viriam a ser teorias factíveis e teorias que, na verdade, viriam a ser somente suposições. Para isso, Waltz propôs receitas “científicas” de como chegar a vereditos sobre a validade ou não de uma teoria de relações internacionais, do qual afirmava:

escrevo este livro com três objectivos em mente: primeiro, examinar teorias das relações internacionais e abordagens à matéria que reclamam ter importância teórica; segundo, construir uma teoria das relações internacionais que remedeie os defeitos das actuais teorias; e terceiro, examinar algumas aplicações da teoria construída (Waltz, 2002: 13).

Waltz ainda entendia que para a passagem de especulações a estudos baseados em fatos, haveria de existir um processo de simplificação para a construção teórica. Eram necessários quatro passos: pelo “isolamento”; pela “abstração”; pela “agregação”; e pela “idealização” (Waltz, 2002: 25). Esses quatro passos visavam a encontrar princípios essenciais em tais projetos de teorias. Waltz demonstrava em sua obra certo desconforto em relação à variedade de teorias existentes nas relações internacionais e que a diversidade teórica, assim como suas mais diversas utilizações, acabava por incorrer numa fraqueza disciplinar (Waltz, 2002). Nesse ponto, demonstrava a dificuldade das abordagens hegemônicas em conviver com a heterogeneidade de visões teóricas das relações internacionais. Por isso, a proposta de refinamento do conhecimento teórico parte de três perguntas

O objecto de investigação permite o uso do método analítico da física clássica (...)? Permite a aplicação da estatística em formas comumente usadas quando o número de variáveis se torna muito grande? O objecto de estudo não permite qualquer abordagem, mas em vez disso requer uma abordagem sistémica?

Percebe-se o quão forte é a utilização das ciências exatas nas teorias hegemônicas das relações internacionais, como tentativa de impor uma teoria geral que abranja um todo global, independente dos contextos, a partir de receituários universais – convencionalizado como um universalismo abstrato. Seguindo uma linha de raciocínio de simplificação das análises teóricas e contextuais, as teorias tradicionais convencionaram retratar o Estado

como um ator homogêneo, que age a partir de um interesse nacional (racional) e que é o ator central nas relações internacionais, convencionado como estadocentrismo.

A ideia de interesse nacional se baseia numa lógica de que os Estados agem de forma racional buscando maximizar os benefícios que possam vir a ganhar no sistema internacional. Wendt (2014: 244) afirma que o interesse nacional consiste em quatro necessidades: “sobrevivência física, autonomia, bem-estar econômico e autoestima coletiva”. Nessa perspectiva, fica em aberto a seguinte questão: quem ou como se problematiza o que é “bem-estar econômico” ou “autoestima coletiva”? Esse tipo de percepção parte da ideia de que os Estados são entidades estáticas e unitárias, em que a diversidade doméstica e as lutas intersticiais nesse determinado nível são desconsideradas ou invisibilizadas.

Para além disso, ainda há a tentativa de determinar qual teoria é válida e qual é considerada inválida. Para tais teóricos, o Sul global acaba por ser um não-lugar, que não vale a pena retratar de forma aprofundada – no máximo como exemplos descontextualizados –, devido à forte crença na incapacidade de tais atores produzirem conhecimentos e ações políticas de “alto nível” no meio internacional. O pensamento moderno ocidental, fortemente presente nas teorias hegemônicas de Relações Internacionais, se pauta no universalismo abstrato, em que suas particularidades – Europa e Estados Unidos – tornam-se o todo absoluto, sem representar a diversidade do “todo” existente. Essa lógica está profundamente baseada no “penso, logo conquisto” – não só na esfera militar, mas epistemológica e econômica –, que permitiu todo o processo de negação de direitos, vozes e ações políticas às sociedades não europeias.

O pensamento moderno ocidental criou e instituiu os seus pensadores como regra de uma forma universal e abstrata, devido as suas características de produção “científica” –

aquilo que eles acreditam como unicamente válido, pois o saber ocidental tem significado “o Ocidente generalizando essas experiências da história como a experiência universal do mundo. O que é Ocidental torna-se universal e o que é Terceiro Mundo, torna-se local” (Thiong’o, 1993: 25). Mesmo as literaturas que intentaram uma linha de cunho mais humanístico, dentro do contexto eurocêntrico, deram seguimento ao problema em ocultar outras formas de pensamento, que fossem além do pensamento moderno ocidental, o que Thiong’o (1993: 14) retratou:

O lado humanístico da literatura europeia reflete, claro, as lutas sociais dos povos europeus. Mas dada a dominação do Ocidente sobre o resto do mundo, através de momentos históricos repressivos como o comércio de escravos e a escravidão, colonialismo e correntemente o neocolonialismo, esta literatura tende a optar pelo silêncio ou ambivalência ou a franca colaboração.

O pensamento moderno ocidental expôs a sua história como sendo a história universal do mundo, como evidenciou Hegel (1995; 2001) no processo de desenvolvimento histórico do leste para o oeste, ou seja, da Ásia para a Europa, assim como a própria Europa se apropriou das produções literárias de outros contextos histórico-geográficos como sendo pertencentes a Europa, trabalhado por Goody (2006).

Referendado nessa lógica de que as literaturas e conhecimentos produzidos na África e América Latina não são transpostos nos debates centrais, ficando à margem, pois são considerados não-lugares. Se são não-lugares, não podem existir produções relevantes para o resto do mundo. Mesmo a Ásia, que foi retratada como o ponto de partida no desenvolvimento da história e da filosofia, se localiza como o passado ou aquilo que é atrasado, que não conseguiu seguir o trilho da história. Visando a romper esses modelos, há que se resgatar e expor a imensa produção de saberes e conhecimentos advindos do Sul global, suas críticas epistemológicas e tentativas de alternativas ao *status quo* dominante da disciplina de Relações Internacionais. Para que se possa abordar tais perspectivas, é preciso ter em mente, como proposto por Boaventura de Sousa Santos (1995: 508), que “uma

epistemologia do Sul assenta em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul”.

I.III – Para além da monocultura do saber: possibilidades descoloniais e epistemologias do Sul

A alternativa ao universalismo abstrato, inerente ao pensamento moderno ocidental, não é uma aceitação automática do relativismo absoluto e nem a negação da importância da ciência moderna. Minha concepção se aproxima daquela levantada por Cesaire, quando escreveu “Carta a Maurice Thorez”, em 1956⁶⁶, afirmando que sua concepção baseava-se em “um universalismo depositário de todo o particular, depositário de todos os particulares, a aprofundização e coexistência de todos os particulares”⁶⁷ (Cesaire, 2006: 84). A tentativa de impor um universalismo sem levar em conta a diversidade de produções particulares é impor uma lógica da monocultura do saber, de invisibilização de toda a produção nos contextos não ocidentais. Intuindo fugir da problemática de simplificação dos problemas, Thiong’o (1993: 28-29) afirma que

quer estudando outras comunidades, nossas comunidades ou qualquer outro fenômeno social é importante para ver o fenômeno na natureza, na sociedade e até na academia não no seu isolamento, mas em conexões dinâmicas com outros fenômenos. É importante lembrar que processos sociais e intelectuais, até disciplinas acadêmicas, agem e reagem entre elas não contra um terreno espacial ou temporal de quietude, mas de constante luta, de movimento e luta das quais trazem mais luta, mais movimento e mudança, até no pensamento humano.

⁶⁶ Carta a Maurice Thorez foi uma carta enviada por Cesaire declarando o porquê de sua demissão, enviada ao presidente do partido comunista francês devido as diferentes visões de mundo e de ação política entre o partido e Cesaire. O partido comunista francês se mostrava reticente em se posicionar contra os crimes de guerra da França no território argelino, como tentativa de prolongamento do regime colonial na Argélia e dos crimes contra a humanidade que ocorreram na União Soviética sob o regime de Joseph Stálin e na invasão a Hungria pela URSS em 1956. Por essas e outras Cesaire declarou que o partido se negava a reconhecer o colonialismo como um regime tão “execrável” quanto o nazismo – poucos anos antes chocou a Europa pela sua brutalidade –, o que demonstrava a problemática do eurocentrismo no próprio marxismo.

⁶⁷ Essa carta encontra-se disponível no livro “Discurso sobre el Colonialismo”, com participação de Samir Amin, Ramon Grosfoguel, Walter Mignolo, dentre outros autores da corrente modernidade/colonialidade. Para maior compreensão das obras de Cesaire, ver: Cesaire, Aimé (2006), *Discurso sobre el Colonialismo: cuestiones de antagonismo*. Madrid: Akal Ediciones.

Para clarificar o porquê dessa minha concepção, tenho comigo a máxima levantada por Cox (1986) de que “teoria é para alguém e com algum propósito”. E proponho ir mais além, pois, na minha percepção de mundo, toda teoria é feita por alguém, em algum lugar e com algum propósito, ou seja, a teoria tem rosto, lugar e intenções. Adiciono a questão do contexto geográfico, em vista das próprias realidades e contextos vivenciados por aqueles que se propõem a fazer teoria. Eu penso e sou de onde “falo”.

No meu caso, nascido na capital e centro urbano da Paraíba, quarto estado mais pobre do Brasil, tendo convivido entre o urbano e o rural – no sertão paraibano, área de clima semidesértico e contexto periférico e com uma formação acadêmica⁶⁸ que me possibilitou compreender a diversidade em que vivemos e que os problemas existentes são muito mais heterogêneos do que o pensamento moderno tenta nos fazer crer, assim como as possibilidades de emancipação são diversas. Falar sobre teoria é sabermos em quais realidades elas foram construídas, para quem são direcionadas e com que intuito.

Por isso, certas teorias produzidas no contexto do Sul global trouxeram inovações na abordagem das ciências sociais e das relações internacionais, pois tinham experiências – apesar das diferenças de modelos e tempo histórico em que se encontravam – inerentes a essas sociedades: o colonialismo. A experiência colonial é o que representa o Sul global, não o Sul global imperial representado pelas elites eurocentradas e coloniais, mas por aqueles que produzem para além dos cânones e da ciência moderna, trazendo a questão colonial como um dos princípios para se compreender as relações internacionais.

Foram produzidas dentro dos contextos latino-americano, africano e sul asiático teorias que rompiam com a normalidade do debate teórico dessas disciplinas, pois

⁶⁸ Doutorado feito em Portugal, em que vivenciei entre a simbologia da memória baseada na antiga metrópole colonial do Brasil e, atualmente, se situando na periferia do sistema europeu – vide a crise financeira e a imposição vertical dos ajustes pelas potências europeias e os organismos internacionais a Portugal.

colocavam na ordem do debate o colonialismo, uma realidade invisibilizada na “maioria das universidades [que] tendeu a ignorar a vasta literatura produzida, embora nas línguas europeias, fora das fronteiras formais da Europa e Euroamérica” (Thiong’o, 1993: 07). Como levantado na “Introdução”, tiveram grande relevância e ainda têm as teorias da dependência e os estudos pós/descoloniais⁶⁹ – do qual os estudos subalternos fazem parte – em que se baseia esse capítulo, na exposição e proposição de novas perspectivas para a abordagem teórica em relações internacionais.

Um dos grandes nomes dos estudos pós/descoloniais, o afro-caribenho Aimé Césaire (1913-2008) buscou abranger uma nova forma de pensar para além da monocultura do saber ocidental, através da subsunção do universalismo abstrato por um universalismo concreto. A saída para uma verdadeira descolonização do mundo da vida só poderia ocorrer através de um universalismo concreto, baseado num diálogo horizontal entre diversos saberes, resultando em “múltiplas terminações cosmológicas e epistemológicas”, ou seja, “um pluri-verso no lugar de um uni-verso” (Grosfoguel, 2007: 72). É fundamentado nesse ideal que os estudos descoloniais e pós-coloniais produzem suas abordagens teóricas, levando em conta o lugar daqueles que sempre foram os sujeitos ocultos na colonialidade.

É nesse sentido que Frantz Fanon, outro grande nome utilizado pelos estudos pós/descoloniais, em sua obra “Pele Negra, Máscaras Brancas” (2008 [1952]) buscava trazer a problemática do colonialismo para o colonizado, assim como nas sociedades

⁶⁹ Retrato os estudos pós-coloniais e descoloniais de forma integrada, pois na minha concepção tais abordagens dialogam muito mais do que alguns autores querem contradizer, a exemplo de Mignolo (2007). Os estudos pós-coloniais e descoloniais tem as suas devidas especificidades, a exemplo dos estudos culturais anglo-saxônicos, que privilegiam sobremaneira o lugar da cultura nas relações sociais e internacionais. Todavia, parte do grupo modernidade/colonialidade ou descolonial está fortemente baseado nos estudos pós-coloniais surgidos através de Césaire, Fanon, dos estudos subalternos sul-asiáticos, dentre muitos outros. Portanto, acredito que tais abordagens teóricas têm muito mais a nos dizer de forma integrada que promovendo separações ou classificações ao estilo do pensamento moderno ocidental, em que pesa a necessidade de várias correntes em se auto-afirmarem como uma “teoria pura e geral”.

colonizadas. Para além disso, buscava propor uma nova forma de libertação através do diálogo horizontal e reconhecer o “outro” em toda a sua totalidade e essência. As possibilidades de libertação e produção de novas concepções só poderiam vir de uma “tensão permanente de sua liberdade que os homens podem criar as condições de existência ideais em um mundo humano. Superioridade? Inferioridade? Por que simplesmente não tentar sensibilizar o outro, sentir o outro, revelar-me outro?” (Fanon, 2008: 191).

As perspectivas des/pós-coloniais visam uma crítica densa do pensamento moderno ocidental, seu projeto modernizador, colonial e homogeneizador, através da abertura de outros modos de ver, pensar e produzir epistemologias, economias, políticas, Estado e relações sociais entre o local e o global. A essas críticas e alternativas ao pensamento dominante se encontram o grupo modernidade/colonialidade, que se autodesigna atualmente como descolonial, e os estudos pós-coloniais anglo-saxônico, africano e sul asiático (*Subaltern Studies Group*). Entre essas abordagens existe uma heterogeneidade de percepções e concepções que alargam os debates nas Relações Internacionais, como o conceito de Estado-nação e do modo de fazer a política.

Os estudos subalternos têm muito a contribuir as Relações Internacionais, a partir de um alargamento conceitual acerca da ideia de Estado-nação e suas formas de atuação. Para tais autores, o Estado-nação não pode ser referenciado como uma entidade homogênea que atua de forma racional na política internacional, visando a maximização de seus ganhos. Para eles, os Estados são entidades heterogêneas, em que atuam de forma conflituosa e/ou cooperativa e/ou por cooptação no âmbito doméstico, o que influencia na forma de atuação no meio internacional.

De acordo com Prakash (1994) os Estados são uma combinação heterogênea de lógicas domésticas e externas, influenciando medidas coercivas através dos poderes de patronado e do capital, por um lado, e por *slogans* e programas populistas, perfazendo a busca de legitimidade pelo Estado. Essa perspectiva vai para além da ideia de monopólio da violência e soberania, como as teorias tradicionais em Relações Internacionais tentam impor como as variáveis determinantes nos Estados nacionais.

Para uma alternativa descolonial, visa-se uma forma heterárquica entre o fazer e o pensar, fugindo a hierarquização promovida pelo pensamento moderno ocidental, em que o pensar vem antes do fazer, do qual o pensamento conduz a prática. Um pensamento alternativo, de acordo com Mignolo (2014: 106) “se pensa fazendo e se faz pensando”, ou como Fanon afirmou em forma de prece em “Pele Negra, Máscaras Brancas”: “Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona”! (Fanon, 2008: 191). A exclamação utilizada por Fanon, de que seja o seu corpo sempre a questionar, reflete a tentativa em transmutar o pensamento político tradicional por uma corpo-política, em que o pensar não seja a razão única do ser e fazer, mas que possa, pela corpo-política, instaurar um novo lugar de enunciação e de ação. De acordo com Mignolo (2014: 103) “a corpo e a geopolítica do conhecimento instauram (...) lugares de enunciação e de ação, pensar-fazer, fazer-pensando para livrar-se da biopolítica que os converteu em corpos de cor”.

Um dos grandes momentos da mudança do agir e pensar nas relações internacionais, a partir de um pensamento descolonial, pode ser creditado a Conferência de Bandung, convocada a reboque dos processos de libertação em África e Ásia. Na abertura da conferência, proclamava-se “Esta é a primeira conferência intercontinental dos povos de

cor na História da humanidade”⁷⁰. Instituiu-se em Bandung, com os processos descoloniais, a primeira forma de discutir a política para além do pensamento moderno ocidental, se colocando em pauta a questão do corpo – o colonizado que sofre a violência cotidiana devido a suas características físicas – como um sujeito-objeto de sua própria história, não mais invisibilizado pelo universalismo abstrato.

A esses processos de agir e enunciar para além da política e da academia convencional, Boaventura de Sousa Santos (2007) convencionou chamar “epistemologias do sul”. As epistemologias do sul se baseiam na necessidade em alargar o pensamento para além do pensamento moderno ocidental – Santos (2007) convencionou como “pensamento abissal” – resgatando e expondo tais saberes através da sociologia “das ausências” e “das emergências”. O autor propõe um pensamento pós-abissal, a partir de uma ecologia dos saberes que integre a concepção de co-presença e traduções interculturais, tornando-se “possível identificar preocupações comuns, aproximações complementares e, claro, também contradições inultrapassáveis” (Santos, 2007: 30).

As ecologias do saber partem da pressuposição de que não há a possibilidade de haver uma teoria geral que condiga com a pluralidade global – dos contextos sociais, das diferentes formas de ação na política internacional – necessitando reconhecer os limites existentes em cada epistemologia. De acordo com Santos (2007: 26)

Uma das premissas básicas da ecologia de saberes é que todos os conhecimentos têm limites internos e limites externos. Os internos dizem respeito aos limites das intervenções no real que permitem. Os externos decorrem do reconhecimento de intervenções alternativas tornadas possíveis por outras formas de conhecimento.

A isso há que se ter uma concepção acerca da geopolítica descolonial do conhecimento, como Maldonado Torres (2008) propõe, perpassando a própria produção teórica tradicional nas Relações Internacionais, demonstrando a colonialidade do saber

⁷⁰ Disponível em: <<http://www.cvce.eu/obj/address_given_by_sukarno_bandung_17_to_24_april_1955-en-88d3f71c-c9f9-415a-b397-b27b8581a4f5.html l>>. Acessado em: 29/04/2015.

fortemente presente em sua agenda disciplinar e revelando as potencialidades existentes nas epistemologias não ocidentais – retratado por Maldonado-Torres como “diversidade radical” e por Santos como “epistemologias do sul”. Apesar das diferentes classificações de grupos de pensamentos, as teorias pós/descoloniais têm uma capacidade de diálogo transversal entre elas, possibilitando agregar questões fundamentais para o alargamento teórico das RI.

É de extrema necessidade passar a hegemonia teórica em Relações Internacionais, que silencia os outros saberes e impõe agendas baseadas em autores canônicos. A isso me pergunto: quem determinou e impôs tais cânones? Eles têm a prerrogativa universal de serem utilizados em qualquer contexto? Essa imposição acaba por impor muros entre as diversas disciplinas que formam as Relações Internacionais, dificultando aos estudantes, pesquisadores e docentes de se descolarem e irem para além de tais cânones. Para que possa utilizar todas as potencialidades trazidas pelos pensamentos pós/descoloniais, visio propor um paradigma heterárquico que descentre a análise teórica e exponha toda a diversidade existente nos contextos sociais, políticos e epistemológicos.

Paradigma Heterárquico: mover o centro para além das fronteiras disciplinares

O pensamento pós/descolonial, que uso como base de uma alternativa ao cânone colonial/moderno silenciador, intenta romper com a lógica da monocultura do saber do pensamento moderno ocidental em que o todo é um vazio. Ao contrário do que impõe tal pensamento, cada um de nós, eu ou qualquer outra pessoa, somos um “todo físico-químico-biológico-social-cultural” (Castro-Gómez, 2007: 86), que fazemos parte de um universo

heterogêneo com distintas realidades histórico-sociais-raciais-sexuais-culturais-econômicas. Não é possível tentar compreender as relações internacionais a partir de uma lógica monocultural, que veja o mundo como uma luta dicotômica entre ciência/senso comum, civilizados/bárbaros, desenvolvidos/subdesenvolvidos e democracias/ditaduras (Santos, 2002; 2010; Grosfoguel, 2006; 2007; Mignolo, 2007; 2011).

Para isso, é necessário ampliar a presença de epistemologias outras para além da linha abissal que as epistemologias eurocentradas impõem. Neste processo de ampliação dos saberes, não se busca a negação da ciência moderna, mas a utilização dela de modo contra hegemônico, permitindo a introdução da diversidade de produções de saberes que possam vir a contribuir sobremaneira para um conhecimento do mundo mais completo e, por isso, mais rigoroso. De acordo com Santos (2010: 22), há que situar a “perspectiva epistemológica na experiência social do outro lado da linha, isto é, do Sul global não-imperial, concebido como a metáfora do sofrimento humano sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo”.

Essa lógica levantada por Boaventura se situa naquilo que busco trabalhar, acrescido ao pensamento de Thiong’o, a necessidade em mover o centro, ou seja, o centro tido como universal e fonte produtora de conhecimento no mundo, para um pluralismo de centros (Thiong’o, 1993). A questão de mover o centro se baseia na percepção de que, apesar da produção no Sul global ser feita dentro das línguas europeias – o inglês, francês, espanhol, português e alemão –, ainda há uma completa invisibilidade dessas produções dentro do contexto eurocêntrico/eurocentrado, pois continuam localizadas e a serem produzidas do outro lado da linha. Para isso, necessita-se “o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico” (Santos,

2010: 23), da qual se possa, então, mover o centro para uma pluralidade de modos de produção cultural e epistemológica.

Todavia, tem-se que ter em vista que as estruturas que permeiam o mundo da vida – baseado na produção de conhecimento sobre matéria, sociedade, vida e espírito (Santos, 2010) – estão entrelaçadas entre si, formando um complexo sistema de interações raciais, políticas, econômicas, sexuais e culturais. Essas relações não agem de forma independente ou hierarquicamente, mas sim heterarquicamente, ou seja, de modo que estão interagidas dentro de uma rede global do capitalismo/colonialismo agindo de forma mútua – como uma via dupla – e incidindo diferentes aspectos e contextos (Castro-Gómez e Grosfoguel, 2007).

Tencionando essa perspectiva, proponho um paradigma heterárquico para as Relações Internacionais, em que o pensamento trabalhe de forma integrada e heterarquicamente com os sentidos e as diversas estruturas que nos permeiam⁷¹. De acordo com Kontopoulos (1993: 55), a heterarquia

São níveis estruturais em que não há um único nível de governança; ao contrário, vários níveis exercem uma determinada influência em cada uma em algum aspecto particular. Isso é possível pela virtude do fato que, heterarquias envolvem múltiplos acessos, múltiplas ligações e múltiplas determinações.

Um paradigma heterárquico traz como fundamentos a ideia de que sistema mundo moderno que vivenciamos, a partir das suas estruturas sociais, econômicas, políticas, raciais, sexuais e culturais vai muito além da simplificação que o pensamento moderno ocidental promove acerca dessas problemáticas nas ciências sociais. O paradigma heterárquico busca perpassar a lógica tradicional do pensamento moderno de classificações

⁷¹ A concepção de heterarquia se baseia nas problemáticas levantadas na obra de Kyriakos Kontopoulos. Kontopoulos buscou analisar como as estruturas sociais se interagem, analisando diversas estratégias de investigação nas ciências sociais, dentre as quais: reducionismo; construtivismo; heterárquico; hierárquico; e funcionalista. Para maior compreensão, ver: Kontopoulos (1993).

e imposições binárias, de história e tempo lineares e estruturas hierárquicas, possibilitando uma análise transfronteiriça e transescalar das estruturas que permeiam nossas vidas.

Trabalhar com as Relações Internacionais é, principalmente, tentar compreender toda a complexidade de interações e estruturas que fazem parte do dia a dia. O pensamento heterárquico é necessário para que se possa entender essa heterogeneidade e trabalhar seus processos de interações, imposições, trocas e solidariedades entre os múltiplos atores. O problema da tradição teórica ocidental é que não tem a possibilidade de analisar as subjetividades inerentes a essas relações, além de não conseguir predizer uma lógica de interação entre muitos atores para outros muitos atores (Kontopoulos, 1993).

Dentro do contexto das relações internacionais proponho cinco grandes níveis que são responsáveis pela interação, cooptação e imposição de lógicas que permeiam o sistema mundo moderno: local; quase doméstico; doméstico; regional; e global⁷². Embora elencados, esses níveis não nos devem remeter, automaticamente, à ideia de que são hierárquicos – apesar de que no sistema mundo moderno existe uma lógica de imposição hierárquica, através da estrutura global, a todas às demais –, mas à existência de um processo de interação semiautônomo⁷³ entre eles, introjetando as lógicas externas, rejeitando ou cooptando tais lógicas (Kontopoulos, 1993; Chatterjee, 2004; Grosfoguel e Castro-Gómez, 2007).

Nos níveis locais, estão representadas as formas de relações existentes entre os indivíduos, ou agentes e comunidades no meio social. Nela não estão representadas as instituições formais, como representações burocráticas do Estado. São relações familiares,

⁷² Esses são os modelos que consigo identificar nesse trabalho. Isso não representa a totalidade ou a tentativa de universalização do meu entendimento particular. Ela se baseia nos contextos vivenciados por mim e desenvolvido através de minha formação teórica acadêmica.

⁷³ Semiautônomo no sentido de que as lógicas estruturais agem nem de forma completamente autônoma, nem é completamente dependente de outros níveis ou lógicas sociais. Elas acabam por se interagir de modo semiautônomo, onde há trocas de lógicas entre as diversas partes.

parentais e sociais dentro das esferas da comunidade (Santos, 1990; Kontopoulos, 1993). Dentro do nível local, estão presentes as questões de gênero, classe, raça e sexo, que produz realidades diversas a partir de contextos diferentes. Já o nível quase doméstico baseia-se nas unidades institucionais formais como a(s) igreja(s) local(is), o hospital, a delegacia de polícia, a unidade prisional, a fábrica, a unidade de produção agrícola, etc. São contextos quase de institucionalidade, mas que dependendo de onde estejam representados, podem ter uma lógica diferente daquela que a estrutura doméstica busca impor.

Analisando para além do contexto urbano e ocidentalizado que somos convencionados a observar, há uma intensa relação entre os níveis representados anteriormente. Dentro do contexto rural e semiurbano, as lógicas podem ser completamente diferentes das aplicadas dentro do contexto urbano brasileiro. As igrejas, delegacias e fábricas podem ter uma atuação bastante diferente, pois outras lógicas influenciam a realidade local, a exemplo da ideia de tempo que é diferente entre o meio rural e urbano, a existência de tradições que são absorvidos pela igreja local, assim como as escolas e hospitais funcionam de modo distinto e as unidades comerciais pelas diferenças climáticas que impõem outros modos de vida.

Em relação à estrutura doméstica, ela pode ser representada pelas frações e lutas de classes, lutas étnicas/raciais, de gênero e sexuais, assim como por interações ou cooptações do processo. Esses processos levam à aplicação de lógicas baseadas na preponderância de certos grupos dentro da estrutura doméstica, a exemplo de políticas públicas implementadas – na área prisional, da saúde, da agricultura, econômica ou educacional. Mas tais lógicas podem ser potencialmente difusas, pois os processos de construção de superioridade podem levar à agregação ou interação com outras lógicas existentes dentro

do contexto a nível doméstico⁷⁴. Como exemplo, a política de Saúde no Brasil está de maneira mais forte ligada a uma lógica social, a partir de uma perspectiva de saúde coletiva, preventiva e de universalização, enquanto a política agrícola brasileira age a partir dos interesses do capital, tendo como característica a intensa utilização de agrotóxicos – um dos maiores compradores no mundo – e utilização em larga escala de plantas transgênicas, colidindo frontalmente com a política pública de saúde. Essas diferentes lógicas acabam por influenciar, também, a formatação e implementação de política externa pelo Estado⁷⁵.

O que convenciono como regional se baseia na intersecção entre os níveis doméstico e global, ou seja, está ligado diretamente a esses dois níveis. O nível regional está ligado ao processo de formação de sistemas regionais de governança, de segurança, de saúde, educacional, entre diversos outros. Para além, resultam na formação de organismos regionais que atuam a partir das lógicas referenciadas por entidades e grupos baseados nos níveis doméstico e global. Pode haver discrepâncias e choques de interesses entre os níveis doméstico e regional, assim como organizações numa mesma região com normas e *modus operandi* completamente diferentes⁷⁶.

⁷⁴ Em relação a isto, irei debater no terceiro capítulo sobre Estado Heterogêneo, Colonialismo Interno e a questão do Tempo. Essas conceituações estão dentro da lógica que levanto de heterarquia, da imposição de crenças por determinados grupos, assim como a cooptação ou interação entre eles. Levo em consideração que as realidades sociais e os contextos que vivemos são incrivelmente heterogêneos, apresentando um processo intenso entre a diversidade existente. Mas deixo claro que isso não invisibiliza toda uma tentativa de imposição por um sistema mundo moderno e ocidental de uma lógica hierárquica, que busca silenciar outros pontos de vista que fujam da concepção ocidental estadocêntrica, imparcial, unilinear e universalizante.

⁷⁵ Ao que concerne esse ponto, irei trabalhar de forma aprofundada no terceiro capítulo, utilizando a concepção de Estado heterogêneo.

⁷⁶ Os contextos sul americano e latino americano são exemplos claros de tais divergências e modos de atuações, a partir de grupos e ideologias formatadas entre os contextos domésticos e global. A Unasul (União das Nações Sul-Americanas) tem uma forma de atuação independente da OEA (Organização dos Estados Americanos). Assim como a CELAC (Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenhos) foram uma resposta a condução da OEA de exclusão de Cuba e grande interferência dos EUA e Canadá – a tentativa de imposição da lógica global sobre a regional, de um lado, e por outro a luta dos poderes domésticos contra a estrutura de hierarquização do nível global.

O nível global está representado pela tentativa de imposição e totalização (Kontopoulos, 1993) por um sistema mundo que haja dentro da lógica hegemônica. Essas lógicas podem ser a do Capital ou do Estado moderno (Kontopoulos, 1993), fruto do sistema mundo moderno/colonial, incidindo todas as problemáticas intrínsecas como patriarcalismo, racismo, capitalismo e racionalismo. Apesar da dominância da lógica do sistema mundo moderno, há intensas lutas, cooptações e interações entre diversas outras lógicas como: a do sistema índico-asiático; do sistema atlântico-pacífico-sul; e do sistema árabe-mulçumano.

Todo o processo de troca, lutas e cooptações ocorrem de forma heterárquica e diversa. O processo não segue um padrão universal que determina ou que já seja determinado, como o pensamento moderno ocidental nos impõe, a partir de interações hierárquicas e imposições de cima para baixo. Cada processo tem suas nuances, cada contexto age de modo diferente de outros contextos, como Chatterjee (2004) bem explicitou sobre a questão em “Nossa Modernidade”, em que

pode haver outras modernidades que não a nossa, ou, para colocar de outra forma, que há certas peculiaridades sobre a nossa modernidade. Pode ser o caso de aquilo que outros pensam ser moderno seja inaceitável para nós, assim como aquilo que estimamos como elementos valiosos da nossa modernidade não sejam em absoluto considerados modernos por outros (Chatterjee, 2004: 46).

Cada contexto tem sua própria modernidade, através da adaptação de várias lógicas, dentre as quais as dominantes. Mesmo através da imposição de uma agenda que vise à reprodução total de uma lógica ou receituário dominante, há sempre o processo de lutas e cooptação nas diversas estruturas. Reafirmo mais uma vez, que tais desígnios, como o levantado por Chatterjee (2004) anteriormente, não refletem a inexistência de mecanismos de imposição, opressão e hierarquização de determinadas lógicas em detrimento de todas as outras. O que sucede é que tais processos não ocorrem de forma homogênea, sem resistências ou agregações, nem que as lógicas hegemônicas são as mesmas durante os

séculos que se passaram. Elas mesmas foram modificadas, adaptadas e transformadas a partir dos processos de lutas e interações entre os diversos meios em que manteve contato, nos processos do capitalismo e do colonialismo.

A crença na homogeneidade é uma tentativa de simplificação da realidade social, cultural, econômica, racial, sexual e de gênero existente nas diversas sociedades pelo pensamento moderno ocidental, através do pensamento científico-racional e etnocêntrico. A simplificação serve no sentido de universalizar pressupostos para que sejam impostos nos diversos contextos do Norte e Sul global não imperial, sem haver debates ou iniciativas de compreender o lugar do outro.

Por isso, a necessidade de utilizarmos um pensamento heterárquico, fundado em um paradigma heterárquico, que reconheça e proponha pensar toda a diversidade e heterogeneidade intrínseca em que se baseiam as sociedades e as relações internacionais. A partir do pensamento heterárquico, se busca não só reconhecer o lugar do outro, mas compreender e escutar a diversidade em que se localiza, promovendo uma troca de perspectivas transversais que possam abarcar a heterogeneidade das estruturas sociais. Busca, ainda, o descentramento das concepções hegemônicas existentes nas ciências sociais e nas relações internacionais, visando mover o centro em direção a uma realidade policêntrica, que condiga de forma mais real com a diversidade social.

Falar de pensamento heterárquico é, também, propor novas formas de pensar e de atuar nas relações internacionais, em que as diversas estruturas inerentes aos diversos contextos agem a partir de “muitas forças – de cima, de baixo, internamente focado – operando simultaneamente, dando ao nível [referenciado] essa semiautonomia particular” (Kontopoulos, 1993: 233). Precisa-se ter em mente que não há um universalismo abstrato, que constringe e invisibiliza outros modos de produção de conhecimento, ou uma lógica

linear sobre os processos históricos e estruturais, e sim uma diversidade de contextos, uma pluralidade de perspectivas e inúmeras possibilidades de emancipações transescalares, que perpassam as lógicas das escalas e das hierarquias preponderantes no debate teórico em Relações Internacionais.

Esse paradigma, levantado no primeiro capítulo, poderá ser mais bem compreendido e aprofundado no terceiro capítulo, quando tratarei sobre os inúmeros constrangimentos a níveis estruturais acerca do colonialismo interno, estado e tempo heterogêneo. Sem a utilização do pensamento heterárquico, seria de difícil compreensão a problemática da cooperação Sul-Sul, mais especificamente os casos brasileiro e moçambicano, em que atuam de forma intensa no cenário da cooperação dos acordos na saúde. No capítulo seguinte, introduzirei o debate existente nas Relações Internacionais, entre as cooperações Norte-Sul e Sul-Sul, para então problematizar, de modo mais aprofundado, no terceiro capítulo.

CAPÍTULO II: VEJAM, OS SUBALTERNOS ESTÃO SE ORGANIZANDO! ASCENSÃO, CRISE E RETOMADA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

O movimento pressupõe a redescoberta da solidariedade social e da confiança em um potencial que possa sustentar a criatividade coletiva, inspirada por um compromisso com a equidade social, com o reconhecimento recíproco das diferenças culturais e civilizacionais, com a sobrevivência da biosfera e com os métodos não violentos de lidar com os conflitos. O desafio supremo é construir uma formação contra-hegemônica que possa incorporar estes princípios (Cox, 2002: 94).

O segundo capítulo visa dar seguimento aos debates iniciados anteriormente, focando nas temáticas teóricas e históricas acerca dos discursos do desenvolvimento, dos movimentos de libertação nas sociedades coloniais e de contestação do ordenamento internacional, entre os anos 1950 aos dias atuais. Para se compreender os movimentos da cooperação Sul-Sul no presente – com o específico caso entre Brasil e Moçambique que será trabalhado nos próximos capítulos – é necessário resgatar a História dos povos do Sul global, que nunca foram considerados como História universal ou parte dela, principalmente quando nos centramos nas disciplinas em Relações Internacionais. Resgatar a História dos povos subalternos é, além de uma questão de justiça histórica, trazer à tona uma peça chave para compreender as relações internacionais e o sistema mundo moderno em toda a sua complexidade.

É no contexto de resgate dos processos históricos da periferia, que analisarei os intensos debates ocorridos na conjuntura das ex-colônias, acerca das problemáticas do desenvolvimento e colocando em xeque as concepções liberais sobre os meios concretos para se atingir o *status* de sociedades desenvolvidas. Diversos autores africanos e latino americanos contribuíram fortemente às discussões sobre o desenvolvimento, problematizando questões referentes ao subdesenvolvimento e ao desenvolvimento, assim

como a ideia de progresso infinito proposta pelos ideais do pensamento econômico ocidental.

A Europa e os Estados Unidos depositavam em si a imagem de sociedades que haviam atingido o grau mais elevado do desenvolvimento humano, sendo necessário aos países periféricos utilizarem os receituários promovidos pelos *experts* ocidentais como espelhos, que refletiriam a imagem ocidental do presente como sendo o futuro dos países do Sul global. Essa lógica de desenvolvimento liberal criou uma ideia de separação das realidades sociais, geográficas e culturais, onde os países centrais seriam detentores de uma sociedade avançada, civilizada e moderna, enquanto a periferia estaria estabelecida dentro de uma escala de sociedade subdesenvolvida, primitiva e tradicional (Tucker, 2009).

Autores como Prebisch (1949), Nkrumah (1967), Rodney (1972), Furtado (1978), entre muitos outros autores, contrapunham-se às teses liberais de universalização de um modelo de desenvolvimento que desconsidera os contextos domésticos de cada sociedade. Tais autores propunham novos meios que pudessem fornecer mecanismos para o desenvolvimento, levando em conta todas as potencialidades internas, os problemas estruturais domésticos e as contínuas intervenções externas (político-econômico-militar, a partir do imperialismo e do neocolonialismo) promovidas pelos países centrais na periferia do sistema mundo moderno.

Paralelamente a grande produção teórica feita no Sul global, ia surgindo uma junção de países periféricos com o intuito de construir um ordenamento internacional que condissesse de forma mais real com as transformações que vinham ocorrendo no sistema mundo. Os países do Sul global, com o aprofundamento das guerras de libertação e dos processos de descolonização na África e Ásia contra as antigas potências coloniais europeias, viram como necessário aumentar os laços políticos como meio de se contrapor

aos embates existentes entre os dois grandes blocos de poder que ia se consolidando no sistema internacional: Estados Unidos e União Soviética.

Com o aprofundamento das hostilidades entre os dois grandes blocos de poder e a inclusão dos países da periferia nessa espiral entre Leste-Oeste, os países periféricos viram como necessário a denúncia contra o imperialismo e o colonialismo, assim como a necessidade em construir uma frente que fizesse contraposição à lógica do embate Leste-Oeste. Surgia, então, a denúncia da clivagem Norte-Sul como promotora da exclusão e da desigualdade nas relações internacionais, responsável pela contínua intervenção das potências ocidentais nos países do Sul global, impondo seus interesses políticos, econômicos e culturais.

A solidariedade Sul-Sul viu o seu auge durante os anos 1950, 60 e 70, em que desenvolveu diversas ações políticas de aproximação entre os povos, defesa da soberania e condenação do imperialismo ocidental contra os países do Sul global, a exemplo da Conferência de Bandung, Grupo dos 77, Movimento dos Não Alinhados, Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Em meados da década de 1980 e durante toda a década de 1990, as relações Sul-Sul passaram por um processo de decadência, devido a diversos fatores econômicos e políticos, assim como da ascensão dos EUA como única potência global. Só no início do século XXI o Sul global veio a passar por uma renovação nas suas interações internacionais, formando coalizões contra-hegemônicas, novas instituições internacionais (para fazer frente as instituições ocidentais) e a ascensão de um grupo de países semiperiféricos com capacidade forçar novos temas, debates e embates no sistema internacional.

II.I – O Desenvolvimento como Etapas: entre o debate neocolonial e o pensamento periférico alternativo

A concepção de desenvolvimento há muito está atrelada aos desígnios do pensamento moderno ocidental, como um trem que segue o seu caminho em marcha contínua, linear e progressiva. Ao que concerne à cooperação internacional, a característica principal das literaturas e das ações nessa área – entre meados e fins do século XX – era a de conceber o desenvolvimento como a adoção de normas, de comportamento, atitudes e valores identificados com a ciência política, social e econômica moderna, sendo a sua finalidade baseada em um destino único, inexorável e universal a toda a humanidade (Tucker, 1999).

As teorias do desenvolvimento⁷⁷ elaboradas nos contextos anglo-saxônico e europeu buscavam localizar e analisar os obstáculos existentes à implantação da modernidade ocidental nas sociedades periféricas. Para isso, procuravam instrumentalizar formas de atuação capazes de almejar os resultados desejados dentro da perspectiva do desenvolvimento, no intuito de aproximar cada sociedade existente, independente de seus contextos, em “sociedades de consumo em massa”⁷⁸ imaginadas como fim em si mesmas.

A própria lógica colonial traz em seu escopo o discurso de que os projetos coloniais são a transposição dos avanços alcançados pelas sociedades coloniais àquelas em um estágio de inferioridade civilizacional, na concepção ocidental de progresso/desenvolvimento/civilização. No processo de partilha da África, ocorrida na Conferência de Berlim (1884-1885), projetava-se nos discursos oficiais das potências

⁷⁷ O debate mais intenso sobre a “teoria do desenvolvimento” se deu entre as décadas de 1950 e 1970, principalmente ligadas aos teóricos da escola liberal – representando maior impacto as teorias de Walt Rostow – e aqueles teóricos críticos da ideia hegemônica sobre desenvolvimento, representados pelas escolas cepalina, da dependência e pós/descoloniais. Essa análise será desenvolvida posteriormente nesse capítulo.

⁷⁸ Termo cunhado por Walt Rostow acerca do último estágio das sociedades desenvolvidas, seguindo um percurso linear de sociedades tradicionais, seguindo por um “take-off” até a sociedade de consumo em massa.

coloniais o “suporte” missionário e institucional visando à educação dos nativos e a “compreensão e apreciação para os benefícios da civilização” (Tucker, 1999: 07).

Norman Angell (2002 [1909]) demonstra o quão presente é o pensamento que afirmava que o processo colonial nada mais era que uma cooperação firmada entre o colonizador e o colonizado. Angell (2002: 214) escrevia à época que “a Inglaterra tem empregado a força para fins, sobretudo policiais, enquanto a Espanha a usou para os objetivos formulados pelos seus diplomatas. A Inglaterra tendia à cooperação”. O termo “fins policiais” se referia à crença de que a potência externa tinha como incumbência o apaziguamento do estado de natureza vivenciada pelas sociedades tidas como “selvagens” ou “semi-selvagens”, as quais poderiam, após o processo de pacificação, estabelecer cooperações mútuas.

A potência colonial ficava encarregada, segundo o discurso hegemônico da época, de manter a paz social e o progresso – econômico, político, social e cultural – no território colonizado, enquanto a nação colonizada garantiria facilidades econômicas e comerciais ao colonizador. Isso se pôde notar claramente no pacto constitutivo da Liga das Nações em 1919, após a Grande Guerra, em que o continente europeu foi o grande palco do conflito. No artigo 22, do pacto constitutivo da Liga das Nações, afirmava-se

Os princípios seguintes aplicam-se às colônias e territórios que, em consequência da guerra, cessaram de estar sob a soberania dos Estados que precedentemente os governavam e são habitados por povos ainda incapazes de se dirigirem por si próprios nas condições particularmente difíceis do mundo moderno. O bem-estar e o desenvolvimento desses povos formam uma missão sagrada de civilização e convém incorporar no presente Pacto garantias para o cumprimento dessa missão. O melhor método de realizar praticamente esse princípio é confiar a tutela desses povos às nações desenvolvidas que, em razão de seus recursos, de sua experiência ou de sua posição geográfica, estão em situação de bem assumir essa responsabilidade e que consistam em aceitá-la: elas exerceriam a tutela na qualidade de mandatários e em nome da Sociedade.

O caráter do mandato deve ser diferente conforme o grau de desenvolvimento do povo, a situação geográfica do território, suas condições econômicas e todas as outras circunstâncias análogas.⁷⁹

Mesmo após a Primeira e Segunda Guerra Mundial (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente), que envolveu praticamente todos os países da Europa e que interiorizou toda a barbárie no seu próprio cerne, até então usadas somente contra os povos não-ocidentais⁸⁰ – baseada nos próprios avanços da ciência e da técnica que eram diuturnamente exaltados pelo ocidente – ainda perdurava a visão de que a Europa vivia o estágio civilizacional mais avançado. Essa concepção da necessidade do colonizador em “tutelar” outros povos se sustentava no conceito de progresso, desenvolvido no cerne do pensamento iluminista e reforçadas a partir das revoluções liberais do século XVIII e XIX, partindo da ideia de que

os seres humanos, as sociedades, as ciências, as artes e as técnicas melhoram com o passar do tempo, acumulam conhecimento e práticas, aperfeiçoando-se cada vez mais, de modo que o presente é melhor e superior, se comparado ao passado, e o futuro será melhor e superior, se comparado ao presente (Chauí, 2000: 59).

Ou seja, a constituição da ideia de desenvolvimento esteve atrelada ao pensamento moderno ocidental, em que uma entidade exterior garantiria os benefícios das sociedades “avançadas” aos povos subjugados, considerados inferiores na escala do “desenvolvimento humano”. Para Milani (2012: 212), “as noções de ‘cooperação internacional’ e

⁷⁹ O pacto constitutivo pode ser encontrado tanto em versão inglesa quanto portuguesa. Disponíveis em: << http://avalon.law.yale.edu/20th_century/leagcov.asp#art22>> e << <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/his1919.htm>>>. Acessado em 26/03/2015.

⁸⁰ Cesaire (2006) expôs tal problemática em sua obra “Discurso sobre el Colonialismo”, do qual demonstrava que o choque dos europeus com o nazismo em seus próprios contextos nada mais seria que o fruto de uma hipocrisia seletiva, pois os crimes eram até então direcionados aos povos não europeus. Relata Cesaire (2006: 15): “E então, um belo dia, a burguesia foi acordada por um choque terrível: as gestapos em plena atividade, as prisões cheias, os torturadores inventando, refinando, discutindo ao redor dos cavaletes [...] As pessoas se espantaram, ficaram indignadas. Diziam: ‘Que coisa estranha! Bah! É o nazismo, isso não vai durar!’ E esperaram, alimentaram expectativas; e esconderam de si próprios a verdade, ou seja, que é mesmo uma barbárie, mas a barbárie suprema, aquela que coroa, que resume o cotidiano de todas as barbáries; sim, é apenas o nazismo, mas antes de sermos as suas vítimas, fomos os seus cúmplices; este nazismo aí, nós o apoiamos antes de sofrer o seu peso, nós o absolvemos, fechamos o olho, o legitimamos, porque, até então, ele só tinha sido aplicado a povos não europeus; este nazismo, nós o cultivamos, somos responsáveis por ele, por seus disfarces, por sua penetração, sua infiltração, antes de absorvê-lo pelas águas avermelhadas de todas as fissuras da civilização cristã e ocidental”.

‘desenvolvimento’ acompanham a própria história do sistema econômico capitalista, do projeto universalizante de modernização das sociedades e do liberalismo multilateral nas relações internacionais”, enquanto Arturo Escobar (1995: 26) afirma que o discurso oficial do desenvolvimento foi elaborado “no período entre guerras, [em que] a base foi preparada por instituições de desenvolvimento como uma estratégia para converter o mundo colonial e reestruturar as relações entre colônias e metrópoles”.

Com o fim da segunda guerra mundial e o advento da guerra fria, surgiu, no discurso da política internacional, a ideia da cooperação para o desenvolvimento, assim as nações “menos avançadas” deveriam receber a cooperação para a “decolagem” – a marcha inevitável para o progresso. As ações para a implementação de tais políticas visavam aproximar os países que passavam pelo processo de libertação do jugo colonial para um dos blocos de poder que ascendeu no período da guerra fria – de um lado o bloco capitalista, tendo os Estados Unidos como grande potência, e do outro o bloco socialista, tendo a União Soviética como grande potência. A guerra fria acabou por institucionalizar e legitimar a cooperação para o desenvolvimento, através de Políticas de Estado e por meio das organizações internacionais – Banco Mundial, FMI e ONU (Milani, 2012).

Em 20 de janeiro de 1949, após o discurso de Harry Truman⁸¹ – presidente dos EUA à época – foi-se delimitando o escopo do que viria a ser cooperação para o desenvolvimento nas relações internacionais. Estabeleceu-se a divisão no contexto internacional entre nações “desenvolvidas” (ricas) e “subdesenvolvidas” (pobres)⁸², das

⁸¹ Os pontos levantados por Truman foram diversas medidas adotadas como forma de barrar o avanço do comunismo no mundo e aumentar a zona de influência do poder estadunidense nos países recém-independentes e na periferia do sistema mundo moderno.

⁸² Tal polarização entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, foi referenciado por Truman no seu discurso em 20 de janeiro de 1949, relativo ao “ponto quatro” em que afirmou: “Faz-se necessário lançar um novo programa que seja audacioso e que ponha as vantagens de nosso avanço científico e de nosso progresso industrial a serviço da melhoria e do crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade das pessoas em todo o mundo vive em condições vizinhas à da miséria. Não têm muito o que comer. São vítimas de enfermidades. Sua pobreza constitui uma desvantagem e uma ameaça, tanto para elas quanto para as regiões

quais as primeiras seriam detentoras do progresso científico-tecnológico e fruto de uma sociedade do consumo, enquanto a segunda estaria representada pelo “atraso” econômico, cultural e pela desigualdade social (Abrahamsen, 2000). O fardo civilizatório, inerente às nações avançadas, passava, nesse momento, dos projetos coloniais para a assistência ao desenvolvimento.

O programa de assistência internacional para o desenvolvimento, criado em 1950 por Truman, baseava-se principalmente em dois pontos, de acordo com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, sigla em inglês): “criar mercados para os Estados Unidos, pela redução da pobreza e pelo aumento da produção nos países em desenvolvimento; e diminuindo a ameaça do comunismo, ajudando os países a prosperarem sob o capitalismo”.⁸³ O comunismo era o grande “mal” que os EUA visavam combater e impedir a sua expansão pelo mundo, por isso a ideia de que a pobreza seria uma das grandes portas para a entrada da ideologia comunista, sendo um problema a ser combatido com todos os recursos e forças disponíveis pelo ocidente.

Para além do embate entre os dois blocos centrais de poder, o discurso sobre desenvolvimento tornava-se um discurso moralista e suas ações práticas se envolviam em mecanismos para manutenção do *status quo* pós-guerra. Dentre os discursos moralistas – colocando em evidência que as palavras mudam, mas os seus sentidos não –, John Kennedy em mensagem ao Congresso dos Estados Unidos, declarou, em 1961:

Não há escapatória para as nossas obrigações: nossa obrigação moral como sábio líder e bom vizinho na comunidade interdependente de nações livres – nossas obrigações econômicas como povo mais rico do mundo, em um mundo de povos pobres, em sua maioria, como uma nação que já não depende de empréstimos do

mais prósperas”. Ou seja, as nações modernas tinham a responsabilidade em interferir e levar os progressos que a sociedade ocidental experimentou ao longo dos séculos, estando o intuito civilizatório implícito nas propostas de cooperação para o desenvolvimento, entre o Norte global e a periferia. Disponível em: <<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/33527/hoje+na+historia+1949+-+surge+a+expressao+subdesenvolvimento.shtml>>>. Acessado em 31/03/2015.

⁸³ Disponível em: <<<http://www.usaid.gov/who-we-are/usaid-history>>>. Acessado em: 31/03/2015.

exterior que uma vez nos ajudou a desenvolver nossa própria economia – é nossa obrigação política como maior contragolpe aqueles adversários da liberdade⁸⁴.

Foi nessa perspectiva que a teoria do desenvolvimento alcançou o seu auge político e epistemológico com Walt Whitman Rostow (1916-2003), que foi um dos grandes nomes do liberalismo, estabelecendo a concepção de desenvolvimento como uma problemática estritamente econômica, em fins dos anos 1950. As ideias de Rostow tiveram grande aceitação nos desígnios da política externa estadunidense, sendo Kennedy um dos grandes admiradores de suas obras desde o período em que era senador até a sua ascensão à presidência dos EUA, resultando em encontros e proximidade entre os dois (Mello, 2009).

Rostow concebia que todas as sociedades “subdesenvolvidas” – ou seja, aquelas que ainda se encontravam no nível “pré-capitalista” – eram econômica, política, cultural e socialmente tradicionais. Reproduzia e ressaltava, dessa forma, a concepção de que o caminho para o nível das sociedades desenvolvidas só poderia ser alcançada através da consecução de estágios ou fases pré-determinadas para o desenvolvimento das sociedades. Tal pensamento teve grande impacto na teoria econômica ocidental e nas políticas de cooperação, levando diversas nações não ocidentais a formularem suas políticas domésticas – impositivamente por acordos de cooperação com os países de renda alta ou por organismos internacionais – em acordo com as teorias de Rostow.

O autor lançou bases e condicionantes para o verdadeiro desenvolvimento econômico necessário para alcançar o nível das sociedades industrializadas. Rostow destacou cinco estágios essenciais para a concretização desses pressupostos: “i) a sociedade tradicional; ii) as condições para ‘decolagem’; iii) a decolagem; iv) o caminho para maturidade, e; v) a era do grande consumo de massa” (Rostow, 1959: 01). O subdesenvolvimento, de acordo com seu pensamento, era uma etapa anterior àquelas que

⁸⁴ Discurso do presidente dos EUA, John F. Kennedy, em 22 de março de 1961, ao congresso dos Estados Unidos. Disponível em: << <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=8545>>>. Acessado em 31/03/2015.

os países industrializados já alcançaram através do desenvolvimento capitalista. As cinco etapas descritas em suas obras, consistiriam em metas a serem almeçadas pelos Estados como condição *sine qua non* para a “decolagem” rumo ao seleto grupo de países com “alto grau de desenvolvimento”.

O início do processo só poderia ocorrer com o que Rostow chamava de *take-off*, ou seja, por uma “decolagem”. Para embasar sua tese, o autor buscou exemplificar através dos acontecimentos econômicos e produtivos ocorridos na Inglaterra à época da Revolução Industrial, nos Estados Unidos no período de pós-Guerra Civil Americana, na Alemanha com a ascensão de Bismarck e no Japão na era da Restauração Meiji. Rostow afirmava que

Tinha sugerido em um artigo anterior que a decolagem consiste, em essência, de uma realização de um rápido crescimento em um limitado grupo de setores, onde as modernas técnicas industriais eram aplicadas. Historicamente, os principais setores da decolagem têm variado dos têxteis (Grã-Bretanha e Nova Inglaterra); das ferrovias (Estados Unidos, França, Alemanha, Canadá, Rússia); das serrarias modernas e ferrovias (Suécia). Em adição, do processamento agrícola, do petróleo, da substituição de importações industriais, da indústria naval e da rápida expansão em produção militar que tem ajudado a prover o surgimento industrial inicial (Rostow, 1959: 07).

O desenvolvimento pelas vias do pensamento moderno ocidental passou a ser o modelo ideal para a evolução das situações econômicas, sociais e políticas em qualquer sociedade. Os setores imaginados pelos autores liberais existiriam em qualquer sociedade ao redor da terra e essas forças endógenas levariam, de forma natural, ao processo de decolagem a partir da ajuda oferecida pelas nações desenvolvidas. O caminho para o desenvolvimento era único, linear e universal, de tal modo que algumas nações se encontrariam em estágios “atrasados” e outras em escalas “avançadas”. Foi nesse momento histórico que nasceram diversas organizações de desenvolvimento, como o BID, a AID – pertencentes ao Banco Mundial – a USAID, o FMI, assim como inúmeros cursos universitários e especialistas dedicados ao tema da cooperação para o desenvolvimento, vindo a caracterizar-se como a “era do desenvolvimento” (Abrahamsen, 2000: 16).

O “Terceiro Mundo” se tornava uma região apta às intervenções das mais variadas formas pelos países desenvolvidos, devido à construção de uma hierarquia institucionalizada na política internacional pelas ex-potências coloniais. O Terceiro Mundo consistia, dessa forma, em deficiências sociais, políticas e econômicas, ou melhor, era constituído como um todo homogêneo que precisava ser completamente reformado e modificado⁸⁵. Todavia, tais reformas sempre foram pensadas e aplicadas segundo a lógica ocidental de desenvolvimento, progresso, universalidade e eficiência (Abrahamsen, 2000). De acordo com Pureza (2011: 16), tais imposições se baseavam na

insistência na implantação de formas de regulação padronizadas, tomadas como avesso da *bad governance* das elites endemicamente corruptas das periferias, a insistência na despolitização da economia e na dogmatização do racionalismo capitalista como fórmula única, e a insistência na compreensão do desenvolvimento como convergência com um padrão liberal adoptado pelo centro e, mais que tudo, a insistência na representação das periferias como sofrendo de incapacidades patológicas só superáveis por formas de governação terapêutica exogenamente determinadas são os seus traços mais marcantes.

Nas décadas seguintes o Norte global continuou a utilizar do discurso sobre o desenvolvimento, mas modificando os interesses e a semântica. Da ideia de cooperação somente por via econômica – ainda hoje tida como mantra do desenvolvimento e do crescimento econômico –, modificou-se para a necessidade de democratização como meio de alcançar o desenvolvimento e, nos dias atuais, a ideia de boa governação como método de desenvolvimento social, econômico e político para os países em desenvolvimento. O conceito de democratização para o desenvolvimento – sustentada nos ideais da democracia liberal representativa – surgiu em fins da década de 1970 e durante toda a década de 80 pelos EUA, como forma de pressão aos governos ditatoriais na América Latina e África, até então financiados e suportados pelos mesmos.

⁸⁵ Para Rostow, sua teoria tinha a possibilidade de ser aplicada a qualquer contexto no globo, tomando por base que todo o Sul global seria um mundo homogêneo, além de que sua teoria tinha um cunho universalista. Nada mais era do que a reprodução das lógicas do pensamento moderno ocidental: etnocêntrico, universal e reducionista.

Já o conceito de boa governação apareceu de forma mais contundente nos anos 1990, com os processos de ajustes neoliberais nos países do Sul global, impostos através do “Consenso de Washington”. A boa governança se fundamenta na ideia de que os governos que recebem ajuda internacional devem adotar uma série de medidas e reformas econômicas, políticas e administrativas em suas estruturas domésticas, que representariam formas de *accountability* e *responsiveness* para as sociedades civis dos países recipiendários, assim como para os contribuintes dos países doadores. Todavia, a lógica permanece a mesma, em que o desenvolvimento é tido como uma receita concluída e os princípios inerentes para o alcance da tão sonhada “sociedade avançada” – como o Norte global se afirma como um espelho que representa o futuro do Sul global – estão predeterminadas por outras sociedades “iluminadas”. De acordo com Grosfoguel (2008: 140)

Nos últimos 510 anos do ‘sistema-mundo patriarcal/capitalista colonial/moderno europeu/euro-americano’, passámos do ‘cristianiza-te ou dou-te um tiro’ do século XVI, para o ‘civiliza-te ou dou-te um tiro’ do século XIX, para o ‘desenvolve-te ou dou-te um tiro’ do século XX, para o recente ‘neoliberaliza-te ou dou-te um tiro’ dos finais do século XX e para o ‘democratiza-te ou dou-te um tiro’ do início do século XXI.

É a partir da ebulição dos acontecimentos em fins da segunda guerra, a exemplo do avanço do socialismo, a ascensão dos EUA e URSS – como grandes blocos de poder – e do processo de descolonização das antigas colônias no Sul global, que possibilitou um intenso debate e embate de posições, pensamentos, ações e alternativas a questão do desenvolvimento nas relações internacionais, nas políticas domésticas e na economia internacional. O Sul global começava a dar mostras que não aceitava mais a invisibilização de suas práticas e conhecimentos no sistema internacional, propondo e contrapondo epistemologias voltadas ao discurso do desenvolvimento, com intuito de tomar em suas próprias mãos as rédeas da História.

Discordâncias epistemológicas no Sul global

Em princípios dos anos 1950 as concepções acerca do desenvolvimento, produzidas no Norte global, começaram a receber fortes críticas de pensadores advindos do Sul global. Para os autores da periferia havia uma falta de problematização sobre as temáticas do desenvolvimento e subdesenvolvimento, levantados no discurso hegemônico e produzido nas academias eurocentradas. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento não seriam estágios distintos, como propunham os autores ocidentais, mas processos intrínsecos do próprio sistema capitalista.

O processo de contestação que começava a tomar corpo nos países periféricos, só pôde ser colocado na ordem do debate devido a três fatores principais: primeiro, aos movimentos de libertação ocorridos nas sociedades africanas e asiáticas do jugo colonial; segundo, com o processo de solidariedade e troca de experiências entre o Sul global, em contraposição ao embate entre os blocos capitalistas e comunistas, Leste-Oeste; por último, a possibilidade da periferia em produzir e assegurar por vias próprias os desígnios de suas sociedades. Entendia-se, nesse momento histórico, que os países periféricos não poderiam aplicar o mesmo receituário dos países centrais, em vista das diferenças de contextos, não havendo a possibilidade de reprodução das experiências dos países centrais.

Pode-se tentar afirmar que o contexto latino americano se distinguiu daqueles que vinham se desenvolvendo no sul asiático e africano, devido ao processo de independência ocorrido um século antes na América Latina, pois é bastante conhecido que os países latinos americanos promoviam suas políticas econômicas a partir de seus próprios interesses, sem estarem atrelados diretamente a uma potência colonizadora, como nos

outros dois contextos⁸⁶. Para além disso, alguns países latino americanos passavam por um processo de grande crescimento econômico, sustentado principalmente na exportação de produtos primários e/ou pela industrialização por substituição de importações. Todavia, apesar de não estarem sob o jugo colonial, esses países encontravam-se em elevada dependência econômica e política em relação aos países centrais, devido as trocas desiguais no mercado internacional e as características coloniais de suas elites nacionais.

Autores como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Andre Gunder Frank, Kwame Nkrumah e Walter Rodney começavam a por em xeque os receituários político-econômicos do Norte global, contestando os princípios do desenvolvimento por estágios e o conseqüente processo de modernização nas sociedades que aplicassem tais regras. Apesar de todo o processo de alargamento e contestação dos debates teórico-práticos ocorridos no contexto da periferia, no período referenciado, destaco que tais autores não fugiam completamente à influência dos cânones eurocêtricos em suas análises da economia política internacional.

Para melhor exemplificar tal afirmação é preciso observar que autores como Rodney, Nkrumah e Frank tinham uma grande influência do marxismo ocidental em seus arcabouços teóricos, assim como Furtado tinha uma forte influência dos princípios keynesianos. O impacto das ideologias do sistema mundo moderno nas sociedades foi tão profundo e abrangente, que acabou reverberando no próprio pensamento contestatório marxista surgido na luta de classes. Mesmo estando orientado numa concepção de destruição da ordem capitalista, o marxismo incorporou em seu pensamento a lógica do

⁸⁶ O fato dos países latino americanos não terem estado atrelados formalmente a uma potência colonizadora, a partir da metade do século XIX, não fez desaparecer o problema do imperialismo e do colonialismo interno – agora promovido por suas elites – em seus contextos domésticos. O que pretendo demonstrar nessa passagem é a possibilidade das nações recém-independentes na América Latina em poderem ditar seus interesses, mesmo que sejam os interesses das elites atrelados aos interesses do capital internacional.

progresso e do tempo linear, fazendo-o migrar dos ideais do “socialismo utópico” para aqueles aplicados no século XX, tidos como “científicos”.

Ressalta-se ainda que, mesmo recebendo uma forte carga de influência das correntes de pensamento eurocêntricas – a exemplo da corrente contestatória marxista ou a corrente reformista keynesiana – esses autores promoveram uma mudança de paradigma nos debates políticos e econômicos da época, introduzindo um leve, mas saboroso tempero do Sul global e visibilizando as realidades políticas, econômicas, sociais e culturais de seus próprios contextos, com intuito de romper a dependência a partir das realidades sociais existentes. Essa alta produção intelectual acabou sendo capitaneada por diversos países latino americanos, aplicando programas de industrialização baseado nos ideais cepalinos, a exemplo dos programas de industrialização através da substituição de importações e, posteriormente, pela substituição de exportações. A periferia passava, nesse momento, não mais como um ator político vazio e sem voz, mas sim um ator político atuante, contestador e promotor de seus próprios desígnios.

Nas palavras de Rodney (1972: 14) “o subdesenvolvimento com qual o mundo está agora preocupado é um produto da exploração capitalista, imperialista e colonial”. Dessa forma, Rodney deixava claro que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento seriam parte do mesmo processo de expansão do capitalismo, ou seja, o subdesenvolvimento não poderia ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista, como Rostow afirmava a partir da “decolagem”. Rodney vai para além em sua investida contra a ideia de desenvolvimento/subdesenvolvimento, de forma ácida, em que afirmava

se ‘subdesenvolvimento’ fosse relatado para qualquer outra coisa que à comparação econômica, então o país mais subdesenvolvido do mundo seriam os EUA, dos quais externamente pratica a opressão em uma escala massiva, enquanto internamente há uma mistura de exploração, brutalidade e desordem psiquiátrica” (Rodney, 1972: 14).

O subdesenvolvimento e a dependência política e econômica não se manifestavam só por fenômenos externos, mas também sob as mais variadas formas nas estruturas domésticas das sociedades periféricas (Dos Santos, 2000). Furtado apresentava em sua obra “Criatividade e Dependência”, de 1978, uma concepção diferenciada daquela levantada no Norte global sobre a problemática do desenvolvimento. Para ele, o desenvolvimento era uma transplantação de um modelo de vida baseado nos países capitalistas do norte para o sul, da qual se apresentaria

dissociada das estruturas sociais, simples expressão que é de um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação. Portanto, tem um conteúdo estreitamente economicista. Ignorando as aspirações – conflitantes ou não – dos grupos constitutivos da sociedade, ela aponta para o simples transplante da civilização industrial, concebida esta como um estilo material de vida originado fora do contexto histórico do país em questão (Furtado, 1978: 78).

Em outra obra, “Raízes do Subdesenvolvimento”, Furtado buscou aprofundar a análise da problemática entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento – termo que havia se entranhado na política internacional e nos discursos para a cooperação Norte-Sul. Para o autor, não se podia desassociar a questão da dependência ou do próprio processo de subdesenvolvimento daquilo que é inerente ao capitalismo: exploração e colonialismo. O subdesenvolvimento representava o processo do próprio desenvolvimento capitalista aplicado pelos países centrais na periferia, ou seja, o subdesenvolvimento

não pode ser estudado como uma ‘fase’ do processo de desenvolvimento, fase que tenderia a ser superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo que são coetâneas das economias desenvolvidas, das quais, de uma ou de outra forma, dependem, as economias subdesenvolvidas não podem reproduzir a experiência daquelas. Em síntese: desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados dois aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna (Furtado, 2003: 88).

O subdesenvolvimento era uma consequência direta do desenvolvimento e do impacto da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), das trocas desiguais nas relações internacionais e da exploração dos recursos naturais e da mão de obra, assim como da imposição de um modo de pensar fundado nos princípios da modernidade ocidental

(Prebisch, 1949; Nkrumah, 1967; Rodney, 1972; Furtado, 1978; 2002). Foi nessa perspectiva que Kwame Nkrumah (1967) criticou o processo de desenvolvimento exportado pelas potências ocidentais como um capitalismo neocolonial, do qual o desenvolvimento econômico estaria organizado por uma economia de tipo colonial – não mais o colonialismo formal por administração direta, mas por um novo modo de atuação, através do poder econômico das multinacionais e a imposição de seus interesses nas políticas domésticas dos países da periferia.

Para Nkrumah, a enorme desigualdade das forças produtivas, assim como da divisão internacional do trabalho, era uma das grandes responsáveis pela manutenção do *status quo* entre as nações ditas “desenvolvidas” e as “subdesenvolvidas” nas relações internacionais. Mesmo no período posterior às independências das nações afro-asiáticas, essas nações continuavam a reproduzir as lógicas das estruturas coloniais, assim como das trocas desiguais no mercado internacional, necessitando, nas palavras de Nkrumah (1967: 25) “algo da natureza de uma revolução econômica” como meio de modificar as estruturas globais de poder.

A partir dos anos 1980 em diante, autores como Arturo Escobar (1995), Tucker (1999) e Rita Abrahamsen (2000) buscaram resgatar historicamente a concepção sobre desenvolvimento, assim como e compreender a temática através das teorias críticas e pós/descoloniais. Tais autores viam a problemática do discurso devido ao aprofundamento em diversos países periféricos da desigualdade, da pobreza e da concentração de terras, mesmo após trinta anos de ajuda para o desenvolvimento promovido pelos países centrais. Para eles, o discurso estava intrinsecamente ligado às noções de progresso e modernização, se institucionalizando no período da guerra fria, através das instituições de Bretton Woods (Abrahamsen, 2000).

É nesse sentido que o grupo modernidade/colonialidade durante os anos 1990 em diante, promoveu uma análise sobre a questão do desenvolvimento e os contundentes fracassos registrados ao longo de décadas, durante sua aplicação nos países do Sul global. Para o grupo, não é possível falar sobre políticas de desenvolvimento sem ter em mente a questão da colonialidade, pois “as premissas que orientaram políticas de desenvolvimento nasceram de um passado longínquo de diferença com violência, cujo horizonte jamais suspendeu a subalternidade da relação” (Radomsky, 2011: 157).

A ideia de desenvolvimento continua fortemente ligada à concepção de crescimento econômico infinito, ou seja, de um progresso incessante e sempre virtuoso e de um futuro de grandes expectativas, “único e homogêneo” (Santos, 2007: 08). A história dos povos ao longo de sua trajetória era vista como uma competição entre elas, da qual o desenvolvimento era uma linha e a locomotiva seria o objetivo a ser alcançado, de uma forma linear e homogênea. Para tais autores, subdesenvolvimento e desenvolvimento foi uma criação do pensamento moderno ocidental, com fins de hierarquizar as relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

O subdesenvolvimento como etapa anterior não existiria, pois seria o produto das lógicas de exclusão e exploração existentes no próprio capitalismo, nas diversas sociedades ao redor do globo. O desenvolvimento ocorrido em dada sociedade pode dar-se de forma distinta daquelas ocorridas no Norte global, a partir de outros princípios, outras formas de relacionamento entre homem e natureza, das relações de trabalho ou de produção. Isso não pode caracterizar num entendimento de um desenvolvimento “errado”, mas simplesmente como um outro tipo de produzir/fazer, ser e estar no mundo. As sociedades são heterogêneas, assim como as alternativas surgem de modo heterogêneo (Radomsky, 2011).

A partir disso que surgiram diversos movimentos sociais e intelectuais criticando a ideia de desenvolvimento e sua lógica homogeneizadora acerca da diversidade dos contextos, destacado no debate a possibilidade de uma “era pós-desenvolvimento” em que a diversidade de interesses e necessidades fossem respeitadas (Escobar, 1995). Para tais autores e para a escola de pensamento “pós-desenvolvimento”, há que se questionar, refletir e descolonizar as imposições do pensamento abissal, visando uma abertura de possibilidades para as mudanças e transformações, respeitando sempre a pluralidade epistemológica e social global, a partir da libertação das “vozes caladas” dos excluídos.

II.II – De Bandung a Washington: da solidariedade Sul-Sul a imposição Norte-Sul

O período compreendido a partir de meados do século XX pode ser considerado um dos momentos históricos mais marcantes nas relações internacionais contemporâneas, abrangido por movimentos de libertação, lutas ideológicas, sociais, culturais e econômicas a níveis domésticos e globais, mas que infelizmente ainda não encontra o seu lugar de destaque na disciplina de Relações Internacionais. Foi nesse momento histórico que se presenciou a unificação de um discurso anticolonial e antipatriarcal, contribuindo intensamente – mesmo que de modo implícito – no alargamento teórico e empírico em RI.

Como analisado na primeira parte deste capítulo, houve um intenso debate a nível epistemológico acerca do lugar do Sul global nas discussões da economia política internacional. Esse processo era parte de um projeto maior que ia se formatando no ordenamento internacional, concatenando ações políticas entre os países periféricos através da cooperação Sul-Sul. O embate nas relações internacionais migrava, pela primeira vez, da polarização entre “capital *versus* trabalho” (capitalismo x socialismo) para o problema do racismo e do colonialismo, exaltada durante a abertura da Conferência de Bandung, em

1955, por Sukarno: “Esta é a primeira conferência intercontinental dos povos de cor na História da humanidade. (...) Hoje o contraste é grande. Nossas nações e países não são mais colônias. Agora somos livres, soberanos e independentes. Somos, novamente, mestres em nossa própria casa”⁸⁷.

Os movimentos precursores de Bandung resultaram das intensas lutas anticoloniais e anti-imperialistas que ocorriam em África e Ásia, entre os anos 1940 e 1950. Durante esse período países como a Índia e o Paquistão (1947), Vietnã (1945), Filipinas (1946), Coreia, Ceilão e Malásia (1948), Líbia (1951) e Gana (1951, mas com libertação de fato em 1957) conquistaram suas independências, a partir de guerras de libertação contra as potências coloniais europeias (Prashad, 2007). Para além disso, a Coreia se via completamente mergulhada numa guerra entre os dois blocos de poder, EUA e URSS⁸⁸, o que impulsionou a realização da Conferência em 1955.

Acerca dos processos de emancipação em África, Majhemout Diop (2011) afirmava que os processos nacionalistas tiveram seu grande impulso durante o período da II Guerra, influenciado pelas políticas coloniais europeias. A grande hipocrisia do Ocidente foi sua completa rejeição ao nazi-fascismo, reafirmando os ideais dos direitos humanos e da filosofia iluminista de libertação do homem, mas, ao mesmo tempo, negando qualquer possibilidade de autonomia aos povos do Sul global, da qual Prashad (2007) exemplificou através da atuação francesa nos casos da Revolução Haitiana e das descolonizações pós-II Guerra:

O regime francês não poderia permitir a sua lucrativa São Domingos vir a ser livre e não poderia permitir ao povo haitiano viver dentro do reino dos “Direitos do

⁸⁷ Disponível em: <<http://www.cvce.eu/obj/address_given_by_sukarno_bandung_17_to_24_april_1955-en-88d3f71c-c9f9-415a-b397-b27b8581a4f5.html>>. Acessado em: 29/04/2015.

⁸⁸ A China veio, posteriormente, a substituir a URSS que estava promovendo uma política de “distensão” com os países ocidentais. A China apoiou a Coreia do Norte a contragosto da URSS, pois não concordava com a bipolarização das relações internacionais, afirmando que sua luta era contra o imperialismo e o colonialismo. Para uma compreensão mais detalhada, ver: Prashad (2007).

Homem” do Iluminismo. (...) A segunda traição veio logo após 1945, quando uma agredida França, recentemente liberada pelos Aliados, enviou suas forças para suprimir os vietnamitas, as índias ocidentais e africanos a que tinham sido seus sujeitos coloniais. Muitas dessas regiões enviaram tropas para lutar pela libertação da França e da Europa, mas eles retornaram para casa com as mãos vazias (Prashad, 2007: 03).

Esse exemplo demonstra o quão excludentes eram as políticas implementadas pelas potências europeias, mesmo após uma luta fratricida contra o nazismo na Europa. Como Ceséire afirmou em seu “Discurso sobre o Colonialismo” (2006 [1947]), a Europa se horrorizou com o nazismo, porque se aplicava pela primeira vez as barbáries infligidas em sua própria carne aquilo que se aplicava a séculos contra os povos do Sul global. Todavia, esse modo "modernizador" europeu acabou por inflar os movimentos políticos e sociais na periferia, da qual Diop (2011: 87) escancarava que

O racismo europeu e a exploração imperial permaneceram quase idênticos, ao passo que a África se encontrava cada vez menos disposta a tolerar a sua própria humilhação. Este período viu se cristalizarem novas formas de resistência africana, notadamente: movimentos políticos, uma ebulição religiosa e cultural, uma nova atividade sindical, um crescimento dos movimentos grevistas, bem como a aparição do jornalismo político africano.

A partir desses movimentos e do sentimento de solidariedade entre os povos afro-asiáticos, a Conferência de Bandung começava a ser formatada, resultando na participação de vinte nove países e de delegações de movimentos de libertação afro-asiático. Pela primeira vez na História era afirmada uma conferência entre povos da periferia propondo outro tipo de ordenamento internacional, em que os sujeitos periféricos, até então ocultos, seriam visibilizados e promoveriam sua própria história. De acordo com Christopher Lee (2010: 12) “a escolha de uma metrópole fora do Ocidente marcou um ponto de partida simbólico daquela antecedente Liga Pan-Africana Contra o Imperialismo, destacando a nova esfera geográfica de autonomia encontrada no nascente mundo pós-colonial”.

As principais ideias e discursos durante a conferência se basearam na condenação do imperialismo promovido tanto pelo bloco estadunidense quanto pelo soviético,

afastando países que permitiam as políticas imperiais promovidas por esses dois blocos, a exemplo de Israel e África do Sul – com sua política de Apartheid. Todavia, a participação dos países periféricos não representava uma homogeneidade nas ações políticas no meio internacional, mas sim a busca por um discurso e uma ação que promovesse a unidade dentro da diversidade política, cultural e econômica existente nessas sociedades. De acordo com Elikia M'Bokolo (2011: 576), as relações afro-asiáticas e a Conferência de Bandung mostravam "ao mundo inteiro que os 'povos de cor' podiam não só tomar o seu destino nas próprias mãos mas também participar plenamente no destino do mundo", em que "Jawarharlal Nehru falou de 'emergência na cena internacional de mais de metade da população mundial'" e "Léopold Senghor evocou 'a morte do complexo de inferioridade dos povos colonizados'".

Para além da contraposição à bipolarização, as nações participantes em Bandung lutavam pela coexistência pacífica, pelo desarmamento das grandes potências, pela autodeterminação dos povos e o respeito às soberanias nacionais dos países recém-independentes. Após a iniciativa de Bandung, houve uma grande concatenação de ações políticas entre o Sul global, como a criação do Movimento dos Não-Alinhados (MNA) e da Conferência de Mulheres Afro-Asiáticas, em 1961, da Conferência Tricontinental, em 1966, e o Plano de Ação de Buenos Aires, em 1978. Essas conferências e convenções entre os países do Terceiro Mundo tiveram resultados práticos, a exemplo da carta constitutiva da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em 1957, da Organização dos Países Produtores de Petróleo, em 1960, e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1964 – que resultou numa Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), em 1974.

Esse período de grande conturbação internacional, de luta entre os dois blocos de poder e a ascensão do “Terceiro Mundo” como um bloco, demonstrava que as relações internacionais podiam se mover para além do que os blocos hegemônicos tentavam impor. A Conferência de Mulheres Afro-Asiáticas foi uma mostra disso, em que se colocavam a favor das lutas de libertação, em primeiro plano, e, num segundo plano – mas não menos importante – lançavam a luta das mulheres do Sul global contra o patriarcalismo e por direitos iguais (Prashad, 2007). De acordo com Sha’rawi (*apud* Prashad, 2007: 55), as delegações europeias, durante a Conferência Internacional das Mulheres, ocorrida em Roma, em 1924, acreditavam que as mulheres egípcias – no caso dela – deveriam continuar sendo “românticas e heroínas ignorantes dos escritores europeus”, demonstrando completo desconhecimento sobre as lutas feministas no mundo colonial. Outra feminista egípcia, Ceza Nabaraoui (*apud* Prashad, 2007: 55), havia escrito que “seu programa magnífico se dirige somente para certos povos do Ocidente”, se mostrando de maneira clara que a luta não era só contra o patriarcalismo, mas também contra o colonialismo e o imperialismo.

Tal conferência, voltada às mulheres afro-asiáticas, não surgiu única e exclusivamente a partir de Bandung, mas sim dos diversos movimentos feministas que ascenderam no início do século XX, a exemplo da União Feminista Egípcia (EFU) e das lutas feministas e anticoloniais ocorridas no Egito, Irã, China, Argélia, Indonésia, Gana e África do Sul⁸⁹ (Prashad, 2007; Bier, 2010). Entretanto, é importante ressaltar que foi a partir de Bandung e da luta dos povos do Sul global que se pôde promover a concretização da conferência em 1961, da qual Laura Bier (2010: 150) afirmou que “a supressão

⁸⁹ Esses diversos movimentos feministas que ocorreram nesses países, foram brutalmente perseguidos e massacrados pelas forças coloniais. Sobre protesto ocorrido em 1919, no Egito, Prashad (2007: 54) relata: “as mulheres de todas as classes tomaram as ruas do Cairo para protestar contra a repressão britânica, em demonstrações contra um Egito livre. (...) Os britânicos deixaram de lado suas boas maneiras e dispararam contra as mulheres radicais. Muitas das mulheres morreram (...)”.

daquelas lutas tenderam a reproduzir uma trajetória histórica do feminismo que situa a Europa e EUA como a origem e o locus do pensamento e prática feminista, e o Sul global como consumidor passivo”, sendo de extrema importância restaurar “Bandung como um momento formativo na História dos feminismos globais, desafiando ambas assunções”.

A Conferência de Mulheres Afro-Asiáticas, ocorrida em 1961, é um dos grandes exemplos de quão invisibilizado continua sendo a História dos povos subalternos – e femininos, colocando-as numa situação de dupla subalternidade, por serem do Sul global e mulheres! Tal conferência é praticamente desconhecida nas discussões teóricas e históricas em Relações Internacionais sobre os feminismos, o que demonstra um completo desinteresse – um desinteresse interessado – dos debates feministas ocidentais (hegemônicas) acerca daqueles levantados pelas mulheres afro-asiáticas. A luta não poderia ser somente antipatriarcal para as mulheres colonizadas, mas também uma luta anticolonial de libertação contra a opressão externa e a hierarquização entre povos, em que as mulheres não fossem sujeitos passivos de sua própria história.

No mesmo ano também surgia um novo grupo na política internacional, formado exclusivamente por países do Sul global: o Movimento dos Não Alinhados. Após a tentativa de supressão por tropas anglo-franco-israelenses contra o projeto de nacionalização tocado por Gamal Abder Nasser no Canal de Suez, em 1956, os países periféricos perceberam a importância da criação de um movimento concatenado, de nível Sul-Sul, com intuito de pressionar de forma mais efetiva a mudança na ordem mundial. O MNA teve como princípio a reafirmação de solidariedade com as lutas anticoloniais em África e Ásia, a denúncia à desigualdade econômica e social e às políticas intervencionistas das grandes potências no Sul global. Um dos grandes idealizadores foram Jawaharlal Nehru da Índia, Gamal Abdel Nasser do Egito e Josip Tito da Iugoslávia.

De acordo com Prashad (2007: 95), “Brijuni era a Yalta do Terceiro Mundo”, fazendo uma alusão entre a reunião feita em 1945 por Stalin, Roosevelt e Churchill, que iriam decidir sobre a futura repartição da Europa e das áreas de influência a serem distribuídas entre eles no pós-guerra e em alusão a reunião que antecederia a conferência dos países não alinhados, entre Tito, Nasser e Nehru, em 1956, que discutiriam o falhanço da imposição das esferas de influência pelas três grandes potências. O Movimento dos Não Alinhados teve a capacidade de abrir mais uma janela de oportunidade para os países da periferia ao expor suas perspectivas e denúncias do *modus operandi* do sistema mundo moderno colonial.

Dentre os diversos apoios importantes do MNA, encontram-se aqueles empreendidos às lutas de libertação na Guiné-Bissau, na Argélia⁹⁰ e nas colônias portuguesas em África. Com as suas atividades práticas de apoio, assim como por um discurso demonstrando as relações desiguais e hierárquicas no sistema mundo, o Movimento dos Não Alinhados teve como relevância a adição de uma agenda "moral" nas relações internacionais, baseada na coexistência pacífica entre as nações e por um ordenamento mais justo. Sua atuação nas Nações Unidas, aprovando resoluções para que as duas potências voltassem a debater a questão do apaziguamento, durante a escalada nuclear provocada pela crise dos mísseis entre Cuba e URSS e os EUA, acabaram por demonstrar a unidade nas votações na Assembleia Geral da ONU e suas condenações no contexto internacional.

A tudo isso, foi proposta pelos países não alinhados e aprovada na Assembleia Geral a expansão do Conselho de Segurança da ONU, até então composto por cinco

⁹⁰ Na Argélia, os casos mais clássicos foram os apoios políticos, econômicos e militares recebidos pela Frente de Libertação Nacional (FLN), dados pelo Egito e Iugoslávia, um dos fundadores do MNA em 1961.

membros permanentes: China, Inglaterra, Estados Unidos, França e União Soviética. De acordo com Prashad (2007: 103)

Em 1963, *the darker nations* propuseram que a dimensão do Conselho de Segurança e o Conselho Econômico e Social deveriam ser expandidos, com especial consideração para a representação de duas áreas sub-representadas da África e Ásia (Resoluções da Assembleia Geral da ONU 1990 [XVIII], 1991 [XVIII] e 1992 [XVIII]). A Resolução 1991 aumentou os membros *não-permanentes* para dez, com cinco da África e Ásia, dois da América Latina, um do Leste Europeu e dois da Europa Ocidental; estes não teriam poder de veto.

Os anos 1970 também foram marcados pela disputa acirrada entre o Sul e o Norte global, tendo como desdobramentos de grande relevância a Guerra do Yom Kipur no Oriente Médio, a queda do fascismo na Espanha e em Portugal - levando ao fim o colonialismo português na Ásia e África - as intervenções militares na América Latina financiada pelos EUA e a Revolução Iraniana. Esses acontecimentos tiveram um forte impacto nas relações internacionais, aprofundando ainda mais a clivagem entre o Norte e o Sul. Desses acontecimentos se alastrou o sentimento de solidariedade Sul-Sul, principalmente em consonância com a utilização estratégica dos recursos naturais como meio de pressão internacional e a definição de um novo ordenamento econômico global.

Percebendo as inúmeras intervenções políticas, econômicas e militares pelos dois blocos hegemônicos de poder, tendo o seu ápice atingido a partir da Guerra do Yom Kipur, em que Israel invade e destrói as forças militares dos países árabes vizinhos com suporte estadunidense, a OPEP decide controlar a produção e os preços do petróleo. O choque do petróleo, baseado no aumento de quase 400% no preço do barril e o embargo a países da Europa ocidental e aos EUA, promovido em 1973, acabou surpreendendo os países do Norte global com suas economias bastante dependentes desse recurso natural, da qual 80% da produção mundial se localizavam nos países da OPEP. O ano de 1979 foi outro momento importante em que os países produtores de petróleo utilizaram seu poder

estratégico, devido ao desenrolar da Revolução Iraniana e da guerra entre Irã e Iraque, financiada e incitada pelos EUA⁹¹.

É interessante observar que no período anterior à crise do petróleo de 1973, especificamente a partir de 1962, houve a aprovação de uma “Resolução nº 1.803 (XVIII)”, na ONU, que afirmava o princípio da “soberania permanente” dos Estados sobre seus recursos naturais, legitimando a possibilidade de nacionalização dos recursos naturais, ou seja, “o direito inalienável dos Estados à soberania permanente sobre os recursos naturais” (Trindade, 1984: 214). A resolução aprovada na ONU dava liberdade aos países periféricos para determinarem soberanamente as melhores formas de promoverem o seu desenvolvimento, além de deixar a cargo do direito interno de cada país os procedimentos de expropriação e possíveis indenizações às empresas que fossem atingidas. Num dos casos emblemáticos

quando da discussão do caso Kennecott versus Chile, os oito países latino-americanos representados na Junta da UNCTAD, invocando a Resolução nº 1.803 (XVII) da Assembleia Geral da ONU (supra), após defenderem a competência daquele órgão para examinar a matéria, apresentaram um projeto de resolução sustentando que a questão da nacionalização era de responsabilidade do direito interno do país em questão, cabendo a este último fixar o montante da compensação e o procedimento para as medidas de expropriação; a chamada ‘resolução latino-americana’ foi adotada (após revista pelos patrocinadores) pela Junta de Comércio e Desenvolvimento por 39 votos a favor, 2 contra, e 23 abstenções (Trindade, 1984: 216).

Para além dos choques do petróleo no mercado internacional, teve um impacto profundo a aprovação na Assembleia Geral da ONU por uma NOEI, em 1974, pressionada pelos países do Movimento dos Não Alinhados. Os países não alinhados viam como fracassadas as estratégias postas em prática pelos países industrializados de promoverem o desenvolvimento internacional, necessitando de um novo modelo econômico e de outras

⁹¹ A revolução no Irã foi se construindo desde a eleição democrática de Mohammad Mosaddeq, em 1953, e sua derrubada no mesmo ano, financiada e orquestrada pela CIA, resultando na tomada de poder do Xá Pahlevi, que governaria de forma autoritária o Irã até 1979. Entre fim de 1978 e início de 1979 se deram os passos para a derrubada da monarquia do Xá Pahlevi. Melhor compreensão, ver: Prashad (2007).

formas de cooperação que pudesse agregar um real desenvolvimento aos países periféricos. Dentre os grandes debates sobre uma nova ordem econômica, se encontrava o dissenso entre os países não alinhados, que defendiam as resoluções de 1972 e 1973 aprovadas na ONU, acerca das expropriações de empresas pelos Estados, e os países centrais, que não aceitavam as regras estabelecidas pela UNCTAD, por verem que suas empresas multinacionais poderiam incorrer em problemas jurídicos.

Foi na cimeira desses grandes debates que a aprovação da resolução de uma Nova Ordem Econômica Internacional, na ONU, agregou antigas resoluções sobre a soberania em relação aos recursos naturais e da permissão para expropriação de empresas estrangeiras em prol do desenvolvimento nacional, assim como propôs a necessidade da transferência de recursos e tecnologias dos países do Norte global para os do Sul global, que “em essência era uma proposta pela reestruturação do sistema global para reparar os desequilíbrios entre o mundo desenvolvido e o menos desenvolvido” (Chatuverdi, 2012: 17). Dentre suas propostas, destaco dois artigos da Resolução 3281 (XXIX), aprovado em 1974:

Artigo 2 – Todo Estado tem e deve exercer livremente sua completa soberania permanente, incluindo posses, usos e disposições sobre toda sua riqueza, recursos naturais e atividades econômicas. Cada Estado tem o direito: a) Regular e exercer autoridade sobre investimentos estrangeiros dentro de sua jurisdição nacional em acordo com suas leis e regulamentos e em conformidade com suas prioridades e objetivos nacionais. (...) c) Nacionalizar, expropriar ou transferir propriedade de bens estrangeiros, caso em que a compensação apropriada deveria ser paga pelo Estado, adotando certas medidas, tomando em conta suas leis e regulamentos relevantes e todas as circunstâncias que o Estado considere pertinente.

Artigo 17 – (...) Todo Estado deve cooperar com os esforços dos países em desenvolvimento para acelerar seu desenvolvimento econômico e social, providenciando condições externas favoráveis e estendendo ativa assistência para eles, consistente com suas necessidades e objetivos de desenvolvimento com o

estrito respeito para a igualdade soberana dos Estado e liberdade de quaisquer condições depreciativas de sua soberania⁹².

Foi igualmente central no dossiê NOEI, a reivindicação do princípio da discriminação positiva dos países em desenvolvimento, através da prática de preferências comerciais, contra a regra liberal do “tratamento da nação mais favorecida” prevalecente no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), desde 1947. A periferia ia formatando novas formas de pensar e praticar a cooperação internacional, rechaçando políticas que interferissem nas políticas de desenvolvimento nacionais e nos interesses estratégicos de cada Estado.

A lógica da cooperação horizontal era uma clara busca de distinção da cooperação promovida pelos países ocidentais para os países periféricos, convencionada de cooperação Norte-Sul, onde existia uma série de condicionalidades impostas ao país recipiendário para a aprovação dos acordos de cooperação. Essas inúmeras convenções e resoluções aprovadas pelos países periféricos começavam a abrir espaço para a aprovação de uma nova forma de cooperação internacional, consolidada e aprovada, em 1978, por 138 países em que convencionou chamar: “O Plano de Ação Buenos Aires” ou “Plano de Ação para Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento” (CTPD).

O Plano de Ação Buenos Aires visou regulamentar e dar vistas a cooperação promovida entre os “países em desenvolvimento”, em que se estabelecesse a troca de conhecimentos, transferência técnica e tecnológica como os principais pontos a serem implementados na cooperação Sul-Sul. Para além disso, o plano de ação também visava estender suas perspectivas para todas as formas de cooperação, de preferência aquelas

⁹² Disponível em:

<<http://www.aaas.org/sites/default/files/SRHRL/PDF/IHRDArticle15/Charter_of_Economic_Rights_and_Duties_of_States_Eng.pdf>>. Acessado em: 09/05/2015.

promovidas entre o Norte e o Sul global. Após a contundente aprovação dos 138 países do plano de ação, na conferência ocorrida na Argentina, a Assembleia Geral da ONU também aprovou seus termos e “convidou” as demais nações a buscarem implementar os seus objetivos, dentre os quais destaco três como sendo os principais:

a) Promover a autossuficiência dos países em desenvolvimento através da valorização de suas capacidades criativas para encontrar soluções para os seus problemas de desenvolvimento, condizente com suas próprias aspirações, valores e necessidades especiais; b) Promover e fortalecer a autossuficiência coletiva entre os países em desenvolvimento, através das trocas de experiências, a partilha, o intercâmbio e utilização de seus recursos técnicos e o desenvolvimento de suas capacidade complementares; (...) f) Incrementar e melhorar as comunicações entre os países em desenvolvimento, levando a uma maior consciência dos problemas comuns e mais amplo acesso ao conhecimento e as experiências disponíveis, bem como a criação de um novo conhecimento em resolver os problemas do desenvolvimento⁹³.

Apesar da aprovação do Plano de Ação Buenos Aires, o fim da década de 1970 representou um dos últimos suspiros dos países periféricos na luta por um ordenamento internacional mais justo e igualitário, em que se respeitassem as políticas domésticas de cada Estado. Com as crises financeiras provocadas na década de 70, a mudança do sistema Breton Woods, a subida unilateral das taxas de juros pelos EUA, mais as crises do petróleo e os golpes de Estado financiados e promovidos pelos Estados Unidos na América Latina e Oriente Médio, os países periféricos começaram a ver suas políticas de desenvolvimento esvaziadas. Após o aumento dos juros promovidos pelos EUA, os países da periferia viram crescer de forma contundente as dívidas externas em seus Estados, promovendo uma desestruturação econômica e social.

A década de 1980 foi marcada pelas crises das dívidas externas nos países do Sul global, provocando altas taxas de desemprego, superinflação, queda nas atividades econômicas e diminuição da capacidade de negociação nas relações internacionais. De uma

⁹³ Disponível em:

<<<http://ssc.undp.org/content/dam/ssc/documents/Key%20Policy%20Documents/BAPA.pdf>>>. Acessado em: 09/05/2015.

intensa troca de ideias e capacidades entre os países periféricos dos anos 1950 aos 1970, os anos 1980 e 90 foram marcados pelo esvaziamento da solidariedade Sul-Sul e uma introjeção das preocupações com as questões domésticas. Transpassava a lógica desenvolvimentista, da busca do desenvolvimento através da percepção de seus problemas e capacidades domésticas, para uma lógica neoliberal, tendo como eixos principais: o processo de desestatização da economia, impulsionado através da venda de empresas públicas; a abertura comercial através da diminuição das tarifas alfandegárias ou a supressão de barreiras técnicas; a descentralização estatal a partir dos órgãos administrativos, como forma de possibilitar maior participação popular e diminuir a corrupção no seu interior (Bandeira, 2002; Lopes, 2011).

O ano de 1989 marcaria aquilo que Francis Fukuyama interpretou triunfalmente como “O fim da História” com a queda do Muro de Berlim, a consequente fragmentação do bloco soviético e uma reunião promovida por um grupo de economistas e funcionários de instituições financeiras multilaterais ocorridas em Washington, ficando conhecida como “Consenso de Washington”. O Consenso visava lançar um receituário econômico fundamentado no neoliberalismo, com intenções de promover uma solução definitiva aos problemas da dívida externa e inflação galopante nos países periféricos, especialmente na América Latina e África. As conclusões principais, ao fim da reunião, foram propostas de reformulação do Estado através de reformas administrativas, disciplina fiscal, privatizações de empresas estatais e serviços públicos e liberalização comercial, pois qualquer forma de intervenção estatal seria danosa à economia e a sociedade (Bandeira, 2002; Santos, 2005 Lopes, 2011).

Com o esgotamento dos modelos desenvolvimentistas no Sul global, assim como do esfacelamento do bloco soviético, os países do “Terceiro Mundo” veriam diminuir de

forma acentuada o seu protagonismo nas relações internacionais, sofrendo pressões domésticas referentes a problemas econômicos e sociais e pressões externas do Norte global, exigindo reformas administrativas e econômicas nos países da periferia (Milani, 2012). Durante quase duas décadas as relações Sul-Sul foram praticamente esvaziadas e seus grupos políticos silenciados, movendo-se de uma lógica de embates no contexto internacional para a crença da inevitabilidade de alternativas no sistema internacional, através de uma política de alinhamento com os países centrais. Só a partir do século XXI, com a eleição de governos progressistas no Sul global, as relações Sul-Sul ascenderiam como uma das peças-chave de política internacional dos países da periferia, com um discurso renovado da solidariedade Sul-Sul e diminuição das injustiças sociais e econômicas no sistema mundo moderno.

II.III – Renascimento do Espírito de Bandung? As Relações Sul-Sul no Século XXI

Como já abordado, a década de 1990 foi marcada por grandes transformações no sistema internacional e pela ascensão hegemônica do bloco ocidental, comandada pelos Estados Unidos que ascendia sem a contestação de outros grupos ou blocos de poder nas relações internacionais, assolados à época por crises sistêmicas. A agenda das organizações internacionais criadas em Bretton Woods foi completamente inserida na lógica neoliberal de ajustamento estrutural, impondo aos países do “Terceiro Mundo” a aplicação de tais receituários como meios de sanarem os problemas econômicos internos. De acordo com Prashad (2007: 232)

Gradualmente, o FMI criou procedimentos de ‘accountability’ e punição (...). Estados fora do G-7 que tomaram dinheiro do FMI têm sido submetidos a uma total reforma de suas relações políticas e econômicas. Em março de 1980, o Banco Mundial classificaria estas políticas com um nome, ‘Empréstimo de Ajustamento Estrutural’, da qual poderia também ser chamada de Política de Ajustamento Estrutural.

O discurso da solidariedade Sul-Sul, ou da política “terceiro mundista”, foi modificado pela ideia de que não havia alternativas para além dos ideais liberais, em que o verdadeiro desenvolvimento só poderia ser alcançado a partir da aplicação concreta do Consenso de Washington. Do discurso da clivagem Norte-Sul existente entre 1950 e início dos anos 80, os anos noventa passaram a ser caracterizados por uma exaltação da interdependência econômica⁹⁴.

Todavia, a última década do século XX foi marcada por intensas crises sociais e econômicas nos países periféricos, em vista da aplicação impositiva de uma lógica econômica e social de “cima para baixo”, sem levar em conta os diferentes contextos existentes no Sul global. A gravíssima deterioração social, política e econômica do Sul global atingiu expressões mais dramáticas em situações como: Guerra do Golfo em 1991; o genocídio de Ruanda em 1994; a crise econômica mexicana de 1995; a crise econômica asiática de 1997; crise econômica russa de 1998; a crise cambial brasileira de 1999; e a crise argentina de 2001. Essas crises vieram a despertar um pensamento de que as alternativas eram possíveis e necessárias para além do *status quo* existente à época.

Foi a partir da não aceitação de uma hegemonia única que diversas nações e regiões do Sul global começaram a promover mudanças nos quadros políticos, econômicos e sociais, resgatando o discurso de uma solidariedade Sul-Sul como meio de prover um desenvolvimento real aos povos subalternizados. Dentre as mudanças mais evidentes, que impactariam sobremaneira as relações internacionais no século XXI, estão aquelas ocorridas na América Latina, Ásia do Sul e em África a partir de pressões populares ou de mudanças de percepções de grupos políticos e econômicos nas estruturas

⁹⁴ Adentrava a lógica de que no sistema internacional não existiria mais a completa dependência de uma nação a outra, mas que a partir da globalização econômica e técnico-científica, as relações internacionais se tornaram interdependentes, no sentido de que nenhuma nação estaria fora de uma rede de dependências – algumas mais dependentes que outras, mas sem caracterizar uma hegemonia completa.

(não)governamentais, levando a formação de coalizões multilaterais de níveis Sul-Sul e fortalecimento dos processos de integrações regionais nesses contextos. Boa parte do discurso que reafirma a cooperação Sul-Sul no século XXI fundamenta-se

no pressuposto de que países em desenvolvimento podem e devem cooperar [entre si] a fim de resolver os seus próprios problemas políticos, econômicos e sociais com base em identidades compartilhadas (ex-colônias, status econômico, experiência histórica, etc.), esforços comuns, interdependência e reciprocidade (Milani, 2012: 227).

Outra característica que se apresenta na Cooperação Sul-Sul é a ausência “de qualquer tipo de condicionalidades macroeconômicas e de seguir prazos estritamente definidos” (Chatuverdi, 2012: 28), diferenciando-se das cooperações Norte-Sul. Foi nesse sentido que se desenvolveram inúmeras coalizões Sul-Sul, com intenções de reformar e modificar o sistema político e econômico internacional, baseando-se em três níveis (Lechini, 2009): multilateral, a exemplo do G-20 comercial e financeiro; o inter-regional, como o Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e o Grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS); e o regional, com a criação e o fortalecimento de alianças como a União de Nações Sul Americanas (UNASUL), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII)⁹⁵. Essas ações na política internacional não podem automaticamente indicar uma ideia de homogeneidade na cooperação Sul-Sul, mas sim uma busca no âmbito do discurso que leve a certas unidades práticas no meio internacional. Como bem afirmou Milani (2012: 225) sobre a diversidade do Sul global:

os países selecionados apresentam diferenças em termos de desenho institucional de suas políticas de CSS, de comportamento multilateral, tamanho de suas respectivas economias, inserção regional, modelo produtivo e de desenvolvimento, assim como de suas respectivas políticas domésticas, em alguns casos mais pluralistas que em outros.

⁹⁵ O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura pode ser considerado uma relação a nível regional e multilateral, pois apesar de ter sido criado em âmbito regional, obteve a participação de países de todos os continentes na constituição formal do banco, em 2015.

É importante ressaltar que a formação de coalizões internacionais também visa a obtenção de benefícios e de graus de lideranças políticas no sistema internacional. No entanto, as coalizões Sul-Sul, muito difundidas durante o período da Guerra Fria e no período atual – de contínua ascensão – se baseiam de maneira contundente num interesse compartilhado de contra-hegemonia. A participação de países intermediários nas coalizões Sul-Sul, convencionados na literatura de Relações Internacionais como “semiperiféricos” ou “potências emergentes”, se dá na expectativa de ter maior liberdade de atuação global e na perspectiva de não subordinação às grandes potências, garantindo maiores graus de liderança política. (Oliveira, Oliveira e Onuki, 2006; 2009).

As coalizões Sul-Sul (inter)regionais e multilaterais

O ano de 2003 pode ser considerado importante no processo de ascensão e consolidação dos embates a nível Norte-Sul concatenados pelos países do Sul global. Foi nesse período que nasceram grupos de contestação ao status quo nas relações internacionais, considerando não ser mais possível a manutenção de políticas e projetos que levassem a perda de capacidades políticas e econômicas dos países periféricos. A construção desse ideal acabou por resultar na constituição do IBAS e do G-20 comercial, em que o primeiro, respectivamente, conhecido como G-3, foi instituído através da Declaração de Brasília, em 2003, exaltando a similaridade entre Brasil, Índia e África do Sul, caracterizados por grandes regimes democráticos, multiétnicos, multiculturais e de relevância política e econômica em suas regiões. Os países constituintes da Declaração de Brasília

destacaram a prioridade atribuída pelos três Governos à promoção da inclusão e equidade sociais, por meio do apoio à agricultura familiar, da implementação de políticas eficazes de combate à fome e à pobreza, e da promoção da segurança alimentar, da saúde, da assistência social, do emprego, da educação, dos direitos humanos e da proteção do meio ambiente. Recordaram que a superação da

exclusão social, ao gerar condições para o melhor aproveitamento do potencial dos seres humanos, contribui de maneira significativa para o desenvolvimento econômico”. (...) comprometeram-se a estudar um programa trilateral de assistência alimentar.⁹⁶

Na declaração que constituiu o Fórum IBAS, os três países percebiam como necessário o combate à desigualdade social e a fome, identificados como as causas principais dos entraves para o desenvolvimento nos países periféricos, assim como nos seus respectivos contextos domésticos. Por enfrentarem problemas comuns, como forte desigualdade social, pobreza elevada e fome, essas nações poderiam trocar conhecimentos e políticas públicas implementadas nas diversas áreas administrativas que pudessem levar a diminuição da desigualdade, assim como a um desenvolvimento mais justo em suas sociedades. Foi nessa perspectiva que, em 2004, o G-3 criou o Fundo para o Alívio da Pobreza e da Fome, voltado a cooperação Sul-Sul em infraestrutura social – saneamento, saúde, educação e cultura – e compartilhando a responsabilidade administrativa com o PNUD⁹⁷.

Por outro lado, pesou para a criação do IBAS as pressões sofridas por esses países desde 1997 e intensificadas nos primeiros anos do século XXI pelo governo republicano de George W. Bush nos Estados Unidos – devido às pressões das indústrias farmacêuticas – contra as políticas de licença de compulsório em caso de emergência pública, existentes no Brasil e África do Sul e utilizada no combate ao HIV/AIDS (Oliveira, 2005). De acordo com Oliveira (2005: 03-04) os EUA “em abril de 1999, inseriram a África do Sul na lista de observações (*watch list*) da *Special 301*” e no ano 2000 “o Brasil foi inserido na *Section 301 Watch List*, acusado de ser ‘desrespeitador de patentes’”, o que demonstrava o peso

⁹⁶ Declaração de Brasília ocorrida em 06 de julho de 2003. Disponível em: <http://www.forumibsa.org/>. Acessado em: 05/04/2015.

⁹⁷ O Fundo IBAS recebeu em Nova Iorque, em 2010, o prêmio “Millennium Development Goals”, concedida pela “Millennium Development Goals Awards Committee” – ONG que busca as Metas do Milênio – em reconhecimento de seu papel na Cooperação Sul-Sul. Maiores informações, ver: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/fundo-ibas-recebe-o-premio-2010millennium-development-goals2010d>.

econômico e político promovidos pelos conglomerados dos fármacos nas políticas externas dos países centrais.

Com a aproximação entre Índia – grande produtor de genéricos e detentor de *know how* – Brasil e África do Sul, esses países perceberam que a necessidade e dignidade dos povos estavam acima dos lucros das indústrias farmacêuticas, resultando em forte pressão aos EUA através da opinião pública internacional e por diversas ONGs internacionais, levando-os a recuar de sua posição de confrontação. A diplomacia do G-3 conseguiu expor os graves problemas existentes nos países da África Austral, devido ao elevado número de casos de HIV/AIDS na população e intensificado pelo alto preço cobrado pelas farmacêuticas em relação aos coquetéis de antirretrovirais. Nesse sentido, os Estados Unidos se viram impelidos a retirarem da *Watch List* do *United States Trade Representative* a acusação de quebra de propriedade intelectual dos medicamentos antirretrovirais contra o Brasil e a África do Sul. Esse recuo estadunidense demonstrou a importância da ação política inter-regional que “serviu como pano de fundo para o relançamento de alianças Sul-Sul na política internacional” (Oliveira, 2005: 06).

No âmbito multilateral, o G-20 – grupo formado pelas maiores economias dos países do Sul global⁹⁸ – foi sendo formatado em paralelo ao Fórum IBAS, devido ao contencioso na rodada comercial ocorrida em Cancun, em que os países centrais visavam aprofundar as políticas de liberalização de serviços e comércio no mercado internacional. Para o grupo de países do G-20, especialmente Brasil, Índia e China, o processo de liberalização das pautas dos países industrializados só seriam possíveis caso houvesse, em primeiro plano, a liberalização do comércio agrícola e o fim dos subsídios agrícolas nos mercados domésticos do Norte global (Oliveira, 2005; Veiga, 2005). Como não houve

⁹⁸ São eles: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Filipinas, Tanzânia, Tailândia, Venezuela, Zimbábue.

consenso sobre os termos a serem acertados nas propostas entre os países centrais e periféricos, a rodada acabou por “fracassar”.

Para os países do G-20, o fracasso poderia ser considerado uma vitória, pois não permitia nenhum passo a mais no processo de abertura dos mercados dos países mais vulneráveis economicamente em favor dos países centrais. Essa coalizão Sul-Sul veio a modificar os debates na esfera da OMC, concentrando as discussões na temática da agricultura, convencionada como “Agenda de Desenvolvimento de Doha”. Apesar da diversidade de atores constituídos no grupo das vinte maiores economias do Sul global, o G-20 se destacou por sua unidade na temática referente à liberalização dos mercados agrícolas e o fim dos subsídios existentes nos países centrais, mesmo com as pressões promovidas pelos Estados Unidos através dos seus Tratados de Livre Comércio (TLC) – levando a desistência de Peru e Colômbia (Oliveira, 2005; Veiga, 2005; Oliveira, Onuki e Oliveira, 2006)

O início do século XXI se mostrava bastante ativo no desenvolvimento de novas agendas de debates, resgatando o discurso da solidariedade Sul-Sul para uma ordem internacional mais justa. Do discurso do anti-imperialismo dos anos 1950, as relações Sul-Sul adotaram como mantra, no século XXI, a parceria para o desenvolvimento e o combate à fome e à pobreza, tendo o Brasil um destaque central nesse novo contexto. O Brasil era governado nessa época por um proletário (ex-torneiro mecânico), Lula da Silva, que influenciou de forma contundente a política internacional brasileira devido a sua visão de mundo mais à esquerda, em que percebia como essencial o aprofundamento das relações Sul-Sul como mecanismo de prover maior autonomia aos “países em desenvolvimento”.

Nessa onda de governos progressistas a surgirem na América do Sul⁹⁹, a região passou por um processo de maior integração regional e inter-regional, com a criação da Comunidade de Nações Sul Americanas (CASA), em 2004, que tornou-se a União de Nações Sul Americanas (UNASUL), em 2008. A UNASUL está representada pelos doze países do continente sul americano¹⁰⁰ – baseado no mecanismo de presidência rotativa entre eles – com reuniões anuais entre os chefes de Estado, visando discussões sobre o processo de integração regional, políticas de saúde e questões de segurança regional. O processo de integração dos países sul americanos foi uma ação de contraposição a proposta estadunidense de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em que se imaginava uma área de livre comércio da Terra do Fogo (Argentina) ao Alasca (EUA) (Filho, 2007; Vigevani e Ramanzini Júnior, 2014).

Com a ascensão de diversos governos progressistas de esquerda na América Latina, ocorreu em 2005 a 4^o Cúpula das Américas, em Mar del Plata, Argentina, que barrou o projeto estadunidense de um livre comércio na América. Essas atuações entre diversas nações do Sul global demonstravam tentativas de construção de contra-hegemonias nas relações internacionais e demonstravam uma solidariedade Sul-Sul. Nas perspectivas de “outros mundos possíveis” que se deram diversas cúpulas regionais e inter-regionais, a exemplo da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), ocorrida em 2005 e da Cúpula América do Sul-África, ocorrida em 2006, tendo como temas centrais: cultura e educação, ciência e tecnologia, comércio, infraestrutura e temas sociais¹⁰¹.

⁹⁹ Os governos progressistas que ascenderam na América do Sul foram: Venezuela, em 1998, com Hugo Chávez; Brasil, em 2003, com Lula da Silva; Argentina, em 2003, com Néstor Kirchner; Bolívia, em 2006, com Evo Morales; Chile, em 2006, com Michelle Bachelet; Equador, em 2007, com Rafael Correa; Paraguai, em 2008, com Fernando Lugo; e Peru, em 2011, com Ollanta Humala.

¹⁰⁰ São esses: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

¹⁰¹ As duas cúpulas tiveram suma importância devido ao impacto do número de Estados participantes, além da abertura para a participação da sociedade civil. Na ASPA participam um total de 34 países, sendo doze sul americanos e 22 integrantes da Liga Árabe, enquanto na ASA participam um total de 66 países, sendo doze

Outro grupo com capacidades reais de modificar o *modus operandi* das relações (econômicas) internacionais vem se constituindo desde 2009, entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, convencionado como BRICS. A sigla BRIC¹⁰² foi uma designação analítica cunhada por Jean O’neill – economista da instituição financeira Goldman Sachs – das possibilidade dos quatro primeiros países transformarem o ordenamento econômico internacional, devido ao robusto crescimento e as capacidades econômicas e políticas dos respectivos países. A relevância do BRICS pode ser representada a partir de: uma população de três bilhões de pessoas (42% da população mundial); um PIB de quase US\$ 17 trilhões (22% do PIB mundial); e um comércio exterior de US\$ 3,5 trilhões, números que demonstram uma capacidade de influenciar e modificar a política internacional¹⁰³.

Mesmo surgido através de uma nomenclatura cunhada por um economista de uma instituição financeira, o BRICS vem caminhando na construção de instituições intrabloco, a exemplo do Banco de Desenvolvimento, criado em 15 de julho de 2014, durante a VI Reunião de Cúpula do BRICS na cidade de Fortaleza, Brasil. O banco tem como meta a promoção de projetos de infraestrutura e de desenvolvimento nos países membros, assim como para os países do Sul global, tendo uma carteira autorizada para investimentos de US\$ 100 bilhões¹⁰⁴. Sua criação tem o objetivo de contrabalançar o poder do Banco

sul americanos e 54 africanos. Mais detalhes, ver:

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3675&catid=172&Itemid=436&lang=pt-BR ou

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3674&catid=171&Itemid=436&lang=pt-BR. Acessado em: 15/05/2015.

¹⁰² A África do Sul foi adicionada posteriormente pelos quatro países, devido a sua importância regional, fazendo a sigla virar BRICS – o “S” significa África do Sul em inglês (*South Africa*).

¹⁰³ Para melhor compreensão dos números, ver o documento produzido pelo MRE do Brasil em maio de 2015, disponível em:

<<<http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/ComExtBRICs.pdf>>>. Acessado em: 19/05/2015.

¹⁰⁴ Para melhor compreensão sobre o acordo, ver a nota técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), disponível em:

<<<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec139Brics.pdf>>>. Caso haja interesse em ver a coletiva de imprensa do ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre o banco, ver:

Mundial como instituição internacional para investimento em programas de desenvolvimento nos países periféricos, visando alargar o ordenamento financeiro global e maior peso no contexto internacional.

O BRICS surgiu como um bloco político e econômico com o desafio de modificar as balanças de poder no ordenamento internacional atual, a partir de uma conjunção de forças com nações à margem dos centros decisórios, colocando em debate a necessidade de tomadas de decisões nas relações internacionais mais plurais e democráticas. As estratégias das relações Sul-Sul – sendo o BRICS é uma delas – "assenta na importância e inviolabilidade da soberania nacional, na busca em construir, aprofundar e influenciar através das relações bilaterais e de um 'novo multilateralismo', tal como os mecanismos de coordenação do BRICS, que exclui os poderes Ocidentais" (Carmody, 2013: 14).

Diferenças, desafios e limites da cooperação Sul-Sul

Como analisado, o século XXI foi marcado por um intenso processo de aproximação entre os países do Sul, resgatando a aproximação de solidariedade afro-asiática dos anos 1950 e a tricontinental dos anos 1960, com os devidos resguardos contextuais históricos-políticos. Mesmo com todo o aprofundamento nas relações Sul-Sul durante a última década, há muito que se compreender sobre esse processo atual, fugindo das análises hegemônicas baseadas na *realpolitik* sobre o porquê da intensificação da cooperação Sul-Sul, assim como perceber que certas relações a níveis Sul-Sul acabam por reproduzir lógicas de assimetrias e hierarquias. Falar das relações Sul-Sul é ter em mente a diversidade de atores agindo na política internacional e a heterogeneidade interna desses países, com diferenças estruturais econômicas, políticas, sociais e culturais, das quais é

<<<http://www.fazenda.gov.br/divulgacao/noticias/2014-1/julho/brics-criam-novo-banco-de-desenvolvimento>>>. Acessados em: 20/05/2015.

sempre preciso levar em consideração para não se reproduzir uma concepção que reduza a complexidade da cooperação Sul-Sul.

Uma das características principais no discurso da cooperação Sul-Sul é a afirmação categórica da não existência de condicionalidades macroeconômicas, resgatando os pressupostos defendidos em Bandung de respeito à soberania nacional e às políticas domésticas de cada nação, em que utilizam o termo “parceiro de desenvolvimento” (*development partner*) (Chatuverdi, 2012: 22) em detrimento do termo “doador”, comumente utilizado pelos países centrais em referência a cooperação Norte-Sul. De acordo com Chatuverdi (2012: 22) o termo doador “é geralmente ligado com o passado colonial e as economias emergentes preferem evitar tal terminologia por razões políticas e diplomáticas”.

Chatuverdi (2012) também afirma que a própria lógica de assistência existente nas relações Norte-Sul advém de uma ideia altruística de caridade, enquanto no caso Sul-Sul se baseia no princípio da solidariedade e do jogo de soma positiva ou do “ganha-ganha” (*win-win*) – princípios exaltados na Conferência de Bandung. Tendo em vista a diferença entre as lógicas altruísticas de caridade e da solidariedade, Eduardo Galeano (2009: 253) afirmou

À diferença da solidariedade, que é horizontal e se exerce de igual a igual, a caridade se pratica de cima para baixo, humilha aquele que a recebe e jamais altera nem um pouquinho as relações de poder: no melhor dos casos, alguma vez fará justiça, mas no alto céu. Aqui na terra, a caridade não perturba a injustiça. Só se propõe a diminuí-la.

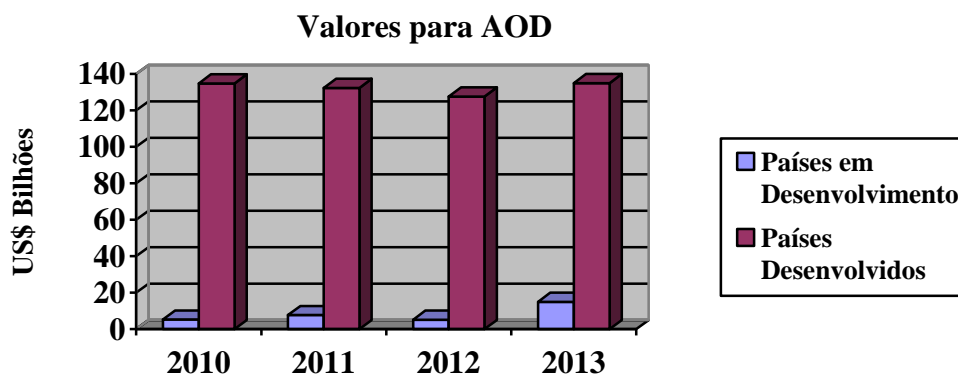
O discurso, assim como algumas práticas da cooperação Sul-Sul, vem provocando mudanças nas estruturas de tomadas de decisões na política internacional, devido a forte adesão dos países do Sul global, muitos deles com intuito de diminuir a dependência econômica por assistência internacional dos países centrais (Castel-Branco, 2011;

Carmody, 2013). É importante ressaltar que os valores empreendidos nos termos de "assistência oficial para o desenvolvimento" (AOD) pelos países do Sul global, ainda correspondem a pouco mais de 10% da assistência promovida pelos países centrais, ou seja, dos US\$ 150 bilhões empreendidos no mundo, US\$ 15 bilhões vieram dos países do Sul¹⁰⁵.

De acordo com o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC, sigla em inglês), em 2008, "os maiores contribuintes, em termos de fluxo de recursos, são China, Índia, Arábia Saudita e Venezuela (cada uma providenciando ao menos US\$ 1 bilhão por ano), seguidos pela República da Coreia e Turquia (providenciando mais que US\$ 500 milhões por ano) (ECOSOC, 2008). Os valores empreendidos podem parecer elevados numa primeira análise, mas acabam por representar pouco, comparado aos maiores doadores do Norte, a exemplo dos Estados Unidos que providenciaram, desde 2009, valores maiores que US\$ 30 bilhões, representando sozinho mais que todos os países não ocidentais. Essa diferença de valores entre os "países em desenvolvimento" e os "países desenvolvidos" pode ser analisado de acordo com o gráfico 1, logo abaixo.

¹⁰⁵ Para uma análise mais detalhada sobre os valores desprendidos pelos países centrais e os países do Sul global, ver o site da OECD: <http://www.oecd.org/>.

Gráfico 1



Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (data e local da publicação ou fonte internet)

Como visto no gráfico logo acima, acerca da enorme disparidade entre os valores empreendidos pelo Ocidente e os países do Sul global, a diferença entre os valores despendidos não invalida todo o processo de cooperação a nível Sul-Sul, em que seus pressupostos principais se baseiam em lógicas para além da questão econômico-financeira. Países como China, Índia e Brasil alocam grande parte de seus recursos na cooperação técnica, abarcada pela capacitação de recursos humanos e transferência técnica-tecnológica que acabam por conceber a maior parte dos acordos de cooperação e representando baixa necessidade de alocação de vastos recursos financeiros. Como exemplos disso, a China e a Índia investem parte de seu *know how* em capacitação de recursos humanos, das quais mais de dez mil pessoas, no caso chinês, e três mil pessoas, no caso indiano, são capacitadas todos os anos, vindas principalmente de países do Sul global (Borges, 2012).

Apesar da mudança de práticas promovidas pela cooperação Sul-Sul nas relações internacionais, dando preferências à cooperação técnica em detrimento da simples alocação de recursos entre um doador e um receptor, com exigências de reformas estruturais, isso não induz automaticamente a crença de que a Cooperação Sul-Sul se baseie, única e exclusivamente, em ideais de solidariedade sem interesses estratégicos. Em muitos casos, a

Cooperação Sul-Sul acaba por reproduzir lógicas e condicionalidades praticadas pelos países centrais, impondo certas condicionalidades em troca de cooperação. Cooperação a partir de investimento de capitais para infraestrutura é um dos exemplos mais consistentes da reprodução dos ideais imperiais, em que o país recipiendário é condicionado a comprar serviços, bens e capitais de empresas do país "parceiro".

Retomando os exemplos de Brasil, Índia e China, feitos anteriormente, esses países utilizam da modalidade de investimentos infraestruturais feitos por seus bancos estatais para os países periféricos, como política de expansão do comércio exterior e de serviços de suas empresas nacionais (Borges, 2012; Mello e Souza, 2012). Essa política acaba por reproduzir as assimetrias de poder nas relações internacionais, impondo um modelo de dependência de recursos e serviços externos ao país receptor, não se diferenciando ao que Nkrumah (1967) chamava de neocolonialismo, com a única diferença de essa política estar sendo praticada, hoje, por países que vivenciaram a exploração colonial e a exclusão das tomadas de decisão no sistema mundo moderno ocidental.

Falar de cooperação Sul-Sul é compreender todas as variáveis existentes entre os diversos atores e toda a complexidade estrutural doméstica – que influencia sobremaneira as tomadas de decisões de política externa – visando uma análise mais aprofundada e detalhada que não leve a respostas simplistas e binárias, entre bem/mal, certo/errado e solidário/impositivo. As nuances existentes nas políticas de cooperação devem ser bem avaliadas, pondo em perspectiva a questão do Estado e toda a sua variedade de atores, assim como do colonialismo interno, com a imposição de um modo de ser, estar e ver o mundo a todas as estruturas sociais do Estado-nação.

Percebendo essa complexidade, no terceiro capítulo será feita uma crítica aprofundada sobre a cooperação Sul-Sul, utilizando o caso brasileiro-moçambicano nas

áreas da saúde e da agricultura, analisando a ideia de Estado moderno (vestifaliano) e fugindo da concepção formatada pelo pensamento moderno ocidental – que põe o Estado como uma entidade racional, unitária e homogênea. Para isso, é necessário perpassar por um paradigma heterárquico, que condiga com a percepção heterogênea do Estado, em que diversos grupos (políticos, econômicos, étnicos e sociais) se apropriam e se utilizam das estruturas estatais, assim como podem ser apropriados por tais estruturas. Para compreender os processos de cooperação e apropriação dos aparelhos estatais, faz-se necessário compreender a problemática do colonialismo interno impondo seus ideais a outras estruturas do Estado e influenciando de modo contundente as políticas de cooperação – tanto as cooperações promovidas quanto aquelas recebidas pelo Estado.

CAPÍTULO III: O ESTADO DIFUSO: REPENSAR O ESTADO PARA ALÉM DA MODERNIDADE OCIDENTAL

O Estado, no sentido do Estado *racional*, somente se deu no Ocidente (Weber, 2012 [1920]: 517).

Penso que se a teoria do Estado (...) se pode perpetuar, é porque se move num universo independente da realidade (Bourdieu, 2012: 46)

As duas passagens de Weber e Bourdieu, logo acima, representam bem os debates que serão objeto deste capítulo, acerca daquilo que normalmente convencionou-se por Estado nas ciências sociais e, especificamente, nas Relações Internacionais. Nos debates acadêmicos é bastante comum referir-se a Estados ou Estados-nação sem haver qualquer tipo de problematização do que são tais entidades, devido a uma percepção hegemônica de que são entes dotados de território e população com o monopólio legítimo da violência física dentro de suas fronteiras. Nas palavras de Halliday (2007: 91)

“os teóricos das relações internacionais supõem que nós sabemos o que ele é: Bull, que é uma comunidade política; Waltz, que é, na prática, uma co-extensão da nação. Como um todo, as relações internacionais consideram como dada uma definição específica: o que se pode classificar de totalidade nacional-territorial. Assim, o ‘Estado’ (...) abrange em forma conceitual o que é percebido visualmente no mapa político – o país como um todo e tudo o que está dentro dele: o território, o governo, o povo e a sociedade.

Como forma de melhor compreender a discussão sobre a temática, assim como do estudo de caso entre a cooperação Brasil-Moçambique na área da saúde e da agricultura, é necessário fazer os seguintes questionamentos: i) quando se fala em Estado nas Relações Internacionais, como o visualizamos? ii) O Estado é comparável a um sujeito dotado de racionalidade e que sempre busca a maximização dos ganhos individuais – como conceitualizam as teorias tradicionais? iii) se os Estados são entidades “vazias” para os “clássicos”, ou o lugar onde ocorrem as lutas por hegemonia entre classes para o marxismo, como se pode explicar as diferentes formas de atuação dentro de suas estruturas e que reverberam de formas distintas nos meios doméstico e internacional?

Esses questionamentos tem o intuito de clarificar a complexidade da temática a ser trabalhada, além de evidenciarem um assinalável vazio teórico da disciplina de RI, em tentar compreender a heterogeneidade estatal, impondo uma lógica ontológica acerca do Estado, ou seja, como um conceito dado, estático, único e imutável. A própria Teoria Geral do Estado, trabalhada nas ciências políticas, se fundamenta nos modelos anglo-saxônico e francês, baseando-se num tipo de realidade bastante estrita – geográfica e epistemologicamente ocidental. Todavia, a formação e estruturação dos Estados ao redor do globo acompanharam dinâmicas distintas daquelas que as “teorias gerais” tentam impor, invisibilizando a diversidade de contextos e o próprio colonialismo.

O colonialismo foi responsável pela destruição e apagamento dos diferentes modelos de organização social não-ocidentais, assim como pela imposição de estruturas políticas e sociais exteriores às realidades locais das colônias. Não há como desvincular a violência colonial com suas dinâmicas hierárquicas de centro-periferia, da análise sobre a concepção de Estado, principalmente quando se intenta analisar as relações políticas, econômicas e culturais entre Estados periféricos. É seguindo tais perspectivas que se podem criar possibilidades de compreender a complexidade das políticas internacionais promovidas pelos países do Sul global, estando localizadas em suas estruturas domésticas questões como: luta de classes, colonialismo interno, disputa entre diversos grupos de interesses políticos, sociais, econômicos, raciais e sexuais.

Como será exposto ao longo do capítulo, é, no mínimo, problemático discutir o Estado e desconsiderando ao mesmo tempo o projeto e a violência colonial na construção da modernidade ocidental na periferia. Há que levar em consideração os distintos processos, tanto aqueles ocorridos no centro, quanto na periferia do sistema mundo

moderno, evidenciando o colonialismo como projeto estruturador da modernidade ocidental.

III.I – Estado: entre a homogeneidade hierárquica/racionalizante e as “classes perigosas”

Ainda impressiona a dificuldade nos dias atuais – principalmente quando se fala a partir da periferia do sistema mundo moderno – em se trabalhar a questão do Estado e em compreender o seu aparato institucional/repressor, ideológico/simbólico e seus mecanismos de atuação nos planos doméstico e global. Normalmente, quando se trabalha sobre a temática na disciplina de Relações Internacionais, é preponderante a presença da lógica de que essa entidade se baseia numa tríade racional, neutra e homogênea, elevada a categoria divina. A necessidade em divinizar, por meio da tradição clássica, parte do pressuposto de que o Estado está acima de qualquer ponto de vista, agindo de forma neutra, desparticularizada e racional, com intuito de obter os maiores ganhos possíveis para si enquanto representante de um alegado ‘interesse geral’ (Mbembe, 2011; Bourdieu, 2012; Hegel, 2014).

O Estado, para os teóricos tradicionais, é uma húbriis do ponto zero, tendo alcançado o *status* metafísico de divindade, observando e ordenando a todos que estão abaixo de si e situando-se acima do “bem e do mal”. Poulantzas (2000), chama a atenção sobre como os teóricos liberais/tradicionais concebem o Estado, como

Coisa-instrumento e o Estado concebido como Sujeito. O Estado como *Coisa*: a velha concepção instrumentalista do Estado, instrumento passivo, senão neutro, totalmente manipulado por uma única classe ou fração, caso em que nenhuma autonomia é reconhecida ao Estado. O Estado como *Sujeito*: a autonomia do Estado, considerada aqui como absoluta, é submetida a sua vontade como instância racionalizante da sociedade civil. (...) Ela relaciona esta autonomia ao poder próprio que o Estado passa por deter e com os portadores desse poder e da racionalidade estatal: a burocracia e as elites políticas especialmente.

Trata-se de um pensamento que ancora na visão de Hegel (2014 [1837]) que considerava o Estado como o grau máximo do desenvolvimento de uma sociedade, onde os indivíduos desenvolveriam todas as suas potencialidades de forma livre, justa e racional. Para ele, o estado de natureza seria a condição “da injustiça, da violência, do impulso natural desenfreado, dos feitos e sentimentos desumanos” (Hegel, 2014: 114), em que o Estado seria o último estágio na consolidação da liberdade, ou o fim em si mesmo, tornando a subjetividade do sujeito em objetividade, contrapondo o “Eu” individual pelo o universal.

No Estado a liberdade torna-se objetual e realiza-se de modo positivo. (...) Só no Estado é que o homem tem existência racional. Toda a educação aponta para que um indivíduo não permaneça algo de subjetivo, mas se torne objetivo no Estado. (...) O homem deve ao Estado tudo o que ele é; só nele tem a sua essência. Só pelo Estado tem o homem todo o valor, toda a sua realidade efetiva e espiritual (Hegel, 2014: 108-09).

O pensamento hegeliano em princípios do século XIX começou a formatar uma ideia de “teoria geral do Estado”, conjugando os ideais do pensamento moderno ocidental com os processos constitutivos dos Estados no contexto europeu. O sistema estatal na Europa, a partir dos séculos XVI e XVII, era visto como formado por “Estados modernos” – termo amplamente utilizado no debate teórico em RI –, dando suporte a uma concepção de que o processo de desenvolvimento europeu estaria num estágio superior ao de outras sociedades, no sentido de que o termo “moderno” representa o novo e o superior, enquanto tudo aquilo que não seja parte da modernidade está representado pelo “primitivo” e atrasado, a exemplo das sociedades periféricas que viviam sob o jugo colonial.

A ideia de Estado cultivada no pensamento moderno ocidental era a de uma instituição distinta da sociedade, como um ator com autoridade máxima em regular as populações dentro de seus territórios (Sharma e Gupta, 2006). Essa percepção pode ser bem delineada na própria concepção hegeliana, em que “o próprio Estado é um abstrato

que tem a sua realidade, puramente universal, nos cidadãos; mas é real, e a existência puramente universal deve determinar-se na vontade e atividade individuais” (Hegel, 2014: 134), ou seja, Hegel afirmava que o Estado era uma abstração, no sentido de não estar constituído de forma física e sim através da construção da sociedade, transformando, desse modo, numa entidade que Bourdieu (2012) convencionou como ficcional não-ficcional (Bourdieu, 2012).

A representação do Estado como um sujeito ativo, detentor de História, de feitos e direitos – basta analisar as disciplinas de Política Externa e História das Relações Internacionais no curso de RI – é bastante clara no pensamento de Hegel (2014: 118-119), o qual afirma que

O Estado, as suas leis, as suas instituições são suas; seus são os direitos, e também a propriedade exterior na sua natureza, no seu solo, nas montanhas, no ar e nas águas como seu território, sua pátria. A história deste Estado, os seus feitos e os feitos dos seus antepassados são seus, vivem na sua memória, fizeram deles o que são e pertencem-lhes.

Aqui há um intenso processo de reificação de uma entidade abstrata, em que tudo aquilo que há dentro das suas fronteiras, assim como as conquistas para além de seu território, poderiam ser considerados feitos dessa entidade estatal. Nesse momento, o Estado se transforma num objeto fora da sociedade, dos desígnios humanos e se torna um sujeito onipotente, onisciente e onipresente em nossas vidas, havendo um vazio-homogêneo em suas estruturas. “Ele” já não é mais operado pela sociedade, mas é “fim para si – conservação para fora”, em que “surge o racional, a justiça e a consolidação da liberdade” (Hegel, 2014 [1837]: 21).

A “vontade estatal” que Hegel propugnava não era aquela referente à vontade individual do liberalismo, mas uma vontade geral, que na figura do Estado, seria ambicionada de forma racional e objetiva (Bonavides, 2001), lapidando, de modo inicial, aquilo que viria a ser trabalhado posteriormente como “interesse nacional”, pelas escolas

realistas e liberais em Relações Internacionais¹⁰⁶. O pensamento de Hegel não pode ser destituído de seu contexto histórico, contemporâneo da Revolução Francesa, do expansionismo napoleônico e da consolidação territorial e institucional prussiana pós-napoleônica, que veio a contribuir sobremaneira nas suas formas de ver e conceituar o Estado na filosofia política.

O que se observa nos escritos políticos hegelianos é a sua condução para uma “estadolatria”, no sentido da divinização do Estado, sendo este o fim último do desenvolvimento das potencialidades humanas. Nas palavras de Hegel (2014: 110) “poderia dizer-se que o Estado é o fim e os cidadãos os seus instrumentos. (...) O divino do Estado é a Ideia; ela existe sobre a terra”, o que demonstra bem a categorização estatal como uma hùbris do ponto zero, um ponto de vista sobre todos os outros pontos de vista, despersonalizado, pois a sua despersonalização garante-lhe a possibilidade em se alçar a categoria divina.

Esta linha hegeliana de construção do conceito de Estado moderno foi aprofundada, como é sabido, por Max Weber (1864-1920) no início do século XX, dando uma fisionomia burocrática/institucional a essa entidade. Para Weber (2012 [1920]) o Estado é uma dominação institucional em determinado território, detentor do monopólio da coação/violência física legítima consentida pela população abrangida nesse território. Nesse sentido, o autor adiciona aos fundamentos hegelianos a institucionalização da violência pelo Estado, como sendo o responsável pela manutenção da ordem pública – internamente através da polícia – e da segurança externa – por meio da administração militar (exército).

¹⁰⁶ Para uma breve análise, ver os autores considerados “clássicos” em RI: Carr (2001), Angell (2002) e Morgenthau (2003).

Weber ainda conceituou sobre a questão da burocracia, como necessária para o pleno desenvolvimento dos interesses do Estado (Weber, 2006; 2012). Para ele “a burocracia moderna destaca-se por uma qualidade que torna seu caráter inescapável essencialmente mais definitivo do que o daquelas outras: a especialização e o treinamento racionais” (Weber, 2012: 540-541), ou seja, é um “corpo” baseado na máxima especialização das funções, com a finalidade de dotar o Estado de plena capacidade em atuar de forma racional. Weber ainda acreditava que “a razão decisiva para o avanço da organização burocrática tem sido sempre, puramente, a superioridade técnica sobre qualquer outra forma de organização” (Weber, 2006: 57).

A administração burocrática significa a imposição de uma hierarquia dentro da estrutura social baseada no saber (Braga da Cruz, 2008). Esse saber, retratado por Weber e, posteriormente, pelos teóricos da corrente tradicional, se baseia na ideia de especialização do conhecimento e da prática por intermédio dos serviços institucionais, sendo a “prática” fundamentada no decurso dos serviços administrativos dos funcionários públicos. A burocracia toma através do pensamento weberiano, ares de um corpo completamente distante da subjetividade humana, onde emoções e sentimentos não encontrariam lugar na estrutura, cabendo única e exclusivamente os anseios racionais. Como afirma Braga da Cruz (2008: 690), o burocrata age

sem ódio nem paixão, por conseguinte sem ‘amor’ nem ‘entusiasmo’, sob pressão de noções despretensiosas de *dever*; o funcionário ideal desempenha a sua função ‘sem consideração pela pessoa’, formalmente, de um modo igual para ‘toda a gente’, ou seja, para todos os interessados que se encontrem em idêntica situação *de facto*.

O Estado, através do aparato burocrático, agiria de forma igualitária e não discriminatória com toda a sociedade, tendo em vista que sua estrutura, formada dentro da lógica racional, abarcaria todos de maneira formal e impessoal. Nas palavras de Poulantzas (2000: 136), os teóricos tradicionais fundamentaram tal entidade como uma “repartição

hierárquica homogênea dos centros de poder, em escala uniforme, a partir do ápice da pirâmide para a base”, em que o aparato burocrático estatal seria o organizador e racionalizador dos interesses da sociedade.

Na visão weberiana, tal constatação está, também, ligada a própria formação do capitalismo nas sociedades ocidentais, em que a construção do Estado moderno só foi possível através da modernização da economia. A constituição do Estado moderno ocidental encontra-se “em conexão muito íntima com o desenvolvimento capitalista moderno”, fazendo-se necessário expor que tal projeto “não surgiu em nenhum destes Estados *irracionalmente construídos*, nem podia surgir, pois essas formas modernas de empresas, com seu capital fixo e seus cálculos exatos, *são muito sensíveis a irracionalidades do direito e da administração*”¹⁰⁷ (Weber, 2012: 530-531).

O sentido de burocratização do Estado, trabalhado por Weber, está intrinsicamente ligado ao projeto da modernidade/colonialidade, sustentado no capitalismo, colonialismo e eurocentrismo. Sua concepção de Estado moderno, ou seja, mais “avançado”, se baseia num claro preconceito aos contextos existentes na periferia do sistema mundo, representado por povos e, conseqüentemente, Estados irracionais – que agem de forma sentimental e sem objetivos concretos. De acordo com Weber (2012: 580)

na Alemanha, abstraindo-se da inexistência da cultura latina do café e do temperamento, mais sério, organizações como os sindicatos, mas também como o Partido Social-democrata, constituem um contrapeso muito importante ao atual domínio irracional da rua, típico de nações puramente plebiscitárias.

É este pensamento moderno ocidental que inspira as teorias tradicionais/clássicas que trabalham a noção de Estado em Relações Internacionais tomando-o como uma estrutura dada e estática sem a preocupação uma problematização mais aprofundada sobre tal entidade. Ora, face a este não questionamento, vale a pena perguntar onde se encontram

¹⁰⁷ Grifo meu.

as estruturas sociais na constituição e operação do Estado? O Estado está para além das lógicas raciais e sociais impostas nas sociedades que viveram sob a modernidade/colonialidade?

O Estado visto para além da homogeneidade hierárquica: a luta de classes

O Estado, nas teorias tradicionais de Relações Internacionais, é trabalhado de uma forma dúbia, ora como um sujeito – o que envolve um processo de antropomorfização – ora como elevado à categoria divina. O processo de antropomorfizar tal entidade acaba por fazer enxergá-la como se fosse uma pessoa dotada de intenções humanas, em que se acaba por imaginar, por exemplo, que “os Estados Unidos têm ‘interesses de segurança’ no Golfo Pérsico; que eles ‘acreditavam’ que esses interesses foram ameaçados pela ‘conquista’ do Kuwait pelo Iraque; (...) que suas ações foram ‘racionais’ e ‘legítimas’, e assim por diante” (Wendt, 2014: 242).

O Estado é representado nessas perspectivas como um indivíduo totalizador, ou seja: unitário, racional, homogêneo e neutro, reverberando numa concepção de “interesse nacional” único. O Estado seria dotado de um único interesse, baseando-se em quatro objetivos e necessidades universais: “sobrevivência física, autonomia, bem-estar econômico e autoestima coletiva” (Wendt, 2014: 244). Esses quatro objetivos são pensados a partir do tripé liberal/iluminista de “vida, propriedade e liberdade” e estendidos ao nível doméstico/estatal e internacional.

Por outro lado, há um processo de divinização, por vezes abarcado nas teorias políticas “clássicas”, de tornar o Estado como um tipo de Deus – fundindo-se com a ciência administrativa – parte do pressuposto de que esse ente detém

(...) o ponto de vista dos pontos de vista a partir do alto, que já não é um ponto de vista, uma vez que é aquilo que pode ter um ponto de vista sobre todos os pontos

de vista. Esta visão do Estado como quase Deus está subjacente à tradição da teoria clássica e funda a sociologia espontânea do Estado, que se exprime naquilo a que por vezes se chama a ciência administrativa, ou seja, o discurso que os agentes do Estado produzem a propósito do Estado, verdadeira ideologia do serviço público e do bem público (Bourdieu, 2012: 18).

Foi em claro contraste com estes pressupostos que o pensamento marxista veio apresentar uma leitura do Estado não como uma entidade unitária, racional e homogênea, mas sim como um aparato/aparelho que servia a interesses de certos grupos de poder, como uma “forma de organização que os burgueses adotam, tanto para garantir reciprocamente a sua propriedade e a de seus interesses, tanto em seu interior como externamente” (Marx e Engels, 2006 [1932]: 98). Falar de Estado é ter em mente as diversas estruturas econômicas e sociais que permeiam as sociedades capitalistas e suas relações de produção que reproduzem tais lógicas em suas próprias estruturas/instituições. As grandes contribuições das abordagens teóricas marxistas para a compreensão da realidade dos Estados centraram-se em questões como ideologia, sociedade civil e política e classes.

A teoria marxista tem como peculiaridade a sua grande variedade teórica, acerca da ideia do Estado, incluindo uma visão mais ortodoxa de que “o Estado se reduziria à dominação política no sentido em que cada classe dominante produziria seu próprio Estado (...) e manipulá-lo-ia à sua vontade, segundo seus interesses” (Poulantzas, 2000: 10), enquanto outras perspectivas enxergam tal entidade como o lugar de frações, lutas e cooptações de classes no seu aparato institucional. O Estado seria, então, o produto da impossibilidade de conciliação entre as classes sociais, ou seja, uma estrutura essencial para a imposição dos interesses de uma classe em detrimento de outra.

De acordo com Lenin (1917), baseando-se no pensamento de Marx, “o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das

classes”¹⁰⁸. Apesar das abordagens feitas inicialmente por Marx, Engels e Lenin acerca do Estado, foi só no século XX que tais análises vieram incluir uma visão mais complexa do relacionamento entre o Estado e a sociedade, numa tentativa de se construir uma teoria do Estado capitalista – até então considerada ausente no marxismo (Althusser, 2006).

Particular e reconhecido destaque assumem, a este respeito, as abordagens feitas por Antonio Gramsci (1891-1937), enquanto esteve preso durante vários anos no período do governo fascista de Benito Mussolini na Itália,. Seu trabalho foi marcado por uma abordagem mais cultural e ideológica, contrastando com as análises marxista-leninistas de cunho economicista – sem que isso implique, automaticamente, que Gramsci tenha abdicado de tratar as questões referentes às relações de produção capitalista (Barret, 1996).

O pensamento gramsciano visou “explicar a natureza do Estado em termos de complexidade das relações entre o Estado e a sociedade civil”, mostrando “que a natureza do poder estatal está relacionada à força da síntese dinâmica entre as principais correntes da economia e da sociedade, operando politicamente numa base inclusiva” (Gill, 2007: 89). Gramsci (2006 [1930-32]) entendia o Estado como a soma da sociedade civil mais a sociedade política, sendo a primeira representada pelas práticas culturais, enquanto a segunda era concebida como o aparato coercitivo do Estado, ao estilo weberiano (Rupert, 2007). Para Gramsci, o Estado não podia ser visto como uma entidade neutra e divina, como praticamente propuseram Hegel e Weber, nem através da ideia do

‘Estado como policial’ e significando um Estado cujas funções são limitadas para a salvaguarda da ordem pública e do respeito pelas leis. O fato é encoberto que nessa forma de regime [liberal] (que de qualquer maneira nunca existiu, exceto no papel como uma hipótese limitada), a hegemonia, através do desenvolvimento histórico, pertence às forças privadas, a sociedade civil – que é o ‘Estado’ também, na verdade é o próprio Estado (Gramsci, 2006 [1930-32]: 79).

¹⁰⁸ Lenin, Vladimir Ilitch (1917) **O Estado e a Revolução**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000019.pdf>.

Dessa forma, ele deslocava e alargava o sentido e o entendimento sobre a ideia de Estado nos debates da filosofia política, colocando-o como um lugar de intensa disputa entre distintas classes que buscam a hegemonia, tornando o Estado num “complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados” (Gramsci *apud* Rupert, 2007: 143). A ideia de consentimento, trabalhada por Gramsci, se baseava na lógica da hegemonia, sem a necessidade do uso da força/violência, ou seja,

O conceito de ‘hegemonia’ é o centro organizador do pensamento de Gramsci sobre a política e a ideologia, e seu uso característico transformou-o no marco da abordagem gramsciana em geral. A melhor maneira de entender a hegemonia é como *a organização do consentimento*: os processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência, sem recurso à violência ou à coerção (Barrett, 1996: 238).

Nesse sentido, trazia uma inovação sobre o conceito de Estado e sua relação com a sociedade, evitando cair nas concepções de tipo social-democrática e stalinista, em que essa entidade era vista como potência reguladora da economia e da vida (Medici, 2007). A análise sobre o Estado começava a se deslocar, mais fortemente, da ideia de um organismo estático e monolítico, para uma visão de intenso movimento em sua estrutura, através das lutas entre classes e formação de hegemonias, em que o poder estatal estaria a serviço dos interesses de grupos econômicos e sociais que detivessem o poder em determinado período histórico.

Mesmo com as perspectivas levantadas por Gramsci, havia uma lacuna em relação ao desenvolvimento teórico sobre o funcionamento do Estado na sociedade capitalista, principalmente no que se referia à questão da ideologia na formação de consenso na população. Dessa forma, Louis Althusser aprofundou o debate marxista, utilizando-se da tradição clássica acerca da lógica burocrática/repressora – o monopólio da violência física e de estruturas racionais – e do marxismo – que via o Estado como uma máquina

incessante de repressão as classes subalternas – acrescentando ao pensamento político a problemática da existência de um Aparelho Ideológico de Estado (AIE). No seu entendimento

Gramsci foi o único a percorrer uma certa distância na trilha que estou tomando. Ele teve a ideia ‘notável’ de que o Estado não podia ser reduzido ao Aparelho (Repressivo) de Estado, mas incluía, a seu ver, um certo número de instituições da ‘*sociedade civil*’: a Igreja, as escolas, os sindicatos etc. Infelizmente, Gramsci não sistematizou suas intuições, que permaneceram em estado de notas argutas, mas fragmentadas (Althusser, 2006: 141).

Para Althusser (2006) toda a luta de classes gira em torno da tomada do poder estatal, sendo, dessa forma, necessário analisar as estruturas que configuram o Estado, visando compreender e possibilitar a tomada de poder pelas classes oprimidas. Enquanto diversos autores marxistas trabalharam a relação entre poder e aparelhos repressivos de Estado, na qual as classes oprimidas buscavam alcançar o poder efetivo de tais aparatos, Althusser afirmava a necessidade de se apoderar dos aparelhos ideológicos, pois qualquer movimento que não o contemplasse, fracassaria.

Diferentemente do Aparelho Repressivo de Estado (ARE), o AIE não está diretamente ligado à repressão física – a exemplo das instituições militares, policiais e judiciais – nem ao âmbito do domínio público, mas sim à esfera privada, ou seja,

Num primeiro momento, está claro que, enquanto há *um* Aparelho (Repressivo) de Estado, há uma *pluralidade* de Aparelhos Ideológicos de Estado. (...) Num segundo momento, podemos constatar que, enquanto o Aparelho (Repressivo) – unificado – de Estado pertence inteiramente ao domínio *público*, a grande maioria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (em sua aparente dispersão) pertence, ao contrário, ao domínio *privado*. Igrejas, partidos, sindicatos, famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, os empreendimentos culturais etc. são particulares (Althusser, 2006: 115).

A separação conceitual entre os dois aparelhos não significa, automaticamente, que os aparelhos de Estado ajam de formas distintas e separadas, ao contrário, tais aparelhos agem de modo simultâneo entre a repressão e a ideologia. Para que uma classe possa deter um real poder estatal por um longo período, é imprescindível a tomada dos Aparelhos Ideológicos, pois só através da “intermediação da ideologia dominante que [é possível]

assegura[r] uma ‘harmonia’ (às vezes tensa) entre o Aparelho (Repressivo) de Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estado, e também entre os diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado” (Althusser, 2006: 118).

Althusser levava em consideração a necessidade da ocupação dos AIE como meios de garantir a tomada de poder pelas classes oprimidas, assim como conseguiu demonstrar a complexidade dos aparelhos estatais, separando os seus diversos tipos de dispositivos e as suas lógicas de funcionamento¹⁰⁹. Entretanto, as análises teóricas feitas pelo autor foram bastante formalistas e institucionalistas, devido a importância que ele havia dado as estruturas internas em detrimento dos enfoques sobre os contextos históricos¹¹⁰ que levavam a tais realidades e como se dariam as lutas de classes pela primazia do Estado, sendo praticamente representados como sujeitos passivos, ou seja, mobilizadas pelos AIE (Jessop, 2009b).

Dessa forma, mesmo com os avanços produzidos por tais abordagens marxistas, em relação ao pensamento tradicional liberal, ainda haveria diversas lacunas existentes nas análises acerca do Estado, dentre as quais: os Estados se diferenciam (politicamente e estruturalmente) de acordo com os seus contextos; há formação de ideologias, simbologias e violências de dentro para fora, como de fora para dentro do Estado; as disputas são múltiplas e para além das classes sociais; e o Estado não age sempre de forma racional-calculada, mas difusamente. Por esses pontos que se necessita ampliar, urgentemente, a

¹⁰⁹ Para Althusser (2006: 114-115), existiam as seguintes instituições como Aparelhos Ideológicos de Estado: “o AIE religioso (o sistema das diferentes Igrejas); o AIE escolar (o sistema das diferentes ‘escolas’, públicas e particulares); o AIE familiar; o AIE jurídico; o AIE político (o sistema político, incluindo os diferentes partidos); o AIE sindical; o AIE da informação (imprensa, rádio e televisão etc.); o AIE cultural (literatura, artes, esportes etc.)”.

¹¹⁰ Ele mesmo criticava as perspectivas gramsciana e marxistas que davam grande relevância ao historicismo. De acordo com Althusser, o marxismo deveria ser “anti-humanista e anti-historicista” (Jessop, 2007: 99). Ver também: Althusser (2006).

concepção sobre o Estado, suas distintas formas de atuação doméstica e externa e quais os seus impactos nas relações internacionais.

III.II – O Estado difuso e as suas relações-contradições

Um dos graves problemas existentes nos estudos acadêmicos consiste na universalização de um caso particular, tomado como a verdade única e elevado como exemplo ímpar/uno, ficando à margem outras experiências e estruturas que possam existir fora do contexto universal-provincial (Thiong'o, 1993; Appiah, 2008; Bourdieu, 2012). Para isso, necessita-se, primeiro, desmistificar a própria ideia que há sobre o Estado, como sendo uma entidade absoluta e material, a exacerbação do poder na sociedade. Para quebrar tal mistificação, Bourdieu (2012: 56) cunhou uma frase paradigmática acerca dessa problemática, em que o Estado é uma “ficção não ficcional”, pois é

(...) em grande parte, produto de teóricos. (...) Acontece o mesmo com os juristas que dizem que o Estado é uma ficção jurídica. Têm razão e, ao mesmo tempo, não refletem concretamente nas condições sociais que permitem que essa ficção não seja fictícia, mas funcional.

O Estado é uma ficção, no sentido de não se conseguir enxergá-lo como uma entidade constituída – onde se encontra o Estado? – além de ser uma criação e um produto de teóricos, sujeitos e grupos de interesses¹¹¹ que o delineiam a partir de suas cosmovisões e seus contextos. Ao mesmo tempo o Estado não é ficcional, pois, apesar de não o visualizarmos em sua materialidade, conseguimos sentir a sua presença a partir dos seus diversos aparelhos estatais – burocracias e ideologias produzidas em seu interior – a exemplo da polícia, das leis, dos valores etc. que imprimem o dia a dia da sociedade, por meios físicos e/ou simbólicos.

¹¹¹ Grupos de interesses se referem à diversidade de grupos existentes na sociedade: políticos, econômicos e de movimentos sociais.

Não se pode ignorar que o nascimento do Estado moderno – com corpo burocrático, soberania e monopólio da violência física e simbólica – está intimamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo, desde o século XV, que é um dos constituintes da modernidade-colonialidade. Por ter sido produto e produtor da modernidade-colonialidade, o Estado traz na sua base as contradições inerentes à lógica do capital – de relações de produção – do colonialismo – das diferenças de raças – e do patriarcalismo – desigualdades de gênero e sexuais – promovendo assim uma complexidade de articulações nas suas estruturas e ações domésticas e externas¹¹² (Santos, 1982; Poulantzas, 2000; Foucault, 2010; Mbembe, 2011).

Apesar disso, o entendimento sobre o Estado moderno foi trabalhado para que se criasse uma ideia de linearidade e unidade, no sentido de que essa entidade seguiria uma linha histórica evolutiva – ao estilo do processo do desenvolvimento filosófico, trabalhado por Hegel – e de que promoveria a unidade social de um determinado território, largamente teorizado pela filosofia política iluminista dos contratualistas. Na realidade, o Estado passaria a agir por interesse de certos grupos de poder, de modo a concentrar o que então era disperso e a homogeneizar o que era plural, não aceitando outras normas que não aquelas constituídas. Cultura, línguas e identidades foram apagadas em nome de uma unidade, ou seja, “onde havia o diverso, o disperso, o local, passa a haver o único” (Bourdieu, 2012: 153).

Tal entendimento foi sendo construído pelos teóricos moderno-ocidentais baseados na “Paz de Vestefália”, um acontecimento histórico do século XVII e tido como paradigmático e considerado pelo conhecimento dominante como fundador da centralidade da soberania no sistema internacional desde então. A instituição da soberania seria, de

¹¹² Essa complexidade nas estruturas domésticas resulta, em certos momentos, em conflitos entre os diversos grupos, assim como em outros momentos há períodos de consenso entre tais grupos. Essa complexidade interna acabar por reverberar nas ações externas do Estado.

acordo com esse conhecimento dominante, o reconhecimento do Estado como o único poder atuante dentro das fronteiras estabelecidas, enquanto que no plano internacional se caracterizava pela “horizontalidade formal das relações entre os Estados” (Franca Filho, 2006: 103). Para o pensamento moderno ocidental, a formatação do Estado moderno está diretamente ligada à introdução da soberania na sua organização física e simbólica, responsável pela unidade doméstica e igualdade no plano internacional (Krasner, 2001)¹¹³.

Foi criada, a partir do termo “Estado moderno”, uma sensação de unicidade cultural, social, ideológica e econômica em seus territórios, baseados numa perspectiva de que a soberania teve a capacidade de centralização do poder e da violência legais, extinguindo as conflitualidades existentes na sociedade, até então anárquica¹¹⁴. A soberania agiria de forma paradoxal, em que “o soberano está, ao mesmo tempo, dentro e fora do ordenamento jurídico”, abalizada na ideia de que ela só existe e age dentro de um ordenamento jurídico legal – mesmo que decida decretar um estado de exceção¹¹⁵ (Agambem, 2010). Todavia, essa concepção invisibiliza a violência perpetrada por grupos de poder, na tentativa de impor um modelo de Estado e sociedade ordenados e fundados na lógica homogeneizadora.

De acordo com Foucault (2010a: 59) “a soberania tem uma função particular: ela não une; ela subjuga”, que no caso do contexto colonial vai além, consistindo

¹¹³ A partir dessa perspectiva que surgem os debates sobre o sistema internacional ser anárquico, pois no plano internacional não há nenhum poder acima dos Estados, além destes gozarem de igualdade no plano global. Ver: Krasner (2001), Waltz (2011) e Arrighi (2012).

¹¹⁴ Não só a soberania foi responsável pela criação de uma identidade centralizadora, apesar da sua importância em criar uma ideia de centralização hierárquica e delimitação de um poder soberano (o Estado), mas foi, também, a criação da lógica nacional. A lógica nacional que surgiu em meados do século XIX, se baseia numa criação de uma identidade compartilhada entre a população de uma determinada fronteira, criando um sentimento de pertencimento e igualdade entre todos os cidadãos. Para melhor compreensão, ver: Hobsbawm (1990), Bhabha (1990), Chatterjee (2008), Anderson (2012).

¹¹⁵ Giorgio Agamben (2010: 22) discorre primorosamente sobre tal questão, afirmando que “se o soberano é, de fato, aquele no qual o ordenamento jurídico reconhece o poder de proclamar o estado de exceção e de suspender, deste modo, a validade do ordenamento, então ‘ele permanece fora do ordenamento jurídico e, todavia, pertence a este, porque cabe a ele decidir se a constituição *in toto* possa ser suspensa”.

“fundamentalmente no exercício de um poder a margem da lei (*ab legibus solutus*) e onde a ‘paz’ só tem o rosto de uma ‘guerra sem fim” (Mbembe, 2011: 37). A lógica da soberania não se estende até o mundo colonial, pois, para além dela, existe a concepção de que tal contexto é desprovido de qualquer tipo de humanidade, inexistindo racionalidade, civilidade ou política e, por isso, impossível a existência da “paz”. A escravidão foi um exemplo claro de um processo fundado nesse conceito de desumanização, uma forma de “morte na vida” calcada na perda do lugar, dos direitos sobre seus corpos e de qualquer *status* político¹¹⁶ (Mbembe, 2010).

O Estado moderno, propagandeado a partir de Vestefália, na realidade é um mito construído pela modernidade-colonialidade e imposto como um modelo universal adotado por grande parte dos países no sistema internacional. Essa unicidade, homogeneidade e respeito da integridade física entre os Estado no plano exterior, não fazem jus ao processo colonial infligido pelo centro imperial, onde a lógica da soberania não se estendia ao Sul global e nem a sua forma organizacional representava a outra terça parte mundial. A “igualdade” e o respeito entre tais sociedades se encontravam bem delimitados cultural e geograficamente, enquanto a diferença e a inferiorização faziam parte do mundo não ocidental. Para Blaney e Inayatullah (2000: 32)

O arranjo vestifaliano tem, portanto, servido somente para assegurar a persistência, saliência e a centralidade do problema da diferença na sociedade internacional: como uma diversidade estável dentro das fronteiras nacionais, como uma diversidade inevitavelmente extravasada através das fronteiras e como conflitos entre nações ‘imaginadas’. (...) A teoria e prática contemporânea do sistema vestifaliano – ou ‘sociedade internacional’ como nós geralmente chamamos – funciona primariamente para reforçar esta suspeição da diferença. Na sociedade internacional, o outro está localizado fora, além das fronteiras do Estado.

Nesse sentido, não se pode entender o Estado como um bloco monolítico, lugar da homogeneidade e unicidade, nem lugar da disputa entre duas classes antagônicas buscando

¹¹⁶ Essa ideia foi primeiramente trabalhada no primeiro capítulo da tese, a partir da visão dos “países” do Direito Internacional Público – a exemplo de Emmer de Vattel – sobre a legitimação do colonialismo e a legalidade da expropriação, apropriação e genocídio nas sociedades colonizadas.

a tomada do poder, pois isso impede uma análise mais fina sobre como os controles são exercidos, seja por pressões nacionais ou internacionais. Sociedade e Estado não podem ser vistos como dois conceitos “duros” e distintos, mas como conceitos que se correspondem e co-constituem a realidade, em que um molda o outro coetaneamente e de maneira variável. A transformação no processo constitutivo do Estado ocorre pela diversidade da própria sociedade, formada por diversos grupos étnicos, classes sociais e “cujo acesso ao Estado é determinado pelo seu poder, riqueza e habilidade política” (Halliday, 2007: 95).

Ao contrário do que pretendem as teorias tradicionais, sobretudo as que se tornaram hegemônicas na disciplina de Relações Internacionais, um olhar crítico sobre a realidade tão heterogênea dos Estados implica que eles sejam entendidos como organismos formados por vários campos e aparelhos institucionais e simbólicos, nos quais os diversos grupos atuam para conquistar seus espaços existentes nas inúmeras estruturas estatais, colocando em ação seus diversos interesses (Santos, 1982; Poulantzas, 2000; Mitchell, 2006; Bourdieu, 2012). Nas palavras de Poulantzas (2000: 131), “o Estado não é pura e simplesmente uma relação, ou a condensação de uma relação; é a condensação *material e específica* de uma relação de forças entre classes e frações de classe”, em que o Estado se mantém através das diversas lutas e forças distintas dentro (e fora) de sua organização interna.

O fenômeno Estado tem, portanto, que ser considerado pela heterogeneidade dos atores existentes na sociedade e pelas próprias contradições inerentes ao processo capitalista, levando em conta os contextos em que se inserem. O Estado seria a constituição-divisão, de lado a lado, de todas essas correlações de forças, um produto que ao mesmo tempo produz consensos e dissensos, repressão e neutralização, exclusão e

integração, o qual defino como Estado difuso (Santos, 1982; Poulantzas, 2000). De acordo com Poulantzas (2000: 134-135)

Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, no *seio do Estado*, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. Isso significa que uma instituição, o Estado, destinado a reproduzir as divisões de classe, não é, não pode ser jamais, como nas concepções do Estado-Coisa ou Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições, mas é ele mesmo dividido.

Dessa forma, a função política do Estado passa a ser pautada pela tentativa de dispersão dessas contradições e lutas, “de modo a mantê-las em níveis tensionais compatíveis com os limites estruturais impostos pelo processo de acumulação e pelas relações sociais de produção em que ele tem lugar” (Santos, 1982: 24). Esse processo de dispersão se baseia num conjunto articulado de “mecanismos de dispersão” (Santos, 1982: 25), que podem ser utilizados de diversas formas pelo Estado, dependendo das condições históricas e da intensidade das lutas entre os diversos grupos, com vistas de pacificação das contradições sociais – no sentido *lato* do termo, a tudo que abarque o nível da sociedade abrangendo questões de classe, etnia, religião, gênero etc.

A utilização de tais mecanismos não implica automaticamente na criação de uma paz institucional ou social na estrutura doméstica, mas pode provocar também uma exacerbção das polarizações na sociedade e, conseqüentemente, na estrutura estatal (Santos, 1982). Percebe-se que o Estado não tem uma estrutura centralizada e piramidal, da qual bastaria um grupo se apoderar de tal unidade e impor seu controle absoluto, controlando toda a organicidade do Estado. A formação de uma hegemonia vai muito além da concepção de apropriação das instituições superiores, dentro do ordenamento administrativo do Estado, necessitando criar meios simbólicos/culturais que possam modificar o entendimento estático sobre determinadas questões – econômicas, sociais,

étnicas e sexuais – e perceber que o controle não se aplica somente pelo alto, mas sim pelos núcleos de poder (Santos, 1982; Jessop, 1990; Poulantzas, 2000).

A análise dessas relações e lutas entre grupos permeia todos os níveis da estrutura social, passando pelo nível local, nacional e até o global de modo heterárquico, não havendo uma hierarquia formal que pré-determine as formas e acontecimentos dessas relações-contradições. As relações de produção, sociais, raciais e de gênero, a nível local, reverbera seu *modus operandi* aos níveis superiores, assim como o inverso se aplica para o nível local. Pode-se utilizar como exemplo o racismo estrutural existente na sociedade – que está presente tanto na esfera internacional quanto doméstica – que predispõe o Estado brasileiro a trabalhar a partir da lógica do racismo, em que determinadas populações são consideradas “perigosas” para o bom funcionamento da sociedade como um todo¹¹⁷.

É nesse sentido que as políticas promovidas por diferentes aparelhos estatais ocorrem de forma difusa, sem conexão e muitas vezes contraditória. Não há um Estado unitário que age de forma homogênea e racional, internamente ou externamente, a partir do que se convencionou chamar de “interesse nacional”. O que existe, realmente, são múltiplos atores agindo dentro da estrutura estatal e colocando em ação os seus diversos interesses, acabando por promover políticas voltadas a seus respectivos interesses, não refletindo como um interesse geral do Estado – apesar de Bourdieu (2012) afirmar que a função pública do Estado é criar uma percepção universal de unicidade e homogeneidade para a sociedade.

¹¹⁷ Para uma análise sobre como o racismo se torna um produto de relações de poder no Estado, ver: Foucault (2010).

III.III – O Estado difuso na cooperação Brasil-Moçambique: os casos da saúde e da agricultura

Esta perspectiva crítica sobre o Estado – que o vê como lugar de disputa e numa relação de tensão desigual com os diferentes grupos sociais e não como um ator blindado e racional - é de grande utilidade para analisar duas políticas de cooperação que se intitulam horizontais e tentar compreender quais as suas similitudes e quais as suas contradições. Para isso, selecionei as duas maiores políticas de cooperação aplicadas em Moçambique, pelo Brasil, envolvendo tanto os debates sobre os recursos materiais e financeiros gastos, como os demais suscitados pelos movimentos sociais e a sociedade civil nos dois países. As áreas abrangidas pela cooperação técnica “horizontal” são as da saúde – com a construção da Fábrica de Antirretrovirais, atualmente nomeada de Sociedade Moçambicana de Medicamentos (SMM) – e a da agricultura – tendo o Japão como parceiro para a reprodução do programa de desenvolvimento do agronegócio promovido no Brasil, na década de 1970.

O desenvolvimento da Fábrica de Antirretrovirais está a cargo do Ministério da Saúde e da Agência Brasileira de Cooperação, no Brasil, enquanto que em Moçambique ela se encontra sob a responsabilidade do Ministério da Saúde e do Ministério das Finanças. Já o ProSAVANA, por ser uma cooperação triangular, está a cargo das seguintes instituições: a ABC e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), no Brasil; a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA); e o Ministério da Agricultura de Moçambique. Os valores a serem investidos são da ordem de quase US\$ 22 milhões, na Fábrica de Antirretrovirais e um montante próximo a US\$ 15 milhões no ProSAVANA.

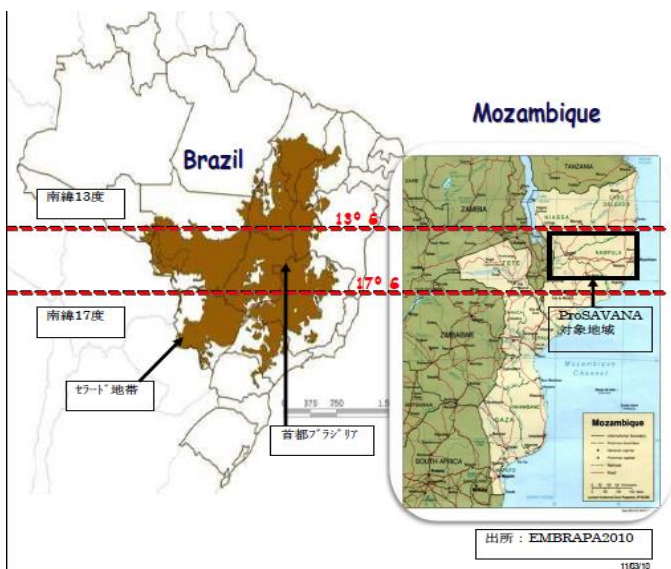
Tais empreendimentos podem ser visualizados nas figuras 2 e 3, estando o primeiro localizado no sul de Moçambique, em Matola, área metropolitana de Maputo e, o segundo, localizado ao norte de Moçambique, conhecido como corredor de Nacala.

Figura 2



Fonte: Google Maps

Figura 3



Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

Para que se possa compreender as peculiaridades das duas políticas de cooperação promovidas pelo Brasil, é importante resgatar a própria história da criação de tais instituições – agricultura e saúde – no país, assim como os interesses existentes e as lutas promovidas em tais ministérios.

Entender o Brasil, suas estruturas sociais e institucionais é uma tarefa bastante árdua, devido ao processo de colonização infligido no território brasileiro e toda a sua desestruturação, despossessão e violência estrutural e física implementada na sociedade. O Brasil pós-independência seguiu as mesmas estruturas recebidas do período colonial, ficando nas mãos de grupos da elite: fazendeiros, comerciantes, pessoas que ocupavam altos postos na administração e no governo colonial. Tais grupos constituíram uma verdadeira oligarquia, excluindo das decisões e do poder as camadas populares constituídas por trabalhadores livres – uma vez que escravos e indígenas eram excluídos do conceito de cidadão, ou seja, estavam fora do conceito de humanidade (Costa, 2007).

A formação do Ministério da Agricultura no Brasil, datada de 1860, seguiu o ideal de progresso científico e econômico fundamentado nos ideais liberais e escravocratas¹¹⁸ – no Brasil a escravidão teve seu fim, formalmente, em 1888 – de que a formação da riqueza nacional viria através da exportação de produtos agrícolas (Bhering e Maio, 2011). Esse pensamento prevalecia na condução das políticas do Estado brasileiro, devido à hegemonia do grande capital latifundiário, pertencente aos grandes fazendeiros, que advém desde o período colonial no Brasil.

A agricultura sempre foi o foco central nas políticas públicas e externas promovidas pelo Brasil, principalmente nos períodos imperial (1822-1889) e da República Velha

¹¹⁸ Aqui não há contradição entre liberalismo e escravidão, pois o pensamento liberal não é extensível aos povos que sofrem com o colonialismo, pois são tidos fora da humanidade – seres irracionais e selvagens, estando mais próximo da natureza que da humanidade. O primeiro capítulo descreveu profundamente sobre tal problemática entre o pensamento liberal/iluminista e o colonialismo.

(1890-1929), dando maior atenção, em um primeiro momento, a cana de açúcar e, em outro, ao café. Esse deslocamento feito pelo Estado, em dar maior apoio a um produto em detrimento a outro, é fruto das frações de classe e de disputas no interior delas, mesmo que estas pertençam à chamada “classe dominante”. Tais disputas levaram não só ao estabelecimento da hegemonia de um determinado grupo, mas também a processos de violência física e estrutural na formação do Estado brasileiro, levando à lutas de independência no interior das regiões desprivilegiadas de tais políticas¹¹⁹ e até a mudança de regime político no país – da monarquia para a república.

O peso dos produtos agrícolas, ou *commodities*, na economia brasileira no início do século XX, representava algo em torno de 90% da pauta exportadora, do qual o café era responsável por 65% de todas as exportações (Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior, 2009). Essa dependência em relação a um único produto acabou reverberando na ascensão da oligarquia do café na estrutura do poder do Estado, voltado a defender os seus interesses e universalizá-los como interesse nacional. A construção da ideia de interesse nacional representava, na realidade, a privatização dos lucros e a socialização das perdas para toda a sociedade¹²⁰.

A importância do setor agrícola na economia brasileira não perdeu relevância ao longo desses anos, mesmo com a ascensão do processo de industrialização – a partir dos

¹¹⁹ É importante ressaltar que tais lutas de libertação foram iniciadas e encabeçadas pela população oprimida. Houve no início de muitas dessas revoltas populares, apoio da elite local, baseado no descontentamento com as políticas econômicas adotadas pelo Império brasileiro. Todavia, com a radicalização dos movimentos populares, as elites retiraram o apoio e acabaram por se atrelar ao poder central para a derrubada de tais rebeliões. Mesmo com a disputa entre classes idênticas, a possibilidade da vitória das classes subalternas (sociais e raciais) é vista como perigo iminente aos grupos opressores.

¹²⁰ O Estado brasileiro, cooptado pelos interesses das classes dominantes do café, financiava os produtores de café e os socorria nos momentos de crise no mercado internacional, influenciado pela superprodução do produto, fruto dos altos recursos disponibilizados pelo próprio Estado aos produtores. O Estado concedia e socorria ao mesmo tempo, socializando as perdas com toda a sociedade. Para compreender melhor, ver: Prado Júnior (1998), Paiva Abreu (1999) e Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2009).

anos 1930 – e das elites industriais¹²¹. O que houve foi uma acomodação dos interesses distintos dessas elites, utilizando o Estado para promover incentivos fiscais, investimentos e créditos para ambos os setores, tornando o setor agrícola num novo polo de “desenvolvimento nacional”. Isso só seria possível através de uma agricultura extensiva de monocultura e mecanizada atrelada à indústria nacional de máquinas e equipamentos, ou seja, um setor proveria recursos ao outro de forma simultânea e integrada.

O Estado brasileiro foi (e ainda é) a clara representação das forças políticas e econômicas de determinados grupos durante os primeiros cem anos de independência política da metrópole colonial. Com a introdução de uma produção manufatureira tímida durante os primeiros anos do século XX, o país viu aumentar progressivamente questões ligadas as relações de trabalho e capital, apresentando lutas mais intensas no meio social e, conseqüentemente, no aparelho estatal. A Revolução de 1930 foi o culminar do descontentamento social e de grupos de interesses que não se viam representados dentro da estrutura estatal existente, o que levou a implementação de um regime apoiado numa política industrial, de conciliação entre capital/trabalho e da inserção de direitos sociais baseados nas lutas de classes.

Enquanto isso, o Ministério da Saúde só surgiu em 1930 – assim como os da Educação e do Trabalho, este último fazendo parte do Ministério da Agricultura até o período relatado – devido as transformações do poder na estrutura social e do Estado. A introdução desse ministério só foi possível através das diversas lutas promovidas pelas classes subalternas, influenciadas pelo marxismo e pela Revolução Russa, impondo ao Estado maiores responsabilidades em relação às políticas sociais. Ressalta-se que a

¹²¹ Nos dias atuais o agronegócio tem uma grande relevância no sistema político e econômico brasileiro, influenciando sobremaneira as decisões políticas na sociedade. Para se ter uma ideia do peso político e de representação, a bancada ruralista e dos empresários detém, respectivamente, 257 e 190 deputados cada, de um total nacional de 513 deputados. Para ver mais detalhadamente: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/en/node/932352>.

introdução dos direitos sociais e civis no Brasil foi um processo extremamente recente, utilizado pelo Estado e os grupos hegemônicos como meio de dispersão dos conflitos sociais e manutenção da ordem estabelecida – com algumas concessões.

Apesar da existência de um Ministério da Saúde desde os anos 1930, isso não se reverteu automaticamente numa preocupação do Estado perante os cidadãos ou com políticas sociais com possibilidades de transformação do sistema. Isso só foi se tornando possível com as diversas lutas sociais ao longo da História, aprofundando o processo de abertura política do país e a diminuição da perseguição pelo regime militar, no final da década de 1970, iniciando um processo de reforma sanitária e social, apoiado por um lado por movimentos sociais e segmentos da Igreja católica – adeptos da Teologia da Libertação – e, por outro, apoiado pelo movimento dos médicos. Tais movimentos preconizavam a ideia de que “a almejada melhoria das condições sanitárias estava diretamente relacionada à ampliação do direito à cidadania, ou seja, à democratização da sociedade” (Paiva e Teixeira, 2014: 24).

Só com o fim da ditadura militar e, mais especificamente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Governo do Brasil passou a assumir como prioridade uma política pública de saúde, de forma organizada, hierarquizada e descentralizada através do Sistema Único de Saúde (SUS). A Constituição de 1988 estabelece como deveres do Estado e da sociedade, de acordo com o Artigo 196, de que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”¹²².

¹²² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acessado em: 05/01/2016.

Tais peculiaridades na constituição desses ministérios ao longo da História no Estado brasileiro, acabam sendo reproduzidos nas políticas públicas implementadas no plano doméstico, transferindo-se para as políticas de cooperação internacional. Apesar da bibliografia hegemônica em Relações Internacionais afirmar que política externa e política doméstica não se misturam (Waltz, 2002), sociedade e Estado são partes de um mesmo processo, que se constituem de modo simultâneo, assim como o internacional também influencia as tomadas de decisões no plano nacional. Exemplo disso é precisamente a política de cooperação Sul-Sul promovida pelo Brasil, baseado no discurso da horizontalidade, tanto na saúde quanto na área da agricultura.

A Cooperação Sul-Sul brasileira em Moçambique

A cooperação Sul-Sul tem como princípio a coordenação e diálogo entre os Estados (semi)periféricos no âmbito das agendas bilaterais e multilaterais concernentes a questões relativas ao desenvolvimento econômico, social e político. A CSS não se foca simplesmente na troca de ideias, mas também em ações concretas de aplicação de políticas públicas de um determinado país a outro, mas sempre levantando, ao nível do discurso, a bandeira do respeito pelas realidades e contextos locais do país que recebe a cooperação, assim como o país que fornece cooperação recebe de aprendizado. Dessa forma, Paulo Lima, coordenador da “Gerência de África – Língua Portuguesa” da Agência Brasileira de Cooperação, afirma que a CSS, centrada na visão do Estado brasileiro, se baseia na ideia de

que os dois países cooperantes eles tem benefícios mútuos. O Brasil responde a uma demanda enviada pelo país. Ele não impõe projetos de cooperação nem intervenções no país e isso é elaborado de forma conjunta, principalmente

participativa. O Brasil sempre atendendo de forma não condicional a demanda proposta pelo país parceiro (Paulo Roberto Barbosa Lima)¹²³.

Essa visão é compartilhada pelos representantes da área da saúde, a exemplo de José Luiz Telles, então coordenador do “Escritório Regional de Representação da Fiocruz na África”, em relação às políticas da saúde aplicadas à cooperação internacional:

Nós carregamos isso no nosso processo de cooperação e isso é o que nos faz, nos move na interlocução, com os representantes do governo, locais e os técnicos locais. (...) Então quando nós recebemos uma demanda de cooperação, o primeiro movimento que fazemos é de sentar juntos, construir um projeto junto, essa construção coletiva é um primeiro passo para que haja um entendimento mútuo, das fragilidades e das possibilidades de ambas as partes. O Brasil tá longe de ter superado seus desafios sanitários, nós temos questões estruturais no sistema único de saúde, que precisam ser superadas e, portanto, também carregamos as nossas limitações quando viemos cooperar com os países de África. Então, esse primeiro movimento, de sentar junto, de construção coletiva, de um projeto comum, já é, já faz parte de algo muito caro a cooperação brasileira para o aprendizado mútuo e, esse aprendizado mútuo, ele faz com que as relações sejam menos verticais e mais horizontalizadas, ainda que haja uma assimetria de poder.

Entretanto, percebe-se que o discurso existente na ABC varia de acordo com os interesses e projetos em execução, demonstrando a heterogeneidade de atores no âmbito estatal, transferindo essas frações de interesses para as políticas externas. De acordo com Wófsi Yuri, coordenador da “Coordenação Geral de Cooperação Técnica Bilateral” da ABC, a cooperação Sul-Sul na agricultura segue os princípios da horizontalidade, como anteriormente relatado por Paulo Lima, mas há, na visão do programa ProSAVANA, uma importante abertura ao setor privado, visto como central para o desenvolvimento moçambicano, para além dos poderes públicos participantes (Brasil, Moçambique e Japão).

Agora é importante mostrar que o ProSAVANA é um importante programa de apoio de desenvolvimento e que oferece ao governo moçambicano elementos para sua... para desenvolvimento de suas capacidades na condição do estado moçambicano de reforçar suas leis, sua legislação e tudo isso. Outro fator é que o ProSAVANA gera grande expectativa para o setor privado. Por quê? Atualmente a região norte, região do Corredor de Nacala, onde tem uma concentração de agricultores, pequenos agricultores, muito grande, tem uma baixíssima produtividade por falta de tecnologia e de acesso a determinados métodos produtivos. O ProSAVANA levando a tecnologia, levando esses métodos produtivos, *gerando no agricultor moçambicano o interesse de dar um passo adiante, de sair daquela condição de subsistência para um outro patamar*, em que

¹²³ Entrevista concedida pelo Gerente de África – Língua Portuguesa, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em outubro de 2013 e responsável pelas cooperações técnicas na área da saúde.

possa lhe trazer renda adicional, não só o alimento pra sua subsistência, mas também a melhoria das condições de vida, isso já favorece a instalação de empresas de prestadoras de serviços, de insumos, de comercialização, porque vai gerar uma dinamização da própria região, né, para a agricultura. E, além disso, o setor privado internacional começa a perceber que um maior número de trabalhadores, de mão de obra da agricultura com conhecimento e tecnologia, pode ser absorvido para futuros empreendimentos. Então, eu vejo que é um movimento natural... não depende da ação do ProSAVANA diretamente, mas como eu falei, é uma consequência o desenvolvimento regional e da agricultura. Como prevê o governo moçambicano, precisa contar com o setor privado (Wófsi Yuri G. de Souza).¹²⁴

O fato de haver o intuito do programa de ter uma utilização comercial e de investimentos, baseado num processo “modernizador” da população e da agricultura de subsistência moçambicana – o entrevistado não expõe diretamente dessa forma, mas a crença de que a agricultura familiar ou de subsistência é parte de um processo “anterior” ou primitivo faz parte da lógica moderna-colonial do Capital, de “modernização/progresso” – demonstra diferenças bastante visíveis entre as duas áreas de cooperação ligadas ao Estado Brasileiro. Isso é claramente reverberado na lógica do agronegócio brasileiro, que vê na área pretendida pelo projeto uma nova fronteira a ser desbravada. De acordo com Francisco Basílio “nessa região, metade da área é povoada por pequenos agricultores, mas a outra metade é despovoada, como existia no oeste da Bahia e em Mato Grosso nos anos 80”¹²⁵.

De acordo com Carlos Augustin, presidente da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (Ampa), "Moçambique é um Mato Grosso no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete muito mais barato para a China", complementando que “hoje, além de a terra ser caríssima em Mato Grosso, é impossível obter licença de desmate e limpeza de área”¹²⁶. Essa visão demonstra a perspectiva criada

¹²⁴ Grifo meu.

¹²⁵ Entrevista concedida por Francisco Basílio, chefe da Secretaria de Relações Internacionais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), ao jornal Folha de São Paulo, em 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201102.htm>. Acessado em: 12/02/2016.

¹²⁶ ¹²⁶ Entrevista concedida por Carlos Ernesto Augustin ao jornal Folha de São Paulo, em 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201102.htm>. Acessado em: 12/02/2016.

pelo agronegócio brasileiro em relação ao ProSAVANA, com perspectivas de se apossarem livremente das terras moçambicanas, crendo na ineficiência das leis e do Estado moçambicano¹²⁷. Para além disso, é necessário colocar em evidência a dificuldade de transmissão das informações sobre o ProSAVANA e seu processo de aplicação, gerando críticas da sociedade civil moçambicana e brasileira ao projeto.

Em relação aos princípios norteadores da cooperação da Fiocruz, José Luiz Telles referenciou-os da seguinte maneira:

Quando saímos do nosso país, carregamos o nosso entendimento da construção política do sistema de saúde que nós participamos. A Fiocruz foi uma das lideranças no processo de construção do Sistema Único de Saúde, da constituinte, do movimento denominado reforma sanitária... um dos maiores expoentes da saúde pública foi presidente da Fundação Oswaldo Cruz, professor Sérgio Arouca. Portanto, essa construção de uma consciência de que a saúde é um direito, de que todos tem o direito de ter acesso a serviços dignos de saúde e de que isso faz parte de cidadania, responderia Sérgio Arouca: faz parte do processo civilizatório (José Luiz Telles).

A visão de trocas de experiências, de conhecimentos e desenvolvimento social em relação a tal cooperação é compartilhada por diversos atores responsáveis pela cooperação brasileira na saúde, desde os cargos administrativos no topo da pirâmide até aqueles na base, que são os técnicos “chão de fábrica” – que trabalham diretamente na produção e aqueles que mantêm o contato direto com os técnicos moçambicanos. Dentre esses, Rawlinson Rodrigues – Coordenador Substituto da Coordenação de Cooperação Internacional do Instituto de Tecnologia em Fármacos da Fiocruz – quando perguntado sobre se há realmente efetividade da horizontalidade na política de cooperação da saúde e como ele a enxergaria, responde que:

Em termos da área de saúde eu acredito que sim, até mesmo por que a gente trabalha, a gente não, a Fiocruz trabalha com a perspectiva da cooperação Sul-Sul estruturante em saúde no caso (...) é justamente nessa lógica, não uma imposição

¹²⁷ É preciso deixar claro que o representante brasileiro da cooperação Trilateral, Wófsi Yuri, rejeitou de forma contundente a declaração de Carlos Augustin, em entrevista concedida a mim, afirmando que é parte do ProSAVANA fortalecer os mecanismos de regulação do Estado moçambicano. Todavia, deixou claro que não é da responsabilidade do programa a ida de agricultores a Moçambique, o que seria uma ida natural, devido o lugar de líder natural do Brasil ao que se refere à produção agrícola no mundo.

de condição, uma imposição de requisitos, mas é a horizontalidade, assim, países compartilhando, trabalhando juntos, o Brasil ajudando a verificar certas situações na realidade do país cooperado, melhorando isso, utilizando a mão de obra, utilizando a rede de instituições, melhorando a rede de instituições para que o país que demandou a cooperação possa melhorar (Rawlinson Dias Rodrigues).

Considerando tal afirmação, outro entrevistado, Roberto da Silva Teixeira – Supervisor geral de manutenção fabril da Farmanguinhos, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro – expôs sua experiência em relação a sua ida a Moçambique e do relacionamento com os técnicos moçambicanos, sendo ele o supervisor responsável de instalação e dos equipamentos da fábrica. Sobre a ideia de horizontalidade nas trocas de informações e experiências, seguiu-se o seguinte relato:

a gente aprende muito com relação até a diferença de um país pro outro. Sabe, eles tão vindo, tão se recuperando de uma recente guerra, né? E isso aí pra gente é um aprendizado, porque eu pelo menos nunca vi nada, nunca participei de nada parecido com isso. Eu tenho uma coisa até que ficou gravada um pouco na minha mente, que foi a vez que eu fui lá, que uma noite nós fomos jantar com o pessoal do exército que levou o equipamento, um Hércules, e aí nós fomos jantar e, conversando com um dos tenentes, ele falou pra mim o seguinte que: aqui onde nós estamos sentados, comendo a pizza nesse momento, isso aqui foi tudo no chão. Não existia nada! Ele tinha sido uma das pessoas que tinham ido na época da guerra lá. Então isso ficou na minha mente, entendeu? E quando eu cheguei lá, uma semana antes, eu também tomei consciência disso, porque a gente vê, a gente pergunta pra saber. Foi que tentaram aumentar o preço da passagem e o preço do pão e tinha vários pneus, incendiaram vários pneus nas estradas e as estradas estavam sendo recapeadas em função daquilo ali. Aí eles tiveram que retroceder com relação ao aumento que eles queriam dar. (...) Esse é o meu pensamento, o meu entendimento. E, do resto, o relacionamento com eles, o estreitamento com eles... tranquilo, muito bom, muito bom. Sabe, a gente dá pra aprender muita coisa, até pela dificuldade que eles têm pra viver ainda hoje, tanto é que é o primeiro laboratório farmacêutico do país (Roberto da Silva Teixeira).

Referência importante sobre o relacionamento e a participação entre brasileiros e moçambicanos no processo de cooperação da fábrica de antirretrovirais, foi feita também por Luís Antônio de Oliveira¹²⁸.

a gente foi muito bem recebido e o pessoal que tá envolvido nessa área de produção, que são os técnicos de manutenção, eles abraçaram a causa e realmente teve essa troca, teve o interesse deles também em aprender, por várias vezes a gente foi lá e trabalhou em cima de desmontagem, montagem e ajuste e tal, e plenamente eles atenderam plenamente o que foi pedido a eles a ser feito, então, foi muito boa essa troca. E está sendo que até hoje a gente tá para voltar. (...) Para aprender tem que estar no dia a dia e eles estão ali. (...) Até porque eles tem pessoas como técnicos que tem formação superior, até com doutorado – que eu

¹²⁸ Técnico de mecânica da Farmanguinhos, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro.

fiquei sabendo na época conversando com eles – pessoas que fazem faculdade lá, como Joaquim, outro rapaz lá, o Macuaqua, então eles tem um conhecimento, falta... eles são uma pedra bruta
Então faltaria a questão da prática?
Da prática, é... eles estão praticando, entendeu?! É porque é um processo um pouquinho demorado. (...) só a prática, eles pegando a prática, ‘vão embora’.

É interessante observar o discurso desses atores, demonstrando uma percepção de cooperação mais centrada nas pessoas – principalmente dos técnicos, que foram aqueles que vivenciaram a real troca de experiência, conhecimento e contato humano¹²⁹. Apesar disso, José Luiz Telles percebe a diversidade de interesses em jogo na política internacional brasileira, promovida tanto pelas diferentes formas de atuação dos presidentes brasileiros à época, quanto pelos aparelhos estatais e empresas privadas atuando em Moçambique. Outro ponto relevante, trazido por Telles, se refere a não utilização de consultorias privadas ou pessoas “pagas por fora”, que seriam responsáveis por demonstrar as necessidades e possibilidades de “desenvolvimento” do contexto local.

Quer dizer, muitas das vezes há uma dificuldade de quem vive no país de discernir o que é cooperação brasileira e o que é exploração comercial. Nós, no ponto de vista da cooperação brasileira, alinhamos fortemente com o Ministério das Relações Exteriores, no sentido de não misturar esses canais e nós fazemos é cooperação internacional. Agora, não podemos cobrar isso de nossos dirigentes. Se o Lula ou a presidente Dilma vem para cá e nos seus discursos falam da cooperação internacional e falam das possibilidades de investimento econômico, é claro que isso faz parte da política, né... Agora, do ponto de vista operacional, nós temos pautado muito a nossa relação com os governos locais na linha de que cooperação internacional para o desenvolvimento, cooperação para o desenvolvimento, não é relação comercial. *Portanto, todas as pessoas que vem para cá fazer cooperação internacional, elas vem com seus salários – não ganham mais nada, além disso – e as diárias para se sustentar aqui no período que aqui fica.* Nós não exportamos mão de obra, diferentemente dos países do Norte que contratam pessoas e colocam essas pessoas dentro dessas administrações locais. *A nossa visão é que nós precisamos formar lideranças locais, não substituí-las* (José Luiz Telles).¹³⁰

Há uma contundência em negar a utilização de consultorias privadas pelo representante da Fiocruz na África, levando em consideração a possibilidade de se

¹²⁹ Apesar da visão “humanística”, a tese não deixou de lado as diversas problemáticas existentes, como os interesses privados e egoístas por trás da cooperação na saúde. Será visto no capítulo seguinte interesses existentes em tal cooperação, tanto do lado brasileiro quanto do moçambicano, representados pela lógica do colonialismo interno.

¹³⁰ Destaque meu.

desvirtuar aquilo que foi imaginado como cooperação horizontal, em vista dos possíveis interesses que poderiam existir nas entidades privadas. Todavia, no programa previsto pelo ProSAVANA há a exigência da utilização de consultoria externa, que foi ganha por licitação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). De acordo com Wófsi Yuri

Na verdade a Fundação Getúlio Vargas participou de um processo de licitação público para fornecer especialistas, como eu falei, de acordo com o termo de referências definido em conjunto com Moçambique e Japão. Então não foi vislumbrando a participação do setor privado que a Fundação Getúlio Vargas veio, mas ela participou de um processo de licitação, é uma instituição de reconhecida capacidade acadêmica, inclusive tem quadros muito importantes e está executando um processo de estudo que o próprio resultado, do produto do trabalho conjunto da FGV com consultoria japonesa, vai ser objeto de análise e aprovação. Então não é aquilo que a consultoria definiu que vai ser dado como palavra final. E todo o conjunto de produtos, até agora apresentados, tem sido aprovados como de alta qualidade e tudo. E tem sido feitas recomendações de ajustes (Wófsi Yuri G. de Souza).

A discussão e o debate sobre a heterogeneidade do Estado e como essa diversidade afeta as suas políticas domésticas e externas é extremamente importante para a academia de Relações Internacionais. Não há como continuar imaginando o Estado como um ator unitário, como se fosse a reprodução de um indivíduo com comportamentos objetivos, pois essa insistência nos leva diretamente a não compreensão das ações externas dos Estados e como elas estão sendo pautadas – por quem, por que e a que custo? Essa diversidade foi demonstrada ao longo das afirmações feitas por atores relevantes da política externa brasileira, demonstrando que, dentro de uma estrutura que se pensou sempre como unitária, técnica e racional, existem interesses difusos que se reverberam na ação doméstica e internacional do país.

Em relação a esse ponto, Wófsi Yuri expôs como poderia haver a participação da sociedade civil diretamente no processo de cooperação do ProSAVANA, se utilizando de certas estruturas do Estado, assim como dos possíveis problemas que existiria se tentassem participar fora da estrutura estatal. O diplomata demonstrou bem como poderia ser a atuação de tais movimentos no programa, tendo em vista a participação do Ministério do

Desenvolvimento Agrário no ProSAVANA e como esse ministério está atrelado às políticas sociais, podendo contrabalancear, por pressão, o desenvolvimento do projeto – que está fortemente centrado no MAPA. De acordo com Wófsi Yuri

A tendência é que isso passe a ter cada vez mais espaços e possa no futuro ser redirecionado, então até que chegue nesse ponto a definição dos programas é de responsabilidade do governo e dos atores governamentais que são responsáveis pela política setorial. Nesse caso, o componente de extensão e modelos é conduzido pelo MDA. O MDA é que tem no Brasil uma interlocução grande com os movimentos sociais e que desenvolve políticas inclusivas e com a participação da sociedade civil como atores prioritários. Então a participação do MDA no ProSavana traz esse componente indiretamente para o diálogo com Moçambique, que é importante contar com a participação social e tudo isso (Wófsi Yuri)

Tais políticas são o resultado dos interesses de grupos que se encastelam nos aparelhos estatais de tais sociedades, impondo seus interesses sobre os diversos interesses sociais e expondo-os como “interesses nacionais”. De acordo com Bourdieu (2012: 196) a diversidade de decisões e interesses existentes no Estado advém de “uma rede de interdependência de poderosos detentores de princípios de poder diferentes – religioso, burocrático, jurídico, económico”, ou seja, “de tal modo que a estrutura desse espaço, na sua complexidade, se torna o princípio gerador das decisões estatais”. Dessa forma, o Estado nada mais é do que a reprodução dos interesses dos diversos grupos da sociedade, que fazem pressão tanto de dentro quanto de fora do Estado.

O Estado heterogêneo ocorre devido à diversidade de atores existentes na estrutura estatal, o que leva, conseqüentemente, a ações muitas vezes difusas por parte do Estado, tanto no nível doméstico – através de políticas públicas – quanto no nível internacional – através da política externa e da cooperação internacional. Essas ações promovidas pelo Estado, de forma coordenada ou difusa, são reflexos da atuação dos diversos grupos existentes na sociedade e que disputam entre si o comando das estruturas do Estado, transferindo seus interesses de grupo como interesse geral da nação.

Ou seja, as discussões sobre os níveis doméstico e internacional não podem ser vistos como níveis completamente distintos. O Estado heterogêneo é o reconhecimento de que existe uma relação de troca entre o doméstico e o internacional, em que as políticas domésticas e externas são resultados das pressões de grupos existentes na sociedade, que buscam transferir suas lógicas de poder e interesse para a estrutura estatal, o que acaba por influenciar, conseqüentemente, as políticas públicas nacionais e a política internacional do Estado.

As diferenças apresentadas aqui fazem parte da reprodução dos interesses particulares de grupos no interior dos aparelhos estatais, a exemplo da política de cooperação da saúde e da agricultura promovida pelo Brasil, em que tais grupos de pressão influenciam tanto as políticas públicas nacionais, quanto a atuação do Estado brasileiro na política internacional a partir de seus propósitos¹³¹. Essa lógica é bem detalhada por Bourdieu (2012: 41), que afirma

A oposição entre ministérios financeiros e ministérios gastadores ou sociais faz parte da sociologia espontânea da alta função pública; enquanto houver ministérios sociais haverá uma certa forma de defesa do social. Enquanto houver um ministério da Educação Nacional, haverá uma defesa da Educação, que será fortemente autônoma relativamente às propriedades daqueles que ocupam essas posições.

A ideia de que a existência de ministérios com funções sociais no Estado tendem a promover políticas transformativas e emancipatórias é problemática, pois há um perigo de se invisibilizar as disputas e frações de classes e grupos distintos na sociedade e, conseqüentemente, nas estruturas estatais. Soma-se a isso o fato de alguns grupos com grande capacidade de atuação e constrangimento na sociedade cooptarem certas iniciativas,

¹³¹ Como visto ao longo do capítulo, enquanto os grupos de interesses que se apropriaram no Ministério da Agricultura, formados preponderantemente pelo agronegócio, visam uma lógica de expansão do capital e da exploração da terra para a acumulação de riqueza, os grupos de interesses baseados no Ministério da Saúde, grande parte formado por sanitaristas, visam uma lógica de saúde pública universal e gratuita, com intuito de gerar um bem-estar geral na população. Nesse sentido, é conseqüente que as políticas defendidas por tais grupos passem do nível doméstico para o nível internacional, estendendo assim, suas lógicas e práticas.

modificando os pressupostos basilares para agregarem ganhos e resultados factíveis aos seus interesses exclusivos, universalizados a condição de “interesse nacional”.

É nesse sentido que o próximo capítulo analisará os desvirtuamentos entre o discurso e a prática, buscando demonstrar como os interesses de classes, grupos ou partidos incidem diretamente nas políticas pensadas e utilizadas internamente. Para isso, considerarei os constrangimentos promovidos internamente e externamente na cooperação da saúde, que levaram a constituição da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, mas com certos desvirtuamentos daquilo que havia sido proposto inicialmente no projeto.

Dentre essas pressões de grupos de interesses, se encontram: as organizações não governamentais e interesses políticos que atuam em Moçambique; as organizações governamentais que defendem de forma contundente a não participação do Estado na produção e desenvolvimento de fármacos na África; e de grupos brasileiros que criticam de forma aberta a cooperação promovida pelo Brasil com os países africanos. A esse tipo de lógica da manutenção de um lugar periférico do Sul global, através do capitalismo/colonialismo, promovido por elites nacionais e internacionais – principalmente quando falamos no contexto da África e da América Latina – é parte daquilo que autores latino-americanos, como Pablo González Casanova, convencionaram como colonialismo interno e que trabalharei de forma aprofundada no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV: ENTRE O NEOCOLONIALISMO E O COLONIALISMO INTERNO: SAÚDE GLOBAL E A COOPERAÇÃO BRASIL-MOÇAMBIQUE NA SAÚDE

Se desejamos transformar a África numa nova Europa, a América numa nova Europa, então confiemos aos europeus o destino de nosso país. Eles saberão fazê-lo melhor do que os mais bem dotados dentre nós. Mas, se queremos que a humanidade avance um furo, se queremos levar a humanidade a um nível diferente daquele onde a Europa a expôs, então temos de inventar, temos de descobrir (Frantz Fanon. Os Condenados da Terra, 1968).

A política de cooperação na saúde entre Brasil e Moçambique abarca uma esfera de debate importante para as relações internacionais, devido ao fato de serem dois países do Sul global com características socioeconômicas parecidas – níveis de pobreza e desigualdade de renda – e construções de cidadania recentes – participação da sociedade civil e movimentos sociais na construção das políticas públicas e do Estado (Vieira *et al*, 2014). No Brasil houve uma participação efetiva do Estado na prevenção e tratamento de pessoas portadoras do HIV/AIDS, principalmente a partir de meados dos anos 1990, promovida pela pressão de diversos movimentos e grupos civis na política, obrigando o Estado a assumir tais problemáticas como de sua responsabilidade

Moçambique teve como resposta ao problema da Aids a criação da Comissão Nacional da SIDA, em 1986, no mesmo ano do diagnóstico clínico do primeiro caso de HIV/Aids (Casimiro, 2015), além da criação do Sistema Nacional de Saúde, em 1991 (Vieira *et al*, 2014). Apesar dessas respostas dadas pelo Estado moçambicano, houve um alastramento do número de pessoas infectadas com o vírus HIV, devido a fatores como a guerra civil que durou de 1975 a 1992, a dependência externa de recursos por assistência financeira e o processo de reformas neoliberais iniciado em fins da década de 1980, que

impôs inúmeras reformas administrativas a fim de obter medidas de “boa governança” – como visto anteriormente no segundo capítulo.

Mas este posicionamento específico do Brasil e de Moçambique no terreno das políticas de saúde deve ser enquadrado numa visão mais ampla do que se poderia chamar a “ordem internacional da saúde”. Nesse contexto, não se pode ignorar a importância do colonialismo na formatação dos sistemas de saúde nacionais, assim como dos regimes internacionais impositivos na área da saúde nas relações internacionais, ao longo dos séculos – focado principalmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, com a ascensão do modelo da Inglaterra. Instituiu-se no imaginário e na política internacional, que o lugar “natural” do mundo colonizado é um lugar de risco, das doenças e epidemias desconhecidas do mundo civilizado que precisam ser controladas, como uma forma de garantir a segurança e a tranquilidade do Norte global (Foucault, 2015).

Observa-se conseqüentemente o negligenciamento de vidas por doenças e epidemias existentes preponderantemente no Sul global – concebidas como doenças tropicais – no qual as multinacionais do ramo farmacêutico e os países centrais chegam a ignorar os efeitos de doenças como de Chagas, do sono, tuberculose, malária, pois essas têm pouquíssimas probabilidades de atingirem os países do Norte global. Por isso da negligência propositada acerca das “doenças tropicais”, da importância assumida pela pesquisa contra o HIV/AIDS para os países centrais e, conseqüentemente, para as empresas multinacionais farmacêuticas, devido ao aumento de casos a partir dos anos 1980 em seus contextos (Nunes, 2011; Mello e Souza, 2012).

IV.I – Entre a Saúde Global e o Negligenciamento do Sul global

A Saúde Global é subentendida diretamente com o processo de globalização vivenciado a partir dos anos 1970, como a ideia de abertura de fronteiras, diminuição dos sentimentos nacionalistas, maior troca de informações entre as sociedades e a introdução de novas tecnologias (Forte e Ribeiro, 2014). Dentro dessa visão, o mundo tornar-se-ia um lugar propício ao cosmopolitismo liberal, em que sociedades de várias partes do globo agora poderiam ter uma convivência muito mais profícua, através da revolução técnico-científica-informacional, que trazia em seu escopo a ascensão da internet, os fluxos de pessoas que agora poderiam transitar mais livremente com a decadência dos Estados-nação¹³² e das fronteiras comerciais, com a livre concorrência no mercado internacional, fruto do neoliberalismo.

Isso é parte de um discurso hegemônico que perdurou – e ainda perdura – nas relações internacionais durante décadas, crendo na constituição de uma nova sociedade global. Todavia, a globalização também representou o inverso do que o discurso liberal hegemônico buscava transmitir como verdade única e universal. O que se percebeu, através da globalização neoliberal, foi a ascensão ao “status” de providência divina do lucro e da acumulação de capital. Tendo percebido isso de forma excepcional, Achille Mbembe (2013: 154) demonstra aquilo que veio a ser esse novo sistema:

Num registo diferente, as posses monetárias (ou a sua impossibilidade) deslocaram profundamente os âmbitos de formação da individualidade e os sistemas de subjetividade. Por um lado, onde predomina a escassez, a intensidade das necessidades e a impossibilidade de satisfazê-las foram tais que ocorreu uma ruptura na forma como os sujeitos sociais vivenciam o desejo, a vontade e a saciedade, imperando agora a percepção segundo a qual tanto quanto o dinheiro, o

¹³² O discurso sobre o fim do Estado-nação foi levantado por diversos autores, que acreditavam – ou tentavam impor uma crença – que nesse novo momento da globalização neoliberal, não haveria mais sentido para a existência do Estado-nação, tido como opressor das liberdades individuais. O período do fim da Guerra Fria representaria um tempo de liberdades – econômicas, culturais e de trânsito de pessoas. Para melhor compreensão desse ponto de vista, ver: Omhae, Kenechi (1999), *O Fim do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Elsevier.

poder e a vida também se regem pela lei do acaso. Constituem-se enormes fortunas de um dia para o outro sem que os fatores causais sejam, de alguma forma, visíveis. Outras fortunas volatilizam-se ao mesmo ritmo, sem causa aparente. Como nada é certo e tudo é possível, arrisca-se o dinheiro, bem como o corpo, o poder e a vida. Tanto o tempo quanto a vida, e a morte, se resumem a um imenso jogo de azar. Em contrapartida, entre as categorias sociais capazes de acumular facilmente fortunas, são as relações entre o desejo e os seus objetos que se alteraram, a preocupação sensualista e hedonista do consumo, a posse idólatra e a fruição ostentativa dos bens materiais tornam-se o próprio palco dos novos estilos de vida.

Milton Santos (2010), em sua obra memorável, “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”, expõe as idiosincrasias da globalização neoliberal que se vive nos dias de hoje. Para ele, a globalização poderia ser elencada em três pontos chave: “como fábula, como perversidade e como possibilidade” (Santos, 2010: 17-21). Em primeiro lugar, apresenta-se como fábula, pois nos faz crer que no mundo atual tudo esteja ao nosso alcance, desde a possibilidade de termos recursos naturais e informacionais infinitos até a uma plena cidadania global, sem muros ou fronteiras que possam nos separar dos diversos povos na terra.

Em segundo lugar, como “perversidade”, pois demonstra o mundo como ele realmente é, uma globalização (neoliberal) que ataca direitos constituídos – trabalhistas, previdenciários e sociais – e impõe uma visão de mundo única, homogeneizadora, onde outras formas de pensamento e de ações políticas são rechaçadas e inibidas pelo Capital e pelas grandes potências. O fim do Estado-Nação apresentado a todo o momento, na verdade é o “seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna difícil” (Santos, 2010: 19).

Por último, a globalização como “possibilidade” se baseia num modo de se ver e pensar um mundo mais humano e solidário, onde as condições técnicas-tecnológicas sejam postas a serviço dos fundamentos sociais e políticos (Santos, 2010). É nesse entendimento

que Milton Santos acredita na possibilidade de se construir novas relações sociais e internacionais, que poderiam ser aplicadas naquilo que também convencionou-se por Saúde Global. Não seria possível pensar ou agir em prol de uma Saúde Global sem levar em consideração os inúmeros constrangimentos que permeiam as relações internacionais, como o “Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio” (TRIPS), a dependência externa dos países da periferia e os acordos de cooperação Norte-Sul.

É no quadro desta concepção crítica dos processos de globalização que ganha um sentido forte a compreensão das dificuldades em se discutir atualmente a saúde como um direito, com a ascensão do neoliberalismo.

De acordo com Foucault (2015: 144) é

que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista.

A importância do capitalismo e da centralização do Estado de tipo vestifaliano para o desenvolvimento da medicina e da concepção de saúde moderna foi essencial, devido à sua necessidade em domar os corpos e prover uma vida em boa saúde para o trabalho e a produção. Quando os inúmeros problemas de âmbito sanitário-médico iam se alastrando nas sociedades ocidentais, que há pouco se industrializavam, devido à acumulação de capital fruto do aprofundamento capitalista/colonial nas sociedades periféricas, “a medicina serviu de instrumento e de técnica a serviço da resolução de alguns dilemas sociais” (Montagner, 2008: 195).

Historicamente a construção da saúde como um direito é algo bastante recente e voltado ao contexto dos países centrais, convencionados como o coração da Europa –

Alemanha, França e Inglaterra, sempre se resguardando as suas peculiaridades. De acordo com Foucault (2010b), a medicina social começou a tomar corpo a partir do século XVIII na atual Alemanha, numa noção de “Staatswissenschaft”, ou seja, uma ciência do Estado, “um conhecimento que tem por objeto o Estado” e “o funcionamento geral de seu aparelho político” (Foucault, 2010b: 145).

Nesse período, na Alemanha, começava-se a criar uma burocracia de funcionários (médicos) responsáveis pela administração dos conhecimentos sobre saúde (Montagner, 2008), sustentado numa política médica de Estado. Não existia ainda uma ideia formada sobre a necessidade de um cuidado para com a força de trabalho disponível, mas uma “estatal, a força do Estado em seus conflitos, econômicos, com certeza, mas igualmente políticos, com seus vizinhos” (Foucault, 2010b: 151). A medicina servia diretamente ao interesse do Estado e para o Estado, visando se aperfeiçoar para melhor desenvolver os interesses estatais.

No caso francês houve o desenvolvimento de uma ideia de saúde representada pela medicina higienista, fundamentalmente urbana, a partir de meados do século XVIII (Montagner, 2008; Foucault, 2010b). Com o desenvolvimento do capitalismo e do processo de industrialização, criou-se um fluxo migratório do campo para a cidade, criando territórios com grande concentração operária, extremamente insalubres e heterogêneos. Uma grande concentração de gente de forma “desorganizada” nas cidades criavam situações de revoltas e conflitos na França, por isso da necessidade de um poder político e médico que pudesse esquadrihar tais territórios e promover uma “organização” e disciplinamento de tais populações (Montagner, 2008; Foucault, 2010b).

Mas foi o modelo inglês que se impôs como referência nas relações internacionais e nos sistemas de saúde nacionais durante o século XX, convencionado por Foucault (2010b:

164) como “a medicina dos pobres”. Esse tipo de medicina social era composta pela intervenção médica direta e pela utilização da assistência social advinda essencialmente através das “Leis dos Pobres”. De acordo com Foucault (2010b: 166-167)

Com a *Lei dos pobres* aparece, de maneira ambígua, algo importante na história da medicina social: a ideia de uma assistência controlada, de uma intervenção médica que é tanto uma maneira de ajudar os mais pobres a satisfazer suas necessidades de saúde, sua pobreza não permitindo que o façam por si mesmos, quanto um controle pelo qual as classes ricas ou seus representantes no governo asseguram a saúde das classes pobres e, por conseguinte, a proteção das classes ricas. Um cordão sanitário autoritário é estendido no interior das cidades entre ricos e pobres: os pobres encontrando a possibilidade de se tratarem gratuitamente ou sem grande despesa e os ricos garantindo não serem vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre.

Tal constituição da saúde, num primeiro momento, teve um impacto tremendo na busca de um bem estar econômico e social na Inglaterra, baseado em três sistemas integrados: medicina assistencial, administrativa e privada. Mas foi só com o fim da Segunda Guerra Mundial que o modelo inglês foi exportado para outras partes do mundo, principalmente após o chamado “Plano Beveridge”, o qual colocava o Estado como a entidade encarregada e responsável pela saúde. A saúde, que era até então visada como fator de segurança da força física da nação, da capacidade produtiva e de trabalho, passava agora a ser orientada com fins de prover boa saúde ao indivíduo (Foucault, 2010b e 2015).

A concepção de saúde aprofundou-se no século XX e tomou proporções até então inimagináveis, com a utilização de tais preceitos em diversos sistemas de saúde nacionais e na constituição da própria Organização Mundial da Saúde (OMS). O plano Beveridge trouxe consigo não somente “o princípio da solidariedade coletiva em matéria de previdência social, mas (...) a participação de toda a atividade estatal na organização e na garantia dos direitos assegurados, quando da ocorrência dos riscos sociais” (Souza Lima, 1957: 126), visando uma garantia econômica mínima ao trabalhador – num sentido amplo – que viesse a ter alguma enfermidade, acidente ou desemprego.

A saúde no âmbito mundial foi então modificando sua perspectiva de atuação e de abrangência, principalmente entre meados do século XIX e XX, da chamada Saúde Internacional para a Saúde Global. Elas se diferenciam tanto pelo contexto histórico, como pelos seus princípios basilares de atuação e prevenção de enfermidades. O termo Saúde Internacional foi proposto pela Fundação Rockefeller, em 1913, visando prevenir e controlar doenças infectocontagiosas e prover assistência técnica aos países da periferia (Fortes e Ribeiro, 2014). Dessa forma, “a saúde internacional clássica fundamentava-se em bases médicas e biológicas e em relações assistencialistas, provenientes de países desenvolvidos, destinadas aos países menos desenvolvidos” (Fortes e Ribeiro, 2014: 369).

Esse tipo de orientação demonstrava claramente a visão colonialista acerca do Sul global e a necessidade dos países centrais em delimitarem um cordão sanitário a fim de evitar a transmissão das “patologias exóticas”, convencionadas como “doenças tropicais”. O termo “doenças tropicais” foi cunhado pelas potências coloniais como forma de remeter as sociedades colonizadas a uma inviabilidade de constituição de qualquer tipo de civilização, devido a problemas sanitário-infectocontagiosas existentes em tais contextos¹³³ (Werneck, 2015). A existência de tais doenças desconhecidas, somado ao desinteresse dos países centrais no combate dessas enfermidades, resultou na necessidade de se criar uma diplomacia da saúde com vistas a protegerem suas fronteiras de qualquer tipo de vetor contagioso advindo de tais lugares.

Com os processos de luta de libertação das sociedades subjugadas pela estrutura colonial, começou-se a exigir nas relações internacionais novas formas de atuação e abrangência daquilo que se convencionava por saúde. Em 1946 foi criada a Organização Mundial da Saúde, através da Conferência Internacional de Saúde, ocorrida em Nova

¹³³ Percebe-se claramente que o projeto colonial de inferiorização do Outro, nesse caso o Outro sendo representado pelas sociedades colonizadas, passa pelas várias áreas do conhecimento humano, desde as ciências sociais até as ciências da saúde.

Iorque, contando com a participação de 61 países¹³⁴. Na carta constitutiva da OMS (1946), determina-se que “a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade”¹³⁵, perpassando o entendimento anterior sobre o conceito de saúde que se remetia única e exclusivamente a enfermidade, estando agora elencada como parte integrante do bem estar econômico e social.

Nesse momento, a saúde – ou até mesmo a sua ausência – começa a adentrar no campo da macroeconomia, baseada agora em cálculos econômicos necessários para o bom funcionamento do bem estar nacional. Para a manutenção de um sistema de saúde nacional, é necessário todo um sistema de financiamento através de arrecadação de impostos, que acaba por ter uma função de redistribuição de renda na sociedade. De acordo com Foucault (2010b: 170)

Ao garantir a todas as pessoas as mesmas possibilidades de se tratar e de eventualmente curar-se, pretendeu-se corrigir em parte a desigualdade de rendimentos. A saúde, a doença e o corpo começam a ter suas bases de socialização e, por sua vez, se convertem em um instrumento de socialização dos indivíduos.

A saúde no âmbito global foi tomando proporções cada vez maiores, baseada no entendimento de que o próprio desenvolvimento da nação se daria com a maior preocupação e atenção dada à saúde da população. Para o desenvolvimento econômico-produtivo do Estado nas relações internacionais, haveria a necessidade da nação ter uma força de trabalho saudável e produtiva, ou seja, o que poderia ser visto em termos “mercadológicos” como custo-despesa, se revertia, na realidade, em um ganho geral no médio e longo prazo. Todavia, no contexto da periferia do sistema mundo tal realidade não

¹³⁴ A Organização Mundial de Saúde pertence à família do sistema das Nações Unidas, estando integrada atualmente por 192 Estados membros, além de possuir seis escritórios regionais responsáveis pelas questões sanitárias em cada região. São estas: África, América, Sudeste Asiático, Europa, Mediterrâneo Oriental e Pacífico Ocidental (OMS, 2006).

¹³⁵ Constituição da Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>. Acessado em 20/07/2016.

se aplicava diretamente aos países do Sul global, devido ao colonialismo imposto em seus contextos.

Outro ponto de grande importância a ser levantado são os sistemas de saúde nacionais nos países do Sul global, que são bastante recentes comparados aos do Norte global. Mesmo países da América Latina, que haviam se libertado do sistema colonial no século XIX, só vieram a desenvolver os seus sistemas de saúde em fins do século XX, a exemplo do Brasil que fundou o SUS com a constituição de 1988 (Mello e Souza, 2012). Já no caso de Moçambique, que se libertou do colonialismo português em 1975, além de ter vivido 17 anos de guerra civil – por ingerências externas/regionais¹³⁶ – também se assemelha ao Brasil, tendo constituído o seu Sistema Nacional de Saúde (SNS), em 1991. São sistemas que se encontram ainda em construção por tais sociedades.

No entanto, com o processo de globalização neoliberal vivenciado a partir dos anos 1990, vem ocorrendo inúmeros ataques aos chamados direitos constituídos, ao longo dos anos, na área da saúde. A Organização Mundial da Saúde é um exemplo claro da problemática dessa nova vertente econômico-ideológica, que vem acarretando em uma crise de paradigma para a organização. De acordo com Deisy Ventura (2014), identificam-se em cinco os principais elementos de crise da OMS, sendo estes:

a erosão do seu protagonismo; a escassez e a natureza do seu financiamento; os conflitos de interesse dos especialistas, que vieram à tona durante a gestão da pandemia de gripe A(H1N1); as dificuldades de comunicação; e os problemas de governança interna (Ventura, 2014: 51).

Cada vez mais o aporte de recursos colocado pelo Estado em seu sistema de saúde é visto como danoso à economia nacional pelo receituário neoliberal, exigindo-se que o Estado repasse parte dos encargos na saúde para a iniciativa privada ou que se privatize

¹³⁶ Para uma melhor compreensão sobre as inúmeras ingerências e intervenções militares promovidas contra Moçambique, ver a obra: Meneses, Maria Paula; Martins, Bruno Sena (2013) *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais*. Coimbra: CES/Almedina.

tais recursos. O próprio “Plano Estratégico do Setor da Saúde 2014-2019” (PESS), do governo de Moçambique, demonstra bem a influência que a ideologia neoliberal, somado as pressões de organismos internacionais vem promovendo na estruturação da saúde, a partir da sua lógica de descentralização acompanhada da “delegação” e privatização de setores da saúde.

Em relação ao processo de delegação do sistema de saúde em Moçambique, o PESS afirma que “implica a transferência de autoridade, responsabilidades e recursos do nível central para as organizações não sob sua alçada directa, mas como instituições semi-autónomas (p.e., hospitais, CMAM), ONGs, governos locais, etc”, enquanto que a privatização se referiria “à transferência de responsabilidades operacionais, e, em alguns casos, de direito de propriedade, para provedores privados, geralmente mediante um contrato que define o que se espera em troca dos fundos públicos” (PESS, 2013). Essa perspectiva é reafirmada por diversos organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial e FMI, que exigem processos de ajustamento estruturais nos países receptores de ajuda financeira internacional.

O diagnóstico feito por essas organizações internacionais de financiamento se baseiam num entendimento de que os sistemas públicos de saúde não são tão eficientes quanto a iniciativa privada, para prover o bem estar à população (Nunes, 2011). Por isso da exigência desses “fundos” na delegação e privatização das funções do setor público para a iniciativa privada, estando agora essas dinâmicas ligadas a uma gestão e análise de dados no modelo empresarial, em que os dados serão mais valorizados que o próprio bem estar da população que depende do sistema público de saúde.

IV.II – Banco Mundial e as Organizações Internacionais: neocolonialismo e o não-direito à produção de medicamentos

Mesmo com o fim da estrutura colonial, que era praticada pelas potências ocidentais na periferia do sistema mundo, ainda se perpetuou no contexto do Sul global uma situação de ingerência estrangeira nos assuntos domésticos. Tendo isso em vista, Kwame Nkrumah (1967) cunhou tais ingerências e intervenções praticadas nos países do Terceiro Mundo, como neocolonialismo. O neocolonialismo é a reprodução de práticas coloniais pelas potências centrais no Sul global, não mais pela estrutura administrativa, mas através de seus conglomerados e organizações internacionais, ou seja, sem a necessidade da presença efetiva do colonizador.

Nos anos 1980, devido a problemas estruturais e econômicos ocorridos nos países do Sul global, a exemplo da crise das dívidas externas, a política de solidariedade Sul-Sul entre tais países começou a entrar em decadência. Esse momento foi visto como essencial para os Estados Unidos e para as potências ocidentais, no sentido de aumentarem suas presenças políticas, econômicas e militares nos países da periferia, assim como determinarem uma Nova Ordem Mundial a ser implementada nas relações internacionais de fins do século XX e início do XXI.

Como já foi afirmado no segundo capítulo, os anos 1960 e 1970 foram bastante profícuos para os países do Terceiro Mundo, sustentados nos seus ideais de solidariedade Sul-Sul e não alinhamento com as superpotências capitalista e socialista. Essa atuação em bloco dos países periféricos se reverberou também nas tomadas de decisões da OMS através da Assembleia Mundial da Saúde, onde tais países tinham uma representação em peso. Não foi para menos que a Organização Mundial da Saúde foi taxada de forma contínua pelos EUA e pelos países centrais, como uma organização contaminada política e

ideologicamente, sendo necessário uma reforma com intuito de prover uma atuação estritamente técnica ao organismo (Ventura, 2014).

Com o caminho praticamente livre para a ideologia neoliberal nas relações internacionais – com o fim do socialismo e do Movimento dos Não-Alinhados – as agências internacionais começaram a aumentar sua influência ideológica na estruturação dos sistemas de saúde dos países do Sul global, principalmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, com seus programas de ajustamento estrutural (Nunes, 2011). O desconforto dos Estados Unidos e suas instituições, assim como das potências europeias frente a atuação dos países periféricos na Organização Mundial da Saúde era tão forte no período anterior à década de 1980, que as Fundações Rockefeller e a Fundação Heritage opunham-se ao projeto “Saúde para Todos”, visto como uma política estritamente ideológica (Birn, 2009; Ventura, 2014).

De acordo com Birn (2009: 59-60), a crítica levantada pela Fundação Heritage, teve um duplo impacto:

Por um lado, a OMS foi forçada a diminuir seu foco ‘Saúde para Todos’ e abandonar alguns de seus princípios mais antigos, tais como as livres provisões de serviços de saúde nos países de baixa renda. Por outro lado, como analistas políticos e historiadores tem indicado, a OMS perdeu parte de seus recursos internacionais de saúde e influências para concorrentes. Começando em meados dos anos 1980, o Banco Mundial, bancos de desenvolvimento regionais e outras instituições financeiras tornaram-se cada vez mais envolvidas no financiamento internacional da saúde e formulação de políticas. Estes atores, em conjunto com várias agências bilaterais de ajuda, fundações e interesses de setores privados, infundiram ideias de livre mercado no âmbito da saúde internacional.

De uma política coordenada entre os países do Terceiro Mundo, de busca de políticas efetivas na saúde internacional que pudesse trazer maior bem-estar a população, passava-se agora a uma vertente mercadológica e de consumo. A saúde não era mais uma questão de direitos humanos, mas de mercado. Os bancos de desenvolvimento regionais e o Banco Mundial propunham diversas recomendações para uma maior “eficiência” na saúde pública dos países do Sul global, como “cortes de gastos governamentais em saúde,

descentralização, privatização, concorrência de mercado e a entrega de pacotes básicos de intervenções técnicas” (Birn, 2009: 60).

A Organização Mundial da Saúde foi perdendo seu espaço de protagonismo no debate sobre saúde global, devido as fortes pressões advindas dos países ricos visando a diminuição de poder decisório dos países periféricos. Deisy Ventura (2014: 52) afirma que

visando ao controle da instituição e com o apoio de outros países industrializados, os Estados Unidos aplicaram a política de zero crescimento real do orçamento da OMS para os anos de 1980 e de zero crescimento nominal nos anos 1990. Assim, ao tentar adaptar-se à lógica neoliberal, a instituição teria perdido seu papel de guia nas políticas de saúde, tanto por seus próprios defeitos como pelo desinteresse dos Estados.

Os anos 1990 representaram a mudança de perspectiva de uma medicina social para uma medicina neoliberal, de cunho econômico-comercial, com vistas a conceber os interesses de algumas entidades privadas ligadas à área da saúde. Através dessas políticas que outras instituições tomaram o espaço que era destinado a OMS, assim como dentro da própria organização, ascendendo às fundações filantrópicas como as maiores doadoras para o orçamento da OMS¹³⁷.

Combate ao HIV/AIDS no plano da Saúde Global: Brasil-Moçambique

Junto ao processo de globalização neoliberal na saúde, as políticas de prevenção e combate ao HIV/AIDS foram diretamente influenciadas por ONGs locais e transnacionais, bancos regionais e internacionais de desenvolvimento e multinacionais do setor farmacêutico (Birn, 2009; Ogune et al, 2009; Mello e Souza, 2012). No momento atual em que o local, o nacional, o regional e o internacional se constituem coetaneamente, impõem-

¹³⁷ Para se ter uma pequena ideia do peso que tais fundações filantrópicas detém atualmente, a “Fundação Bill & Melinda Gates foi a maior doadora voluntária de fundos à OMS (US\$ 446.161.801,00), sobrepujando até mesmo as contribuições voluntárias dos Estados Unidos, de US\$ 438.285.683,00” (Ventura, 2014: 54).

se especificidades jurídicas contra os países da periferia, voltadas às questões de patentes e propriedade intelectual sobre medicamentos e vacinas (Ventura, 2011).

É afirmada e imposta pelos países centrais, juntamente com pressões das empresas multinacionais do ramo farmacêutico, a necessidade dos países de baixa renda focarem em programas de prevenção ao HIV, pois o processo de tratamento a partir de antirretrovirais seria extremamente caro, principalmente em contextos de escassez de recursos financeiros (Ogunye et al, 2009). De acordo com Mello e Souza (2012: 208)

Os críticos argumentavam que países em desenvolvimento como o Brasil careciam de recursos financeiros, materiais e humanos necessários para a compra de medicamentos caros e para o adequado monitoramento do tratamento de inúmeros pacientes; e que esses pacientes eram, de modo geral, demasiadamente pobres e ignorantes para cumprir cronogramas de medicação e posologias complexos e rigorosos. Segundo eles, a provisão das terapias de antirretrovirais nesses países tornar-se-ia insustentável e geraria o risco de aumentar a resistência do HIV a essas terapias. Em vez de tentar oferecer tratamento para a aids, a prescrição para os países em desenvolvimento era que concentrassem seus esforços e recursos nas estratégias mais custo-efetivas de prevenção.

Tais críticas aos tratamentos antirretrovirais não estiveram exclusivamente no âmbito do discurso, mas também nos aportes financeiros disponibilizados pelos doadores internacionais aos países dependentes de ajuda externa. O que se reflete em tais ações é a reprodução do poder nas ordens política e econômica internacional, fazendo uso de uma manutenção do “status quo” entre o Norte global e o Sul global (Buss e Ferreira, 2012). A saúde global nada mais seria do que a possibilidade dos países centrais em continuar mantendo uma estrutura de dependência à periferia, em que vidas e bem estar são pensados e “calculados” a partir da lógica do lucro (Foucault, 2010b; 2015).

A exemplo disso se pode retratar a atuação do Banco Mundial ao longo dos últimos anos, tendo em vista que a instituição se tornou um dos maiores doadores de programas de controle de epidemias no âmbito global. A instituição teve como meta principal o aporte de recursos exclusivamente na prevenção do HIV, entendido como o método com melhor custo-benefício (BM, 1998 e 2008). De acordo com o Banco Mundial (2006: 28 e 30)

Incertezas relevantes cercam os futuros custos de tratamento, pois o risco de resistência à droga aumenta em paralelo ao número de tratamentos. Em conformidade, os elevados custos fiscais gerados para o setor público, associados ao aumento de acesso pelas pessoas que necessitam de tratamento no médio e longo prazo está longe de ser resolvido. (...) A necessidade de renovação na ênfase em prevenção foi levantada na XVI Conferencia Internacional da Aids, em agosto de 2006, em Toronto, reconhecendo-se que " o custo da prevenção é bem menor do que o do tratamento", considerando-se, particularmente, as potenciais economias no âmbito fiscal quando tratamentos forem evitados, frente ao sucesso das intervenções preventivas.

Dessa forma, os grandes doadores internacionais condicionam sua ajuda financeira à fixação de inúmeras recomendações e obrigações aos países receptores, além de promoverem retaliações econômicas em caso de desrespeito a regras de patentes e propriedade intelectual na questão farmacêutica. O Brasil, em 1996, teve de aprovar uma lei – nº 9.279 – de propriedade industrial reconhecendo as patentes para produtos farmacêuticos, por pressão dos EUA que, desde 1988, pressionavam o Brasil com tarifas retaliatórias de 100% sobre as importações de produtos farmacêuticos, eletrônicos e de celulose (Mello e Souza, 2012).

Tais medidas demonstram as imposições promovidas pelos países centrais juntamente com suas organizações internacionais, estabelecendo uma lógica exógena nos assuntos domésticos e invertendo a ideia de saúde como um bem social, para uma concepção de bem econômico. Para além da discordância em gastos com o tratamento, nos anos 1990 e 2000, tais organismos internacionais começaram a incentivar a compra de medicamentos antirretrovirais via importação e/ou compra através das Fundações ou ONGs internacionais, responsáveis pela distribuição e escolha daqueles que seriam aptos a serem tratados.

Essa estratégia estava claramente centrada em interesses econômico-comerciais, em que as multinacionais do ramo farmacêutico teriam ganhos altíssimos, em detrimento do sofrimento de pessoas vivendo com AIDS. O tratamento antirretroviral consiste em coquetéis de remédios que tem preço bastante elevado, o que torna praticamente

impossível a sua aquisição por pessoas de baixa renda vivendo com Aids. Para se ter uma pequena ideia dos valores referentes ao tratamento por antirretrovirais, em 1997, no Brasil, o custo do tratamento girava em torno de US\$ 3.810,00 por ano, por paciente (Mello e Souza, 2012). Só como comparativo do impacto na renda individual, em 1997, a renda per capita anual no Brasil estava em US\$ 5.260,46¹³⁸. Ou seja, caso o tratamento fosse custeado totalmente por uma pessoa no Brasil, sem a participação do poder público, ela equivaleria a 72% de toda a renda per capita anual de um brasileiro¹³⁹, se mostrando completamente inviável e excludente as políticas de venda de medicamentos praticadas pelas indústrias farmacêuticas. Tais valores só foram reduzidos com a entrada de medicamentos genéricos – com a quebra dos licenciamentos compulsórios – produzidos na Índia, Tailândia e Brasil, por exemplo, o que levou, conseqüentemente, a um aumento da concorrência no mercado internacional (Cassier e Correa, 2003; Ogunye et al, 2009).

No entanto, esse processo de queda nos preços dos medicamentos antirretrovirais não ocorreu de forma pacífica. O embate entre nações do Sul global e do Norte global junto às suas empresas farmacêuticas, vem promovendo diversas ações de retaliação contra os países periféricos que iniciaram a produção de medicamentos genéricos, como forma de barateamento do tratamento (Ogunye et al, 2009; Mello e Souza, 2012; Ventura, 2014). As potências centrais se utilizam do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) como forma de barrar as investidas dos países periféricos na produção e compra de produtos genéricos voltados ao combate da AIDS.

¹³⁸ Dados retirados do Banco Mundial. Para maiores informações, disponível em: https://www.google.com.br/publicdata/explore?ds=d5bncppjof8f9_&met_y=ny_gdp_pcap_cd&idim=country: BRA:RUS:MEX&hl=pt&dl=pt.

¹³⁹ Lembro que a renda per capita não representa a realidade dos ganhos reais do trabalhador, ficando de fora dessas contas a questão da desigualdade social. Renda per capita é a soma simples de toda a riqueza nacional (PIB) dividida por toda a população do país. Ou seja, o impacto provocado pelo elevado preço dos medicamentos nas populações pobres são muito mais devastadores do que parece.

O estabelecimento do acordo TRIPS surgiu no momento em que o neoliberalismo ascendia livremente, com o fim da Guerra Fria, através da Rodada Uruguai (1986), ou seja, no âmbito da recém-criada OMC e entrando em vigor em 1995 (Drahos, 2002). O TRIPS instituiu padrões para a proteção da propriedade intelectual através da limitação do uso e transferência de tecnologias, significando, nas palavras de Mello e Souza (2011:08) que,

pelo menos no curto prazo, haverá uma transferência significativa de recursos dos países em desenvolvimento, que geralmente se limitam a consumir novas tecnologias, para os países desenvolvidos, que produzem tais tecnologias além de consumi-las. Ademais, o TRIPS reduz o acesso a medicamentos essenciais, ameaçando políticas de saúde pública, estimula a biopirataria e não protege a propriedade de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, ativos geralmente encontrados nos países em desenvolvimento com grande biodiversidade.

Há uma disputa nas relações internacionais em se determinar se o acesso a medicamentos é um direito humano ou um direito comercial – estando ligado a questões de produção e comércio internacional. Para os países do Norte global, os países de “baixa renda” não deveriam utilizar os seus escassos recursos na tentativa de produzir medicamentos antirretrovirais, bastante custosos e com baixo retorno econômico, mas utilizar esses recursos com a importação de medicamentos para o tratamento (Ogunye, 2009). A exemplo disso se encontram algumas ONGs como a “Comunidade de Santo Egídio” e o “Médicos Sem Fronteiras”, que recebem financiamento internacional para a compra de medicamentos antirretrovirais e para o tratamento do HIV em países do Sul global, sendo Moçambique um desses países.

Foi pedido por este autor para que as organizações não governamentais “Médicos Sem Fronteiras” e “Comunidade Santo Egídio” pudessem exprimir suas opiniões acerca da construção da Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos – convencionada hoje em dia como Sociedade Moçambicana de Medicamentos – em Moçambique, e os possíveis impactos (negativos ou positivos) que poderiam acarretar no país. As respostas dadas pelas ONGs foram negativas em relação a qualquer entrevista. As duas organizações, em e-mails

respondidos nos dias 26 de fevereiro e 06 de março de 2014, exprimiram não ter nenhum interesse em falar sobre a fábrica, pois não recebiam medicamentos da Sociedade Moçambicana de Medicamentos – no caso da Comunidade Santo Egídio – e também porque a fábrica ainda não produzia medicamentos e nem estava “claro ate a data se irao ou nao produzir (sic)” – nesse caso, dito pelo “Médicos sem Fronteiras”¹⁴⁰.

Essa questão é muito bem compreendida por parte da sociedade civil moçambicana. Numa entrevista com Tomás Alberto José, da RENSIDA¹⁴¹, este afirma o seguinte sobre as exigências que se colocam para Moçambique em relação à compra de medicamentos antirretrovirais:

O nosso medicamento se compra fora do país, concretamente na Índia. Há muitos países também que vendem medicamentos, mas em Moçambique provavelmente o Fundo Global acha que a Índia é quem tem melhor preço para aquisição de medicamentos.

Por outro lado registou-se também um manifesto desinteresse por parte de organizações internacionais relevantes relativas à construção da fábrica. Particularmente significativo foi o caso do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA (ONUSIDA), cujo Diretor em Moçambique ainda não havia visitado ou conhecido de perto a Sociedade Moçambicana de Medicamentos, mesmo estando em Moçambique há sete meses. De acordo com o Diretor, houve alguns contatos com pessoas responsáveis da Fiocruz na cooperação com Moçambique, assim como houve dois convites para visitar a fábrica, pela parte moçambicana, ambos sem sucesso devido a “conflitos de agendas”¹⁴².

Esses desinteresses e negativas em discutir ou dialogar acerca da cooperação entre Brasil e Moçambique, referente à fábrica, demonstra, em parte, em preconceitos baseados

¹⁴⁰ E-mails trocados entre este autor, o Médicos Sem Fronteiras e a Comunidade Santo Egídio, quando estive em trabalho de campo em Moçambique. Eles se recusaram de forma contundente a falar qualquer coisa sobre a fábrica de antirretrovirais em Matola, Maputo, construída através de um acordo de cooperação entre Brasil e Moçambique.

¹⁴¹ RENSIDA (Rede Nacional de Associações de Pessoas Vivendo com HIV/SIDA) é uma ONG moçambicana que trabalha com pessoas vivendo com HIV/Aids.

¹⁴² Entrevista concedida pelo Diretor da ONUSIDA em Maputo, Moçambique, em 2014.

na incapacidade de que países periféricos possam construir políticas públicas ou desenvolvimento produtivo conjuntamente, a partir de suas próprias experiências e dos resultados auferidos pela prática ao longo do tempo. A cooperação Sul-Sul promove um incômodo nos atores tradicionais da cooperação internacional, devido a introdução de novos atores e modos de se fazer cooperação, utilizando-se da ideia de que compartilham situações ou problemas bastante característicos na periferia do sistema mundo¹⁴³.

Por isso, desde fins do século XX e início do XXI, diversos países do Sul global vêm fazendo frente às limitações impostas pelo TRIPS na produção de medicamentos, se utilizando de organismos como a OMS e de movimentos sociais e sociedade civil, como meio de pressão internacional (Mello e Silva, 2011; 2012). Nesse sentido que o Brasil, junto com Índia e Tailândia, vieram promovendo quebras nas licenças compulsórias dos medicamentos antirretrovirais, com o discurso de direitos humanos – o direito de um bem estar do indivíduo e da população, que remete desde o Plano Beveridge nos anos 1940 – e de sanidade orçamentária.

Desde 1996, o Brasil já produz onze (11) dos vinte e dois (22) medicamentos necessários para o tratamento contra o HIV¹⁴⁴, concebendo uma economia em torno de US\$ 135 milhões, até o ano de 2016 (Mello e Souza, 2012), além de representar maior

¹⁴³ Diogo Milagre, diretor do Conselho Nacional de Combate ao SIDA (CNCS), em Moçambique, afirmou, em entrevista concedida a mim, acerca da CSS: “é uma cooperação que se devidamente encaminhada teria ganhos substantivos, por três razões fundamentais: a primeira razão é que já é um dado consolidado no mundo que a cooperação Sul-Sul aproxima-nos ainda mais, sobretudo porque experimentamos situações, de algum modo, similares; o segundo aspecto é que falamos a mesma língua, então é mais fácil de chegarmos a acordos, discutindo, acertando os vocábulos que consubstanciam os nossos acordos; o terceiro e último aspecto, relativamente à essa cooperação, é que somos países tropicais, o que significa que, de certo modo, o quadro epidemiológico não tem grandes distâncias, então isto permite de fato uma grande mais valia em termos de aproveitamentos [entre os países do Sul global]”.

¹⁴⁴ De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil, o país produz os seguintes antirretrovirais: “atazanavir (cápsula de 200mg e 300mg); didanosina (pó para preparação extemporânea); efavirenz (comprimido de 600 mg); estavudina (pó para solução oral); lamivudina (comprimido de 150 mg e solução oral); nevirapina (comprimido de 200 mg); saquinavir (cápsula de 200mg); tenofovir (comprimido de 300 mg); zidovudina (cápsula de 100 mg, soluções oral e injetável) e as associações zidovudina e lamivudina (comprimido de 300 mg + 150 mg) e tenofovir e lamivudina (comprimido de 300mg + 300mg)”. Para maiores informações, ver: <<http://www.aids.gov.br/pagina/medicamentos-antirretrovirais>>.

segurança econômica e social para o país – agora não mais tão dependente da variação de preços no mercado internacional. De acordo com Paulo Buss e José Ferreira (2010) a possibilidade de produção de medicamentos em países do Sul global tem a capacidade de reativar vários segmentos da economia de um país, além de melhorar as condições de vida da população. Segundo eles,

Angola e Moçambique já dispõem de Universidades de alto nível, enquanto Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste caminham para, com o apoio dos demais, estabelecerem universidades que vão se integrar ao esforço de produção científica e inovações adequadas às demandas da saúde e dos sistemas de saúde da CPLP. É possível que, no médio prazo, esta rede de institutos de investigação venha a gerar inovações que poderão configurar-se como um *complexo produtivo da saúde* (GADELHA, 2006) e comunitário, que vise reduzir a dependência externa de produtos e equipamentos, dinamizar a economia do setor saúde e ampliar o acesso da população a estes insumos críticos, assim como, especificamente, desenvolver uma indústria autóctone (Buss e Ferreira, 2010: 111).

É nesse sentido que a fábrica de antirretrovirais em Moçambique se propõe a diminuir a dependência por medicamentos antirretrovirais – e de outras especialidades – advindos da assistência oficial para o desenvolvimento através dos países do Norte global. É prevista com o início do funcionamento da fábrica, uma capacidade de produção de 226 milhões de unidades farmacêuticas por ano de antirretrovirais e 145 milhões de unidades farmacêuticas por ano de multiprodutos fabricados na Sociedade Moçambicana de Medicamentos¹⁴⁵. Na tabela 03, logo abaixo, pode-se observar alguns dos medicamentos que serão produzidos na SMM e, nas Figuras 04, 05 e 06, a estrutura da fábrica.

¹⁴⁵ Dados disponíveis em: MINISTÉRIO DA SAÚDE; FIOCRUZ. **Projeto de instalação da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos**: cooperação técnica internacional Brasil-Moçambique. Disponível em: <http://www.deivison.com.br/demos/smm/relatorio_SMM.pdf>.

Tabela 03

MEDICAMENTOS
Antibióticos
Amoxicilina
Amoxicilina + clavulanato de potássio
Antirretrovirais e Antivirais
Lamivudina
Lamivudina + Zidovudina
Lamivudina + Zidovudina + Nevirapina
Lamivudina + Zidovudina + Nevirapina
Nevirapina
Ribavirina
Antianêmico
Ácido Fólico
Antihipertensivo
Captopril
Propranolol cloridrato
Anti-inflamatório
Diclofenaco de potássio

Fonte: Ministério da Saúde do Brasil

Figura 04: Entrada Principal da SMM



Figura 05: Área Externa do Galpão de Produção



Figura 06: Interior da Fábrica



De acordo com a Diretora-Executiva da SMM, Noémia Muissa, apesar da fábrica ainda estar passando por diversos processos de certificação nacional e internacional – ou seja, ela está produzindo de forma limitada a testes – essa cooperação perpassa simplesmente a questão de produção-medicamentos-tratamento. Em sua opinião, os frutos da implementação da fábrica já se sentem antes mesmo do seu pleno funcionamento, mesmo que não sejam visíveis agora, pois ela estaria presente em questões não econômicas, como a formação e capacitação técnica e de conhecimento dos moçambicanos, podendo vir a contribuir com diversas outras questões relacionadas à saúde.

Seguindo essa linha de raciocínio, Tomás José, da RENSIDA, afirma que

Só pelo fato de se anunciar que existe essa iniciativa de instalação e construção da fábrica de antirretrovirais em Moçambique, então pelo menos, nós pessoas vivendo com HIV/SIDA, sentimo-nos aliviados, talvez a curto prazo, porque, realmente, o medicamento quando vem de fora tem suas consequências. As vezes o medicamento chega aqui com o prazo quase no fim, então isto pode acarretar algumas deficiências em termos de acesso.

A possibilidade de produção de medicamentos nos países do Sul global tem a probabilidade de diminuir a dependência por ajuda externa e financiamento privado para a compra e tratamento do HIV/AIDS (Ogunye, 2009), como afirmou em entrevista Florência Moisés, Diretora de Qualidade Farmacêutica da SMM:

A partir do momento que a gente tem uma indústria cá, reduz aquilo que são as necessidades do país em termos de medicamentos, pelo menos para aquele leque de medicamentos que a gente vai produzir. Então vai reduzir bastante as necessidades, porque nosso cliente número um vai ser o Ministério da Saúde, então a nossa principal demanda de produção aqui na fábrica é destinado ao Ministério da Saúde, depois ao setor privado e no futuro para os outros países da região. Isso vai contribuir muito para o desenvolvimento econômico do país, porque a partir do momento que nós vamos estar a produzir não só para Moçambique, mas como também para os outros países da região, isso vai contribuir muito para o desenvolvimento econômico¹⁴⁶.

Percebe-se, assim, estarem em causa possibilidades de rompimento efetivo com as velhas ordens internacionais acerca do lugar da periferia frente a questão da saúde global.

¹⁴⁶ Entrevista concedida em fevereiro de 2014, em Matola, Maputo – Moçambique.

Todavia, para além das tentativas de imposição neocolonial de receituários das empresas multinacionais, Banco Mundial e dos países do Norte global nos países periféricos, é fundamental reconhecer as dinâmicas de cooptação de projetos e interesses de cunho social por grupos e elites nacionais. Tais grupos enxergam nesses projetos possibilidades de aumentar seu poder de influência e de exploração econômica no contexto local e doméstico, a exemplo do que vem acontecendo com a cooperação para a instalação e funcionamento da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos, entre o Brasil e Moçambique.

IV. III – Colonialismo Interno e a Sociedade Moçambicana de Medicamentos

O colonialismo normalmente é concebido como um fenômeno internacional, em que uma sociedade impõe suas lógicas e estruturas em detrimento de outra. Todavia, o colonialismo como estrutura acabou por se desenvolver no interior das sociedades que conseguiram se libertar de suas metrópoles, reproduzindo as lógicas de opressão internacional ao nível nacional (Casanova, 2002). A manutenção de tais estruturas no ambiente doméstico animou a ascensão das elites nacionais, que viam na exploração e na exclusão de “minorias” a possibilidade de ascensão ou manutenção de seu poder.

A existência de uma cooptação dos “interesses nacionais” por certos grupos, promovendo a manutenção de uma lógica colonial, não representa uma diminuição da importância da estrutura colonial-imperial (Quijano, 2010; Mignolo, 2011) sobre a periferia do sistema mundo. De acordo com Mbembe (2013: 107)

No caso dos agentes locais, o facto de se posicionarem no campo indígena a fim de reunir condições para capturar, em seu benefício, os produtos (outcomes) da vulnerabilidade africana no espaço das relações mundiais, não acaba com o próprio facto da supremacia. Apenas significa que no campo indígena e nesta conjuntura histórica prevalece a opção que denomino o "jogo com a necessidade". A utilização da "dependência" africana pelos agentes indígenas, como "recurso" no controlo dos interesses internos, não elimina a realidade da supremacia estrutural

que pesa sobre as sociedades negras onde existem dois espaços de análise que importa distinguir, evidenciando as ligações e indicando as transições de um para o outro.

A denúncia da ascensão de elites nacionais ao poder em África foi bem exposta por Frantz Fanon, em “Os Condenados da Terra”, acerca de alguns intelectuais africanos pós-independências¹⁴⁷. De acordo com Fanon (1968: 36)

Mas pode acontecer que a descolonização se efetue nas regiões que não foram suficientemente abaladas pela luta de libertação e que se encontrem aí os mesmos intelectuais ladinos, astutos, arditos. Neles continuarão intactas as normas de conduta e as formas de pensamento acumuladas no curso de sua convivência com a burguesia colonialista. Meninos mimados ontem pelo colonialismo, hoje pela autoridade nacional, eles organizam a pilhagem dos poucos recursos nacionais. Implacáveis, erguem-se por meio de mamatas ou dos roubos legais - operações de importação e exportação, sociedades anônimas, especulações na bolsa, cavações - acima dessa miséria hoje nacional.

O colonialismo interno se exerce a partir de uma dialética entre controle e exclusão por pequenos grupos sobre a maioria da sociedade, através do monopólio do comércio e do crédito, da exploração do trabalho, das discriminações linguísticas, sociais e políticas, colocando os seus interesses particulares como sendo o interesse de toda a nação (interesse nacional). Nesse processo, a sociedade civil e os movimentos sociais são completamente excluídos dos processos decisórios implementados pelo Estado, este último tendo suas estruturas capturadas por interesses dos grupos hegemônicos¹⁴⁸. Esses grupos buscam, em primeiro lugar, o seu bem estar – ou como expõem nos discursos oficiais, garantir o bem estar (financeiro) da “nação” – em detrimento do bem estar social.

De acordo com Pablo González Casanova (2002) o colonialismo interno se diferencia de uma relação de dominação clássica – aquela baseada entre classes, representadas entre trabalhadores e proprietários – pois se baseia numa lógica em que

É a heterogeneidade cultural que historicamente produz a conquista de uns povos por outros, e que permite falar não só de diferenças culturais (existentes entre a

¹⁴⁷ Além das denúncias levantadas no contexto africano, também o foram muito trabalhadas no contexto latino americano, a exemplo de autores como Pablo González Casanova, Florestan Fernandes e Aníbal Quijano.

¹⁴⁸ Acerca da captura do Estado por diversos grupos existentes na sociedade, já foi trabalhado no capítulo anterior de forma aprofundada.

população urbana e rural e também nas classes sociais), mas também de diferenças de civilização (González Casanova, 2002: 99).

Isso foi constatado ao longo do trabalho de campo em Moçambique e no Brasil, através de entrevistas e análises no campo, de como certos grupos vinham atuando em relação à instalação da Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos em Moçambique. Em relação ao caso brasileiro, existe uma total ausência de informações passadas à sociedade pelos meios de comunicação hegemônicos, o que demonstra um total desinteresse de tais grupos de mídia pelo continente africano, assim como em questões ligadas à saúde. Os meios de comunicação no Brasil reproduzem uma lógica colonial, baseado em fortes interesses econômicos – advindos de seus financiadores privados – e culturais – em que parte da elite nacional considera o modelo eurocêntrico como o único a ser seguido e implementado no contexto doméstico.

O colonialismo interno nega qualquer coexistência entre diferentes formas de ações políticas e de conhecimentos que não passem pelo modelo eurocentrado, renegando contestações no âmbito doméstico e internacional. Esse exemplo pode ser compreendido a partir do racismo estrutural existente na sociedade brasileira, sustentada pelas elites políticas e econômicas, transpassando à política internacional do Brasil¹⁴⁹, em que tais elites reafirmam em seus discursos e ações frente ao Estado sobre a necessidade de se fechar embaixadas e consulados no continente africano, devido à impossibilidade do país auferir resultados políticos e/ou econômicos de relevo¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Diversos deputados e senadores, agora com trânsito livre no governo brasileiro de Michel Temer, se expõem de forma aberta discursando sobre a irrelevância das relações Brasil-África. Foram diversas notícias e algumas declarações do novo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Serra, que expuseram o desprezo do atual governo interino com a África. Algumas notícias como essas: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/05/1771982-serra-pede-estudo-de-custo-de-embaixadas-na-africa-e-no-caribe.shtml>>. Acessado em: 05/08/2016. <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36404339>>. Acessado em: 05/08/2016.

¹⁵⁰ Os discursos declarados pelo governo de Michel Temer, seus ministros e deputados de base se dão dentro de um contexto de conservadorismo. Segundo pesquisa sobre a formatação do congresso brasileiro, foi constatado ser o congresso mais conservador desde 1964. Esse fato é bem demonstrável no próprio ministério

Já no contexto moçambicano, houve um processo de manutenção das lógicas coloniais, intensificada a partir dos anos 1990 pelo partido no poder, a Frelimo, com sua mudança de posição política marxista-leninista, para uma posição liberal-democrática pós-Guerra Fria (Igreja, 2015). A lógica colonial promovida por Portugal em Moçambique se baseava numa necessidade em

Ultrapassar essa situação “natural” de atraso [que] seria possível apenas por meio de agentes externos, especialmente vetores como a conversão ao cristianismo, a introdução da economia de mercado, a educação ocidental e a adoção de formas de governo racionais e iluministas. Estes vetores da modernização foram projetados a partir da matriz europeia, num momento em que a superioridade se consolidou em diferença abissal (Meneses, 2016: 35).

Mesmo o partido do movimento de libertação buscando apagar os resquícios do Estado colonial, acabou por reproduzir as lógicas da modernidade ocidental na construção do Estado-nação independente moçambicano. Para a construção de uma identidade nacional em Moçambique, o partido-movimento (de então) via como necessário o apelo a igualdade e ao apagamento da diversidade cultural, onde a pluralidade era vista como um lugar das contradições, ou seja, um perigo para a constituição do Estado moçambicano (Meneses, 2015). Nas palavras de Maria Paula Meneses (2015: 45)

Porém, o projeto nacional, em lugar de promover um sentimento de pertença a um certo tipo de comunidade territorialmente concentrada, intergeracional, onde cada cidadão se revê e cuja sobrevivência e prosperidade este valoriza (Callan, 2006: 533), transformou-se num regime ideológico, que procurou impor-se hegemonicamente a toda a sociedade moçambicana.

Houve durante o primeiro decênio em Moçambique uma construção da diferença hierarquizadora entre aqueles representados como líderes/práticas tradicionais e revolucionários, sendo os primeiros considerados inimigos e fontes do atraso/reacionarismo moçambicano, enquanto aos últimos representavam o projeto a ser

do governo Michel Temer, composto exclusivamente por homens e brancos. O primeiro presidente, desde o governo militar de Ernesto Geisel (1974-1979), a ter em seu governo apenas homens. Para maiores informações, ver: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acessado em: 05/08/2016. Ver também: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1777721-governo-temer-e-feito-por-homens-velhos-ricos-e-brancos-diz-dilma.shtml>>. Acessado em: 05/08/2016.

adotado para o futuro (Meneses, 2015), ou seja, “não querendo assumir a diversidade etnocultural do país, a política da Frelimo, durante a década de 1980, reproduzia, involuntariamente, a dicotomia do tempo colonial” (Meneses, 2009b: 29-30). Mas é a partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990 que o Estado moçambicano, através da Frelimo, iniciou uma série de aberturas políticas, econômicas e culturais, aprofundando uma lógica de modernização e visando uma maior “capitalização do capital” no desenvolvimento de Moçambique (Castel-Branco, 2015).

Esse processo se deu com a manutenção de uma estrutura colonial interna de exploração política, econômica e cultural por parte desses grupos, além de uma exclusão da sociedade (civil e de movimentos sociais) nas decisões e construções sócio-políticas no contexto moçambicano. O colonialismo interno representa a imposição dos interesses de certos grupos como sendo o interesse da nação, utilizando-se de uma política de exclusão por não aceitar discussões e contestações aos seus projetos de consolidação do poder.

Numa das entrevistas que fiz com uma das pessoas responsáveis pela NAIMA¹⁵¹ – uma rede de ONGs Internacionais trabalhando em saúde e HIV em Moçambique – acerca do conhecimento dela sobre a constituição da Fábrica e se já a havia conhecido de perto, demonstra na prática a exclusão da sociedade civil e a negação do Estado na possibilidade de diálogos. Dessa forma, foi-me respondido o seguinte:

Bom, eu nunca visitei ainda, mas conheço um pouco sobre o projeto, principalmente, aliás, quase somente através de um fórum aí que nós fazemos parte. Existe um grupo dos parceiros da saúde que chama-se HPG – Health Partners Group – então este fórum junta todos os parceiros da cooperação, em princípio na área de saúde. Na realidade [a HPG] é [formada] predominante pelos doadores, mas a NAIMA participa e a sociedade civil no passado participou, mas praticamente não participa a sociedade civil nacional.

¹⁵¹ Foi pedida por esta pessoa para que mantivesse o seu nome em anonimato, devido ao seu receio de haver algum tipo de pressão/perseguição política por parte do Estado moçambicano.

Logo em seguida, a pessoa entrevistada da NAIMA responde sobre a participação da sociedade civil em Moçambique, acerca da Fábrica de Antirretrovirais, desde a assinatura para a construção até a presente data:

Acho que resume-se numa palavra: Nulo! E do nosso conhecimento não houve nenhuma ligação com a sociedade civil, o nosso entendimento é que foi uma coisa, é... como dizer... negociado, acordado entre os dois governos e com a Fiocruz.

Soma-se a essa entrevista, outra feita com Tomás Alberto José, Diretor executivo da Rede Nacional de Associações de Pessoas Vivendo com HIV/SIDA (RENSIDA), sobre as aberturas e dificuldades existentes quanto a questão do HIV/SIDA no âmbito do Estado e da sociedade moçambicana. De acordo com Tomás José

O Grupo Parlamentar pra nós é um veículo que pode nos ajudar, no sentido de apresentar nossas preocupações serem discutidas lá no parlamento. Essa é uma porta de entrada e é muito positivo a existência desse grupo, dessa equipe lá. Só que lamentamos porque nós ainda continuamos a ser representados pelo outro, outras pessoas que não tem nada a ver com o HIV/SIDA.

Todavia, quando perguntado sobre como são passadas as informações no processo de instalação da Sociedade Moçambicana de Medicamentos à sociedade civil moçambicana, ele afirma

Como eu disse, por exemplo, estou cá na RENSIDA há pouco tempo, ainda não fiz um ano, mas os antecedentes dessa instalação, a instalação da fábrica, nós acompanhamos pelos meios de comunicação. O que realmente sentimos é que o tempo desde que foi, por exemplo, anunciado esse propósito de instalação da fábrica em Moçambique, não estamos a ver aquilo que é impacto direto da existência desse... dessa fábrica.

Logo em seguida, ele complementa

acho que tá faltando muito essa comunicação, esse anúncio, essa, como posso dizer, porque... a comunidade ou cidadão tem consumido informações, mas não aquela de profundidade. Alguma coisa que está a acontecer nessa fábrica que nós, por exemplo, vivendo com HIV/SIDA não sabemos. O governo não, provavelmente não esteja muito interessado em difundir aquelas partes que fazem com que, por exemplo, nós tenhamos medicamento produzido em Moçambique. Então isso também cria um pouco transtorno pra nós, porque nem sabemos a quem perguntar mesmo. Se estamos a dizer que existe o parlamento, ou grupo parlamentar na área de HIV/SIDA, nunca nos trouxe também à tona essa informação. É por isso que nós, as vezes, nos sentimos, por exemplo, afastados da participação ou de aprofundar as coisas como existem, mesmo no Ministério da Saúde pra ter uma informação, porque, por exemplo, há rupturas de medicamento em Moçambique, as informações são contraditórias. Então nós percebemos que

estamos num país em desenvolvimento e a questão de informação ainda está no monopólio, por exemplo, dos detentores do poder.
(...) há informações do estado, mas a questão de saúde é questão pública. Então não tem nada a ver esconder. Tinha que também... porque se há problemas, talvez financeiros, e com participação quem pode trazer esse dinheiro é o cidadão através dos impostos. Então nós também temos direito de perceber o que está acontecendo.

Essas entrevistas demonstram, em parte, como o poder local em Moçambique vem se apropriando das informações acerca da fábrica de antirretrovirais, sem divulgar ou trazer para o debate a sociedade civil moçambicana. Mesmo tendo como discurso de que a cooperação promovida com o Brasil proverá a Moçambique e, conseqüentemente, a África Austral a primeira fábrica 100% pública, não se vê nenhuma publicidade ou convite por parte do governo moçambicano aos movimentos sociais e a sociedade civil nacional.

Para além disso, ainda há uma preocupação sobre o desenvolvimento do projeto e sua conclusão exposta por técnicos, diretores moçambicanos e brasileiros e pela própria sociedade civil. Numa das entrevistas, a Diretora da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, Noémia Muissa expõe os entraves existentes ao longo da instalação da fábrica, como das interferências políticas, a demora para a aprovação e ratificação dos acordos – que em parte demonstra desinteresse de grupos políticos frente às questões sociais e da saúde, pois não dão retorno imediato aos seus interesses – assim como das burocracias brasileira e moçambicana para o envio de maquinários, necessários para o início do funcionamento da produção de medicamentos.

Já o Diretor da ONUSIDA, José Zelaya, demonstrou dúvidas sobre os verdadeiros interesses do governo moçambicano sobre a fábrica. De acordo com José Zelaya

Isso é uma visão muito pessoal. Eu acho que o propósito inicial não foi o mesmo que acabou. É uma fábrica que está sendo coordenada através do investimento para melhorar a economia, não como no início, que era pra melhorar a resposta ao HIV. O objetivo final mudou também. Essa fala é uma apreciação muito pessoal, mas que a gente pode ver que não é o Ministério da Saúde que está a coordenar a coordenação da fábrica, mas é... não me recordo, mas é uma outra organização que está a olhar para a coordenação dos investimentos com o setor privado. Então foi visto mais como o contrário ao que a Fiocruz e o governo brasileiro estavam promovendo. (...) Que foi uma falta de monitoramento, talvez, e de revisão do que poderia acontecer realmente.

O que José Zelaya queria referir na entrevista era sobre a participação do Ministério das Finanças de Moçambique no desenvolvimento do projeto da Fábrica de Antirretrovirais, além do Ministério da Saúde de Moçambique. Nas palavras de Zelaya, estava ocorrendo uma cooptação dos objetivos do projeto, que seriam inicialmente voltados para o combate e tratamento do HIV/AIDS em Moçambique, e agora está caminhando para uma lógica exclusivamente econômica. A fábrica seria agora utilizada para melhorar os números da economia moçambicana, ficando em segundo lugar a questão do bem-estar das pessoas vivendo com HIV.

Em entrevista com o Secretário Executivo Adjunto do Conselho Nacional de Combate ao SIDA (CNCS), Diogo Milagre, consegue-se perceber qual o intuito por trás da fábrica de antirretrovirais. Mesmo o CNCS não tendo participado ativamente dos acordos de cooperação entre Brasil e Moçambique, desde a sua assinatura, Diogo Milagre veio acompanhando de perto as discussões e os protocolos que levaram a constituição da Sociedade Moçambicana de Medicamentos. Tendo isso em vista, foi-lhe indagado sobre a possibilidade de parte da SMM ser passada para a iniciativa privada, ao que respondeu o seguinte:

Não lhe posso adiantar relativamente a isso. Como eu lhe disse, não estou por dentro. Se me perguntar qual seria minha opinião, naturalmente que lhe dava. Eu penso que um empreendimento dessa natureza exige a otimização do seu investimento e essa otimização só pode acontecer se ela tiver naturalmente um cunho de domínio de parceria público-privado em que, para além da produção nacional, também se explore as potencialidades de colocar os produto no mercado regional e daí capitalizar ao ponto de vista de retornos a esse investimento.

Ou seja, em sua visão o projeto de cooperação da fábrica de antirretrovirais só viria a servir aos interesses nacionais, se esta fosse privatizada ou transformada numa parceria público-privada, pois “compensaria” os “gastos” exigidos para a sua implementação. Tentando entender um pouco melhor o seu ponto de vista, volto à questão e o Diogo Milagre me responde:

Naturalmente que a questão primordial era abastecer os hospitais públicos e, naturalmente, os privados também poderão ir buscar o fármaco. *Agora, qualquer que seja o empreendimento desta natureza, não se pode limitar sob pena de entrar na falência rapidamente. Sabe que apesar de hoje a abordagem internacional falar da saúde como investimento, nem sempre isso é visto ainda com olhos econométricos.* Vamos assim dizer, há quem diga que a saúde é uma área social, não é necessariamente um investimento. Nós quando falamos de investimento é que o “bem-saúde” garante que uma pessoa saudável tenha um contributo assinalável no setor onde está e otimize essa contribuição. Portanto, investir na saúde tem retorno agregados e, sobretudo, balanceados em diferentes setores. Mas nem sempre isso é encarado, porque você não consegue provar isso com números, isto é uma questão não tangível, é um daqueles custos e benefícios intangíveis. Então é preciso encontrar uma fórmula econométrica, de facto, com base na paridade mercantil para que as pessoas percebam isso. *Agora, dizendo assim... eu diria que não haverá nenhum investimento que só e somente vá alimentar os hospitais públicos, cujo retorno é mínimo. Se é um investimento, qualquer investidor quer ao fim do dia capitalizar os recursos que colocou lá, o que na economia chamaríamos de custo de oportunidade.* Então tem que ter retornos, ele tem que ver que eu abdiquei de investir ali, então o que é que se eu investisse ali ganharia e, para isso, é preciso também olhar para os outros mercados, e olhar para outros mercados significa imprimir uma dinâmica de certificação da qualidade, com padrões internacionais. Significa entrar na competitividade, porque creio que não é apenas Moçambique que está preocupado com estabelecimento de uma fábrica. Eu quando vou às conferências internacionais aqui na nossa região e fora, tenho me apercebido que África do Sul, o Zimbábue, a Tanzânia e até o Malauí já estão numa fase avançada de discussão de viabilização deste tipo de empreendimento. Então isto significa dotar, calibrar este empreendimento de qualidade e substância que possa ombrear no mercado internacional. *E é para isto que o investimento privado existe.*¹⁵²

O seu discurso indica de modo claro o interesse para o governo moçambicano, mas principalmente ao partido que está no poder desde a independência, a Frelimo, da qual ele é representante, a utilização de um projeto que foi inicialmente concebido para atender às demandas de uma população afligida pelo HIV, agora tendo um escopo de alavancar os números da economia moçambicana. De uma lógica de bem-estar na saúde, a fábrica vem tomando um rumo de alcançar um bem-estar das finanças do Estado, através da iniciativa privada, transformando isto num discurso de “interesse nacional”.

Na concepção do Estado moçambicano – consequentemente do partido no poder, a Frelimo – caso não se consiga por meios próprios promover uma lógica de acumulação e geração de riqueza a partir da fábrica, que inicialmente foi projetada com um cunho de bem-estar social promovida poder público, se torna essencial trazer o capital externo para a

¹⁵² Grifo meu.

realização do interesse de grupo. Essa política é bem representada na afirmação de Castelo Branco (2015: 131) que

De facto, a palavra de ordem da III República, liderada por Guebuza, «combater o deixa andar», pode ser mais bem entendida neste contexto – se não for possível acumular sem fortes ligações, e dependência, em relação ao capital multinacional, em vez de deixar andar é melhor chamar as grandes corporações, para grandes projectos, de preferência caros, porque implicam maiores influxos de capital, e juntar-se a elas para extrair uma proporção dos lucros para «capitalizar» o capitalismo doméstico.

Esse pensamento de cunho neoliberal demonstra a dificuldade em se compatibilizar esta visão com os conceitos de bem-estar social, pois o sistema público de saúde acaba sendo vinculado a uma dependência do crescimento da riqueza nacional, sem levar em consideração a sua função de redistribuição de riquezas – a exemplo dos sistemas de saúde pós-Segunda Guerra Mundial, em que os sistemas de saúde universais serviam como um programa de redistribuição da riqueza nacional (Nunes, 2011). Nesse sentido, João Arriscado Nunes (2011: 144) afirma que

para uma compreensão ampla da saúde como dimensão crucial da avaliação do sucesso ou bem-estar das sociedades, como o de saúde da população – sobre o qual assentou a criação da moderna saúde pública – ou o de saúde coletiva, como é designada a concepção de saúde que configura, por exemplo, o Sistema Único de Saúde do Brasil, e que identifica ‘sujeitos’ da saúde (...) diferentes tipos de coletivos, populações ou grupos que partilham problemas e vulnerabilidades comuns.

O neoliberalismo impõe nos tempos atuais, no sistema mundo moderno e principalmente na periferia do sistema, uma lógica de desestruturação dos ideais de bem-estar da sociedade, trazendo para o centro do debate a necessidade de um “crescimento econômico infinito” como objetivo para o bem-estar da nação. Esse tipo de ideal demonstra o completo desprezo pelas outras possibilidades de ganhos sociais que não passe pela esfera da economia matemática, em que os números se tornam mais importantes que os direitos constituídos ou em construção da população.

Há que se perceber que o debate sobre o processo de cooperação entre Brasil e Moçambique, que levou a construção da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, não

pode ser levado a um debate maniqueísta que o pensamento moderno ocidental tenta nos impor. Existem diversos níveis de análises e de constrangimentos que fazem projetos e ações políticas serem desvirtuados ou não finalizados, como de início foram pensados. A lógica neocolonial e o colonialismo interno são partes dessa pequena mostra de como diversos grupos, nacionais e internacionais, tem capacidade de interferir, influenciar e cooptar ideias e programas em benefício próprio. É necessário compreender tais complexidades de análises para que possamos propor novos meios de atuação e pressão, frente aos interesses de grandes grupos de influência na sociedade.

Para isso há que se usar de estratégias descoloniais, dialógicas e democráticas como forma de se contrapor aos modelos de imposição advindos da lógica da modernidade-ocidental. A primeira proposta estratégica parte em se descolonizar o saber com intuito de abrir espaço para os outros saberes disponíveis, advindos do debate epistemológico e das práticas de vida, além de reescrever a História considerando que a História é plural, potencializando a diversidade das realidades local, nacional, regional e global. Resinificar a História poderá revelar novas possibilidades de ação anticolonial-imperial e de traduções interculturais (Meneses, 2016).

A segunda proposta assume que para que se possa tentar romper com o modelo imperial-colonial da modernidade ocidental na cooperação internacional (Sul-Sul), há que se promover uma “mistura de filosofias” (Santos, 2002) e políticas dialógicas (Fabian, 2013; Meneses, 2016), baseadas em diálogos e contestações de diversos saberes. O recurso dialógico passa pelo reconhecimento de que o subalterno e o Sul global – não o Sul imperial, mas o Sul anti-imperial – tem voz, além de aprendermos através deles as “metáforas] do sofrimento humano sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo (Santos, 2010: 53).

Através dessas proposições tentar-se-á constituir uma lógica democratizadora, a partir de teias políticas, sociais, culturais e econômicas que promovam os anseios epistemológicos e as experiências do Sul global não-imperial. A partir do não desperdício de tais experiências, histórias e conhecimentos “outros” nos processos de cooperação internacional é que tais políticas poderiam se afirmar, então, como políticas horizontais e não-verticais.

Considerações Finais

A importância de discutir o processo de cooperação Sul-Sul na área da saúde entre Brasil e Moçambique reside na complexidade de compreender as suas intenções e intervenientes, que fazem parte da política doméstica e internacional. Quando se trabalha com relações internacionais não se pode partir da perspectiva de que se trata de um debate simples e vazio, mas sim de uma pluralidade de ideias e ações, devido a própria diversidade de entidades que se encontra no nível do doméstico e do internacional.

Falar de Relações Internacionais é ter em mente a relevância do colonialismo na constituição do sistema mundo moderno que conhecemos, reconhecendo seus impactos ao longo de séculos no âmbito internacional e doméstico das sociedades. Tendo isso em vista, busquei trabalhar com duas esferas de constrangimento nas ações coletivas e individuais nas relações internacionais. Primeiro, com o colonialismo e suas diversas vertentes, impactando na política (inter)nacional e, em segundo lugar, o Estado e sua complexidade analítica, fruto dos diferentes contextos sócio-histórico-político-culturais e do próprio colonialismo, mesmo a agenda teórica hegemônica em RI não reconhecendo essas diferenças.

Para que possa haver uma compreensão de como o colonialismo e o Estado influenciam na política internacional, e conseqüentemente na política de cooperação, há que estar disposto a se abrir a novas possibilidades e visões de mundo, reconhecendo a diversidade global em que estamos inseridos. Um dos primeiros caminhos encontra-se no descentramento das epistemologias hegemônicas, movendo o seu centro, estabelecido no Norte global, “para uma multiplicidade de esferas em todas as culturas do mundo”

(Thiong'o, 1993: 16), com capacidades de diálogos entre si, ao que Ngugi wa Thiong'o (1993) chamou de policentrismo.

Esses diálogos não podem ocorrer dentro da lógica do pensamento moderno ocidental, em que se afirma multicultural, mas aplica uma lógica da diferença hierarquizadora, ou seja, “aceita” outras lógicas sempre dentro do limite do “tolerável”. O limite do tolerável não aceita que outras perspectivas de pensamento, economia, cultura e política desafiem o “status quo” da cultura dominante, estando sempre a “lógica” alienista no lugar de sub-representação. Por isso da importância em se resignificar a diversidade e a diferença através de um pensamento heterárquico.

Se utilizar de um pensamento heterárquico é reconhecer e propor pensar toda a diversidade e heterogeneidade intrínseca em que se baseiam as sociedades e as relações internacionais. A partir da lógica heterárquica, se busca não só reconhecer o outro nas RI, mas compreender e escutar a diversidade em que se localiza, com intuito de promover trocas transversais que possam abarcar a heterogeneidade das estruturas sociais. Basear-se em um pensamento heterárquico é também descentrar as concepções hegemônicas existentes nas ciências sociais e nas Relações Internacionais, que condiga de forma mais real com a diversidade social global.

A História e sua pluralidade, reconhecida a partir da lógica heterárquica, é essencial para compreensão da problemática da cooperação Sul-Sul, para além do seu discurso simplificador de horizontalidade, em que tais relações se formaram através do discurso/ação da solidariedade entre os povos do Terceiro Mundo. Resgatar a História do Sul global é uma questão de justiça histórica, dada a sua invisibilidade nas discussões acadêmicas no ramo das ciências sociais, além de possibilitar o entendimento da

construção e desenvolvimento das relações Sul-Sul, através da denúncia do colonialismo e suas novas formas de ação nessas sociedades.

O colonialismo teve uma importância tremenda na estruturação dos chamados Estados modernos, principalmente no Sul global, impondo lógicas pensadas de fora para dentro, desconsiderando as estruturas que existiam até então nas sociedades não ocidentais. Normalmente, quando se trabalha sobre a temática na disciplina de Relações Internacionais, é preponderante a presença da lógica de que essa entidade se baseia numa tríade racional, neutra e homogênea. Todavia, o Estado representa a pluralidade da sociedade em que está inserido, mesmo que por diversas vezes não reconheça a diferença e a diversidade.

Não há um Estado unitário que age de forma homogênea e racional, internamente ou externamente, a partir do que se convencionou chamar de “interesse nacional”. O que existe, realmente, são múltiplos atores – sociais, étnicos, econômicos, políticos e culturais – agindo dentro da estrutura estatal e colocando em ação os seus diversos interesses, levando à promoção de políticas voltadas a suas respectivas necessidades, não podendo ser considerado como um interesse geral da nação. E é nesse sentido que as políticas de cooperação operam, sob uma lógica de interesses, dos mais diversos.

Uma política pode nascer, em sua essência, horizontal, mas sofrer diversos tipos de ingerências ao longo do tempo, percebidos por outros grupos como importante para seus interesses. Essas interferências podem ocorrer tanto no nível internacional quanto no doméstico, através do neocolonialismo e do colonialismo interno, respectivamente. Exemplo dessa forma de interferência é o que vem acontecendo na política de cooperação da saúde entre Brasil e Moçambique, referente a construção da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos – conhecida hoje como Sociedade Moçambicana de Medicamentos –

em que grupos brasileiros e moçambicanos interferem – ou invisibilizam, como no caso brasileiro – no desenvolvimento do projeto.

Essa interferência tem um intuito claro: auferir ganhos particulares se utilizando do discurso de interesse da nação. Demonstrar isso não é reforçar a visão de que não existe ou não haja possibilidade de uma cooperação de cunho horizontal, mas demonstrar que visibilizar tais ingerências nos dão possibilidades de resistir e contornar essas pressões externas e internas. Abrir diálogos e participações com capacidade co-decisória pelos movimentos sociais e a sociedade civil, pode ajudar a corroborar com um projeto que abarque a base da sociedade e o mantenha mais horizontal, pois empodera a população contra as influências dos grupos de interesses hegemônicos.

Há que se construir uma nova política, que leve em perspectiva as capacidades humanas, não exclusivamente pela “ego-política” – pelo “penso, logo conquisto” resultante da modernidade-colonialidade – mas por uma “geo” e corpo-política que reconheça a totalidade do ser e das suas formas de ação (Fanon, 2008; Mignolo, 2014). As possibilidades de ação contestatória do “status quo” e de transformação na política ocorrerá com um processo de descolonização do ser e do saber. Os processos emancipatórios só terá a capacidade de se dar com a participação dos movimentos sociais e da sociedade civil.

Uma política que se centre numa lógica do pensamento a partir do indivíduo, que elevada ao âmbito estatal está dentro do contexto da tecnocracia e dos intelectuais de vanguarda da burocracia estatal – mesmo que existam intenções políticas de horizontalidade – acabam por invisibilizar as necessidades, anseios e perspectivas existentes na sociedade. Renegar ou não permitir o diálogo com a sociedade e os movimentos sociais existentes nela é promover, mesmo que implicitamente, a imposição

de ideias e a possibilidade de grupos de interesses de se apoderarem de tais políticas, pela ausência da sociedade nos debates e na construção dos programas/projetos.

Portanto, a possibilidade de se romper com tal perspectiva só poderá se dar com a descolonização do ser, saber e estar. O processo de transformação da ego-política em que estamos estabelecidos numa corpo-política, poderá ocorrer com a não hierarquização entre a teoria e a prática, pois a teoria constrói a prática e vice-versa – “se faz pensando e se pensa fazendo” (Mignolo, 2014). Que possamos romper com a política tradicional através das nossas ações e pensamentos, levando em consideração a diversidade social e de saberes e a pluralidade de contextos em que estão inseridos. Como disse incisivamente Fanon (2008: 191), “Minha última prece: Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona”!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrahamsen, Rita (2000), *Disciplining Democracy: Development Discourse and Good Governance in Africa*. London: Zed Books Ltd.

Abreu, Marcelo de Paiva (1999) *O Brasil e a economia mundial (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Abu-Lughod, Janet L. (1993) “The World System in the Thirteenth Century: Dead-End or Precursor”. Em: Adas, Michel (Ed) *Islamic & European Expansion: the forging of a global order*. Philadelphia: Temple University Press.

Adorno, Theodore; HORKHEIMER, Max (1985), *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

Althusser, Louis (2006) “Ideology and Ideological State Apparatuses (Notes towards an Investigation)”. Em: Sharma, Aradhana; Gupta, Akhil. *The Anthropology of the State*. Oxford: Blackwell Publishing.

Andrade, Priscila Almeida; Carvalho, Denise Bomtempo Birche de (2015) “Cooperação internacional para o desenvolvimento científico e tecnológico: um caminho para equidade em saúde”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 22, n. 12, pp.649-67.

Angell, Norman (2002), *A Grande Ilusão*. Brasília: Ed. UnB.

Appiah, Kwame Anthony (2008), *Cosmopolitismo: Ética num mundo de estranhos*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Ashley, Richard (1984), “The Poverty of Neorealism”. *International Organization*, vol. 38, n. 02, pp. 225-286.

Bacon, Francis (2008) *Nova Atlântida e a Grande Instauração*. Lisboa: Edições 70.

Bandeira, Luiz Alberto Moniz (2002), “As políticas neoliberais e a crise na América do Sul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 45, n. 2.

Barrett, Michèle (1996) “Ideologia, Política e Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe”. Em: ZIZEK, Slavoj. *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Bhabha, Homi (1998), *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Bhering, Marcos; Marco, Schor Maio (2011) “Ciência, Positivismo e agricultura: uma análise do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na Primeira República”. *Varia História*, vol. 27, n. 46, pp. 689-709.

Bier, Laura (2010) “Feminism, Solidarity, and Identity in the Age of Bandung: Third World Women in the Egyptian Women’s Press”. Em: Lee, Christopher J. *The Bandung Moment and Its Political Afterlives*. Ohio: Ohio University.

Blayne, David L.; Inayatullah, Naeem (2000) “The Westphalian Deferral”. *International Studies Review*, Vol. 2, No. 2, p. 29-64.

Bonavides, Paulo (2004) *Do Estado Liberal ao Estado Social*. São Paulo: Malheiros Editores.

Boni, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais”. *Em Tese*, vol. 02, n. 01, pp. 68-80.

Bourdieu, Pierre (2012) *Sobre o Estado. Curso no Collège de France (1989-1992)*. Lisboa: Edições 70.

Braga da Cruz, Manuel (2008) *Teorias Sociológicas: os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Brito, Carlos de. *et al* (orgs.) (2011), *Desafios para Moçambique, 2011*. Maputo: IESE.

Brito, Luís de *et al* (2015) *Desafios para Moçambique, 2015*. Maputo: IESE.

Brown, William (2006), “Africa and international relations: a comment on IR theory, anarchy and statehood”. *Review of International Studies*, n. 32, pp. 119-143.

Burchill, Scott; *et al* (2008), *Theories of International Relations*. Deakin University.

Buss, Paulo Marchiori; Ferreira, José Roberto (2010) “Diplomacia da saúde e cooperação Sul-Sul: as experiências da Unasul saúde e do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)”. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, v.4, n.1, p. 106-118.

Buss, Paulo Marchiori; Ferreira, José Roberto (2012) “Brasil e saúde global”. Em: Pinheiro, Letícia; Milani, Carlos R. S. *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Carmody, Pádraig (2013), *The Rise of the BRICS in Africa: the geopolitics of South-South relations*. London/New York: Zed Books.

Carr, Edward Hallet (2001), *Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. Brasília: Ed. UnB.

Casimiro, Isabel Maria (2015) “Mulheres e Hiv/Sida: Os Silêncios e as Vozes em Moçambique, África do Sul e Brasil. Políticas Públicas e Acesso aos Serviços de Saúde”. *Apresentação de Trabalho no CODESRIA*: Dakar.

CASSIER, M.; CORREA, M (2011) Patents, innovation and public health: Brazilian public-sector laboratories’ experience in copying AIDS drugs. In: CORIAT, B. et al. (Ed.). *Economics of AIDS and access to HIV/AIDS care in developing countries, issues and challenges*. Paris: ANRS Editions, 2003.

Castel-Branco, Carlos Nuno (2011), “Desafios da Mobilização de Recursos Domésticos: Revisão Crítica do Debate”. Em: Brito, Luis de, *et al*, (Orgs), *Desafios para Moçambique, 2011*. Maputo: IESE.

_____. Castel-Branco, Carlos Nuno (2015) “Capitalizando o Capitalismo Doméstico: porosidade e acumulação primitiva em Moçambique”. Em: Brito, Luís de *et al* *Desafios para Moçambique, 2015*. Maputo: IESE

Cervo, Amado Luiz (2007), *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva.

Chakrabarty, Dipesh (2000), *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press.

Chatterjee, Partha (2004), *Colonialismo, Modernidade e Política*. Salvador: EDUFBA.

_____. (2013), *La Nacion en Tiempo Heterogeneo: y otros estudios subalternos*. Madrid: Siglo XXI.

Chatuverdi, Sachin. “Development cooperation: countors, evolution and scope”. Em: Chatuverdi, Sachin; Fues, Thomas; Sidiropoulos, Elizabeth (Eds) (2012) *Development Cooperation and Emerging Powers: New Partners or Old Partners?* London/New York: Zed Books.

Chatuverdi, Sachin; Fues, Thomas; Sidiropoulos, Elizabeth (2012) *Development Cooperation and Emerging Powers: New Partners or Old Partners?* London/New York: Zed Books.

Costa, Emília Viotti da (2007) *Da Monarquia a República*. São Paulo: UNESP.

Costa Lima, Marcos (2010), “Robert W. Cox e a Teoria Crítica nas Relações Internacionais”. In: Medeiros, Marcelo de Almeida... [et al]. *Clássicos das Relações Internacionais*. São Paulo: HUCITEC.

Cox, Robert (1986), "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. In: Keohanne, Robert O. *Neorealism and Its Critics*. New York: Columbia University Press.

_____. (2002), *The Political Economy of a Plural World: Critical reflections on power, morals and civilization*. London and New York: Routledge.

_____. (2007), "Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: um ensaio sobre o método". Em: GILL, Stephen (org). *Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Descartes, René (2001) *O Discurso do Método*. São Paulo: Martins Fontes.

DIOP, Majhemout (2010), "A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português". In: MAZRUI, Ali A. *História Geral da África: África desde 1935*. v. 8, Brasília: Unesco.

Dos Santos, Theotônio (2002), *Teoria da Dependência: balanço e perspectiva*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Drahos, Peter (2002) "Developing countries and international intellectual property standard-setting". *The Journal of World Intellectual Property*, n. 5.

Dune, Tim; Kurki, Milja; Smith, Steve (2007), *International Relations: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press.

Dupas, Gilberto (2006), *O mito do progresso*. São Paulo: UNESP.

Dussel, Enrique (1993) *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes.

Dussel, Enrique (2000) "Europa, Modernidad y Eurocentrismo". Em: Lander, Edgardo (Ed) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO.

Eagleton, Terry; Jameson, Fredric; Said, Edward (1990), *Nationalism, Colonialism and Literature*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Escobar, Arturo (1995), *Encountering Development: the making and unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press.

_____. (2004), "Beyond the Third World: imperial globality, global coloniality and anti-globalisation social movements". *Third World Quarterly*, vol. 25, n° 01, pp. 207-230.

_____. (2010) "Latin America at a Crossroads: alternative modernizations, post-liberalism, or post-development?" *Cultural Studies*, vol 24, n° 01, pp. 01-65.

Fabian, Johannes (2013) *O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Petrópolis: Editora Vozes.

Fanon, Frantz (2005) *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

_____. (2008) *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA.

Fernandes, Tiago Matos (2007), “Descentralizar é fragmentar? Riscos do pluralismo jurídico administrativo para a unidade do Estado em Moçambique”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 77, pp. 151-164.

Filho, Jorge d’Escragnolle Taunay (2007), “Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA”. Em: *Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - II CNPEPI*. Brasília: FUNAG.

Fonseca, Melody; Jerrems, Ari (2012), “Pensamiento Decolonial: ¿Una “Nueva” Apuesta en las Relaciones Internacionales?” *Relaciones Internacionales*, n. 19, febrero, pp. 103-120.

Fortes, Paulo António de Carvalho; Ribeiro, Helena (2012) “Saúde Global em tempos de globalização”. *Saúde Soc.*, vol. 23, n. 02, pp.366-375

Foucault, Michel (2010a) *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes.

Foucault, Michel (2010b) “Crise da Medicina ou Crise da Antimedicina”. *Verve*, n. 18, p. 167-194.

_____. (2015) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Franca Filho, Marcílio Toscano (2005) “Historia y Razón del Paradigma Westfaliano”. *Revista de Estudios Políticos*, nº 131, pp. 87-111.

Frank, Andre Gunder (1996), “The Development of Underdevelopment”. *Monthly Review*, 18(4), pp. 17-31.

Furtado, Celso (1978), *Criatividade e Dependência*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (1996), *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (2003), *Raízes do Subdesenvolvimento*. São Paulo: Civilização Brasileira.

Galeano, Eduardo (2009), *Patás Arriba: la escuela del mundo al revés*. Patagônia: Sombrysen Editores.

Gandhi, Leela (1998), *Postcolonial Theory: A critical introduction*. Sydney: ALLEN&UNWIN.

- Gil, Antonio Carlos (2008) *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Ed. Atlas.
- Gill, Stephen (Org.) (2007), *Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Gilpin, Robert (2002) *A Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: Editora UnB.
- González Casanova, Pablo (2002) *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Goody, Jack (2006) *The Theft of History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gramsci, Antonio (2006) “State and Civil Society”. Em: Sharma, Aradhana; Gupta, Akhil. *The Anthropology of the State*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Gremaud, Amaury; Vasconcellos, Marco; Toneto Júnior, Rudinei (2009) *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas.
- Grosfoguel, Ramón; Castro-Gómez, Santiago (2007), *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Grosfoguel, Ramón (2008), “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 80, pp. 115-147.
- Halliday, Fred (2007), *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: UFRGS.
- Hegel, Georg W. F. (1995) *Introdução às Lições sobre a História da Filosofia*. Porto: Porto Editora.
- _____. (2004) *A Razão na História*. Lisboa: Edições 70.
- Hutchings, Kimberly (2007), “Happy Anniversary! Time and critique in International Relations theory”. *Review of International Studies*, nº 33, pp. 71-89.
- _____. (2011), “Dialogue between Whom? The Role of the West/Non-West Distinction in Promoting Global Dialogue in IR”. *Millenium*, vol. 39, n. 03, pp. 639-647.
- Igreja, Victor (2015) “Os Recursos da Violência e as Lutas pelo Poder Político em Moçambique” Em: Brito, Luís de *et al Desafios para Moçambique, 2015*. Maputo: IESE
- Jessop, Bob (2009a) “O Estado, o Poder, o Socialismo: de Poulantzas como um Clássico Moderno”. *Rev. Sociol. Polít.*, v. 17, n. 33, p. 131-144.
- _____. (2009b) “Althusser, Poulantzas, Buci-Glucksmann: desenvolvimentos ulteriores do conceito gramsciano de Estado integral”. *Crítica Marxista*, n. 29, p. 97-121.

- Kant, Immanuel (2001) *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- _____. (2013) *Crítica da Razão Prática*. Lisboa: Edições 70.
- Keohanne, Robert O (1986), *Neorealism and Its Critics*. New York: Columbia University Press.
- Ki-Zerbo, Joseph (2006), *Para quando a África?* Rio de Janeiro: Editora Pallas.
- Kontopoulos, Kyriakos M. (1993) *The logics of social structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Krasner, Stephen (2001) “Rethinking the sovereign state model”. *Review of International Studies*, n. 27, p. 17–42.
- Krippendorff, Ekkehart (1987), “The Dominance of American Approaches in International Relations”. *Journal of International Studies*, vol. 16, n° 02.
- Lee, Christopher J (Ed.) (2010), *Making a World After Empire: The Bandung Moment and Its Political Afterlives*. Ohio: Ohio University Press.
- LENIN, Vladmir. *O Estado e a Revolução*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000019.pdf>. Acessado em 05/01/2016>.
- Linklater, Andrew (2007), *Critical Theory and World Politics: Citizenship, sovereignty and humanity*. London and New York: Routledge.
- Lopes, Carlos (2011), “Crescimento económico e desigualdade: As novidades pós-Consenso de Washington”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 94.
- Marx, Karl; Engels, Friedrich (2006) *A Ideologia Alemã: Feuerbach – A contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista*. São Paulo: Martin Claret.
- Mbembe, Achille (2001) “As Formas Africanas de Auto-Inscrição”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, n° 1, pp. 171-209.
- _____. (2011) *Necropolítica*. Espanha: Editorial Melusina.
- _____. (2014) *Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Luanda: Edições Mulemba.
- M’Bokolo, Elikia (2011), *África negra: história e civilizações*. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Casa das Áfricas. Tomo II.
- Medeiros, Marcelo de Almeida, et al (2010), *Clássicos das Relações Internacionais*. São Paulo: HUCITEC.

Medici, Rita (2007) “Gramsci e o Estado: Para uma Releitura do Problema”. *Revista de Sociologia Política*, nº 29, p. 31-43.

Mello, Natália Nóbrega de (2009), “Do Desenvolvimento Global ao Paradigma da Ordem e da Estabilidade: representações dos países pobres na teoria do desenvolvimento político norte-americana”. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo: USP.

Mello e Souza, André de (2011) “O ACORDO SOBRE OS ASPECTOS DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL RELACIONADOS AO COMÉRCIO (TRIPS): IMPLICAÇÕES E POSSIBILIDADES PARA A SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL”. *Texto para Discussão – IPEA*, n. 1615, pp. 07-37.

_____. (2012) “Saúde Pública, patentes e atores não estatais: a política externa do Brasil ante a epidemia de aids”. Em: Pinheiro, Letícia; Milani, Carlos R. S. *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Meneses, Maria Paula (2009a) “Justiça Cognitiva”, in Gaiger, Luiz Inácio; Hespanha, Pedro; Cattani, Antônio; Laville, Jean-Louis (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina.

Meneses, Maria Paula (2009b) Poderes, direitos e cidadania: O ‘retorno’ das autoridades tradicionais em Moçambique, *Revista Crítica de Ciências Sociais* n, 87, p. 09-42.

_____. (2015) “Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 106, p. 09-52.

_____. (2016) “Os Sentidos da Descolonização: uma análise a partir de Moçambique”. *Revista OPSIS*, vol. 16, n. 01, p. 26-44.

Mignolo, Walter D (2000) “La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad” Em: Lander, Edgardo (Ed) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO.

_____. (2011) *The Darker Side of Western Modernity: global futures, decolonial options*. Durham & London: Duke University Press.

_____. (2014) *UNA CONCEPCIÓN DESCOLONIAL DEL MUNDO: Conversaciones de Francisco Carballo con Walter Mignolo*. Buenos Aires: Ediciones del Signo.

Miranda, Margarete Parreira; Vasconcelos, Renata Nunes; Santiago, Ana Lydia Bezerra (2006) “Pesquisa em psicanálise e educação: a conversação como metodologia de pesquisa”. *Psicanálise, Educação e Transmissão*, n. 06. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032006000100060&lng=en&nrm=abn>. Acessado em 23/01/2015.

Mitchell, Timothy (2006) “Society, Economy, and the State Effect”. Em: Sharma, Aradhana; Gupta, Akhil (org.). *The Anthropology of the State*. Oxford: Blackwell Publishing.

Montagnet, Miguel Ângelo (2008) “Sociologia Médica, Sociologia da Saúde ou Medicina Social? Um Escorço Comparativo entre França e Brasil”. *Saúde Soc.* vol. 17, n. 02, p.193-210.

Morgenthau, Hans (2003) *A Política entre as Nações*. Brasília: Funag.

Nkrumah, Kwame (1967) *Neocolonialismo: O Último Estágio do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Nogueira, J.P.; Messari, N (2005) *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier.

Nunes, João Arriscado (2009) “Saúde, direita à saúde e justiça sanitária”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 87, pp. 143-169.

_____. (2011) “Os mercados fazem bem à saúde? O caso do acesso aos cuidados”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 95, pp. 137-156.

Ogunye, Olulomire *et al* (2009) “AIDS, Africa, and ARVs: Domestic Production as the Solution to the Treatment Gap”. *Global Challenges: Science and Society*, n. 14, pp. 01-37.

Oliveira, Mírian; Freitas, Henrique M. R. de (1998) “Focus Group – pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento”. *Revista de Administração*, vol. 33, n. 03, pp. 83-91.

Oliveira, Marcelo Fernandes de (2005) “Alianças e Coalizões Internacionais do Governo Lula: o Ibas e o G-20”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 08, nº 02, pp. 55-69.

Oliveira, Amâncio Jorge Nunes de; Onuki, Janina; Oliveira, Emmanuel de (2006) “Multilateralismo: Brasil, Índia e África do Sul”. *Contexto Internacional*, vol. 28, nº 02, pp. 465-504.

Oliveira, Francisco Roque de (2003) “Os Portugueses e a Ásia Marítima, c. 1500 c. 1640: contributo para uma leitura global da primeira expansão europeia no Oriente. 1ª Parte: os Mares da Ásia no início do século XVI”. *Scripta Nova*, vol. 07, n. 151.

Olowu, Dele; Wunsch, James S (2004), New dimensions in African decentralization. In: Olowu, Dele; Wunsch, James S. (Orgs.). *Local governance in Africa: The challenges of democratic decentralization*. Colorado: Lynne Rienne.

Olowu, Dele; Wunsch, James S (2004), Local governance and democratic decentralization in Africa. In: Olowu, Dele; Wunsch, James S. (Orgs.). *Local governance in Africa: the challenges of democratic decentralization*. Colorado: Lynne Rienne.

Organização Mundial da Saúde (2010) *Relatório Mundial de Saúde 2010: Financiamento dos Sistemas de Saúde*. Disponível em: <<http://www.who.int/eportuguese/publications/WHR2010.pdf?ua=1>>. Acessado em: 22/05/2016.

Paiva, Carlos Henrique Assunção; Teixeira, Luiz Antonio (2014) “Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 21, n.1, p.15-35.

Patai, Daphne; Corral, Will (orgs.) (2005) *Theory's Empire: an anthology of dissent*. New York: Columbia University Press.

Pennings, Paul; Keman, Hans; Kleinnijenhuis, Jan. (2006) *Doing Research in Political Science*. London: Sage Publications.

Powell, Robert (1991) “Absolute and Relative Gains in International Relations Theory”. *The American Political Science Review*, vol. 85, n. 4, pp. 1303-1320.

Powell, Robert (1994) “Anarchy in International Relations Theory: The Neorealist-Neoliberal Debate”. *International Organization*, vol. 48, n. 02, pp. 313-344.

Prado Júnior, Caio (1998) *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Prashad, Vijay (2007) *The Darker Nations: A People's History of the Third World*. London/New York: The New Press.

_____. (2012) *The Poorer Nations: a possible history of the global South*. London: Verso.

Prebisch, Raul (1949) “O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas”. *Revista Brasileira de Economia*, ano 03, n° 03, pp. 47-111.

Puente, Carlos Alfonso Iglesias (2010), *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento (CTPD) no período 1995-2005*. Brasília: FUNAG.

Pureza, José Manuel (2011) "O desafio crítico dos Estudos para a Paz", *Relações Internacionais*, 32, pp. 5-22.

Quijano, Anibal (2010) “Colonialidade do poder e classificação social,” Em: Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, M. P. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.

Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo (2011) “Desenvolvimento, Pós-Estruturalismo e Pós-Desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de ‘modernidades alternativas’”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, nº 75.

Ramose, Mogobe B. (2010) “Globalização e Ubuntu”. Em: Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.

Reus-Smit, C E Duncan, Snidal (Orgs.) *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press.

Ribeiro, Cláudio Oliveira (2007) “Relações Político-Comerciais Brasil-África (1985-2006)”. *Tese de Doutorado*. São Paulo.

Richardson, Roberto Jarry (2008) *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. São Paulo: Atlas.

Rodney, Walter (2012) *How Europe Underdeveloped Africa*. Cape Town/Dakar: Pambazuka/Codesria.

Rostow, Walter W. (1959) “The Stages of Economic Growth”. *The Economic History Review*, Vol. 12, No. 1 (1959), pp. 1-16

_____. (1960) *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press.

Rupert, Mark (2007) Alienação, capitalismo e sistema inter-Estados: rumo a uma crítica marxista/gramsciana”. Em: Gill, Stephen (org.) *Gramsci: materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Said, Edward W (1995) *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Said, Edward W (2007) *Orientalismo: o Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

Santos, Boaventura de Sousa (1982) “O Estado, o Direito e a Questão Urbana”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 9, pp. 09-86.

_____. (1987) *Um Discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Editora Cortez.

_____. (1995) *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge

_____. (2002) “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências,” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63: 237-280.

_____. (2006a) “Cinco modos de produção da não existência, cinco ecologias”, in *A Gramática do Tempo*. Porto: Afrontamento.

_____. (2006b) "The Heterogeneous State and Legal Pluralism in Mozambique". *Law & Security Review*, Vol. 40, n. 01, pp. 39-76.

_____. (2007) *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social*. São Paulo: Boitempo Editorial.

_____. (2010) "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes". Em: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. (Orgs). 2010, *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (2010) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez.

Santos, Milton (2000) *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência global*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Schwarz, Henry; Sangeeta, Ray (orgs.) (2005) *Companion to Postcolonial Studies*. United Kingdom: Blackwell Publishing.

Seitenfus, R; Zanella, Cristine; Marques, Pâmela (2007) "O direito Internacional repensado em tempos de ausências e emergências: a busca de uma tradução para o princípio da não-indiferença". *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 50, n. 2, pp. 07-24.

Silva, Marco Antonio de Meneses (2005) "Teoria Crítica em Relações Internacionais". *Contexto Internacional*. Vol. 27, n° 02, pp. 249-282

Smith, Steve (2000), "The Discipline of International Relations: Still an American Social Science?" *British Journal of Politics and International Relations*, vol. 02, n° 03, pp. 374-402.

Smith, Karen (2008) "Has Africa got anything to say? African contributions to the theoretical development of International Relations: a preliminary investigation". *Paper presented at the International Studies Association, 26-29 march*. Disponível em: <http://www.open.ac.uk/socialsciences/bisa-africa/workshop/ksmith.pdf>. Acessado em 25/04/2010.

Subrahmanyam, Sanjay (1997) "Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia". *Modern Asian Studies*, vol. 31, n. 03, pp. 735-762.

Teschke, Benno (2003) *The Mith of 1648: Class, Geopolitics, and the Making of Modern International Relations*. London: Bath Press.

The World Bank (1997) *Hacer frente al sida: prioridades de la acción pública*. Washington: Organización Panamericana de Salud.

_____. (2006) *THE WORLD BANK'S COMMITMENT TO HIV/AIDS IN AFRICA: OUR AGENDA FOR ACTION, 2007–2011*. Washington: The World Bank.

Thiong'o, Ngugi wa (1993), *Moving the Centre: The Struggle for Cultural Freedoms*. Nairobi: EAEP.

Tickner, Arlene (2003), "Seeing IR Differently: Notes from the Third World". *International Relations – Students Perspectives*, vol. 11, pp. 73-88.

Tickner, J. Ann; Sjoberg, Laura (2007), "Feminism". In: DUNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. *International Relations: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press.

Trindade, Antônio Cançado (1984), "As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional". *Revista de Informação Legislativa*, nº 81, pp. 213-232.

Vattel, Emer de (2004) *O Direito das Gentes*. Brasília: Funag.

Veiga, Pedro da Motta (2005), "A Política Comercial do Governo Lula: continuidade e inflexão". *Latin American Trade Network*, 19, pp. 01-09.

Ventura, Deisy F. L. (2011) Saúde Pública e Integração Regional: tensões entre o direito à saúde e o comércio internacional. Em: Armin Von Bogdandy; Flávia Piovesan; Mariela Morales Antoniazzi. (Org.). *Direitos Humanos, Democracia e Integração Jurídica na América do Sul*. Rio de Janeiro: Max Planck Institute.

_____. (2013) "Saúde Pública e Política Externa Brasileira". *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 10, n. 19, p. 98-117.

Ventura, D. F. L.; Perez, Fernanda Aguilar (2014) "CRISE E REFORMA DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE". *Lua Nova*, São Paulo, 92: 45-77.

Vieira, Ana Cristina de Sousa *et al* (2014) "A epidemia de HIV/Aids e a ação do Estado. Diferenças entre Brasil, África do Sul e Moçambique". *Revista Katál*, vol. 17, n. 02, p. 196-206.

Vigevani, Tullo; Ramanzini Júnior, Haroldo (2014), "Autonomia, Integração Regional e Política Externa Brasileira: Mercosul e Unasul". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 57, n. 02, pp. 517-552.

Wallerstein, Immanuel (2000), *The Essential of Wallerstein*. New York: The New Press.

_____. (2001) "El eurocentrismo y sus avatares: los dilemas de las ciencias sociales". *Revista de Sociología*, n. 15, pp. 27-39.

_____. (2006), *O Universalismo Europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Waltz, Kenneth N. (2011) *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva.

Weber, Max (2012) *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB.

Wendt, Alexander (2014) *Teoria Social da Política Internacional*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

Young, Robert (2001), *Postcolonialism: an historical introduction*. United Kingdom: Blackwell Publishing.

Zizek, Slavoj (org.) (1996), *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto.